

# "No olho do furacão":

a tendência do precariado entre os egressos  
da pós-graduação da UFAM

2020



Hellen Bastos Gomes



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM**  
**PRO-REITORIA DE PESQUISA – PROPESP**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO – PPGE**  
**FACULDADE DE EDUCAÇÃO - FACED**



**HELLEN BASTOS GOMES**

**“NO OLHO DO FURACÃO”:** a tendência do *precarizado* entre os egressos da pós-graduação da UFAM

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Educação, Linha de Pesquisa 2: Educação, Políticas Públicas e Desenvolvimento Regional.

Financiadora: FAPEAM (24 meses)

**Orientadora:** Dra. Selma Suely Baçal de Oliveira

**MANAUS**  
**2020**

## Ficha Catalográfica

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

G633" Gomes, Hellen Bastos  
"No Olho do Furacão" : a tendência do precariado entre os egressos da pós-graduação da UFAM / Hellen Bastos Gomes. 2020  
252 f.: il. color; 31 cm.

Orientadora: Selma Suely Baçal de Oliveira  
Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Amazonas.

1. Crise Estrutural do Capital. 2. Neoliberalismo. 3. Política de Educação. 4. Pós-Graduação . 5. Precariado. I. Oliveira, Selma Suely Baçal de II. Universidade Federal do Amazonas III. Título

**HELLEN BASTOS GOMES**

**“NO OLHO DO FURACÃO”:** a tendência do *precarizado* entre os egressos da pós-graduação da UFAM

**BANCA EXAMINADORA**

  
Prof.ª. Dra. Selma Suely Bacal de Oliveira (UFAM)  
CPF N. 065.798.098-07

  
Prof.ª. Dra. Jane Cruz Prates (PUCRGS)  
CPF N. 424.983.330-53

  
Prof.ª. Dra. Deuzilene Marques Salazar (IFAM)  
CPF N. 441.449.382-04

  
Prof.ª. Dra. Marcia Perales Mendes Silva (UFAM)  
CPF N. 214.801.902-00

  
Prof.ª. Dra. Arminda Raquel Botelho Mourão (UFAM)  
CPF N. 32.598462-49

Aprovada em: 20/01/2020



# *Dedicatória*



Ao Criador,

Por ter dado um novo coração ao meu pai,  
possibilitando-me mais tempo para amá-lo!

A Meus amados pais,

Pela bênção de tê-los sempre ao meu lado.  
Mãe, você é minha maior doutora!  
Pai, você é meu maior mestre!

Dedico !!!

## AGRADECIMENTOS

### Amar!

Que pode uma criatura senão,  
entre criaturas, amar?  
amar e esquecer, amar e malamar,  
amar, desamar, amar?  
sempre, e até de olhos vidrados, amar?

Carlos Drummond de Andrade.

Quando penso em *agradecer*, o que me sobrevêm é o *verbo Amar*. Peço licença e convido Carlos Drummond de Andrade para ajudar-me a expressar esse sentimento. Como pode uma criatura senão amar? Como pode um criatura senão agradecer? Início aqui, o momento mais esperado para dizer o quanto meu coração está transbordando de alegria em saber que não estou só! Porque amei e tive a oportunidade de ser amada!

Ao Criador, que me concedeu o dom de amar, me permitiu concluir um das fases mais importante da vida acadêmica! Senhor! Tu me compreendes sem nenhuma explicação!

Que pode, pergunto, o ser amoroso,  
sozinho, em rotação universal,  
senão rodar também, e amar?  
amar o que o mar traz à praia,  
o que ele sepulta, e o que, na brisa marinha,  
é sal, ou precisão de amor, ou simples ânsia?

Carlos Drummond de Andrade.

Como podes um ser amoroso, sozinho senão amar? Sozinho não, pois ao meu redor é amor, é família, é porto seguro, onde busquei proteção, cuidado, onde encontro meu descanso, meu consolo. Quem são eles? Minha mãe Antônia, negra linda, guerreira; Meu pai Emanuel, honesto, amoroso, meu herói; Minha vovó Eloia, um doce! Meus irmãos: Luciana bondosa; Lúcio companheiro; Kellen protetora; meus sobrinhos amados! Meu marido Gerri, persistente!

Amar solenemente as palmas do deserto,  
o que é entrega ou adoração expectante,  
e amar o inóspito, o cru,  
um vaso sem flor, um chão de ferro,  
e o peito inerte, e a rua vista em sonho, e  
uma ave de rapina.

Carlos Drummond de Andrade.

Amo solenemente meus amigos! É cru, é ardente, é um sonho! Tive a oportunidade de ter pessoas que me ampararam nos momentos de dores, desesperos e também de alegria. Porque amor é dor que arde no peito. Ei! querida Márcia Irene, me deste o teu

melhor, tu és a melhor mestre que tive, obrigada! Ei! Silviane, me ensinaste que amar pode ser de longe! Ei! Thalita, me deste a possibilidade de acreditar na vida! Ei! Ivamar, me ofereceste a calma e a racionalidade. Ei! Gladson, me deste teus ouvidos! Ei! Manuel, me ofereceste a gentileza! Ei! Laís, me ofereceste a tua juventude! Ei! Socorro, me destes a paz! Como retribuir tanto carinho? Amando vocês de todo o coração!

Este o nosso destino: amor sem conta,  
distribuído pelas coisas pérfidas ou nulas,  
doação ilimitada a uma completa ingratidão,  
e na concha vazia do amor a procura medrosa,  
paciente, de mais e mais amor.

Carlos Drummond de Andrade.

Aos professores da vida! Que respeito e tive a oportunidade de aprender, porque nosso destino é o Amor sem conta! À minha banca de defesa, à professora Dra. Márcia Perales a quem dedico minha formação; à professora Dra. Jane Prates pelo carinho e afetuosidade; à professora Dra. Arminda pela liberdade de expressar seus sentimentos; à professora Dra. Deuzilene Salazar pela atenção e disposição. Queridas vocês são parte de minha história ao doarem suas horas, emanam amor no ato de educar. À professora Selma Baçal *por me escolher!* Ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UFAM) *por me acolher!* E aos meus amigos do doutorado: Tânia; Elourdiê; José Augusto; Luciana, Cláudio, Cátia, Ênio e Thayane, *por me proteger!* Relações de doação ilimitada!

Amar a nossa falta mesma de amor,  
e na secura nossa amar a água implícita,  
e o beijo tácito, e a sede infinita.

Carlos Drummond de Andrade.

Aos coordenadores e egressos dos Programa de Pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas, à Fundação de Amparo a Pesquisa do Amazonas (FAPEAM). E aos meus alunos! Nossa, sem vocês o amor não brotaria! Por fim,

Não sei amar pela metade.  
Não sei viver de mentira.  
Não sei voar de pés no chão.  
Sou sempre eu mesma,  
mas com certeza não serei a  
mesma para sempre.

Clarice Lispector

“O mais importante e bonito, do mundo, é isto:  
que as pessoas não estão sempre iguais, ainda  
não foram terminadas – mas que elas vão  
sempre mudando”.

João Guimarães Rosa (1956)

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Medidas adotadas de 1945 a 1975 – “30 Anos Gloriosos”.....	37
Quadro 2 - Distinção do precariado: frações do proletariado.....	51
Quadro 3 - Significado do Termo - PRECARIADO.....	57
Quadro 4 - Conceito em plena disputa: precariado.....	61
Quadro 5 - Morfologia social do Trabalho - Trabalho Flexível e a Educação Superior em Tempos flexíveis.....	62
Quadro 6 - Periodização históricas ocorridas internamente na educação brasileira.....	73
Quadro 7 - Principais características na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB).....	74
Quadro 8 - Leis e Decretos - décadas de 60 a 70.....	75
Quadro 9 -Meta nº 09 - Plano Nacional de Educação, PNE.....	85
Quadro 10 - Planos Nacionais de Pós-Graduação.....	94
Quadro 11 - Estratégias para Crescimento da Pós-graduação no Brasil.....	97
Quadro 12 : Cursos Avaliados e Reconhecidos pela CAPES/Sucupira.....	104
Quadro 13 - Cursos oferecidos na pós-graduação <i>stricto sensu</i> .....	115
Quadro 14 - Metas, objetivos e Projetos - Pós-Graduação.....	119
Quadro 15 - Ações e Resultados alcançados - PROESP (2017).....	120
Quadro 16 - Categoria em Marx e sua relação com a tese.....	129
Quadro 17 - <i>Lócus</i> da investigação: PPG’s <i>Stricto Sensu</i> – UFAM.....	130
Quadro 18 - Perfil dos coordenadores dos PPG’s.....	131
Quadro 19 - Perfil dos Programas na área de conhecimento Ciências Agrárias.....	132
Quadro 20 - Perfil do Programa área de conhecimento Ciências Biológicas.....	132
Quadro 21 - Perfil do Programa área de conhecimento Ciências Exatas e da Terra.....	133
Quadro 22 - Perfil dos Programas área de conhecimento Ciências Humanas.....	133
Quadro 23 - Perfil dos Programas área de conhecimento Multidisciplinar.....	134
Quadro 25 - Composição da nova Questão Social.....	159
Quadro 26 - Características do precariado, segundo Guy Standing.....	164
Quadro 27 - Movimentos e lutas a partir dos anos 2000.....	173
Quadro 28 - Entendendo os Tipos de frustrações.....	180
Quadro 29 - Função da escola.....	186
Quadro 30 - Tendências para alcançar a qualidade total pela educação.....	190
Quadro 30 - Perfil dos sujeitos reais da pesquisa.....	198
Quadro 31 - Perfil dos sujeitos da pesquisa, 2019.....	199
Quadro 32 - Quais suas expectativas para o futuro?.....	212
Quadro 33 - Expectativas no ingresso e na conclusão da pós-graduação e projeto de vida.....	216

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de desocupação de 2016 á 2017.....	48
Gráfico 2 - Crescimento das Metas do PNE (2014-2014).....	98
Gráfico 3 - Crescimento da Pós-graduação no Brasil.....	100
Gráfico 4 - Números de mestres e doutores por região.....	100
Gráfico 5 - Número de Pós-graduação por Região.....	101
Gráfico 6 - Mestres e Doutores da Região Norte.....	102
Gráfico 7 - Série histórica dos alunos da Pós-Graduação - UFAM.....	109
Gráfico 8 - Egressos formados pela UFAM.....	110
Gráfico 9 - Percepção acerca do que leva o aluno a fazer pós-graduação na atualidade.....	137
Gráfico 10 - Taxa de brasileiros subutilizados, 2012 a 2018.....	139
Gráfico 11 - Majoritariamente os alunos da pós-graduação estão inseridos no mercado de trabalho?....	140
Gráfico 12 - A mercadorização da educação promoveu uma mudança no perfil do pós-graduando?.....	147

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Estrutura do Mercado de Trabalho em condições de acumulação flexível e o <i>Precariado</i> .....	49
Figura 2 - Condição de existência (des)humana.....	54
Figura 3 - Mínimo para gastos com saúde e educação com a regra atual e com a PEC 55.....	81
Figura 4 - Organização da Educação Brasileira por Níveis e Modalidades.....	84
Figura 5 - Organização da Pós-graduação a partir da LBD/1996.....	95
Figura 6 - Organograma PROPESP,2017. ....	108
Figura 7 - Taxa de empregabilidade de mestres doutores (em porcentagem).....	140
Figura 8 - Trinômio - sonho do precariado.....	177
Figura 9 - Classe Trabalhadora dividida em grupos.....	189

## RESUMO

Pensar o mundo contemporâneo e novas formas de entender o proletariado é abrir possibilidades de ampliar o conhecimento em busca do real. Este real se metamorfoseia em camadas e se mostra em constante transformação, assim, a presente tese intitulada: “NO OLHO DO FURACÃO”: a tendência do *precariado* entre os egressos da pós-graduação da UFAM, objetivou analisar as dimensões da camada social do *precariado* no bojo da expansão do ensino superior, a partir dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Para tanto, as categorias aqui analisadas foram: *Crise estrutural do capital*; Neoliberalismo; Política de Educação; Pós-graduação e *Precariado*. Quanto ao percurso metodológico, optou-se pela teoria crítica, cuja investigação parte da aparência para atingir a essência do objeto investigado. Definiu-se como *locus* da pesquisa a Universidade Federal do Amazonas, em especial os cursos de pós-graduação. Quanto a análise dos dados coletados, o alicerce se fez via revisão bibliográfica, levantamento documental e pesquisa de campo. Aplicou-se questionários junto a três grupos de entrevistados, quais sejam: 1. Egressos formados no período de 2000 a 2015 (11); 2. Coordenadores dos Programas de Pós-Graduação (06); 3. Representante da Diretoria de Avaliação dos PG's (PROPESP/UFAM) (01). Dentre os resultados da pesquisa, destacam-se: No Brasil, segundo GeoCAPES (2018), o crescimento da pós-graduação ocorreu entre os anos de 1998 a 2017 atingindo um percentual de 214%, ou seja, mais de 6.000 cursos (mestrados acadêmicos, profissionais e doutorados); Na Região Norte GeoCapes (2018) quantificou em 236 (duzentos e trinta e seis) programas de pós-graduação, onde 59 (cinquenta e nove) estão instituídos no Estado do Amazonas. Destaca-se que a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) é responsável por 35 (trinta e cinco) Programas; Acredita-se que com a expansão da pós-graduação e a ampliação de programas de pós-graduação no Brasil, o perfil dos alunos do mestrado e doutorado vem se alterando devido às relações estabelecidas pelo capital. Argumenta-se que os jovens/adultos veem na pós-graduação a oportunidade de buscar qualificação profissional e ascensão social. Concordamos com Alves (2014) que existem dois tipos de precariados: os *empregados* em condições precárias e os *desempregados* que vivem em profunda insegurança social por falta de perspectiva. Porém, a pesquisa em tela confirmou que as características do precariado são residuais entre os egressos (pesquisados) dos programas de pós-graduação na UFAM. Por fim, o Precariado é um fenômeno visível e, ao mesmo tempo, invisível, pois é um grupo socioeconômico distinto, que deve ser compreendido como camada da classe trabalhadora e que se manifesta nos dias atuais.

**Palavras-chave:** Crise estrutural do capital; Neoliberalismo; Educação Superior; Pós-graduação e *Precariado*.

## ABSTRATC

To think of the contemporary world and new ways of understanding the proletariat is to open possibilities for expanding knowledge in search of the real. This real is metamorphosed into layers and is in constant transformation, thus the present thesis entitled: "IN THE EYE OF HURRICANE": the precariat in the Amazon, aimed to analyze the dimensions of the social layer of the precariat in the midst of the expansion of higher education, from postgraduate courses at the Federal University of Amazonas - UFAM. To this end, the categories analyzed here were: Structural capital crisis; Neoliberalism; Education policy; Postgraduate and Precarious. As for the methodological path, the critical theory was chosen, whose investigation starts from the appearance to reach the essence of the investigated object. The research locus was defined by the Federal University of Amazonas, especially postgraduate courses. As for the analysis of the collected data, the foundation was made through literature review, documentary survey and field research. Questionnaires were applied to three groups of respondents, namely: 1. Graduates graduated from 2000 to 2015 (11); 2. Graduate Program Coordinators (06); 3. Representative of the PG's Evaluation Board (PROPESP / UFAM) (01). Among the research results, the following stand out: In Brazil, according to GeoCAPES (2018), postgraduate growth occurred between 1998 and 2017, reaching a percentage of 214%, ie, more than 6,000 courses (academic masters, professionals and doctorates); In the Northern Region GeoCapes (2018) quantified 236 (two hundred and thirty six) postgraduate programs, where 59 (fifty nine) are instituted in the State of Amazonas. It is noteworthy that the Federal University of Amazonas (UFAM) is responsible for 35 (thirty five) Programs; It is believed that with the expansion of postgraduate studies and the expansion of postgraduate programs in Brazil, the profile of master and doctoral students has changed due to the relationships established by the capital. It is argued that young people / adults see in graduate school the opportunity to seek professional qualification and social advancement. We agree with Alves (2014) that there are two types of precarious: the employees in precarious conditions and the unemployed who live in deep social insecurity for lack of perspective. However, the research on screen confirmed that the characteristics of precariat are residual among the graduates (researched) of postgraduate programs at UFAM. Finally, the Precariat is a visible and at the same time invisible phenomenon, as it is a distinct socioeconomic group, which must be understood as a layer of the working class and which manifests itself today.

**Keywords::** Structural crisis of capital; Neoliberalism; Higher Education; Postgraduate Studies e Precariat

## RESUMEN

Pensar en el mundo contemporáneo y las nuevas formas de entender al proletariado es abrir posibilidades para expandir el conocimiento en busca de lo real. Este real se metamorfosea en capas y se encuentra en constante transformación, por lo que la presente tesis titulada: "EN EL OJO DEL HURACÁN": el precariado en la Amazonía, tenía como objetivo analizar las dimensiones de la capa social del precariado en medio de la expansión de la educación superior, de cursos de postgrado en la Universidad Federal de Amazonas - UFAM. Para este fin, las categorías analizadas aquí fueron: crisis de capital estructural; Neoliberalismo; Política educativa; Postgrado y Precario. En cuanto al camino metodológico, se eligió la teoría crítica, cuya investigación parte de la apariencia para llegar a la esencia del objeto investigado. El lugar de investigación fue definido por la Universidad Federal de Amazonas, especialmente los cursos de posgrado. En cuanto al análisis de los datos recopilados, la fundación se realizó a través de la revisión de la literatura, la encuesta documental y la investigación de campo. Se aplicaron cuestionarios a tres grupos de encuestados, a saber: 1. Graduados graduados de 2000 a 2015 (11); 2. Coordinadores de programas de posgrado (06); 3. Representante de la Junta de Evaluación del PG (PROPESP / UFAM) (01). Entre los resultados de la investigación, se destacan los siguientes: en Brasil, según GeoCAPES (2018), el crecimiento de posgrado se produjo entre 1998 y 2017, alcanzando un porcentaje del 214%, es decir, más de 6,000 cursos (másteres académicos, profesionales y doctorados); En la Región Norte, GeoCapes (2018) cuantificó 236 (doscientos treinta y seis) programas de posgrado, donde 59 (cincuenta y nueve) se instituyeron en el estado de Amazonas. Es de destacar que la Universidad Federal de Amazonas (UFAM) es responsable de 35 (treinta y cinco) programas; Se cree que con la expansión de los estudios de posgrado y la expansión de los programas de posgrado en Brasil, el perfil de los estudiantes de maestría y doctorado ha cambiado debido a las relaciones establecidas por la capital. Se argumenta que los jóvenes / adultos ven en la escuela de posgrado la oportunidad de buscar calificación profesional y promoción social. Estamos de acuerdo con Alves (2014) en que hay dos tipos de precarios: los empleados en condiciones precarias y los desempleados que viven en una profunda inseguridad social por falta de perspectiva. Sin embargo, la investigación en pantalla confirmó que las características del precariado son residuales entre los graduados (investigados) de los programas de posgrado en la UFAM. Finalmente, el Precariado es un fenómeno visible y al mismo tiempo invisible, ya que es un grupo socioeconómico distinto, que debe entenderse como una capa de la clase trabajadora y que se manifiesta hoy en día.

**Palabras clave:** Crisis estructural del capital; Neoliberalismo; Educación universitaria; Posgraduación e Precario;

# Sumário

<b>Introdução</b> .....	17
<b>Capítulo 1 - DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO À CONDIÇÃO DE PRECARIADO: o mundo do trabalho e as classes trabalhadoras</b> .....	27
1.1 Da crisálida à transformação: as metamorfoses do trabalho em tempos de crise estrutural do capital	28
1.2 A precarização do trabalho: do fordismo a chamada acumulação flexível.....	36
1.3 Tempos flexíveis e a emergência do precariado: um conceito em construção em tempos de crise estrutural do capital. ....	47
<b>Capítulo 2 - NEM KÁTIA, NEM HARVEY, NEM IRMA: a crise estrutural global do capital e suas inflexões na expansão da educação superior</b> .....	69
2.1 A política pública de educação superior no Brasil em tempos de contrarreforma do Estado brasileiro .....	71
2.2 A Pós-graduação: sua expansão e capilaridade no Brasil e no Amazonas.....	92
2.3 O campo empírico: os PPGs da UFAM e o detalhamento dos programas foco da investigação.....	128
<b>Capítulo 3 - ENTRA EM CENA O PRECARIADO: a visibilidade desse conceito a partir dos Programas de Pós-graduação da UFAM</b> .....	152
3.1 Somos todos precariados? Desfiando suas nuances e formas no mundo e no Brasil.....	153
3.2 A relação trabalho assalariado, educação e precariado: qual a tônica desta tríade?.....	181
3.3 O precariado e suas múltiplas caracterizações na pós-graduação da UFAM.....	196
<b>Considerações Finais</b> .....	221
<b>Referências</b> .....	230
<b>Apêndices</b> .....	244
<b>Anexo</b> .....	252

# *Introdução*



## Introdução

O próprio '*precariado*', em si e para si, é expressão de classe do desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social *descartabilizadas* pelas relações sociais de produção capitalista.

ALVES, 2012.

Convidamos todos ao centro da discussão do conceito: *precariado*, conceito complexo, multifacetado e que provoca inúmeras polêmicas quando se refere à classe trabalhadora. Entender essa nova camada social requer dar espaço para ampliar a análise acerca do modelo educacional vigente, ou seja, na relação entre educação e trabalho, aqui, explicitado como tese: “NO OLHO DO FURACÃO”: a tendência do precariado entre os egressos da pós-graduação da UFAM.

Para tanto, a discussão acerca da educação enquanto política pública na atualidade passa inexoravelmente pelo entendimento da relação entre a educação e o trabalho. O trabalho sempre se efetivará como condição central do homem, pois é por meio do trabalho que o homem transforma a natureza para satisfazer suas necessidades, historicamente determinadas, de organização social.

É pelo trabalho que os homens passam a produzir a própria vida material. Para tanto, o homem, por sua vez, faz da sua atividade vital – o trabalho – objeto da sua vontade, livre e conscientemente (MARX, 1975). Ao se relacionar a educação com o trabalho deve-se refletir sobre a mesma como um elemento que possibilita a formação da cidadania crítica, em contraposição a educação e trabalho sob o prisma da “ilusão de desenvolvimento” (ARRIGHI, 1997, p. 40), a qual não vislumbra a alteração da ordem social desigual e excludente.

Com o advento da expansão do ensino superior na atualidade, verifica-se que essa ilusão se realiza sob o signo da “democratização” do acesso à educação superior no Brasil. Somos cientes de que esse processo de expansão é necessário diante da dívida social que se tem com os segmentos subalternizados em nosso país, contudo é vital refletir de forma crítica sobre a qualidade desse processo de expansão.

Tal expansão vem adensando uma “nova” camada social - “precariado” - que se constitui em jovens/adultos qualificados inseridos em empregos precários/precarizados (ALVES, 2012). Com base nesses argumentos apresenta-se a tese:

Em tempos de crise estrutural do capital, a educação, via expansão do ensino superior, em especial da pós-graduação, tende a dar visibilidade a camada social do precariado, na medida em que esses jovens/adultos altamente escolarizados se inserem - durante ou após a titulação - em ocupações precárias ou ficam desempregados frustrando suas expectativas de realização profissional.

Cientes que inúmeras e profundas transformações vêm ocorrendo na esfera produtiva, ou seja, no mundo do trabalho, é de suma relevância discutir acerca do processo em curso e suas implicações na categoria trabalho. Com intuito de responder os objetivos da pesquisa escolheu-se as seguintes questões norteadoras são: a) Sendo a precarização do trabalho inerente ao processo de acumulação do capital, quais as dimensões do *precariado* diante da expansão da educação superior na atualidade, bem como da pós-graduação? b) A camada social do *precariado* relaciona-se com a questão da qualificação profissional em tempos de reestruturação produtiva, que tende a precarizar as relações e condições de trabalho? c) Como se constitui o *precariado* em nosso país e qual a sua relação com as alterações no mundo do trabalho e expansão no ensino superior a partir dos Egressos (formados) dos cursos de Pós-graduação da UFAM?

Estes questionamentos partem do entendimento de que o sistema educacional é catalisador do desenvolvimento social, político e econômico, por se tratar de um fator determinante no crescimento de qualquer sociedade. No entanto, o capital utiliza a educação como uma ferramenta para o expansão do capital humano<sup>1</sup>, com o discurso de ascensão social.

No bojo das reformas, pelas quais vem passando o Brasil, vê-se que, tanto a Educação Básica, quanto a Educação Superior, passam a ter uma nova reordenação no quadro das políticas educacionais. A propósito, Chauí (2001, p. 90), pondera que a universidade nos anos 1990 insere-se num período dos ditos ajustes neoliberais, voltando suas ações diretamente para o mercado do trabalho. No tocante ao aprimoramento por meio de cursos de especializações *stricto sensu*, compreende-se que a atualização profissional é um dos fatores que contribui para o refinamento dos serviços e o adensamento do que, aqui, chamamos de nova camada social: o *precariado*.

Para tanto, é válido esclarecer que o precariado é um conceito que vem sendo discutido por alguns autores como: Guy Standing (2014) e Ruy Braga (2013) e Giovanni Alves (2012). Tal conceito foi trabalhado de forma precisa no decorrer desta tese, no intuito

---

<sup>1</sup> Entendendo que o intelecto, maior “capital humano”, como a forma mais importante da força de trabalho na contemporaneidade (PAIVA, 2001).

de estabelecer um marco teórico e político no Brasil e, em especial, na Amazônia, para, assim, dar visibilidade a camada social do precariado na Pós-graduação na UFAM.

Sendo assim, na atualidade a expansão do sistema de instituições de Ensino Superior sob o toque da esfera privada, bem como o aumento da oferta de cursos de pós-graduação passa também por um processo de expansão, resguardando as devidas especificidades desse nível de formação. Segundo dados do Censo da Educação Superior (2016)<sup>2</sup> das 2.407 (duas mil, quatrocentos e sete) Instituições de Ensino Superior, 2.111 (duas mil, cento e onze) são privadas e 296 (duzentas e noventa e seis) são públicas. Em 2016, 34.366 (trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e seis) cursos de graduação foram ofertados em 2.407 (duas mil, quatrocentos e sete) instituições de educação superior no Brasil.

O número de matrículas na modalidade à distância continua crescendo, atingindo quase 1,5 milhão, o que já representa uma participação de 18,6% do total de matrículas da educação superior. Entre 2006 e 2016, a matrícula na educação superior aumentou 62,8%, com uma média anual de 5% de crescimento. Em relação a 2015, a variação positiva foi de apenas 0,2%. Um dado significativo é que, em 2016, mais de 1.100,000 (um milhão e cem mil) estudantes concluíram a educação superior.

Verticalizando a questão para a pós-graduação, segundo o levantamento da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior (Capes) o Brasil tem 122.295 (cento e vinte e dois mil, duzentos e noventa e cinco) estudantes de pós-graduação, dos quais 76.323 (setenta e seis mil, trezentos e vinte e três) são de mestrado acadêmico, 4.008 (quatro mil e oito) de mestrado profissional e 41.964 (quarenta e um mil, novecentos e sessenta e quatro) de doutorado (Capes/MEC, 2016). Nota-se que há um crescimento no setor que precisa da cooperação dos estados, empresas estatais e iniciativa privada para aumentar o número de bolsas de pós-graduação. Nos últimos oito anos, o número de cursos de pós-graduação aprovados pela Capes tem crescido, em média, 9% ao ano. As áreas com maior número de alunos são ciências humanas e engenharias, ciências da computação e ciências da saúde.

Vale destacar que a região Sudeste concentra o maior número de pós-graduandos: 31.274 no doutorado; 45.856 no mestrado acadêmico e 2.893 no mestrado profissional. Na região Norte, há 228 doutorandos e 1.507 mestrados. São Paulo tem mais da metade dos futuros doutores, 21.161 dos 41.964 alunos da área. Dos 76.323 alunos de mestrado

---

<sup>2</sup> Ministério da Educação (MEC) - Notas Estatísticas Censo da Educação Superior - (2016) - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira.

acadêmico, 27.716 estão em São Paulo; 10.721 no Rio de Janeiro; 61 em Rondônia; 08 (oito) no Tocantins; e 04 (quatro) no Acre. As regiões Norte e Centro-Oeste, excluindo o Distrito Federal, têm os índices mais baixos de matriculados na pós-graduação e, conseqüentemente, de bolsas.

Importa destacar que esse aumento, na atualidade, após Proposta de Emenda à Constituição, que reduz os gastos públicos, encontra em processo de recuo, pois os investimentos para a pós-graduação em nosso País sofrem reflexo do ajuste fiscal que começou ainda em 2014, no governo de Dilma Rousseff (2014-2016) e que se intensifica no governo de Michel Temer (2016 – 2017), conforme demonstra o Sistema SIGRA/IBGE. E que vem se intensificando no governo atual, e que está sintonia com a crise do capital que atinge o trabalho e o trabalhador.

O sistema capitalista vem mercantilizando a educação. Na atualidade o sistema vem provocando inflexões no modelo de produção capitalista e, inexoravelmente, promove mutações na classe trabalhadora. Muda-se a base material, a infraestrutura e toda a superestrutura política, econômica, jurídica, social e isto afeta o sistema sociometabólico do capital (capital, trabalho - assalariado - e Estado) (MÉSZÁROS, 2002). Diante disso, afirma-se que as complexas e contraditórias relações entre capital e trabalho no tempo presente formam, um proletariado que se transforma em *precariado*.

Ressalta-se que não se trata do surgimento de “novas classes”, mas de uma parcela específica da classe trabalhadora, de uma fímbria, que sofre inflexões de uma conjuntura onde se exige, por exemplo, uma “super-qualificação” do trabalhador e não se assegura a inserção no mercado de trabalho, ampliando o Exército Industrial de Reserva (EIR) e exigindo deste trabalhador, em uma proporção cada vez maior, mais qualificação profissional (ALVES, 2013). Para tanto, o mesmo deve ir ao mercado e buscar adquirir um “pacote” de competências com vistas a assegurar sua inserção ao mercado de trabalho.

Chauí (2001) adverte que as empresas já buscam uma formação universitária mais adequada para os futuros profissionais e que seus desempenhos sejam satisfatórios para exercer funções dentro do sistema. Afirma ainda que o diploma tem pouco prestígio e que, em sua maioria, os jovens diplomados estão desempregados ou subprecarizados, sem falar da inutilidade dos cursos, da rotina imbecilizadora, das incertezas do mercado de trabalho, da pouca relação entre a universidade e os problemas mais prementes da sociedade. A “nova” face do capital traz a necessidade de aprimoramento desses profissionais por meio da pós-

graduação, que vem sendo entendida como um “elo” que fortifica o fazer profissional trazendo assim um aperfeiçoamento para as diversas profissões.

A expansão da pós-graduação faz surgir um número elevado de profissionais que vêm se qualificando dentro das universidades, visando uma possibilidade de estabilidade por meio do ensino universitário. Porém, nota-se, é uma expansão cujo mote é a mercantilização da educação superior, visto que “a educação virou mercadoria e a partir daí não parou de crescer e adequar o Ensino Superior às necessidades da globalização capitalista e de formação de mão de obra para o domínio das multinacionais no Brasil” (GODEIRO, 2015, p. 26).

Alves (2012, p. 200) afirma que esse novo grupo profissional que está se qualificando “[...] são constituídos por jovens-adultos na faixa-etária dos 20-40 anos, altamente escolarizados e “pobres” na acepção convencional, isto é, objetivamente inseridos em estatutos salariais precários, portanto, eles são jovens-adultos, cultos e pobres”. Kaufmann (1999, p. 38) afirma que “[...] o mundo do trabalho encontra-se acometido de mutações profundas que fecham as perspectivas e abrem vias incertas”, assim “[...] o precariado caracteriza-se por uma fundamental insegurança no que toca aos direitos” (ALVES, 2012, p. 13).

Com base nisso é que se investigou e relacionou a visibilidade dessa categoria com a expansão da educação superior sob o toque dos ditames do mercado e da égide do projeto neoliberal. Num contexto de *crise estrutural do capital*, que vive o nosso País, um processo violento de desemprego que beira 14 milhões de desempregados, e que de acordo com a Organização Internacional do Trabalho – OIT (2015), a insegurança se tornou regra no mercado de trabalho.

Com base no relatório “Perspectivas Sociais e do Emprego no Mundo 2015”, apresentado pela OIT (2015), coloca-se em relevo que a insegurança no mercado de trabalho aumentou tanto nas economias avançadas como nas emergentes, visto que o modelo considerado “padrão” – o que melhor garante proteção social – já não é predominante entre os empregos gerados, nem sequer nos países desenvolvidos e isso promove uma brutal mudança na classe trabalhadora, além de gerar um sentimento de insegurança crescente que, no Brasil, potencializa-se a partir da aprovação da Reforma Trabalhista.

A sociedade do capital sempre esteve associada às crises econômicas e sociais, pois se trata de um sistema predatório, cujas roldanas do “moinho satânico” (POLANYI, 2000) são colocadas em movimento, impulsionadas por elementos que possuem sede por acumulação e ganhos monetários. Neste pano de fundo, vêm à tona os altos níveis de desemprego,

subemprego, dentre os quais está inserida a “nova” camada social, avocada de *precariado* que suscita a reflexão e análise acerca de sua emergência e visibilidade política em nossa sociedade.

Os pressupostos anteriores dão suporte ao *objetivo geral* desse estudo que foi: Analisar as dimensões da camada social do *precariado* no bojo da expansão do ensino superior, a partir dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Para atingir esse objetivo estabeleceram-se como plano de trabalho os seguintes *objetivos específicos*, quais sejam: 1. Problematizar o conceito *precariado*, diante das alterações no mundo do trabalho e a expansão do ensino superior num contexto de *crise estrutural do capital* e de neoliberalismo; 2. Discutir a expansão da educação superior por meio dos cursos de pós-graduação, e o perfil dos Egressos (formados) dos cursos de Pós-graduação da UFAM; 3. Desvelar as dimensões subjetivas e objetivas do *precariado* a partir dos Egressos (formados) dos cursos de pós-graduação da UFAM e a relação entre a expansão do ensino superior e a precarização do trabalho.

Para tanto, esta tese utilizou como embasamento teórico seguintes categorias de análise: *Crise Estrutural do Capital*, Neoliberalismo, Educação Superior, Pós-graduação e o *Precariado*. Como autores: István Mészáros, Ricardo Antunes, Demerval Saviani, Giovanni Alves, entre outros. Utilizou como base documental dados e informações oriundos do Plano Diretor de Reforma do Aparelho do Estado do Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE, 1995); do Censo da Educação Superior (INEP, 2013/2014/ 2015), Mapa do ensino superior privado (2008/2018); Mapa do Ensino Superior no Brasil (SEMESP, 2015/2016/2107), Comissão Especial de Acompanhamento do Plano Nacional da Pós-Graduação (2011-2020); Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Plano Nacional de Pós-Graduação – (PNPG 2011-2020); Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil (2016).

Como percurso metodológico a ser seguido utilizou como aporte o método de Karl Marx. Sendo assim, o método que embasa esta tese ratificando que o “método não é uma fixação insubstancial, é uma necessidade” (PERUJO SERRANO, 2011, p. 103), na pesquisa científica, pois, “o método burila o processo e sugere, além do mais, a utilização de algumas técnicas para aplicação. Portanto, não existe conhecimento científico sem o apoio do método (Idem).

Logo, a investigação parte da aparência para atingir a essência do objeto investigado, visto que se trata de um método que vai do abstrato ao concreto. Nesta tese, partiu-se da

*aparência – a expansão do ensino superior sob a forma de democratização do acesso a vida universitária, na busca pela essência dessa expansão, ou seja, quais as múltiplas determinações por trás da expansão do ensino superior e a relação com a visibilidade da camada social do precariado.*

O estudo do ponto de vista de seus objetivos é uma pesquisa exploratória, cuja natureza, pesquisa aplicada, visa edificar conhecimentos para aplicações práticas na busca por solucionar problemas específicos. A pesquisa se manifesta a partir dos problemas teórico-práticos da realidade, necessitando o planejamento cuidadoso para lidar com situações concretas (LOMBARDI; SAVIANI, 2008).

Do exposto, afirma-se que este estudo foi construído em momentos diferenciados e articulados, que consistiu na qualificação do projeto; revisão bibliográfica; levantamento documental; leituras, discussão e fichamentos acerca das categorias centrais de análise; seleção dos *locus* da pesquisa dos sujeitos em potenciais, pré-teste; análise, organização e sistematizados de dados e informações coletados, oriundos da pesquisa bibliográfica, documental e de campo, com intuito de refutar ou constatar a hipótese pensada.

Além da pesquisa de campo, objetivou verificar como a teoria estudada se aproxima no campo da realidade prática, cujo *locus* da investigação foram 09 (nove) cursos de Pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) que atenderam aos critérios qualitativos<sup>3</sup> da pesquisa.

A pesquisa trabalhou com três grupos de sujeitos, quais sejam: 1. Coordenadores dos cursos de Pós-graduação (6); 2. Egressos formados (11) dos anos de 2000 a 2015 dos PPG's; 3. Representante da Diretoria de Avaliação da Pós-Graduação -DAV (PROPES/UFAM) (1).

Aplicou-se junto a estes sujeitos questionários (APÊNDICE A - coordenadores), (APÊNDICE B - egressos) e (APÊNDICE C - DAV), com perguntas abertas e fechadas, no período de fevereiro à maio e 2019. A aplicação se deu via *e-mail* pela ferramenta *Google Docs*<sup>4</sup>, onde foi enviado questionários<sup>5</sup> os quais atenderam os indicadores<sup>6</sup> que estão

---

<sup>3</sup> a) Programas de Pós-Graduação com curso de Mestrados e Doutorados; b) Egressos dos PPG's no período de 2000 a 2015; c) Ter acesso aos e-mails dos egressos (formados) até 2015.

<sup>4</sup> *Google Docs*: é um pacote de aplicativos do *Google* baseado em *AJAX*. Funciona totalmente *online* diretamente no *browser*. Atualmente, compõe-se de um processador de texto, um editor de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários. Ele permite aos usuários criar e editar documentos *online* ao mesmo tempo, colaborando em tempo real com outros usuários. *Google Docs* combina as características de *Writely* e *Spreadsheets*, com um programa de apresentação incorporando tecnologia projetada por Sistemas Tonic.

<sup>5</sup> Perguntas abertas e fechadas, com vista a capturar a relação entre educação e trabalho que se dá a partir do processo expansionista do ensino superior.

<sup>6</sup> Segundo Alves (2011, p.11): [...] “o precariado é constituído, hoje, por jovens empregados e desempregados no mundo do trabalho, recém-graduados e com alto nível de escolaridade, mas que não conseguem inserir-se em

delimitados na literatura para caracterização do precariado, tais como: a) idade; b) condições de trabalho; c) empregabilidade; d) desemprego; e) subemprego; f) nível de escolaridade; g) relação sindical entre outros.

Ademais, a fim de assegurar o sigilo, bem como preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os mesmos procederam à assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (APÊNDICE D). Neste sentido, os sujeitos de pesquisa não foram identificados, assegurando sigilo, de acordo com o que é preconizado pelo Comitê de ética da UFAM. Assim como, o presente estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética – CAAE nº 57.63.4916.9.0000.5020 (ANEXO A).

Ressalta-se que a tese está estruturada em três capítulos, quais sejam:

**Capítulo 1 - DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO À CONDIÇÃO DE PRECARIADO: o mundo do trabalho e as classes trabalhadoras.** Neste capítulo será abordado sobre a *crise estrutural do capital* para demonstrar as metamorfoses do mundo do trabalho, bem como a intensificação do processo de precarização do trabalho, desde o fordismo até a chamada “acumulação flexível”, para, em seguida, adentrar ao conceito de *precariado* com vistas a adensar a reflexão da temática central desse estudo, no intuito de entendermos a precarização do trabalho e a condição de precariado, como nova camada social nas malhas do capital.

**Capítulo 2 - NEM KÁTIA, NEM HARVEY, NEM IRMA: a crise estrutural global do capital e suas inflexões na expansão da educação superior** - Esse capítulo encontra-se estruturado a partir de tópicos sobre o “desenho” da política pública de educação num contexto de contrarreforma e de crise estrutural do capital, com destaque para a expansão da educação superior e sua relação com o trabalho em um país de capitalismo periférico como o Brasil e suas históricas contradições, para, em seguida, verticalizar acerca da ampliação da pós-graduação, e o surgimento do precariado no mundo e no Brasil.

**Capítulo 3 - ENTRA EM CENA O PRECARIADO: a visibilidade desse conceito a partir dos programas de Pós-graduação da UFAM.** Por fim, este capítulo debruçou-se nos contornos do conceito *precariado* no mundo e no Brasil, e em suas particularidades e especificidades de acordo com a força econômica, social e política de cada Estado Nação. Posteriormente, abordou-se acerca da relação trabalho assalariado e educação para demonstrar

---

relações laborais estáveis [...]. Uma de suas características cadentes é a invisibilidade social, tendo em vista que estão incorporados em formas atípicas e instáveis de contratação, que disfarçam as relações empregatícias. Além disso, não possuem representação sindical, o que os coloca à margem da camada estável do proletariado organizado”.

a relação com a visibilidade do conceito precariado na cena contemporânea. Finalizando, a partir da realidade pesquisada, no estado do Amazonas, suas características *precariado* e formas, dentro do processo expansionista da educação superior em nosso país.

[E]u careço de que o bom seja bom e o ruim ruim, que dum lado esteja o preto e do outro o branco, que o feio fique bem apartado do bonito e a alegria longe da tristeza! Quero os todos os pastos demarcados... Como é que posso com este mundo? A vida é ingrata no macio de si; mas transtraz a esperança mesmo do meio do fel do desespero. Ao que, este mundo é muito misturado.

João Guimarães Rosa (1956)

# Capítulo 1



## Capítulo 1 - DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO À CONDIÇÃO DE PRECARIADO: o mundo do trabalho e as classes trabalhadoras<sup>7</sup>

O sistema capitalista devora o homem. O sistema capitalista é um esbanjador de homens, de trabalho vivo, depilador de carne e sangue, bem como de nervos e cérebros.

Marx (1975, p. 10).

Iniciar a jornada em torno das contradições existentes no mundo do trabalho é instigante e desafiador, visto que desfiar as contradições inerentes sociedade de classe sob a hegemonia do capital, é navegar em um mar de incertezas, dentro de suas várias crises que são sentidas, principalmente, pelas classes trabalhadoras em seu sentido mais amplo. Ou seja, aquele grupo de trabalhadores que vende e sobrevive da sua *força-de-trabalho*, agora no tempo moderno, inseridos em relações sociais flexíveis, tendo como pano de fundo o desmonte dos direitos sociais sob o toque do projeto neoliberal.

O capital trouxe em sua envergadura diversas mudanças no mundo do trabalho, conseguiu retirar do ser social sua *liberdade*, pois “o sistema capitalista devora o homem. O sistema capitalista é um esbanjador de homens, de trabalho vivo, depilador de carne e sangue, bem como de nervos e cérebros” (MARX, 1983, p. 10). Ao retirar sua liberdade, o capital devorou o homem, destituindo o “ser” do “pensar”, tornando alienado e subjugado aos ditames do capital, subjugando o trabalho à sua forma abstrata, ou seja, em trabalho assalariado que se constitui em força de trabalho sob a regência do capital.

Discute-se neste capítulo, a *crise estrutural do capital* para demonstrar as metamorfoses do mundo do trabalho, bem como a intensificação do processo de precarização do trabalho, desde o fordismo até a chamada “acumulação flexível”, para, em seguida, adentrar ao conceito de *preariado* com vistas a adensar a reflexão acerca da temática central desse estudo o “Precariado” para, assim, entendermos a precarização do trabalho e a condição

---

<sup>7</sup> Comungamos com o pensamento de Ricardo Antunes em seu livro: **O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho** (2005), quando nos referimos às *classes trabalhadoras*, onde o autor evoca uma noção de classe trabalhadora *mais abrangente*, não restrita, como em meados do século passado, ao proletariado industrial ou ainda a ideia que reduz o trabalho produtivo exclusivamente ao universo fabril. Congrega, por conseguinte, todos aqueles que vendem sua força em troca de salário e são desprovidos dos meios de produção. Incorpora, além do proletariado industrial e rural, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os trabalhadores de *telemarketing* e *call center*, os *motoboys*, além de incluir a totalidade dos desempregados. Por fim, o autor lança o desafio de se compreender o mosaico de forma que configura a classe trabalhadora atual, considerando o seu caráter polissêmico e multifacetado.

de precariado, pois se acredita que essa nova camada social tem um papel importante dentro das malhas do capital.

### **1.1 Da crisálida à transformação: as metamorfoses do trabalho em tempos de crise estrutural do capital**

Da crisálida à borboleta, o que se tem é a transformação, por meio de um processo de mudança até a borboleta. A metáfora aplicada ilustra as contradições existentes no processo de gênese, desenvolvimento e consolidação da sociedade capitalista e os processos de crises do capital. Com o advento da sociedade capitalista ocorre a subsunção real e formal do trabalho ao capital. Sendo o trabalho o elemento fundante do ser social, a partir da subsunção impôs-lhe a alienação, a exploração, a desumanização do homem.

No reino do capital impera a incerteza dos homens, incerteza de sua existência. O trabalho assumiu no transcorrer do desenvolvimento histórico da sociedade capitalista caminhos tortuosos e sombrios, deixando de ser um ato criador de extrema liberdade para ser alienado, estranho e sob a regência do capital.

O trabalho no seu sentido ontológico é entendido como a ação do homem sobre a natureza, que tem como objetivação suprir suas necessidades reais, ou seja, é uma relação imprescindível entre homem/natureza, pois, por meio do trabalho, atividade exclusivamente humana, o homem medeia sua relação com a natureza e ao transformar a natureza também se transforma. Para tanto, o trabalho rompe com o padrão natural pois, Marx (1983, p.149) afirma que:

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. mesmo tempo, a dissolução da própria noção de história como um Não se trata aqui das primeiras formas instintivas, animais, de trabalho. O estado em que o trabalhador se apresenta no mercado como vendedor de sua própria força de trabalho deixou para o fundo dos tempos primitivos o estado em que o trabalho humano não se desfez ainda de sua primeira forma instintiva.

O gênero humano, que se diferencia das outras espécies, pois, o homem produz universalmente sob a condição de produzir na liberdade. E nesse sentido, o processo de trabalho humano pressupõe atividades orientadas a um fim, para produzir valores, visando satisfazer suas necessidades humanas.

Logo, o processo trabalho possui relação mediada por alguns elementos: o *sujeito* (homem), o *objeto* (natureza, orgânica e inorgânica) e os por *instrumentos* (que são

elaborados pelo próprio sujeito), junto com tais elementos surge a necessidade de suprir carências inerentes ao homem. Pois segundo Marx (1983, p. 297):

Uma aranha executa operações semelhantes às do tecelão, e a abelha envergonha mais de um arquiteto humano com a construção dos favos de suas colmeias. Mas o que distingue, de antemão, o pior arquiteto da melhor abelha é que ele construiu o favo em sua cabeça, antes de construí-lo em cera. No fim do processo de trabalho obtém-se um resultado que já no início deste existiu na imaginação do trabalhador, e portanto idealmente.

O homem, como ser que possui capacidade teleológica, utiliza o trabalho como forma de objetivar desejos, ao pensar projeta o início, meio e fim de qualquer ação, esse pensar modifica a natureza e modifica, assim, a vida de todos os homens, instituindo novas possibilidades:

As alternativas abrem espaço para escolhas: gênese da liberdade. Pois a liberdade, para Marx, não consiste na consciência da liberdade ou das escolhas, mas na existência de alternativas e na possibilidade concreta de escolhas entre elas. Assim, a liberdade não é apenas um valor ou um estado de perfeição absoluta, mas uma capacidade historicamente desenvolvida e inseparável da atividade que a objetiva (BARROCO, 2008, p. 26).

Essa liberdade pressupõe escolhas que geram as objetivações e se efetivam por meio dos resultados concretos do trabalho (produto). Enquanto atividade humana, o trabalho se torna consciente, racional e projetivo; em sua forma livre e criativa, o trabalho é, antes de tudo, em termos genéricos, o ponto de partida da humanização do homem, do refinamento de suas faculdades, processo do qual não se deve esquecer o domínio sobre si mesmo (LUKÁCS, 1979, p. 87). O trabalho sempre se dará de forma coletiva, pois o sujeito não é isolado, ou seja, vivem em comunidade com outros seres humanos, partilhando os mesmos hábitos, costumes e interesses, levando em consideração o caráter coletivo da atividade do trabalho que tem em sua substância o social. O ser social que, por meio do trabalho, no decorrer da história, passa a dominar os conhecimentos, agregar valores às suas atividades e adquire a capacidade de:

1. Realizar atividades teologicamente orientadas;
2. Objetivar-se material e idealmente;
3. Comunicar-se e expressar-se pela linguagem articulada;
4. Tratar suas atividades e a si mesmo de modo reflexivo, consciente e autoconsciente;
5. Escolher alternativas concretas;
6. Universalizar-se;
7. Sociabilizar-se (NETTO & BRAZ, 2009, p. 56).

Diferente dos outros seres, o ser social (homem) pensa, projeta, cria, transforma, comunica e transmite conhecimento por meio de suas escolhas, exercendo sua liberdade. É um ser histórico e cheio de possibilidades, e é por conta da “síntese de múltiplas determinações” (MARX, 1975, p. 99) que o homem se constrói e arquiteta, constrói a história da humanidade. Porém, o homem não se restringe ou se esgota no trabalho, pois o ser social vive em constante desenvolvimento se objetivando e transcendendo. Vale destacar que o trabalho não deixa de ser a centralidade na existência do ser social, mas sim a base para o seu crescimento.

O ser social vai para além do trabalho, buscando, assim, a categoria *práxis* para explicar seu desenvolvimento, pois, “[...] É na práxis que o homem deve demonstrar a verdade, isto é, a realidade e o poder, o caráter terreno do seu pensamento. A disputa sobre a realidade ou não-realidade do pensamento isolado” (MARX, 1975, p.12), logo, ela permite apreender a riqueza do ser social, constituída pelo trabalho, onde o homem se projeta e realiza novas objetivações materiais.

A *práxis*, dependendo das condições histórico-sociais, pode se tornar uma arma do sistema estabelecido, onde o homem produz objetivações que serão estranhas e exteriores a ele. Esse estranhamento é reconhecido como alienação. Sobre isso, Lessa (2015, p. 80) afirma que, para Lukács:

[...] nem todas as objetivações/exteriorizações jogam papel positivo no desenvolvimento da generalidade humana. Algumas das objetivações, em momentos historicamente determinados, podem se transformar de impulsos em obstáculos ao desenvolvimento da humanidade. E, nesses momentos, tais objetivações, ao invés de contribuir com o devir humano dos homens, se transmutam em negação da essência humana, em expressão da desumanidade criada pelo próprio homem. A esses momentos de negatividade, que constituem obstáculos sociogenéricos ao devir humano dos homens, Lukács denomina, após Marx, de **alienação** (*Entfremdung*). (**grifo nosso**)

A alienação tem seu caráter ligado a sociedades onde seus fundamentos estão alicerçados na divisão social do trabalho e a na propriedade privada dos meios de produção. Assim, é válido ressaltar que a cada estágio de desenvolvimento do ser social, ele concentra conhecimento, valores, padrões e normas que podem causar um afastamento de sua humanidade.

Destaca-se, ainda, que Marx (1975) classifica os modos de produção de acordo com o grau de desenvolvimento tecnológico e com a complexidade de suas relações de produção, pois será no processo de trabalho que os homens criam determinadas relações entre eles e,

juntamente com a capacidade de produzir, constituem o modo de produção. Marx, na Crítica ao Programa de Gotha (1875), mostra os estágios de desenvolvimento da história conhecidos como: comunismo primitivo, o escravismo, o feudalismo, o capitalismo, o socialismo e o comunismo. Com base nesses estágios, ele se propõe a tecer críticas ao modo de produção capitalista.

O aperfeiçoamento das forças produtivas de produção em cada momento histórico entra em ciclo de crise, gerando a necessidade de substituição por outro modelo, que, segundo Marx e Engels (1982, p. 531), denomina de “épocas progressivas de formação econômica e social”. Importa frisar que o sistema que vem se “perpetuando” é o modo de produção capitalista, que tem em seu cerne a necessidade de acumular riquezas, por meio da exploração do homem pelo homem, o que levou Marx e Engels (1982, p. 531) a afirmar que “[...] a história de sociedade até nossos dias consiste no desenvolvimento dos antagonismos de classe, antagonismo que se têm revestido de formas diferentes nas diferentes épocas”.

Dessa feita, pode-se afirmar que o modo de produção capitalista alterou de forma visceral o trabalho no seu sentido ontológico e criativo. Ao promover a subsunção do trabalho pelo capital, ocorre o processo de desumanização do homem. Karl Marx em seus escritos retratou de forma clara o surgimento, desenvolvimento, consolidação e *crises* do modo de produção capitalista. Em sua simbiose natural o modo de produção capitalista se divide em duas classes antagônicas e contraditórias: “[...] o desenvolvimento da burguesia, isto é, do capital, desenvolve-se também o proletariado, a classe de operários modernos, que só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital” (MARX; ENGELS, 1982 p. 18).

No decurso da história, o sistema capitalista se estabelece com o advento da Grande Indústria e constitui-se em um modo de produção que visa ser hegemônico. Como forma de adensar acerca do processo de gênese e desenvolvimento dessa sociedade demonstra-se os elementos indispensáveis desse modo de produção, quais sejam:

[...] Os meios de trabalho propriamente ditos, tais como ferramentas, maquinaria e edifícios, utilizam-se constantemente, durante um período de tempo mais ou menos longo, em processos repetidos de produção. Se se consumissem de uma vez, como acontece com as matérias-primas, transferir-se-ia imediatamente todo o seu valor à mercadoria que ajudam a produzir. (MARX, 1975, p. 93).

Porém, para que se compreenda o modo de produção capitalista é necessário compreender o desenvolvimento das forças produtivas, visto que é pelo “[...] modo de produção capitalista chegaria a um ponto em que a contribuição do trabalho vivo se tornaria insignificante em comparação com a dos meios de produção, de tal maneira que perderia qualquer propósito aplicar a lei do valor como critério de produtividade do trabalho e de distribuição do produto social (MARX, 1975, p. 16).” Portanto, o capitalista se apropria do trabalho excedente gerando assim: relação de exploração.

Para o capitalismo se constituir e responder aos seus ensejos de acumulação é necessário refletir sobre a relação contraditória entre capital *versus* trabalho. Pois, na busca por lucros, o capitalista necessita extrair a mais-valia na relação com o trabalhador, que significa apropriação do valor excedente, ou seja, o capitalista extrai a mais-valia, deixando de pagar o valor da força de trabalho real, na medida em que o salário representa um valor inferior a produção do trabalhador na jornada de trabalho.

Essa relação de exploração, ou seja, o trabalho em sua forma assalariada, estabelecido pela expropriação da mais-valia: *mais-valia absoluta* que é a ampliação da jornada de trabalho, ou seja, a intensificação do ritmo de trabalho sem contrafação salarial; e a *mais-valia relativa* que é a introdução de inovações tecnológicas visando diminuir o trabalho socialmente necessário, isso faz com que se reduza o valor do trabalho (MARX, 1975).

As expropriações do trabalhador por meio da mais-valia relativa e absoluta não se excluem:

[...] embora a verificação histórica mostre que, com o crescimento das organizações operárias e seu amadurecimento político, tenda a predominar a forma relativa. Em qualquer dos casos, o que está em questão é o aumento da exploração da força de trabalho. No entanto, no ponto de vista das suas consequências, essas formas se distinguem: quando o incremento do excedente se dá através da produção absoluta de mais-valia, verifica-se a tendência a uma pauperização absoluta dos trabalhadores; quando predomina a produção de mais-valia relativa, o que ocorre geralmente é uma pauperização relativa dos trabalhadores - estes, apesar da exploração, não tem os seus padrões de vida aviltados (NETTO; BRAZ, 2009, p. 123).

O trabalho humano tornou-se uma mercadoria, o mesmo é regido pelo poder do capital, o trabalhador passa a ser mais um dos muitos mecanismos do sistema. Sendo explorado, expropriado e desumanizado. O empobrecimento da classe trabalhadora passa a ser percebido e vivenciado dentro das famílias, cujas determinações os afetam diretamente como: fome,

desemprego, miséria, exploração do trabalho, violência entre outras formas de expressões desse processo que se faz presente na família, bem como em todas as esferas da sociedade.

Do exposto, o trabalhador perdeu o controle da produção e o capital assumiu o processo de trabalho para si, realizando, segundo Marx, a subsunção formal do trabalho<sup>8</sup> ao capital. Com a introdução de máquinas nas indústrias, o capital inculuiu o trabalho morto, fazendo com que o trabalhador se afastasse do processo de trabalho, deixando de ser elemento ativo do processo, passando, assim, a subsunção real do trabalho pelo capital (ALVES, 2007).

Exposto isso, o trabalho na sociedade capitalista promove uma cisão entre o homem com a natureza, instaurando uma nova forma de relação de trabalho, emergindo a categoria, trabalho assalariado, onde ocorre a separação definitiva do homem (força de trabalho) com a natureza (matéria-prima e os instrumentos). Porém, o trabalhador e seus meios de produção permanecem unidos como o caracol e sua concha (MARX, 1971, p. 471), pois a dependência do homem ao sistema é evidenciada na contradição antagônica, visto que um necessita do outro para sobreviver. Essa nova relação estabelecida pelo capital para o trabalho assume algumas características próprias, sendo:

O trabalho passa, então, a assumir um novo caráter: de atividade indigna no passado, passando a ser visto como indignos aqueles que não trabalham taxados como vagabundos os que não se submetem a trabalhar para o capital, mesmo que o próprio capital não tenha interesse em absorver todo o trabalho posto à sua disposição. Assim, os capitalistas sempre encontram ao seu dispor um grupo de trabalhadores à margem do processo produtivo, mais sempre ávidos por incorporar-se a ele; e a esse grupo de trabalhadores Marx denomina de exército industrial de reserva (CARCALHOLO, 2011, p. 148-149).

Essa relação produzida pelo sistema capitalista leva o trabalhador a uma total dependência do capital gerando, assim, o estranhamento do trabalhador com o produto produzido por meio do seu trabalho, já que:

[...] o trabalho assalariado, em si e para si, está alienado das condições objetivas do trabalho social (o que significa que perdeu o controle sobre o

---

<sup>8</sup> ROMERO, Daniel. **Marx e a técnica**: um estudo dos manuscritos de 1861-1863. São Paulo: Expressão Popular, 2005. Marx, afirma que: “[...] a subsunção do trabalho no capital é a forma geral de toda a produção capitalista [...]”. A subsunção formal é uma “relação de dominação e subordinação do trabalho frente ao capital”, anterior à introdução das máquinas na produção, nela o trabalhador ainda não perdeu todo o controle sobre o processo de produção, pois, ele ainda “detém o monopólio do conhecimento (saber/fazer) do processo de trabalho”. A outra forma de subsunção, a real, caracteriza-se por ser uma “relação de dominação e subordinação do trabalho frente ao capital” na qual o trabalhador é expropriado “do seu saber/fazer”, só então ele perde todo o domínio “sobre o ritmo de produção e, principalmente, sobre o modo de se produzir – e isso passa a ser ditado pela maquinaria, a qual subsume realmente o trabalhador.

produto de sua vida material). Está imerso numa relação social de subalternidade, ou seja, relação social de produção capitalista. Aliás, pode se dizer, a rigor, que todos que estão alienados dos meios de produção de sua vida material, são "trabalhadores assalariados". Na verdade, todos os que estão imersos em algum tipo de relação de subalternidade diante das mediações estranhadas do capital (salário/propriedade privada/divisão hierárquica do trabalho/troca mercantil) podem ser considerados trabalhadores assalariados (ou segundo a acepção clássica proletários, onde etnologicamente, "proletariado" significa "aquele que possui apenas sua prole) (ALVES, 2007, p. 38).

O trabalhador alienado produz segundo os desejos do capital, dissociando-se dos meios de produção, ou seja, não conseguindo enxergar-se no produto, o trabalho passa a ser uma atividade de valorização e que, portanto, passa a ser abstraído do homem. Vale destacar que, ao perder sua capacidade criativa, o trabalhador se submete à precarização imposta pelo capital, pois essa condição é estabelecida pelo mundo do trabalho que tem em seu cerne a precarização da compra e venda da força do trabalho, que oblitera a ordem salarial, inflexionando os desmontes dos direitos sociais.

Segundo Alves (2013, p. 85), a [...] precarização do trabalho seria entendida como o desmonte das formas reguladas de exploração da força de trabalho como mercadoria. Para tanto, Giovanni Alves (2013, p. 89) destaca, ainda, que:

[...] o processo de precarização do trabalho decorre da *crise estrutural do capital*, que pode ser tratada tanto como (1) processo de crise de valorização do valor, que explica, desse modo, o complexo reestruturativo da produção do capital e a precarização estrutural do trabalho no capitalismo global, visando constituir novas condições para a exploração da força de trabalho assalariado; e a vigência financeirização da riqueza capitalista com a presença hegemônica do capital especulativo-parasitário; (2) processo crítico de (de)formação humano-social (crise do humano), com a incapacidade do sistema do capital em realizar as promessas civilizatórias contidas no desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social.

Conforme Mészáros (2009), essa crise é estrutural, endêmica, cumulativa, crônica e permanente, suas manifestações ocorrem, principalmente, com o agravamento da questão social<sup>9</sup> e suas refrações no desemprego estrutural, destruição ambiental e nas possíveis guerras. A *crise estrutural*, segundo o autor, “vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas

---

<sup>9</sup> IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2000. Para Iamamoto (2000), a questão social é apreendida como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17). Essa *crise estrutural* causada pelo capital é inerente ao movimento de acumulação, pois:

Em termos simples e gerais, uma crise estrutural afeta a totalidade de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada. Diferentemente, uma crise não-estrutural afeta apenas algumas partes do complexo em questão, e assim, não importa o grau de severidade em relação às partes afetadas, não pode por em risco a sobrevivência contínua da estrutura global (MÉSZÁROS 2002, p. 797).

Ernest Mandel (1990) afirma que as crises do capital são funcionais ao modo de produção, visto que possuem como função objetiva, em última instância, “construir o mecanismo através do qual a lei do valor se impõe, apesar da concorrência (ou da ação dos monopólios!) capitalista” (MANDEL, 1990, p. 212). Convém ressaltar que para efetivar seu processo de crise, o capital necessita de um elemento que se constitua em um “detonador”, tais, como: “um escândalo financeiro, um brusco pânico bancário, a bancarrota de uma grande empresa, como pode ser simplesmente a mudança da conjuntura (venda insuficiente generalizada) em um setor chave do mercado mundial” ou ainda “uma brusca falta de determinada matéria prima (ou energética) essencial” (Idem).

As crises do capital são parte imanente desse modo de produção que, na busca por recuperar seu poder de acumulação, instaura um processo de crise, para se reestruturar e se organizar economicamente, politicamente e socialmente, visto que se entende que “o capital não é, pois, uma força pessoal; é uma força social” (MARX; ENGELS, 2009, p. 25). Portanto, o mundo do trabalho, inegavelmente, é afetado pela *crise estrutural* ferindo diretamente as classes trabalhadoras, gerando desemprego em massa, precarização do trabalho e supressão, além de flexibilização dos direitos sociais, dentre outras formas de estagnação do trabalhador.

O capitalismo é um sistema cuja vitalidade reside nos seus momentos de crises que são imanentes a esse modo de produção. As crises são reparos, constituem-se em alertas para que o modo de produção se reorganize na busca pelo fôlego da acumulação. Portanto, devido ao seu caráter contraditório, as crises têm o “poder” de recuperar, de reorganizar esse modo de produção, mas, também, se constituem em momentos possíveis de aniquilação e superação do capitalismo (MÉSZÁROS, 2012).

Com o objetivo de entender a *crise estrutural* e a precarização do trabalho, faz-se necessário afunilar o desenvolvimento histórico do capital em sua forma mais predatória, onde levou o homem a sua maior degradação social, imobilizados de se emancipar e resistir

contra a voracidade do capital, sob a égide do Estado neoliberal e o processo de acumulação em detrimento ao aumento combinado e desigual da miséria, exploração e precarização de trabalhadores que vivem às margens de seus direitos.

Desde sua constituição até os tempos hodiernos, a sociedade capitalista aumenta seu fôlego por acumulação. Na atualidade, muda-se o modelo de produção na busca por lucros, saído de um modelo hierarquizado, vertical para um modelo enxuto e flexível, com vistas a “flexibilização do trabalho” na era da chamada “acumulação flexível”, que torna cada vez mais deplorável e predatória a relação entre capital e trabalho.

## **1.2 A precarização do trabalho: do fordismo a chamada acumulação flexível.**

Vivemos em tempos de barbárie neoliberal<sup>10</sup>. Para Ricardo Antunes (2001, p. 191), os tempos atuais revelam a

[...] destruição da força humana que trabalha; destroçam-se direitos sociais; brutalizam-se enormes contingentes de homens e mulheres que vivem do trabalho; torna-se predatória a relação produção/natureza, criando-se uma monumental sociedade do descartável, que joga fora tudo que serviu como embalagem para as mercadorias e o seu sistema, mantendo-se, o círculo reprodutivo do capital.

Diante disso, no âmbito das relações sociais estabelecidas, as classes sociais em disputa implementam alternativas para a manutenção ou ao desmonte de direitos sociais já garantidos. Ofertar direitos em uma sociedade que fomenta a desigualdade é algo de difícil construção ou manutenção, devido as contradições impostas pelo capital é que se afirma que esse modo de produção é permeado por crises.

Sobre as crises do sistema capitalista, Alves (2013, p. 40) destaca que não significam estagnação e colapso da economia capitalista mundial, mas sim a incapacidade de o sistema produtor de mercadorias realizar seus acordos civilizatórios.

A crise do início do século XX que é concebida como uma crise *estrutural* apresenta características diversas das crises cíclicas (MANDEL, 1990) do capital. Contudo, antes de aprofundar nas características da crise *estrutural* global do capital é salutar discorrer acerca das características do fordismo enquanto modelo de produção que “reinou” no decorrer dos

---

<sup>10</sup> HARVEY, **O neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008. Para Harvey (2008), o termo neoliberalismo é compreendido como uma teoria das práticas político-econômicas que propõem que o bem-estar humano deve se assentar nas liberdades e capacidades empreendedoras individuais, com uma intervenção mínima do Estado nestes assuntos. Os direitos à propriedade privada e livres mercados são cruciais, o que cabe ao Estado garanti-los, nem que seja pela utilização do monopólio da coação física.

“30 anos gloriosos” do capitalismo, ancorado no ideário keynesiano e que permitiu a edificação do *Welfare State*, possibilitando, assim, a ampliação da cidadania social, nos termos de Marshall, conforme demonstra o quadro a seguir:<sup>11</sup>

**Quadro 1-** Medidas adotadas de 1945 a 1975 – “30 Anos Gloriosos”

<b>Fordismo</b>	Veio colaborar com a produção de massa para consumo de massa produzindo mercadorias baratas e em larga escala para que “todos” pudessem consumir. Com essa estratégia manteve-se a lógica de produção e reprodução de mercadorias.
<b>Keynesianismo</b>	Contribuiu para assegurar o consumo de massas, instituiu políticas de regulação econômica com ação ativa do Estado na geração de empregos e aumento no rendimento dos salários, foi possível no campo das políticas sociais o acesso à questões do direito do trabalho.
<b>Teoria de Marshall</b>	Estabeleceu direitos mínimos para todos, mas, que não colocasse em risco o padrão de acumulação capitalista, e que assegurassem a produção e reprodução do capital.

**Fonte:** Harvey (2004); Antunes (1995).

Segundo Braga (1995), o modelo fordista se universalizou por conta de seu estreitamento com o taylorismo e o Estado regulador de Keynes, após a II guerra (1945-1975), produzindo um “casamento virtuoso” e criando um “novo” tempo para o capitalismo, onde o trabalhador é inserido nesse modelo de produção sofrendo um intenso processo de desumanização na esfera produtiva. A forma de produzir em série, em esteiras típicas da produção fordista, sem, contudo, esquecer a noção de tempos e movimentos advindo de Taylor, nos leva a explicitar que esse processo de produção foca na dimensão física, braçal do trabalhador em detrimento da dimensão intelectual do trabalho operário, que é transferido para as esferas da gerência científica.

Na era fordista, a atividade de "trabalho se reduzia a uma ação mecânica e repetitiva” (ANTUNES, 2001, p. 37), automática e meramente reprodutiva. Além disso, o fordismo que fomenta a produção em massa para um consumo de massa também requer um trabalhador em massa.

O trabalho nessas condições transmuta-se em trabalho precário, pois o fordismo tem como característica a racionalização da produção por meio do parcelamento de tarefas e no controle do tempo e dos movimentos do trabalhador. Esse parcelamento de tarefas no interior

<sup>11</sup> BEHNING, E. R. & BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. v. 2. Biblioteca Básica do Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2011. p. 94– Behning e Boschetti afirmam que os princípios que estruturaram o *Welfare State* são apontados no Plano Beveridge: 1) responsabilidade estatal na manutenção das condições de vida dos cidadãos, por meio de um conjunto ações em três direções: regulação da economia de mercado, a fim de manter elevado nível de emprego; prestação pública de serviços sociais universais, como educação, segurança social, assistência médica e habitação; e um conjunto de serviços sociais pessoais; 2) universalidade dos serviços sociais; e 3) implantação de uma "rede de segurança" de serviços de assistência social.

do processo produtivo requer um trabalhador que possua resistência física e psíquica para “aguentar” os movimentos repetitivos que são constituídos por um número ilimitado de gestos, sempre os mesmos, ou seja, no decorrer de sua jornada de trabalho o trabalhador repete uma infinidade de movimentos e isso tende a ocasionar prejuízos à sua condição física e, conseqüentemente, à sua condição intelectual (GOUNET, 1999).

Segundo Behring e Boschetti (2011), o período de crescimento e amadurecimento do fordismo, chamado de trinta anos "gloriosos", teve altas taxas de lucratividade e ganhos de produtividade para as empresas. Junto com esse crescimento, o keynesianismo agregou-se ao pacto fordista que era produção em massa para o consumo em massa, tendo como base os acordos coletivos com os trabalhadores do setor monopolista em torno dos ganhos de produtividade do trabalho e, a partir de tal pacto, houve a regulação das relações sociais, em condições de políticas determinadas como:

[...] jornada de oito horas a cinco dólares para cada trabalhador da linha mecânica de montagem nas fábricas de Henry Ford foi uma novidade, mas que consolidava tendências em curso no mundo da produção, com a introdução dos princípios tayloristas e de fayol, os quais preconizavam um brutal aumento da produtividade do trabalho a partir da decomposição do processo de trabalho em movimentos rigorosamente estudados, tendo em vista o controle do tempo, e um conjunto de estratégias de gestão, monitorando o fluxo de informações e da autoridade [...] (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 87).

Tal condição estabelecida para a classe trabalhadora, por conta do modelo, trazia em seu bojo mudanças significativas para as condições de vida, principalmente, fora das fábricas, como acesso a bens e serviços, estabilidade no emprego. Vale destacar que as mobilizações da classe trabalhadora foram determinantes para a aliança entre Estado e capital no tocante a oferta de serviços sociais básicos, seja por forma de benefícios, serviços, programas que integram as medidas de políticas sociais, visando, assim, responder as necessidades da classe trabalhadora.

Frisa-se que as “conquistas” foram inúmeras e, nesse período, a cidadania social se apresenta por meio da adoção de direitos sociais que devem ser entendidos como acesso ao um mínimo de bem-estar econômico e de segurança e que contornam os modelos de Bem-Estar Social desenvolvidos nos países de capitalismo maduro. (BEHRING & BOSCHETTI, 2011)

A partir anos de 1960/1970, o sistema de acumulação vigente, aqui entendido sob o toque do binômio taylorismo-fordismo, alicerçado no ideário de Keynes, começa a dar indícios de esgotamento. Harvey (2004) pontua alguns elementos que propiciaram este

esgotamento, tais como: a saturação do mercado interno e, conseqüente, o enfraquecimento da demanda, superacumulação, aumento da inflação, como também colapso do dólar são traços balizares desse momento. É chegada a hora de um processo de crise<sup>12</sup>. Tal crise engendradora nos idos dos anos de 1970 constitui-se em uma:

[...] combinação de crises econômicas clássicas sobre a produção de mercadorias e sobre acumulação do capital, em uma larga onda depressiva que se iniciou no final dos anos de 60 e o início de 70 e uma crise do sistema imperialista internacional que se relaciona, cada vez mais, com uma crise nas relações de produção capitalistas e uma crise ecológica agudíssima (MANDEL, 1984, p. 7).

A crise do capital agravou-se no pós-guerra devido ao movimento contratendencial seguido dos fenômenos sócio-históricos: 1) a mundialização do capital e a abertura de novos mercados capitalistas; 2) o complexo de reestruturação produtiva e a ofensiva do capital na produção, instaurando a era da precarização estrutural do trabalho; 3) financeirização da riqueza capitalista com a hegemonia do capital financeiro (ALVES, 2013 p. 31).

A crise engendradora nos idos dos anos de 1970 projetou um novo tempo para o capital que se mundializou com novos mercados, além de explicitar elementos vitais e que promovem alterações profundas no mundo do trabalho, o que nos leva a ratificar que esses processos de crises do capital ocorrem devido ao fato de que o “sistema do capital é orientado para a expansão e movido pela acumulação” (MÉSZÁROS, 2002, p. 100). Assim, na sua sede por acumulação, eclodem as crises, já que “o capital não é capaz de resolver suas contradições porque não vai por em xeque a sua reprodução incontrolável” (BECERRA, 2009, p. 1).

E ainda, conforme Harvey (2004), a introdução das novas tecnológicas, novas linhas de produtos, novos nichos e as fusões constituíram-se em medidas que visavam acelerar o capital para a chamada “*acumulação flexível*”, que significa o confronto direto com a rigidez do fordismo. Sendo a flexibilização a palavra de ordem para a emergência de outro modelo de produção é importante definir o que esse autor afirma ser “*acumulação flexível*”:

---

<sup>12</sup> Destaca-se com base em Altvater (1978, p. 83) que as “crises nunca são exclusivamente econômicas, mas que sempre são crises sociais e políticas...”. Portanto, esses mecanismos não devem ser entendidos como lineares ou os únicos responsáveis pelo processo de crise do capital, visto que as crises são momentos, indicativos para que o modo de produção se renove na busca pelo fôlego acumulativo, além do que devemos estar cientes de que “no decurso das crises, quando o momento de pânico passou e a indústria estagna, o dinheiro está fixo nas mãos dos banqueiros, dos agentes de troca, e tal como o cervo brame a sua sede por água fresca, o dinheiro grita o seu desejo de um domínio onde possa ser valorizado enquanto capital” (MARX, 1980, p. 356).

Por acumulação flexível entende-se como um novo regime de acumulação capaz de refrear as contradições do capitalismo durante a próxima geração ou se marcam uma série de reparos temporários, constituindo assim um momento transicional da dolorosa crise na configuração do capitalismo do final do século XX (HARVEY, 2004 p. 177).

Diferentemente da força rígida, verticalizada, fixa da produção fordista esse modelo apoia-se na

[...] flexibilidade dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo. Caracteriza-se pelo surgimento de setores de produção inteiramente novos, novas maneiras de fornecimento de serviços financeiros, novos mercados e, sobretudo, taxas altamente intensificadas de inovação comercial, tecnológica e organizacional (HAVEY, 2004, p. 140).

A inovação no ato de produzir, tendo como base a robótica e a microeletrônica, permite assegurar que a produção será enxuta. Porém, não devemos esquecer que as mudanças ocorridas são frutos de um intenso processo de reestruturação da produção e do trabalho, que são a base para a origem ao modelo flexível de produção. E essa reorganização tem o intuito de recuperar o ciclo reprodutivo do capital (ANTUNES, 1999) e se apoia no ideário neoliberal<sup>13</sup>.

O pensamento neoliberal que dá sustentação ideológica e política a esse processo de mudança na base material se constitui em uma *gramática como retórica reacionária*, visto que a

[...] coerência lógica do neoliberalismo teórico, necessária a seu poder de persuasão, é assegurada pela enumeração de três princípios que; na versão mais radical da doutrina, são: a liberdade até o limite de seu abuso, -a desigualdade até o limite do tolerável, a flexibilidade até – os limites da insegurança (THÉRET, 1993, p. 3).

Um ideário que fomenta a insegurança no mundo do trabalho não se constitui em um projeto civilizatório. Dessa feita, esse novo momento representa um ataque frontal às seguranças construídas em torno do trabalho assalariado no período fordista. Como se sabe, a introdução da robótica e da microeletrônica afeta diretamente o operário-massa da era fordista. Na empresa enxuta, nunca se produziu tanto com tão poucos trabalhadores.

---

<sup>13</sup> Convém ratificar que a “Crise de acumulação de caráter semelhante à verificada nos anos trinta só voltaria a ocorrer na década de 1970. E é nesse momento, em resposta à crise de um modelo baseado na regulamentação estatal, que surgiu o neoliberalismo, como contraponto político e ideológico à social-democracia dominante. É nessa perspectiva, pois, que se pode entender o retorno, no momento presente, a um discurso econômico muito semelhante ao que pronunciavam os apologistas do *laissez-faire* do século passado” (RODRIGUES, 1999, p. 8).

Entra em cena o desemprego estrutural<sup>14</sup>. Destaca-se que a chamada “acumulação flexível” traz em seu bojo uma estrutura coesa e organizada e possui informação e conhecimento como suas maiores armas, pois, organiza os processos de trabalho, de mercado e de consumo, principalmente com a incorporação de inovação tecnológica, microeletrônica e a robótica nos processos de trabalho, reduzindo o trabalho vivo pelo trabalho morto. E, tudo isso, ocorre no bojo do que se conduziu chamar de *reestruturação produtiva*<sup>15</sup>, é onde se tem a consolidação do modelo de flexibilização do trabalho na produção, ou melhor, na organização e gestão da produção e, conseqüentemente, da organização e gestão da força de trabalho.

Segundo Machado (1992, p. 15):

[...] o processo de trabalho flexível traz a possibilidade de uma redução dos níveis de divisão e fragmentação do trabalho, pois oportuniza a intercambialidade de funções e a polivalência do trabalhador, ao ser alocado em diferentes tarefas. Esta flexibilização funcional pode ser de dois tipos: a agregação de funções para cada trabalhador, como é o caso das ilhas de fabricação onde um único homem controla um conjunto articulado de várias máquinas; e a rotação por diferentes tarefas, como registra a experiência de trabalho por equipes, que se responsabilizam pela sequência inteira de uma etapa produtiva, arcando com todas as funções coletivamente.

Se o intuito para superar a crise era o ataque frontal à classe trabalhadora, nota-se que sob o toque da reestruturação produtiva e da chamada “acumulação flexível” (HARVEY, 1992) instaura-se o tempo da “insegurança no trabalho” (MATTOSE, 1995), visto que

[...] a desregulamentação enorme dos direitos do trabalho, que são eliminados cotidianamente em quase todas as partes do mundo onde há produção industrial e de serviços; o aumento da fragmentação no interior da classe trabalhadora; a precarização e terceirização da força humana que trabalha; a destruição do sindicalismo de classe e sua conversão num sindicalismo dócil, de parceria, ou mesmo em um ‘sindicalismo de empresa’ (ANTUNES, 1999, p. 53).

---

<sup>14</sup> É salutar explicitar o entendimento de Mészáros acerca dessa questão. Para esse autor: “sob tais circunstâncias, quando uma proporção cada vez maior de trabalho vivo se torna força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital, a “ciência econômica” apologética subitamente descobre que a destruição de trabalho é um problema estrutural, e começa a falar de “desemprego estrutural”. O que esquece de acrescentar é, “simplesmente”, que desemprego em massa é estrutural somente para o capital, e não para o avanço do processo produtivo enquanto tal. A responsabilidade, desde que reconhecida, é obstinadamente lançada sobre os ombros do próprio “progresso tecnológico”, ao qual, naturalmente, ninguém pode conscientemente se opor, exceto talvez em nome da utopia pessimista do pensamento liberal desencantado denominada “economia estável” (1989, p. 50-51).

<sup>15</sup> Giovanni Alves (2011, p. 40) ensina-nos que o “processo de reestruturação produtiva no século XXI tem como dimensões: 1. as inovações tecnológicas; 2. as inovações organizacionais; 3. As inovações sociometabólicas”.

A “era” da flexibilização em tempos de *crise estrutural do capital* atinge a classe trabalhadora, alterando, ou melhor, reduzindo ou subsumindo postos de trabalho fazendo o aumento do desemprego, além de acentuar as formas precárias, temporárias e fragmentadas de trabalho (MACHADO, 1992). Ratifica-se que estamos vivenciando “[...] uma subproletarização intensificada, presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, terceirizado, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado” (ANTUNES, 2011, p. 41). Logo, o capital exige:

[...] novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a "gestão participativa", a busca da "qualidade total", são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O toyotismo penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado (ANTUNES, 1995, p. 23).

E esse processo de inovações e mudanças tem seu alicerce ideopolítico nas ideias neoliberais que ganham força a partir do “fim da festa”, ou melhor, com o declínio dos regimes de *Welfare State* e com a retração do crescimento econômico, fomentado a partir da crise de 1973. Convém explicitar que o neoliberalismo tem como foco:

- ✓ Combater o keynesianismo (Estado de Bem-estar social) e o solidarismo reinantes e preparar as bases de outro tipo de capitalismo, duro e livre das regras para o futuro;
- ✓ Argumentar que o novo igualitarismo (muito relativo, bem entendido) deste período, promovido pelo Estado de bem-estar, destruía a liberdade dos cidadãos e a vitalidade da concorrência, da qual dependia a prosperidade de todos;
- ✓ Argumentar que a desigualdade era um valor positivo – na realidade, imprescindível em si -, pois disso precisavam as sociedades ocidentais;
- ✓ Explicitar que as raízes da crise do capitalismo estavam localizadas no poder excessivo e nefasto dos sindicatos e, de maneira mais geral, do movimento operário, que havia corroído as bases de acumulação capitalista com suas pressões reivindicativas sobre os salários e com sua pressão parasitária para que o Estado aumentasse cada vez mais os gastos sociais. (HAYEK, 1944 *apud* ANDERSON, 1995, p. 12-13).

Nota-se que os neoliberais elegem como responsável pela crise do capital o Estado de Bem-Estar Social, portanto, propugnam o seu desmonte. Sendo o trabalho assalariado o núcleo central das medidas de seguridade social, faz-se necessário retirar garantias e direitos da classe trabalhadora, para, assim, entronizar o mercado como *Senhor* supremo das relações sociais. A base dos argumentos neoliberais residia no ataque ao excessivo poder dos

sindicatos, pressão salarial e os gastos sociais do Estado, alta inflação, etc. Assim, a receita neoliberal para a saída da crise seria adotar algumas medidas:

1) um Estado forte para romper o poder dos sindicatos e controlar a moeda; 2) um Estado parco para os gastos sociais e regulamentações econômicas; 3) a busca da estabilidade monetária como meta suprema; 4) uma forte disciplina orçamentária, diga-se, contenção dos gastos sociais e restauração de um taxa natural de desemprego; 5) uma reforma fiscal, diminuindo os impostos sobre os rendimentos altos; 6) o desmonte dos direitos sociais, implicando na quebra da vinculação entre política social e esses direitos, que compunha o pacto político do período anterior (CFESS/ABEPSS, 2009, p. 12) .

Tais medidas neoliberais lograram efeitos, ainda que tímidos, para o aumento do processo de acumulação, além de provocar o desemprego estrutural e desmonte dos sistemas de proteção social. E isso exigiu uma mudança na organização e gestão do trabalho, visto que, a partir desse momento, a classe trabalhadora sofrerá uma heterogeneização, fragmentação e complexificação (ANTUNES, 1995).

Como se pode inferir, o processo de alteração no mundo do trabalho faz com que ocorra

[...] paralelamente à emergência de um novo padrão industrial, em meio à desestruturação da ordem econômica internacional e à ruptura do compromisso keynesiano, verificou-se novamente um processo no qual o novo padrão entra em choque com as próprias bases materiais que deram sustento à relação salarial e às demais formas constitutivas do mundo do trabalho anteriores, sem que nova articulação tenha sido criada. Este processo assumiria a forma de uma crescente ampliação da insegurança do trabalho que, por sua vez, apontaria para uma maior desestruturação do mundo do trabalho constituído no pós-guerra. Esta expansão da insegurança do trabalho se daria em diferentes níveis: insegurança no mercado de trabalho, insegurança no emprego, insegurança na renda, insegurança na contratação e insegurança na representação do trabalho (MATTOSO, 1995, p. 123).

No Brasil, esse processo é incrementado a partir dos anos 1990 e tem como pano de fundo o *Consenso de Washington*<sup>16</sup> que fomentou medidas financeiras com intuito de consolidar o ideário neoliberal na América Latina, visando acelerar o crescimento econômico

---

<sup>16</sup> Sobre o “Consenso de Washington” é salutar destacar que para os ideólogos neoliberais, “A modernização da América Latina deve se fazer assim, prioritariamente, por um processo de reformas econômicas. As de ordem política, de aprofundamento e consolidação da democracia na região não seriam, nessa visão, indesejáveis; mas certamente não constituem como por vezes o discurso poderia fazer supor, pré-condição para obtenção de cooperação internacional para o apregoado modelo de modernização. A democracia não seria, pois, um meio para se chegar ao desenvolvimento econômico e social mais um subproduto do neoliberalismo econômico. Para o Consenso de Washington, a sequência preferível pareceria ser em última análise, capitalismo liberal primeiro, democracia depois” (BATISTA, 1994, p. 10-11).

em detrimento do desenvolvimento social também dos países que a constituem. Esse ideário impregnou as ações governamentais desses países com políticas focalizadas, seletivas e descentralizadas. Entre ações adotadas, o *Consenso de Washington* prevê dez medidas:

a) disciplina fiscal visando eliminar o déficit público; b) mudança das prioridades em relação às despesas públicas, eliminando subsídios e aumentando gastos com saúde e educação; c) reforma tributária, aumentando os impostos se isto for inevitável, mas “a base tributária deveria ser ampla e as taxas marginais deveriam ser moderadas”; d) as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e positivas; e) a taxa de câmbio deveria ser também determinada pelo mercado, garantindo-se ao mesmo tempo em que fosse competitiva; f) o comércio deveria ser liberalizado e orientado para o exterior (não se atribui prioridade à liberalização dos fluxos de capitais); g) os investimentos diretos não deveriam sofrer restrições; h) as empresas públicas deveriam ser privatizadas; i) as atividades econômicas deveriam ser desreguladas; j) o direito de propriedade deve ser tornado mais seguro. (BATISTA 1995, p.15).

Foram nos governos de Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso que o ideário do neoliberal se estabeleceu em nosso país. No bojo desse processo exalta-se o discurso de “estado-mínimo”, cuja defesa reside na responsabilidade do Estado dentro dos marcos e base legal de regulação, em contraposição ao Estado Interventor vigente no período do *Welfare State*, visto que os regimes de *Welfare State* exigem que o Estado-Nação tenha força política para efetivar medidas de políticas sociais.

No Brasil, com sua frágil tradição de cidadania, esse novo momento dilacera a classe trabalhadora e os frágeis pressupostos de bem-estar-social instaurados a partir da Carta Magna de 1988, o que nos leva a dizer que os tempos hodiernos são “tempo de divisas, tempo de gente cortada” (ANDRADE, 1983). Tempo de pessoas sem direitos sócio-trabalhistas:

[...] no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 1995, p. 24).

As metamorfoses na categoria trabalho são providenciais ao projeto neoliberal, cujo objetivo é a desproteção social do trabalho, pois, os defensores do neoliberalismo “elegem” o Estado Social como o responsável pela crise. Sobre isso, Hayek (1994, *apud* ANDERSON, 2000, p. 09) afirmava que “apesar das boas intenções, a social democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre do nazismo alemão – uma servidão moderna”. Denota-se um

ataque contundente contra os regimes de *Welfare State*, assim como contra o Estado-nação forte e interventor.

Cientes do desmantelamento dos direitos sociais, garantidos pela Constituição Federal 1988 e o processo de desconstrução da seguridade social brasileira (BOSCHETTI, 2003), os gastos sociais sofreram redução de investimento, devido ao enxugamento das políticas do Estado para a área social. Logo, o que se tem é o desmonte e precarização das ações e serviços sociais ofertados à população.

No contexto de transformações que orbitam a esfera produtiva, bem como da organização e gestão do trabalho, emerge um expressivo quantitativo de trabalhadores que, nos dizeres de Robert Castel (1997), são considerados como “sobrantes”, os “invisíveis” que se encontram à margem desse processo, que são “excluídos” elevando assim a pobreza e desigualdade, devido à crise *estrutural*. Nesse sentido, pode-se afirmar que afirmar que:

[...] essa é a raiz de uma nova pobreza de amplos segmentos da população, cuja força de trabalho não tem mais lugar no mercado de trabalho. Fenômeno que se observa hoje, inclusive, nos países considerados desenvolvidos, cujos índices de desemprego estrutural eram comparativamente baixos. São estoques de força de trabalho “descartáveis” para o mercado de trabalho, colocando em risco para esses segmentos a possibilidade de defesa e reprodução da própria vida (IAMAMOTO, 2001, p. 33).

O cenário de insegurança e fragilidade no mundo do trabalho promove um contexto de precarização crescente, já que o desemprego estrutural é crescente em nosso país. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra por Domicílio (Pnad), no Brasil, têm-se 14,2 milhões de desempregados no período de janeiro, fevereiro, março de 2017, número 14,9% superior ao trimestre imediatamente anterior (outubro, novembro e dezembro de 2016) – o equivalente a 1,8 milhão de pessoas a mais desocupadas em nosso país, o que se constitui em uma situação alarmante.

A *crise estrutural* que se vivencia promove um processo de precarização estrutural do trabalho (ANTUNES, 2010), que se espalha em distintos tipos de “trabalho voluntário, terceirizado, subcontratado, de fato trabalho precarizado. Outra “manifestação desse processo de exploração do trabalho é o chamado empreendedorismo, que frequentemente se configura como forma oculta de trabalho assalariado e instável” (ANTUNES, 2010, p. 634), que desenha o “reino” do instável, das incertezas e da precarização que parcelas significativas de nossa sociedade encontram ao buscar se inserir no mundo do trabalho.

Argumenta-se que as mudanças na organização e gestão do trabalho são profundas e visam reorganizar todas as esferas com a vida social, pois

[...] o que está em jogo não é apenas uma reestruturação neoliberal das esferas econômica, social e política, mas uma reelaboração e redefinição das próprias formas de representação e significação social. O projeto neoconservador e neoliberal envolve, centralmente, a criação de um espaço em que se torne impossível pensar o econômico, o político e o social, fora das categorias que justificam o arranjo social capitalista (SILVA, 1996, p. 102).

Corroborando com esse argumento, é lícito afirmar que essas diferenciadas formas de “ser” do trabalho, resultam numa realidade difícil para os trabalhadores, pois, há precariedade de emprego, remuneração, já que a sociedade salarial é colocada em xeque com esse processo de reestruturação produtiva em curso e financeirização da economia, além do que a desregulamentação das condições de trabalho em relação às normas legais vigentes ou acordadas e a consequente regressão dos direitos sociais.

Em um contexto de “Estado mínimo para o trabalho e máximo para o capital” (NETTO, 2009, p. 227) constitui-se em um cenário adverso para a classe trabalhadora, pois

[...] O Capitalismo, na verdade desenraiza e brutaliza a todos, exclui a todos. Na sociedade capitalista essa é a regra estruturante: todos nós, em vários momentos de nossa vida, e de diferentes modos, dolorosos ou não, fomos desenraizados e excluídos. É próprio dessa lógica de exclusão, a inclusão. A sociedade capitalista desenraiza, exclui, para incluir, incluir de outro modo, segundo suas próprias regras, segundo sua própria lógica (MARTINS, 1997, p. 32).

Verifica-se que a “atual tendência dos mercados de trabalho é reduzir o número de trabalhadores *centrais* e empregar cada vez mais uma forma de trabalho que entra facilmente e é demitida sem custos” (ANTUNES, 2007, p. 44). A assertiva do autor serve como fundamento da análise acerca dos dados da Pnad (2017) que demonstra o recuo do número de empregados com carteira de trabalho assinada no mês de março de 2017 em 33,4 milhões de pessoas e isso reflete uma redução se compararmos com o trimestre outubro/dezembro de 2016, o recuo foi de 1,8%, ou menos 599 mil pessoas com carteira assinada. Já em relação ao trimestre janeiro/março do ano passado (2018), a queda foi de 3,5% ou menos 1,2 milhão de pessoas. Esses dados reforçam a percepção de que as formas de trabalho, na busca por renda encontram-se a margem da proteção social, pois, os trabalhadores, por vezes, vivenciam um processo de desemprego que os impossibilita se inserirem no mercado de trabalho de forma

protegida restando ocupações precárias, subalternas e desprotegidas, sob o estigma da exclusão social, visto que:

[...] o rótulo acaba se sobrepondo ao movimento que parece empurrar as pessoas, os pobres, os fracos, para fora da sociedade, para fora de suas "melhores" e mais justas e "corretas" relações sociais, privando-as dos direitos que dão sentido a essas relações. Quando, de fato, esse movimento as está empurrando para “dentro”, para a condição subalterna de reprodutores mecânicos do sistema econômico, reprodutores que não reivindicam nem protestem em face de privações, injustiças, carências (MARTINS, 1997, p. 16-17).

Do exposto, estamos vivenciando inúmeras mudanças no mundo do trabalho que se complexificou devido aos processos de mudanças para dotar o sistema capitalista de mais fôlego e, conseqüentemente, a *classe-que-vive-do-trabalho* (ANTUNES, 2011) que se encontra mais diversificada, heterogênea e complexificada.

E isso leva-nos a refletir: vivemos em tempos de transformação da classe trabalhadora, em tempos de qualidade total na esfera produtiva em que preconiza “mercadorias com qualidade”. Vivemos em tempos de satanização do tamanho do Estado, onde se preconiza a qualidade total na esfera sócio-política sob o mote da ênfase na gestão na esfera pública. Vivemos também em tempos de qualidade total na esfera do trabalho. Nesta esfera a qualidade total é o precariado, pois ao proletário inserir-se no ensino superior, vende-se um discurso de que se deve qualificar, por meio da educação, com vistas à inserção ao mercado de trabalho. Desmontar esse discurso e tirar essa roupagem do proletariado só será possível se problematizarmos a dimensão política do conceito precariado.

### **1.3 Tempos flexíveis e a emergência do precariado: um conceito em construção em tempos de crise estrutural do capital.**

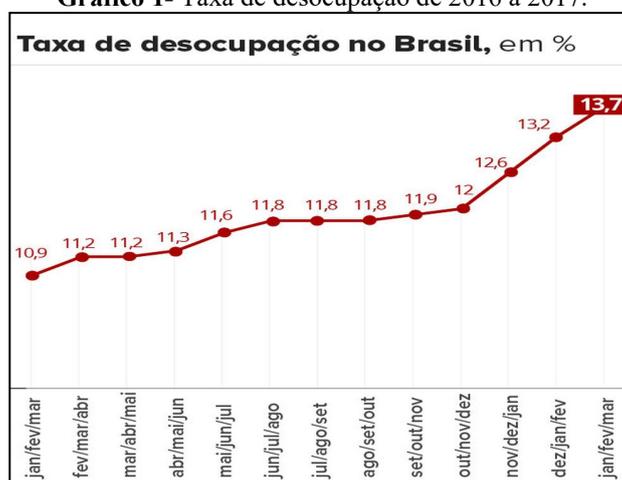
Que tempos flexíveis são esses em que vivemos na “corda bamba”? Tempos de flexibilização da organização e gestão do trabalho de maneira exacerbada que esgarça o tecido social até o limite do impossível? Tempos de regressão de direitos sócio-trabalhistas herdados do Estado de Bem-Estar social, cujo ápice deu-se no período fordista que possuía um “casamento virtuoso” com o ideário de Keynes.

Tempos em que o individualismo e a meritocracia rompem com o coletivo e fragmenta o trabalhador em *prol* de uma pretensa modernidade, ou seria pós-modernidade? Tempos inseguros. Tempos instáveis. Tempos líquidos. Tempos em que emerge o *precariado*, pois “o

precariado é a “multidão” da era do capitalismo pós-moderno que incomoda as classes dominantes...” (ALVES, 2013, p. 89).

Nesses tempos inseguros de profundas modificações, o Brasil vem sofrendo amargas taxas de desemprego. De acordo com o IBGE (2017), o aumento se deu em larga escala:

**Gráfico 1-** Taxa de desocupação de 2016 á 2017.



**Fonte:** Disponível em: [g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-Trimestre-de-2017.html](http://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-137-no-1-Trimestre-de-2017.html). Acesso em: 29 Ago. 2017.

Vale destacar que no primeiro trimestre de 2017, o desemprego ficou em 13,7% atingindo, assim, mais de 14,2 milhões pessoas no Brasil. E, de acordo com o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (2017), no mês de março, as demissões superaram as contratações em 63.624 vagas. Entre os jovens/adultos de 18 a 39 anos a situação é bem pior, pois 41,6% encontram-se desempregados. Para consubstanciar essa afirmação a tabela 01 demonstra que o desemprego aumentou para todas as faixas etárias. Eis a evolução:

**Tabela 1 -** Taxa de desemprego por faixa etária.

Taxa de desemprego por faixa etária		
Faixa etária	1º trimestre 2016	1º trimestre de 2017
18-24 anos	24,1%	28,8%
25-39	9,9%	12,8%
40-59	5,9%	7,9%

60 anos ou +	3,3%	4,6%
<b>Geral</b>	<b>10,9%</b>	<b>13,7%</b>

Fonte: **IBGE**

Elaboração: **Poder360/Drive**

**Fonte:** Disponível em: <http://www.poder360.com.br/economia/desemprego-entre-jovens-chega-a-288-e-bate-recorde-em-16-anos/>.

Os dados revelam-se preocupantes. Se a realidade brasileira é alarmante no que se refere ao desemprego, a OIT (2017) afirma que o mundo de trabalho se encontra cada vez mais diversificado, em alguns casos tem-se formas atípicas de emprego. Outro desafio posto e sinalizado por essa instituição é o de resolver o problema da transição dos jovens à vida economicamente ativa. Como pode ser observado na Tabela 01, a população jovem de nosso país amarga uma taxa significativa de desemprego.

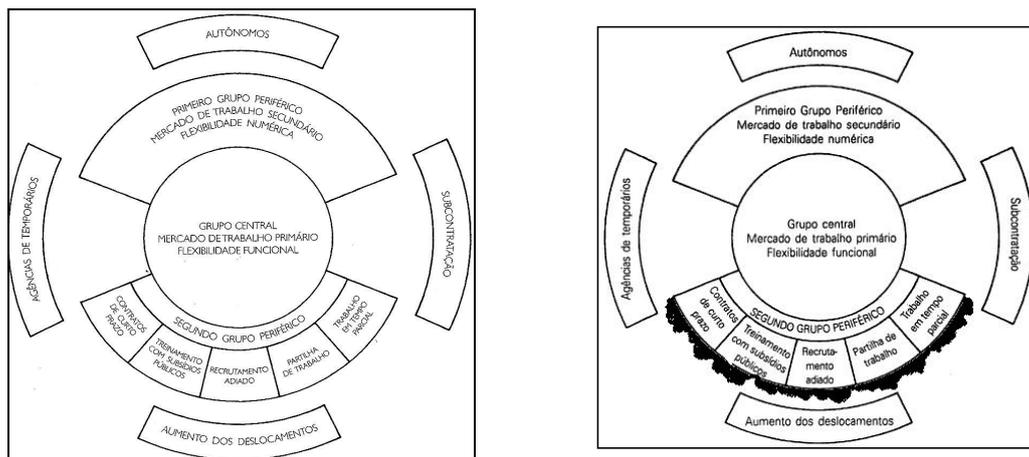
As profundas alterações impostas às *classes trabalhadoras*, aparentemente permeadas pelas desordens constantes na produção e reprodução social, se devem ao avanço do neoliberalismo com suas características sutis: a tecnologia e a globalização, que há décadas vem alterando o mundo do trabalho, também acarretam um processo de barbárie e desmantelamento da força de trabalho (ALVES, 2013). Contudo, concorda-se com Mészáros (1989), que a introdução da robótica, da microeletrônica, ou seja, da tecnologia em si, causou e fomentou o desemprego estrutural, e também, a forma como essas inovações tecnológicas são inseridas pelo capital afetam diretamente as relações sociais, pois substituem o trabalho vivo, pelo trabalho morto, visando apenas a lucratividade do capital.

Todo esse rebatimento no mundo do trabalho tem como consequência a redução significativa de empregos formais, pois

[...] sabemos que quase um terço da força humana disponível para o trabalho, em escala global, ou se encontra exercendo trabalhos parciais, precários, temporários, ou já vivenciava a barbárie do desemprego. Mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, das quais centenas de milhões tem seu cotidiano moldados pelo desemprego estrutural (FRANCO *et.at.*, 2007).

Harvey (1995), em seu livro *Condição Pós-Moderna*, já alinhava seus escritos para a compreensão da configuração e organização da gestão do trabalho em tempos da chamada “acumulação flexível”. O autor discorre sobre a configuração acerca da estrutura do mercado de trabalho em condições de acumulação flexível, vejamos:

**Figura 1** - Estrutura do Mercado de Trabalho em condições de acumulação flexível e o *Precariado*.



Fonte: Adaptado de Harvey (1992) e criação da autora.

A figura demonstra a morfologia do trabalho (ANTUNES, 1999) em tempos de acumulação flexível. Neste contexto, percebe-se: os trabalhadores estáveis e blocos de trabalhadores periféricos são divididos em dois grupos, além dos avulsos, flutuantes, subcontratados, enfim, uma gama de trabalhadores instáveis no maior sentido da palavra. Esse era o desenho do autor nos idos da década de 1990 e início dos anos 2000. Ampliando essa análise e trazendo para o tempo presente em que o acirramento das forças produtivas provocam uma diversificação na classe trabalhadora, coloca-se a reflexão em torno da *camada social do precariado*, que se apresenta como uma pequena fimbria que flutua em torno desses grupos expressos na obra de Harvey.

Diferente do trabalhador da era fordista que não necessitava de escolarização e de qualificação para se inserir no mercado de trabalho, ao trabalhador da era da “acumulação flexível” exige-se escolarização, qualificação, habilidades e competências, porém, a “compensação” por meio de uma política salarial, pela construção de carreiras protegidas pela seguridade social brasileira não se encontra assegurada, restando somente a inserção, ou não, em empregos precários. E esse entendimento é corroborado por Mészáros (2007, p. 144), ao afirmar que “não importa como a deturpação do atual estado de coisas seja coordenada e sorradeira, o desafio do desemprego potencialmente muito grave não pode ser evitado nem mesmo nos países capitalisticamente mais avançados”.

É nesse cenário que emerge o *precariado*, camada social cujo conceito é polissêmico e preconiza a ascensão social por meio da “qualificação” profissional. Na medida em que o *precariado* vai se constituindo e caracterizando, vários autores o conceituam. Porém, ancora-se no posicionamento de Giovanni Alves (2013) que realizou descrição precisa de algumas camadas que compõe as frações do proletariado, delimitando, assim, o precariado:

**Quadro 2 - Distinção do precariado: frações do proletariado**

<b>Precariado</b>	<b>Proletariado Estável</b>	<b>Proletariado Precário</b>	<b>Proletariado adultos com mais de 40 anos</b>
São jovens-adultos <b>altamente escolarizados</b> , desempregados ou possuindo vínculos trabalhos precários.	<b>Assalariados "estáveis"</b> em sua maioria organizada em sindicatos ou organizações profissionais e que tem acesso a benefícios e direitos trabalhistas, com perspectiva de carreira profissional e consumo.	Possuem <b>baixa escolarização e pouca qualificação profissional</b> que caracterizou amplamente o proletariado industrial e de serviços no século XX.	Possuem <b>alta qualificação profissional</b> , encontra-se desempregado ou inseridos em vínculos de trabalhos precários.

**Fonte:** Adaptado de Alves (2007) e Alves (2013).

De forma didática, o quadro faz uma distinção, com base em Alves (2007; 2013) dos conceitos: precariado; proletariado estável e precário; e proletariado com mais de quarenta anos. Tal distinção leva-nos a um questionamento: o *precariado* está realmente constituído nas malhas do processo de formação do proletariado? Essa discussão é legítima e permite-nos ampliar o conceito acerca do proletariado em sua análise clássica para introduzir que essas novas camadas são consideradas os filhos da “classe média”, cujos pais tiveram, nos dizeres de Giovanni (2013), uma relação de trabalho baseada em contratos seguros e proteção social.

Demarcada a linha de análise, por *precariado* compreende-se uma camada social que:

[...] é constituído, hoje, por jovens empregados e desempregados no mundo do trabalho, recém-graduados e com alto nível de escolaridade, mas que não conseguem inserir-se em relações laborais estáveis [...]. Uma de suas características cadentes é a invisibilidade social, tendo em vista que estão incorporados em formas atípicas e instáveis de contratação, que disfarçam as relações empregatícias. Além disso, não possuem representação sindical, o que os coloca à margem da camada estável do proletariado organizado (ALVES, 2012, p.11).

Ratifica-se que o *precariado* não é uma classe social, mas sim uma camada social do proletariado, composta por um contingente de proletariados que estão despossuídos de propriedade, estão desempregados e/ou inserido em relações de trabalhos instáveis (ALVES, 2012). Essa categoria tem em seu bojo a apartação da cidadania e da relação do emprego estável, protegido e inserido na seguridade social brasileira e tal situação se dá no seio da *crise estrutural do capital*. Logo:

As tendências do mercado de trabalho, apontadas por inúmeros estudiosos, indicam uma classe trabalhadora polarizada, com uma pequena parcela com emprego estável, dotada de força de trabalho altamente qualificada e com

acesso a direitos trabalhistas e sociais e uma larga parcela da população com trabalhos precários, temporários, subcontratados etc. Surge, neste contexto, o trabalhador *polivalente*, aquele que é chamado a exercer várias funções, no mesmo tempo de trabalho e com o mesmo salário, como consequência do enxugamento do quadro de pessoal das empresas (IAMAMOTO, 2001 p. 32).

A camada social do proletariado vivencia uma precariedade salarial, tendo em vista que seus empregos não lhes proporcionam condições de vida e possibilidade de futuridade tão almejada, pois não encontram estabilidade, nem proteção social garantida e tão pouco *status*, projeção social.

Segundo Alves (2012, p. 13): “trata-se, deste modo, do trabalho precário (ou emprego precário) propriamente dito, que se caracteriza pela insegurança no emprego, perdas de benefícios sociais, salários baixos e descontinuidade nos tempos de trabalho”. Para tanto,

[...] o trabalho precário à instabilidade (impossibilidade de programar o futuro – situação dos jovens que ficam até mais tarde em casa dos pais); à incapacidade econômica (impossibilidade de fazer face aos “riscos sociais” e de assegurar as despesas econômicas do cotidiano – o surgimento dos “novos pobres”); e à alteração dos ritmos de vida (alteração nos horários de trabalho e da relação entre trabalho/desemprego) (ALVES, 2012 apud SÁ, 2010).

O precariado se encontra sem mecanismo de sobrevivência dentro do sistema do capital e se submete às condições de subalternidade por meio da precariedade do emprego. Alves (2012, p. 02) afirma, em seu artigo intitulado *O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital – Parte 1*, que: O surgimento e ampliação do precariado nos países capitalistas mais desenvolvidos como União Europeia, EUA e Japão, dá visibilidade à explicitação universal da *condição de proletariedade como condição existencial* de homens e mulheres que vivem sob a ordem burguesa tardia".

No Brasil, esse perfil populacional começou a ter visibilidade a partir da década de 1980 com a entrada do modelo de produção industrial toyotista que buscava por flexibilidade no processo de trabalho e no mercado de trabalho, acompanhada da desregulamentação dos direitos sociais e a desmobilização dos sindicatos preceitos que passam a adentrar e se legitimar em nossa sociedade num contexto de contrarreforma do Estado brasileiro.

Segundo Hiago Trindade (2017 p. 236), no artigo “*Crise do capital*”, *exército de reserva e precariado no Brasil contemporâneo* será:

Nos marcos das alterações processadas no circuito produtivo de mercadorias, alterações estas relacionadas à própria forma de organização do capitalismo, nos deparamos com a imposição de um perfil de trabalhador cada vez mais

qualificado, condicionando os homens e mulheres ao investimento em maior qualificação profissional, capaz de torná-los atrativos e atender às requisições do mercado.

Homens e mulheres acatando os imperativos do capital, como um produto em uma vitrine, uma mercadoria exposta. Expondo-se, vendendo-se e comercializando-se por uma oportunidade de emprego ou subemprego, tendo em seu perfil ou currículo, diversas formações que não se constituem em sentidos, em realizações, somente em busca por uma inserção mirando a tão sonhada ascensão social que em tempos de crise estrutural, ofensiva neoliberal e reestruturação da produção, dos mercados e do trabalho, se constitui em um “canto da sereia”, fazendo com que essas pessoas se apresentem como meros sonhadores, iludidos, alheios a esse movimento que avilta a vida humana em condições e proporções alarmantes. Pessoas que vivem a ser seduzidas pelo Mito de *Hypnos*, que lança sua filha *Phantasia* a distribuir sonhos aos acordados, só que ela era criadora de monstros e devaneios.

Se nos países de capitalismo maduro isso já é visível, real e concreto, nos países de capitalismo tardio, como é o caso dos países da América Latina, cujos trabalhadores têm incorporado sua condição de proletariedade de forma tardia e descompassada, no “[...] Brasil, a precariedade da reprodução da força de trabalho é uma característica estrutural do fordismo periférico que continua presente ainda hoje” (BRAGA, 2014, p. 40), mesmo em tempos da chamada “acumulação flexível” essa condição só acentua-se e aprofunda-se .

Por *proletarização* entende-se como:

[...] processo originário e sistêmico do metabolismo social do capital, emerge a condição de existência (des)humana da civilização social do capital, a “condição de proletariedade”, caracterizada por uma série de atributos histórico-existenciais que se disseminam pela sociedade burguesa: subalternidade, acaso é contingência, insegurança e descontrole existencial, incomunicabilidade, corrosão do caráter, deriva pessoal e sofrimento. Podemos destacar ainda outros traços histórico-existenciais como risco e periculosidade, invisibilidade, experimentação e manipulação, prosaísmo e desencantamento, credulidade e fé, plasticidade, resignação (ALVES 2013, p. 69).

Esse processo de proletariedade, segundo Alves (2009), está intimamente ligado com a *condição existencial fundante da modernidade do capital*, ou seja, uma camada formada por homens e mulheres empobrecidos e sem possibilidade de se estabelecerem nas malhas do capital. E isso gera uma *condição de precariedade* que leva o ser humano a atingir níveis extremos na sua condição de existência, conforme conceitua Alves (2013):

**Figura 2 -** Condição de existência (des)humana.



Fonte: Alves, 2013.

A figura coloca em forma ilustrativa as dimensões trabalhadas por Alves (2013) para explicitar a precariedade existencial presente nos trabalhadores face ao processo de mudanças em curso na organização e gestão do trabalho em tempo de *capital fetiche* (IAMAMOTO, 2008).

Para iniciar essa análise com base nas dimensões pontuadas por Alves (2013) é salutar destacar a questão do trabalho em Marx (1975). Esse pensador afirma que o trabalho cria, produz o novo, humaniza, porém, em sua dimensão dupla e contraditória no decurso histórico do desenvolvimento da sociedade capitalista, o trabalho também aliena, degrada e leva o homem a subordinação. Por isso, é vital entender a questão do trabalho no processo de formação *omnilateral* para situar a questão da precariedade existencial na classe trabalhadora da “era informacional”, em tempos de organização flexível do trabalho.

Nessa esteira, Ricardo Antunes (2005, p. 13) argumenta que

[...] contrariamente à unilateralização presente tanto nas teses que desconstruem o trabalho, quanto naquelas que fazem seu culto acrítico, sabemos que na longa história da atividade humana, em sua incessante luta pela sobrevivência, pela conquista da dignidade, humanidade e felicidade social, o mundo do trabalho tem sido vital. Foi por meio do ato laborativo, que Marx denominou atividade vital, que os indivíduos, homens e mulheres, distinguem-se dos animais. Mas, em contraposição, quando a vida humana se resume exclusivamente ao trabalho, ela frequentemente se converte num esforço penoso, alienante, aprisionando os indivíduos de modo unilateral. Se por um lado, necessitamos do trabalho humano e reconhecemos seu potencial emancipador, devemos também recusar o trabalho que explora, aliena e infelicitiza o ser social. Essa dimensão dúplice e dialética presente no trabalho é central quando se pretende compreender o labor humano.

O *preariado* tornou-se um enigma, pois ainda busca seu lugar na sociedade do capital, sendo levado a perda de sua *condição existencial*, por serem jovens/adultos altamente escolarizados e que possuem uma carga de expectativas, aspirações e sonhos de realização profissional e de vida plena de sentido (ALVES, 2013, p. 200). Ao não encontrarem possibilidades, adoecem dentro do processo de desumanização imposto pelo capital. Alves (2011, p. 02) confirma ainda que:

A precarização do trabalho não se resume àquilo que pensa a sociologia do trabalho, isto é, a mera precarização social do trabalho ou precarização dos direitos sociais e direitos do trabalho de homens e mulheres proletários. A precarização do trabalho implica também a precarização-do-homem-que trabalha como ser humano-genérico (o que explica a pandemia de depressão e transtornos psicológicos do homem-que-vive-do-trabalho).

A maior amargura está na *precarização-do-homem-que-trabalha*, pois muitos jovens/adultos são submergidos aos desencantos do capital, tornam-se alvos fáceis aos transtornos e desordens mentais por conta dos extremos e dos limites de angústias que são sujeitados. Adoecimento que, muitas vezes, os levam a causar danos contra eles próprios e outrem. Para se ter uma noção dos impactos desse processo na saúde do trabalhador, o Anuário da Saúde do Trabalhador – 2015, do Dieese (2016, p. 27) revela que:

Em 2014, a quantidade de vínculos formais cujos trabalhadores sofreram afastamentos devido a acidentes de trabalho típico, acidentes de trajeto e doença ocupacional chegou a 557 mil. Em comparação com 2004, esse número representou crescimento de 23,7%, taxa inferior ao do total de vínculos ativos, que cresceu 57,8% no período. Entre os motivos mencionados, o crescimento mais acentuado se deu entre os afastamentos devido a acidentes de trajeto, cujos casos mais que dobraram no decênio. Por outro lado, os afastamentos por doença ocupacional cresceram menos (9,4%), e chegaram a quase 181 mil casos em 2014.

Os acidentes de trabalho com CAT registrada somaram mais de 559 mil casos em 2013, o que correspondeu a um crescimento de 43% no decênio que vai de 2003 a 2013, apesar da queda no número de casos registrados de doença ocupacional. Os acidentes de trajeto aumentaram em 127,4% em apenas 10 anos: passaram de cerca de 49 mil em 2003, para mais de 111 mil em 2013. Entre 2003 e 2013, o número de acidentes de trabalho liquidados cresceu 78,6%, variando de 413 mil para 737 mil. Entre as consequências analisadas, o número de óbitos decorrentes de acidentes de trabalho foi o que apresentou menor crescimento nesse decênio, com aumento de 8,3%. A maioria dos acidentes resulta em incapacidade temporária. Em 2013, eles foram consequência de 82,8% do total de acidentes liquidados.

Os dados expressos demonstram a ocorrência de acidentes e de óbitos relacionados a acidentes de trabalho. Assim, em tempos de flexibilização e mal-estar no trabalho, de acentuada precarização pode-se afirmar que

a nova organização capitalista do trabalho é caracterizada cada vez mais pela precariedade, pela flexibilização e desregulamentação, de maneira sem precedentes para os assalariados. É o mal-estar do trabalho, o medo de perder o próprio posto, de não poder mais ter uma vida social e de viver apenas do trabalho e para o trabalho, com a angústia vinculada à consciência de um avanço tecnológico que não revolve as necessidades sociais. É processo que precariza a totalidade do viver social (VASAPOLLO, 2006, p. 45).

Dentre as expressões mais visíveis do adoecimento mental está o *suicídio*, segundo o Mapa da Violência (2017). Estudo publicado anualmente, a partir de dados oficiais do Sistema de Informações de Mortalidade (SIM) do Ministério da Saúde, revela que em 12 anos a taxa de suicídios na população de 15 a 29 anos subiu de 5,1 por 100 mil habitantes, em 2002, para 5,6, em 2014 - um aumento de quase 10%.

Corroborando com a conceituação enigmática do precariado em nossa sociedade Carvalho (2014, p. 230) destaca que:

[...] a rigor, o precariado é um enigma que permeia o sistema do capital em crise a interpelar a imaginação dialética. O precariado é a multidão da era do capitalismo global, do capitalismo flexível que marca as últimas décadas do século XX, adentrando no século XXI com flexibilidade desdobrada, a assumir novas proporções, intensidade e amplitude.

Se o modelo de produção muda, metamorfoseia-se, se as relações sociais e suas regulações transmutam-se; se trabalho e capitais são elementos interdependentes e inconciliáveis, em tempos de capitalismo flexível sob a batuta do projeto neoliberal e que em seu cerne traz a crise *estrutural* global do capital, é lícito afirmar que o *precariado* é um fenômeno que vem alterando as malhas do sistema do capital.

Trazendo a polêmica desse conceito para o centro do debate, convidamos para o diálogo autores que discutem sobre o precariado a nível nacional e internacional, sendo eles: Guy Standing (2015) e Ruy Braga (2013). Vale avultar que estamos ancorados na perspectiva de Alves (2012), no entanto, é sábio trazer à baila o estado da arte no que consiste a temática em tela. Standing (2015), em seu livro denominado “*O precariado: a nova classe perigosa*”, afirma que o precariado vem se constituindo em diversas partes do globo terrestre. Diante disso, importa trazer o significado desse conceito em alguns países, de forma didática:

**Quadro 3 - Significado do Termo - PRECARIADO**

Países	Desenho
<b>Itália</b>	<i>Precariato</i> tem sido empregado para significar mais do que apenas pessoas cumprindo tarefas casuais e com baixas rendas, indicando a existência precária como um estado de vida normal.
<b>Alemanha</b>	O termo tem sido usado para descrever não apenas trabalhadores temporários, mas, também, desempregados que não têm esperança de integração social.
<b>Japão</b>	O termo tem sido usado como sinônimo de "trabalhador pobre", embora tenha evoluído como um termo distintivo na medida em que passou a ser associado com o movimento japonês do dia do trabalho e os chamados "sindicatos <i>freeter</i> ", formados por jovens ativistas que exigem melhores condições de vida.

**Fonte:** Elaborado pela pesquisadora - STANDING, Guy. **O precariado: a nova classe perigosa.** Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015. p. 26.

Standing (2015) afirma que o precariado é uma “nova classe perigosa”, pois ela resulta de uma fragmentação das estruturas de classe nacionais. Ressalta ainda que, devido ao mundo do trabalho e suas novas relações flexíveis, emerge essa “classe perigosa”, pois o autor entende que o “precariado não faz parte da classe trabalhadora” devido à falta de posicionamento político, possui tendências a ideias fascistas e conservadoras. Standing (2015 p. 23) considera que: “[...] o precariado poderia ser descrito como o neologismo que combina o adjetivo “precário” e o substantivo relacionado com o “proletariado”. [...] podemos afirmar que o precariado é uma *classe-em-formação*, se não ainda uma *classe-para-si*, no sentido marxista do termo”.

Em sua concepção o precariado tem uma imagem alienada, imatura, indecisa, apática, oportunista, petulante, e, portanto, tende a ter um ponto de vista político frágil e tendencioso a neopopulistas e neofascistas, pondo em risco até o regime democrático vigente (STANDING, 2015). Esse grupo não possui identidade profissional/ocupacional nem possibilidade de futuridade. O autor elenca uma variedade de faixa-etária dentro do precariado:

[...] o precariado está longe de ser homogêneo. O **adolescente** que entra e sai o tempo inteiro de um cibercafé enquanto sobrevive de empregos transitórios não é o mesmo que o **migrante** que usa a inteligência para sobreviver, estabelecendo febrilmente uma rede de contatos enquanto se preocupa com a polícia. Tampouco é semelhante à **mãe solteira** que se preocupa de onde virá o dinheiro para os alimentos da próxima semana, ou ao **homem de 60 anos** que aceita empregos eventuais para ajudar a pagar as despesas médicas. Mas todos compartilham um sentimento de que o seu trabalho útil (para viver), oportunista (pegar o que vier) é precário (inseguro) (STANDING 2015, p. 32). (**grifo nosso**)

Este grupo que vive em constante vulnerabilidade possui renda social insegura e/ou abaixo da média e não apresenta apoio da comunidade ao seu redor. O autor sugere que essa

“nova classe” é desprovida de sete formas de garantias relacionadas ao trabalho, quais sejam: 1. Garantias de mercado de trabalho; 2. Garantias de vínculo empregatício; 3. Segurança no emprego; 4. Segurança no trabalho; 5. Garantias de reprodução de habilidades; 6. Segurança de renda; 7. Garantia de representação. (STANDING, 2015, p. 28).

A tal “classe perigosa” é *heterogênea*, tende a buscar as bases de valores da burguesia, daí a ideia de que se distingue do proletariado, pois seu *perigo* reside na não compreensão do pertencimento de classe no sentido clássico de Marx (1999), onde o mesmo detalha esse movimento de *classe em si* e *classe para si*. O termo *classe para si* tende a ter aspirações e oposições em comum, comungando da *consciência* de *ser uma classe* que os levam a coletividade e as reivindicações. Em contraposição, o termo *classe em si* corresponde apenas a um grupo sem pretensões pautados apenas na participação dentro do processo de produção sem uma consciência determinada. Em outras palavras, Marx (1982, p. 159) argumenta que “[...] esta massa, pois, é já, face ao capital, uma classe, mas ainda não o é para si mesma. Na luta [...] esta massa se reúne, se constitui em classe para si mesma. Os interesses que defende se tornam interesses de classe. Mas a luta entre classes é uma luta política”.

Marx (1982) expõe como se dá a construção da classe para si, ou seja, um grupo que tem em seu bojo a consciência da luta de classes e sua identidade é revelado por conta da luta coletiva que é uma luta política. Porém, a percepção adotada por Standing (2015) em seu conceito de precariado foge da concepção de Marx, que trabalha o pertencimento de classe, levando, assim a discussão para fora do campo da luta política e de classes.

Além disso, coloca-se em relevo a questão apresentada por Mészáros (2008, p. 89) acerca da diferenciação imprescindível e fundamental entre

[...] a consciência de classe contingente e a consciência de classe necessária é que, enquanto a primeira percebe simplesmente alguns aspectos isolados das contradições, a última às compreende em suas inter-relações, isto é, como traços necessários do sistema global do capitalismo. A primeira permanece emaranhada em conflitos locais, mesmo quando a escala da operação é relativamente grande, enquanto a última, ao focalizar a sua atenção sobre o tema estrategicamente central do controle social, preocupa-se com uma solução abrangente, mesmo quando seus objetivos imediatos parecem limitados [...].

Com base na assertiva do autor, pode-se afirmar que não é uma linearidade a questão da “passagem” de classe em si para classe para si, pois não é algo mecânico e imediato. Isso se encontra no reino da mediação, da hegemonia, da práxis com vistas a um processo de construção de “consciência global de seu ser social” (MÉSZÁROS, 2008, p. 96).

Outro autor que discute sobre o precariado é Ruy Braga (2013) em seu livro: “Política do Precariado: do populismo à hegemonia lulista”, onde trabalha a questão da política do *proletariado precarizado* inserido nas relações capitalistas periféricas. Braga, em entrevista para Portal Unisinos (2012), deixa claro sua compreensão de precariado:

Em primeiro lugar, é preciso compreender o que entendo por “precariado”, conceito que tomei emprestado, resignificando-o, da sociologia francesa. Trata-se daquele amplo contingente de trabalhadores que, pelo fato de possuírem qualificações escassas, são admitidos e demitidos muito rapidamente pelas empresas, ou encontram-se no campo, na informalidade ou são ainda jovens em busca do primeiro emprego, ou estão inseridos em ocupações tão degradantes, sub-remuneradas e precárias que resultam em uma reprodução anômala da força de trabalho.

E conceitua o mesmo:

[...] isto é, o proletariado precarizado, é formado por aquilo que, excluídos tanto o *lupemproletariado* quanto a população pauperizada, Marx chamou de “superpopulação relativa”. [...] A necessidade de definir os limites gerais do precariado nos obriga também a diferenciá-los dos setores profissionais, ou seja, aqueles grupos mais qualificados, mais remunerados e, por isso mesmo, tendencialmente mais estáveis, da classe trabalhadora. Em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícolas (BRAGA, 2012, p. 19).

Para Ruy Braga (2012), o precariado é visto como o moderno proletariado precarizado, que está em constante trânsito entre a possibilidade de exclusão e exploração, sendo jogado ao exército de reserva como peso morto. Os menos qualificados e os mais mal pagos fazem parte do grupo que compõe o precariado moderno de Ruy Braga (2012), porém, ele destaca a possibilidade de mobilização política coletiva desse grupo, ao afirmar que ainda que o precariado busca a formação da consciência política do proletariado precarizado.

Para o autor, o proletariado moderno vem se estabelecendo nos países de capitalismo avançado e se consolidando nos países periféricos do sistema, tendo como base o fordismo periférico até a chegada do neoliberalismo da chamada acumulação flexível (HARVEY, 1992) e a intensificação da precarização do trabalho, como o processo de mundialização do capital em sua fase superior a do imperialismo (LÊNIN, 1985).

Porém, Alves (2012) dissente desse posicionamento, visto que essa camada é bem delimitada e se diferencia do proletariado industrial, possuindo, assim, categorias distintas, quais sejam:

✓ **Juventude** - o precariado é uma camada social **constituída pela juventude**. Esta é a percepção imediata da categoria: trata-se de um fenômeno social de classe predominantemente juvenil. Pergunta-se: nesse caso, qual a faixa etária que caracterizarmos a juventude? Ora utilizamos o termo "jovens-adultos". Na verdade, existem controvérsias sobre o conceito juventude? Em termos de faixa etária podemos estabelecer o seguinte: dos 18 aos 35 anos de idade podem ser considerados jovens-adultos. Não se trata de demarcações biológica, mas sim sócio-cultural [...].

✓ **Escolaridade** - o precariado é uma camada social constituída por jovens-adultos **altamente escolarizados**. Não se trata meramente de escolarização formal, mas sim de um tipo específico de escolarização que propicia a formação de expectativas de inserção social de inserção ocupacional de qualidade capaz de garantir a realização dos anseios e sonhos da civilização burguesa: carreira profissional, consumo e família. Nesse caso, a escolarização capaz de elevar as expectativas de realização pessoal como trabalhador assalariado, consumidor e chefe de família - *ideais burgueses* - tem sido a escolarização superior (teoria do capital humano). É claro que o ensino técnico-profissionalizante poderia ser também um tipo de escolarização formadora de expectativas de realização pessoal do homem burguês, na medida em que propicia reconhecimento social, *status* e prestígio capaz de significar a efetivação - no plano dos anseios, sonhos e expectativas - das ideias burgueses que caracterizaram a fase de ascensão histórica do capital (o capitalismo fordista-keynesiano). Por outro lado, o ensino médio é apenas a etapa inicial da escolarização capaz de elevar as expectativas de inserção ocupacional gratificante para a afirmação do homem burguês [...].

✓ **Inserção salarial** - o precariado é a camada social inserida em atividades salariais precárias. Com a crise do padrão fordista-keynesiano de contratação salarial, surge uma série de modalidades contratuais precárias que danificam o elo tempo presente-tempo futuro das individualidades pessoais de classe. A frustração das expectativas se realiza com a inserção precária no mercado de trabalho. Na verdade, as empresas "implodem" o ideal de carreira profissional, tornando intermitente a trajetória do sujeito, ampliando o campo da insegurança pessoal no que diz respeito ao emprego e renda. Na verdade, o tema da precarização do trabalho que possui não apenas componente da precarização existencial, precarização salarial, mas do homem-que-trabalha. Deste modo, a inserção precária do precariado não é apenas salarial no sentido restrito, mas possui um elemento existencial - trata-se uma **inserção precária nas relações de trabalho e de vida**: trabalha precário e vida precária no tocante à reprodução social (o precariado está imerso na precarização dos serviços públicos de educação e saúde, sendo manipulados intensamente pelo consumo, produção e política) (ALVES apud CARVALHO, 2014, p. 232).

Nota-se que, para Alves (2012), o precariado é composto pelo cruzamento de três elementos que os caracterizam, quais sejam: 1. ordens geracional; 2. educacional e 3. salarial. Logo, o *precariado* é progressista e provoca mudanças que perpassam inexoravelmente pela educação, em especial, na educação superior, que o leva a despertar a ideia de futuridade, pondo todas suas expectativas na carreira e na possibilidade da ascensão social,

[...] o capital em sua dimensão exacerbada no plano do mercado mundial, "queima" trabalho vivo altamente qualifica incapaz de ser absorvido pelo modo de produção de mercadorias. Como salientamos alhures, o precariado é o sintoma perverso das contradições radicais da ordem burguesa hipertardia (a

perda da futuridade e a frustração das promessas civilizatórias ampliam-se com a vigência da financeirização da riqueza capitalista e a hegemonia do capital financeiro) (ALVES, 2012, p.01)

Para tanto, refletir a dessa relação educação x trabalho x precariado, bem como edificar um conhecimento que possibilite desvendar as tramas da crise estrutural do capital, sob a batuta neoliberal, com vistas a arquitetar estratégias de luta, é uma tarefa urgente, pois somos cientes de que só se constrói “uma história de lutas e de resistência, apostando no futuro, mas entendendo que ele se constrói agora, no presente” (RAICHELIS, 2010, p. 770).

No emaranhado conceitual do precariado colocam-se em destaque os principais teóricos que o discutem: Standing (2012), Braga (2013) e Alves (2012) divergem e convergem de forma clara e distinta, conforme síntese expressa no quadro a seguir:

**Quadro 4 - Conceito em plena disputa: precariado.**

<b>Autores</b>	<b>Conceitos</b>	<b>Pontos Convergentes</b>	<b>Pontos divergentes</b>
<b>Guy Standing (2015)</b>	[..] o precariado é uma <i>classe-em-formação</i> , se não ainda uma <i>classe-para-si</i> , no sentido marxista do termo.	1. Não tem expectativa de futuridade; 2. Em busca de ascensão social; 3. Inserção precária nas relações de trabalho; 4. Precarização existencial; 6. Precarização do trabalho.	1. Não pertence ao proletariado; 2. São Apolíticos; 3. Formam uma nova classe social; 4. Pouca qualificação; 5. Variedades de faixa-etária.
<b>Ruy Braga (2013)</b>	o precariado, isto é, o <i>proletariado precarizado</i> . [...] em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícola.	1. Inserção precária nas relações de trabalho; 2. Fazem parte da classe trabalhadora; 3. Precarização do trabalho.	1. Proletariado precarizado; 2. Possuem capacidade de mobilização coletivamente; 3. Jovens e não jovens não qualificados ou semiquualificados; 4. Trabalhadores urbanos e rurais.
<b>Giovanni Alves (2012)</b>	São jovens-adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos trabalhos precários.	1. Não apresentam expectativa de futuridade; 2. Em busca de ascensão social; 3. Inserção precária nas relações de trabalho; 5. Precarização existencial. 4. Fazem parte da classe trabalhadora; 5. Precarização do trabalho.	1. Jovens/adultos altamente escolarizados; 2. Entendido como uma camada social do Proletariado; 3. Empregados ou desempregados; 4. Pouca formação política.

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora dos autores: Guy Standing (2015); Ruy Braga (2013); Giovanni Alves (2012).

Os tempos hodiernos são tempos flexíveis e nessa fluidez do tempo presente emerge o conceito precariado que se encontra em maturação, visto que o mesmo está inserido no olho do furacão, no qual se revela a crise estrutural do capital. Porém, concordamos com a

perspectiva de Alves (2012), para quem a “nova” dinâmica do mercado de trabalho, ou melhor, a morfologia do trabalho vem sendo sentida por uma parcela da população, principalmente, por conta dos altos níveis de desemprego e/ou trabalhos precários.

Corroborando com o argumento anterior, a camada de jovens/adultos que dão forma e corpo ao precariado encontra-se em um sistema laboral que possui algumas características peculiares, conforme o autor, e que relacionamos com o trabalho na sua forma flexível, bem como com a educação superior em tempos de contrarreforma. Vejamos:

**Quadro 5 - Morfologia social do Trabalho - Trabalho Flexível e a Educação Superior em Tempos flexíveis**

Características	Trabalho flexível	Educação Superior em tempos flexíveis
<b>1. Um novo arcabouço tecnológico informacional.</b>	A presença evidente da mais alta tecnologia nos ambientes de trabalhos obrigando os jovens a buscar um novo perfil educacional, tendo como base o "discurso da competência", forjando assim um trabalhador capaz de intervir no processo decisório da empresa/organização.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Diversificação institucional<sup>17</sup> visando flexibilizar a formação superior subordinada a lógica do mercado.</li> <li>✓ Segundo dados do Mapa do Ensino Superior (2016), afirma que, em 2014, no Brasil, havia <b>1.708</b> Instituições Mantenedoras de Ensino Superior, sendo <b>1.506</b> privadas e <b>202</b> públicas (e cada mantenedora pode possuir uma ou mais de uma Instituição de Ensino Superior). No entanto, em 2014, o setor da educação de nível superior decresceu cerca de 1% totalizando 2.368 instituições: <b>2.070 IES privadas e 298 públicas.</b></li> </ul>
<b>2. A vigência do espírito do toyotismo</b>	Existe uma forte presença de tecnologia de cariz informacional ligado aos aspectos do toyotismo como: trabalho estruturado, métodos de gestão e organização da produção dentro da era da gestão de pessoas, o discurso do empregado se tornar "colaborador" com a ideologia de uma "família" e, principalmente, a dissolução do discurso de conflitos entre classes e lutas pelos seus direitos.	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ A intensificação da modalidade do Ensino à Distância (EAD) em todos os níveis.</li> <li>✓ Segundo dados do Mapa do Ensino Superior (2016), as matrículas nos cursos de nível superior à distância registraram, de 2009 a 2015, um crescimento de <b>66%</b>, sendo um aumento de <b>90%</b> na rede privada e uma queda de <b>26%</b> na rede pública.</li> <li>✓ No período de 2014 a 2015, o crescimento na rede privada chegou a 5,2% (1,20 milhão de matrículas para 1,26 milhão). No entanto, na rede pública ocorreu uma queda de 7,9% nas matrículas (<b>eram 139 mil em 2014 e reduziram para 128 mil em 2015</b>).</li> </ul>
<b>3. A renovação geracional dos coletivos de trabalhos</b>	Com a reestruturação dos locais de trabalho exigem-se novos operários e empregados. Introduce a prática do <i>downsizing</i> uma forma de atingir a eficiência dos custos visando eliminar a	<ul style="list-style-type: none"> <li>✓ Emerge o professor-tutor, professor empreendedor.</li> <li>✓ O Censo EAD.BR 2016 contabilizou 561.667 alunos em cursos regulares totalmente a distância,</li> </ul>

<sup>17</sup> A Lei de diretrizes e base da Educação (LDB) estabelece a organicidade do ensino superior no art. 45: A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização. E regulamenta o sistema de ensino por meio do Decreto 2306/1997 - Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997 e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências.

	burocracia corporativa, provocando assim o achatamento na hierarquia, seu objetivo é enxugar e reestruturar o coletivo geracional de trabalhadores nas empresas, tais mudanças ocorrem por meio de demissões, demissões voluntárias e incentivos à aposentadoria.	217.175 em cursos <b>regulamentados semipresenciais</b> , <b>1.675.131</b> em cursos livres não corporativos e <b>1.280.914</b> em <b> cursos livres corporativos</b> .
<b>4. As relações de trabalho flexível</b>	Trata-se das novas alterações das relações de trabalho, com introdução de novas formas de contratação e flexibilização do trabalho, ou seja, novas formas de exploração da força de trabalho, como: terceirização, quarteirização, contratação por tempo determinado, temporários, redução salarial e jornada de trabalho alterada.	Carreira do Ensino superior ameaçada, novas formas de contratação, flexibilização e precarização do trabalho docente.

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora a partir de ALVES, Giovanni; ESTANQUE, Elísio (Orgs.). **Trabalho, juventude e precariedade: Brasil e Portugal**. Bauru: Canal 6, 2013. (Projeto Editorial Praxis) e Mapa do Ensino Superior no Brasil (2016).

Esse retrato da nova morfologia do trabalho expressa a *crise estrutural do capital* em tempos neoliberais que permeia o mundo do trabalho e vem ao encontro das mudanças e flexibilização na educação, em especial do ensino superior. Essas características dão tonalidade à discussão e agudiza a precariedade salarial, impondo à juventude a busca por escolarização atrelado ao sonho por alcançar a ascensão social e econômica, induzindo, assim, ao *fetichismo* do consumo.

O discurso vigente sinaliza que a ascensão social é possível por meio do acesso ao ensino superior, esse se tornou o caminho para futuridade, bem como a ter acesso a bens de consumo. Diante disso, argumenta-se que essa parcela da juventude precária, segundo Alves (2013, p. 243), apresentam as seguintes características:

**1)** a constituição de um sistema **universitário de graduação e pós-graduação que se ampliou** exponencialmente nas últimas décadas, produz hoje, a cada ano, um imenso contingente de jovens-adultos licenciados **altamente escolarizados** imersos em sonhos, expectativas e anseios de carreira e realização profissional. Depois, **2)** a vigência de um novo **mercado de trabalho** sob a dinâmica do capitalismo global predominantemente financeirizado, **incapaz de absorver o contingente** de licenciados à altura de suas perspectivas profissionais, levando-os, portanto a se **inserirem em relações precárias de emprego e trabalho**; e finalmente, a **3)** vigência do capitalismo manipulatório com sua ideologia **farsesca do capitalismo de bem-estar**, organizada em torno da perspectiva de compatibilizar o incompatível: economia de mercado nas condições da mundialização financeira e bem-estar social numa sociedade democrática de direitos. **(grifo nosso)**

Alves (2013) apresenta um conjunto de características que dão forma a essa juventude precária na atualidade. Características que são perceptíveis a partir da ampliação do ensino

superior, com forte ênfase no período de 2003 a 2014, que criou um contingente de jovens altamente escolarizados e com expectativas de futuro que num contexto de *crise estrutural do capital*, de estado reduzido sob o aporte neoliberal, não serão absorvidos de forma linear ou automática no mercado de trabalho com a segurança salarial do período fordista sob o ideário keynesiano. Por isso o autor afirma que essa expansão, esse acesso à escolarização, é uma farsa do capitalismo manipulatório, pois, em tempos de redução de estado, em tempos de fábrica enxuta, a perspectiva de emprego em massa numa economia de mercado mundializada é uma farsa, uma tragédia.

Sguissardi (2006) afirma que o capital com intuito de acumular viu na expansão da educação superior a possibilidade de ampliação no setor privado, consagrando o processo de mercantilização da educação superior. Carvalho (2013, p. 767) ressalta que as empresas educacionais passaram a adotar novas estratégias em face da concorrência acirrada promovida pelo recente surto expansivo nos anos de 1990, possibilitando, deste modo, a oferta de modalidades de ensino com menor prestígio acadêmico como: cursos sequenciais, à distância, de extensão e de pós-graduação *lato sensu*. Segundo dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP) (2000):

Em 1998 havia, no País, **2,1 milhões** de alunos frequentando cursos de graduação. Incluindo os cursos de extensão, os sequenciais e os de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado), o número total de alunos no ensino superior atingiu, naquele ano, **2,7 milhões**. A maioria dos estudantes dos cursos de graduação estava nas instituições privadas (1.321.229); e se distribuíam, em seguida, pelas públicas federais (408.640), estaduais (274.934) e municipais (121.155). (**grifo nosso**)

A sociedade capitalista em sua essência tende a transformar tudo em mercadoria. Logo, a educação torna-se foco dessa mercantilização, em particular a educação no nível superior, visto que, com a reestruturação produtiva, a saída da crise se daria via fusões de capital, cujo objetivo é um ganho maior na divisão da fatia no mercado, essa fase, como diria Harvey (2001), é entendida como concentração do capital, ou seja, *imperialismo*.

E como essa concentração se dá na educação superior? No que se refere às fusões e aquisições que dão formas às organizações educacionais em nosso país e que possuem ações na Bolsa de Valores ou então parcerias com capital internacional, destacamos a Kroton Educacional S/A, Anhanguera Educacional Participação S/A, Estácio participações e Sistema Educacional Brasileiro S/A (SAMPAIO, 2011). Esse processo de fusões vem como resposta à *crise estrutural do capital* que busca novos nichos de investimento e mecanismo de

superação da mesma, no caso desse estudo na educação superior, liquefazendo-a em um negócio lucrativo.

De acordo com Harvey (2016, p. 218), em seu livro *17 contradições e o fim do capitalismo*, afirma que:

[...] além disso, quando tudo - absolutamente tudo - é mercantilizado e monetizado, há um limite além do qual esse processo de expansão não conseguiu prosseguir. É difícil precisar se chegamos a esse limite, mas quase quatro décadas de estratégias neoliberais de privatização já fizeram muito, e em muitas partes do mundo não sobrou muita coisa para privatizar e cercar.

Privatizar, mercantilizar, expandir e acumular são tidos como receituário neoliberal. O limite do capital está sem controle, visto que a expansão da educação superior em nosso país se apresenta de forma “tímida” no setor público, porém, ampliada no setor privado, em sintonia com a lógica de acumulação e reprodução do capital. Trazendo em seu avesso a redução de financiamento, “as Instituições de Ensino Federais – IFES e apresentando uma gama de oferta de financiamento as IES privadas, no sentido de incentivar a lucratividade para esse setor” (SGUISSARDI, 2006, p. 54).

Corroborando com a afirmativa, Cristina Helena Carvalho (2013, p. 766), em seu artigo “A Mercantilização da Educação Superior Brasileira e as Estratégias de Mercado das Instituições Lucrativas”, assevera que:

No Brasil, o fenômeno de mercantilização acentua-se no final da década de 1990, no bojo do processo de globalização e de disseminação das tecnologias de informação, e manifesta-se, conforme salienta Romualdo Oliveira (2009), por meio da oferta direta de cursos (presenciais e a distância), da produção de materiais instrucionais (livros, apostilas e softwares), do surgimento de consultorias empresariais responsáveis tanto pela assessoria de empresas educacionais no mercado financeiro quanto na gestão de recursos ao setor.

A assertiva da autora leva-nos a afirmar que esse fenômeno se adensa em nosso país a partir da década de 1990, sendo potencializado, ou melhor, ampliado nos anos 2000, período em que a educação começa a se apresentar como um nicho promissor para a acumulação do capital.

Exposto isso, os organismos internacionais passam a fazer recomendações acerca da política educacional nos países da América Latina, sob o discurso de uma pretensa modernização e a partir dos anos 2000 começa uma reengenharia educacional em nosso País e a educação passa por um processo de “democratização” sob ênfase da esfera privada. O

discurso em voga é que ampliar o acesso, sem se preocupar com a qualidade, permitirá que segmentos de nossa sociedade alcancem a ascensão social por meio da inserção no ensino superior e isso levou os indivíduos a buscarem o caminho da escolarização como alternativa para a melhoria de vida. Porém, Alves (2012, p. 38) adverte que:

A condição social de estudante é hoje uma **condição precária**, tendo em vista a candente falta de expectativa de futuro profissional, aliada à organização das escolas (inclusas universidades públicas e privadas), que se tornaram verdadeiras **máquinas de moer gente** – no sentido em que elas incorporaram, para alunos e professores, a lógica do espírito do toyotismo: intensificação do trabalho escolar, com pressão e assédio moral visando cumprimento de metas tendo em vista a obtenção do diploma universitário. É a lógica da obtenção de resultados e desempenho produtivista. E pior, no caso dos estudantes, sem perspectivas palpáveis de realização profissional futura (**grifo nosso**).

A busca pela escolarização mercantilizada leva o jovem/adulto a não perceber que isso tende à o conduzir a um tipo de *fetich*: da realização profissional que advém do ideário da social democracia cujo trinômio consistia em Educação, emprego e consumo (ALVES, 2013). Porém, os tempos são outros e esse trinômio não se sustenta devido ao desemprego estrutural e a redução do Estado, assim o jovem/adulto tende a investir em sua escolarização sem perceber que seu diploma não terá o mesmo valor de oportunidades, levando-os ao desencanto e a perda da futuridade:

O que significa que a alta escolarização não garante realização profissional. Pelo contrário, a escolarização se confunde com a própria desqualificação social. O **titulado escolar** tornou-se apenas uma peça substituível na engrenagem do capital. Na medida em que, cada vez mais, jovens de alta escolarização passam a compor a **superpopulação relativa** a serviço da produção do capital, aumenta a concorrência no seio da classe trabalhadora, com a maioria dos jovens titulados inserindo-se em relações de trabalho precário, não conseguindo realizar, deste modo, aquilo que lhes prometeram ao dedicar-se, de corpo e alma, aos estudos escolares: o sucesso profissional com um bom emprego capaz de lhes garantir carreira, consumo e família (ALVES, 2013, p. 02).

A alta escolarização por si mesma não possibilitará a entrada do jovem/adulto no mundo do trabalho e/ou em empregos estáveis e com seguridade social. Emerge uma tendência que significativas parcelas de jovens/adultos se sentem sem alternativas, após terminar seu curso de graduação. O futuro almejado não chega, restando-lhe continuar indo em direção de complementar sua formação por meio da pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu* e, até a partir de uma segunda ou terceira graduação, no intuito de obter mais condições de adentrar, ou melhor, se inserir no mercado de trabalho.

A competição imposta pelo capital induz aos jovens/adultos a buscar por maior escolarização, para isso eles vão ao mercado buscar habilidades e competências, como forma de se inserir, além do medo do desemprego. Futuridade, expectativas, emprego estável, proteção social do trabalho são características que em tempo de precarização do trabalho face ao capital começam a ter um processo de desmonte, visto que o mundo do trabalho se transformou e passou por um processo profundo de reestruturação da produção, dos mercados e da organização e gestão da força do trabalho.

Dar visibilidade a essa camada, construí-la conceitualmente, demonstrar a relação com a educação, ou melhor, com a expansão do ensino superior, via pós-graduação, permitirá desnudar a qualidade desse processo expansionista, bem como evidenciar a existência ou não do elemento da alienação (política) presente nesse processo.

Por fim, o próximo capítulo aprofundará o “olho do furacão” dentro da educação superior brasileira, envolto na crise estrutural global do capital. Para, avançarmos na discussão da relação entre a educação e o trabalho na sociedade contemporânea, utilizando a política pública de educação superior e a contrarreforma do Estado, chegando, assim, à pós-graduação, cujo campo empírico são os Programas de Pós-Graduação da Universidade Federal do Amazonas, a partir dos seus egressos, pretende-se capturar a visibilidade da categoria *precarizado*.

A vida da gente vai em erros, como um relato sem pés nem cabeça, por falta de sisudez e alegria. Vida devia de ser como sala do teatro, cada um inteiro fazendo com forte gosto seu papel, desempenho.

João Guimarães Rosa (1956)

## Capítulo 2



## Capítulo 2 - NEM KÁTIA, NEM HARVEY, NEM IRMA: a crise estrutural global do capital e suas inflexões na expansão da educação superior.

[...] é a crise estrutural profunda do sistema do capital global que exige e impõe cortes em uma escala sempre crescente [...] o sistema do capital em crise estrutural não consegue mais produzir os recursos necessários para manter a própria existência, muito menos para expandir, de acordo com a necessidade crescente, o Estado de bem-estar social, que há muito tempo chegou a constituir sua finalidade justificadora.

Mészáros (2002)

A educação é um direito. Contudo, assegurar que ela seja ofertada como um direito social para todos e com qualidade não é algo mecânico no Brasil, constitui-se em um desafio. Somos um país que se redemocratizou, após um período de mais de duas décadas de regime de exceção, porém, nossas instituições conservam as marcas desse período.

No setor educacional, apesar da Carta Magna de 1988, em seu artigo 205, expressar que “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, muito ainda deve ser feito para que esse preceito constitucional não se configure como “letra morta”.

Os anos de 1990, no Brasil, preconizaram as reformas (neo)liberais na área da educação, visto que tais reformas seguem o receituário proposto pelo Plano Diretor da Reforma do Estado (MARE, 1995), destaca-se que:

As reformas educacionais concebidas e executadas pelo governo brasileiro nos anos 1990 foram, em particular, profundamente influenciadas pelos diagnósticos e orientações do Banco Mundial, sobretudo durante os 8 anos de governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) (MOTA JUNIOR & MAUÉS, 2014, p. 1139).

Delimita-se que as reformas propugnadas nesse período são um processo de contrarreforma, na medida em que se trata de uma ação destinada a combater, por meios análogos, reforma anteriormente empreendida, como foi o caso da reforma democrática advinda da promulgação da Constituição Federal de 1988, que instituiu direitos sociais. Direitos que sofreram desmonte com a opção pela Reforma do Estado brasileiro em 1995 e “[...] esta opção implicou uma forte destruição dos avanços, mesmo que limitados, sobretudo se vistos pela ótica do trabalho (BEHRING, 2003, p. 198), se estendendo com volúpia nos anos 2000 para a área educacional brasileira.

Ao esclarecer o entendimento de contrarreforma que respalda nosso estudo, o presente capítulo irá discorrer sobre a política pública de educação superior em tempos de *crise estrutural* sob a égide do projeto neoliberal que promove uma reengenharia educacional seguindo as orientações dos organismos internacionais, para que se possa entender o processo de expansão do ensino superior, assim como a ampliação da análise para o terreno da pós-graduação para relacionar esse processo com a visibilidade da camada social do *precariado* no mundo e no Brasil.

Em tempos nos quais a educação vai ao mercado, já que se constituiu num rendoso campo de investimento para o capital, refletir esse processo expansionista requer refletir sobre a “degradação da educação e do mito de que, através dela os indivíduos terão acesso a condições dignas de vida, o que é desmentido pela realidade de muitos que tiveram acesso a ela, cabe à classe trabalhadora lutar por outro tipo de educação, o que implica lutar por outro tipo de sociedade” (CARVALHO, 2009, p. 117), com vistas a buscar meios de dotar a ação para construir alternativas que façam frente ao processo em curso, enfim, criar, projetar “uma alternativa possível e realizável, porque a história, que é feita pelos homens, não chegou nem pode chegar ao fim” (VÁZQUEZ, 2006, p. 305-306).

Diante disso, o presente capítulo encontra-se estruturado a partir de tópicos sobre o “desenho” da política pública de educação num contexto de contrarreforma e de crise estrutural do capital, com destaque para a expansão da educação superior e sua relação com o trabalho em um país de capitalismo periférico como o Brasil e suas históricas contradições, para, em seguida, verticalizar acerca da ampliação da pós-graduação, objetivando fazer uma relação com o fenômeno do precariado no Brasil e no mundo.

Destarte, o cenário atual é permeado por profundas transformações da esfera produtiva, sócio institucional e política, portanto, se capital e trabalho são elementos interdependentes ao mudar a lógica na esfera da produção muda-se a lógica, ou melhor, a composição da gestão e da organização do trabalho. Assim, é pertinente e necessário trazer ao centro do debate a questão do precariado e toda a polêmica ou polissemia que envolve esse conceito, com vistas a elucidar a real face do processo expansionista em tempos de insegurança social e desmonte de direitos.

## 2.1 A política pública de educação superior no Brasil em tempos de contrarreforma do Estado brasileiro

A construção da ligação entre educação e capitalismo desdobra-se nas relações entre educação e pauperização. O capitalismo gerou a educação como necessidade; mostrou o interesse econômico e tentou utilizá-la como tal.

Marmoz, Freitas & Araújo (2014).

A assertiva acima revela-nos o quanto a educação é atraente e funcional ao capital. Na atualidade, podemos afirmar que a “avalanche” que recaí sobre a educação superior brasileira tem nome e sobrenome: *crise estrutural do capital*. De acordo com István Mészáros (2010, p. 47), “a crise da nossa ordem social nunca foi tão grande quanto hoje. Sua solução é inconcebível sem a intervenção sustentada da política revolucionária numa escala adequada. E é num contexto de crise que se demanda uma educação para além do capital, tencionando a saída do epicentro do furacão e esquadrinhando uma nova reengenharia para as políticas educacionais, porém, de forma contraditória e excludente na sociedade do capital, a educação atende aos interesses econômicos aumentando o fosso da pobreza *versus* acumulação.

Importa frisar que o capital amparado pelo Estado, introduziu seus tentáculos na esfera da educação para, assim, executar as reformas de interesses geridos pelo mesmo, visto que seu objetivo é perpetuação da sociedade de mercadoria (MÉSZÁROS, 2007). Ratifica-se que a educação, sob o signo do capital, se apresenta como um fenômeno complexo e contraditório.

Nesse sentido, devido à condição de crise estrutural, o capital tenta aniquilar os ganhos (direitos) concretizados por anos de lutas dos movimentos sociais e tende a mercantilizar toda e qualquer relação estabelecida dentro da sociedade. Além disso, Saviani (2007, p. 441) afirma que a história da educação brasileira registra uma evolução marcada pelas desigualdades, desde tempos remotos. Essa desigualdade foi criada pelo sistema capitalista para manter o equilíbrio do capital. O educador Anísio Teixeira<sup>18</sup>, personagem histórico da

---

<sup>18</sup> Anísio Spínola Teixeira nasceu em 12 de julho de 1900, em Caetitê (BA). Filho de fazendeiro estudou em colégios de jesuítas na Bahia e cursou direito no Rio de Janeiro. Diplomou-se em 1922 e em 1924 já era inspetor-geral do Ensino na Bahia. Viajando pela Europa em 1925, observou os sistemas de ensino da Espanha, Bélgica, Itália e França e com o mesmo objetivo fez duas viagens aos Estados Unidos, entre 1927 e 1929. De volta ao Brasil, foi nomeado diretor de Instrução Pública do Rio de Janeiro, onde criou, entre 1931 e 1935, uma rede municipal de ensino que ia da escola primária à universidade. Perseguido pela ditadura Vargas, demitiu-se do cargo em 1936 e regressou à Bahia - onde assumiu a pasta da Educação em 1947. Sua atuação à frente do Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos a partir de 1952, valorizando a pesquisa educacional no país, chegou a ser considerada tão significativa quanto a Semana da Arte Moderna ou a fundação da Universidade de São Paulo. Com a instauração do governo militar em 1964, deixou o instituto - que hoje leva seu nome - e foi lecionar em universidades americanas, de onde voltou em 1965 para continuar atuando como membro do

educação no Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, enxergou as desigualdades sociais produzidas pelo sistema e se empenhou em um movimento que tinha como pressupostos a *nova escola*, onde via a educação como instrumento de democratização do conhecimento, tal escola seria um mecanismo para a libertação e crescimento da sociedade:

- 1) uma escola de vida e de experiência para que sejam possíveis as verdadeiras condições do *acto* de aprender;
- 2) uma escola onde os alunos são *activos* e onde os projetos formem a unidade típica do processo de aprendizagem;
- 3) uma escola onde o professor simpatize com as crianças sabendo que só através da *actividade* progressiva dos alunos podem eles educar-se, isto é, crescer; e que saibam ainda que crescer é ganhar cada vez melhores e mais adequados meios de realizar a própria personalidade dentro do meio social onde o aluno vive (MONTEIRO, 2006, p. 131).

Moacir Gadotti (1999, p. 17) comunga da mesma perspectiva de Anísio Teixeira, pois acreditava que a educação exerce um papel fundamental na sociedade e na construção do ser humano: [...] a educação tem um papel importante no processo de humanização do homem e de transformação social, embora não preconize que, sozinha, a educação possa transformar a sociedade. [...] formação do homem integral, ao desenvolvimento de suas potencialidades, para torná-lo sujeito de sua própria história e não objeto dela. Além disso, mostra os instrumentos que podem criar outra sociedade.

Falar de educação é algo complexo e multifacetado, pois, segundo Saviani (2004) existem dois caminhos: dimensão economista, onde o capital forma o homem bondoso, gentil e tolerante<sup>19</sup>, de acordo com os princípios liberais, visando a manutenção do *status quo*, e a dimensão humanista e social onde a educação deveria ser emancipatória.

Na história brasileira, estes dois caminhos determinaram o direito à educação, contudo, as marcas e antecedentes da luta travada pela sociedade originaram e concretizaram a educação enquanto direito adquirido, porém, nem sempre realizável. O quadro demonstra os períodos de avanços e desafios da educação no Brasil segundo a perspectiva de Saviani (2004):

---

Conselho Federal de Educação. Morreu no Rio de Janeiro em março de 1971. Ler: MONTEIRO, A. R. **História da educação**: do antigo "direito de educação" ao novo "direito à educação". São Paulo: Cortez, 2006.

<sup>19</sup> Ler: ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social e outros escritos**. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 2009.

**Quadro 6 - Periodização históricas ocorridas internamente na educação brasileira**

<b>PRIMEIRA ETAPA: Antecedentes da educação pública no Brasil</b>	
<b>1º Período (1549-1759): Pedagogia Jesuítica</b>	Corresponde à escola pública religiosa, com monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional, subdividido em 2 (duas) fases: <b>a.</b> A pedagogia de Nóbrega ou, o período heroico (1549-1570); <b>b.</b> A institucionalização da pedagogia jesuítica ou o <i>ratio studiorum</i> (1570-1759).
<b>2º Período (1759-1827): Pedagogia Pombalina.</b>	É representado pelas “Aulas Régias” instituídas pelas reformas pombalinas, com coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional.
<b>3º Período (1827-1890): Primeiras tentativas de organização da educação pública.</b>	Consiste nas primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de organização da educação como responsabilidade dos poderes públicos, então representado pelo governo imperial e pelos governos provinciais.
<b>SEGUNDA ETAPA: História da escola pública propriamente dita</b>	
<b>1º Período (1890-1931): As escolas graduadas e o ideário do Iluminismo republicano.</b>	Implantação progressiva das escolas primárias graduadas nos Estados, juntamente com a formação de professores que se deu com a consolidação das escolas normais.
<b>2º Período (1931-1961): Regulamentação nacional do ensino e o ideário pedagógico renovador.</b>	Corresponde à regulamentação em âmbito nacional das escolas primárias, secundárias e superiores; à incorporação da pedagogia renovadora, através da reforma Francisco Campos, de seu aprofundamento pela reforma Capanema, culminando com a promulgação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), através da Lei nº. 4.024/61. O período pode ser subdividido em duas fases: <b>a)</b> Equilíbrio entre a pedagogia tradicional e a pedagogia nova (1932-1947); <b>b)</b> Predomínio da influência da pedagogia nova (1947-1961).
<b>3º Período (1961-1996): Unificação normativa da educação nacional e a concepção produtivista de escola.</b>	Compreende a unificação da regulamenta da educação nacional, tendo como marco a promulgação da LDB em 1961 e a aprovação da nova LDB (Lei nº 9394/96) em 1996. Esse período, por sua vez, pode ser dividido em duas fases: <b>a)</b> uma marcada pela Crise da pedagogia nova e articulação da pedagogia tecnicista (1961-1969); <b>b)</b> outra de confronto entre as pedagogias críticas e a pedagogia do capital humano, a concepção produtivista de educação (1969-1996).

Fonte: Adaptado de Saviani 2004 por José Claudinei Lombardi, 2003.

De acordo com José Lombardi, em seu artigo: “Periodização na história da educação brasileira: aspecto polêmico e sempre provisório” (2008, p. 206), a “educação brasileira, mesmo inserida no contexto sócio-político-econômico do Brasil, não será adequada e satisfatoriamente entendida sem levar em conta as contradições que são inerentes a toda e qualquer sociedade dividida em classes, bem como a mediação de outros elementos e aspectos”. Essas etapas mostram a transformação da educação brasileira dentro de uma visão ampla e questionadora.

Nas décadas de 1920 e 1930 devido ao desenvolvimento capitalista, o Brasil vivenciou o agravamento da questão social que, segundo Bulla (2003, p. 05), se deu com:

[...] a concentração da população nas áreas urbanas trouxe consigo problemas de assistência, **educação**, habitação, saneamento básico, de infraestrutura e tantos outros. Na medida em que a industrialização avançava, crescia a concentração da renda, ampliando-se as desigualdades sociais, aumentando as tensões nas relações de trabalho e agravando-se a questão social. (**grifo nosso**).

Por conta de toda pressão da classe trabalhadora, foram promulgadas uma série de medidas de políticas sociais, como forma de enfrentamento às desigualdades, isso levou a aproximação do Estado com as classes dominantes e a adesão dos trabalhadores. Vale destacar que, dentre as diversas medidas de política social na área da educação, segundo Saviani (2004, p. 19-20), ocorreu avanços significativos, porém, não se expressou na democratização do ensino de forma ampla:

[...] foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública. A educação começava a ser reconhecida, inclusive no plano institucional, como uma questão nacional. Na sequência tivemos uma série de medidas relativas à educação, de alcance nacional: em 1932, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, dirigido ao povo e ao governo, que apontava na direção da construção de um sistema nacional de educação; a Constituição de 1934, que colocava a exigência de fixação das diretrizes da educação nacional e elaboração de um plano nacional de educação; as ‘leis orgânicas do ensino’, um conjunto de reformas promulgadas entre 1942 e 1946 por iniciativa de Gustavo Capanema, ministro da Educação do Estado Novo.

Dentre os avanços, a Constituição de 1946 determinou à União o dever de fixar as diretrizes e bases para a educação, que foi promulgada no dia 20 dezembro de 1961 - 1ª Lei de Diretrizes e Bases da Educação, a mesma passou por alterações nos anos de 1968 e 1971 e, por fim, foi substituída pela LDB atual de 1996. Observa-se que tais avanços e desafios na formulação e manutenção da LDB, em 35 (trinta e cinco) anos de construção da educação no Brasil, mostram sinais de desmontes. Abaixo, o quadro sinaliza os principais pressupostos de cada LDB:

**Quadro 7 - Principais características na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)**

<b>Período</b>	<b>Pressupostos</b>
<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – 1961</b>	O sistema educacional brasileiro, até 1960, era centralizado, modelo seguido por todos os estados e municípios. Com a aprovação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1961, os órgãos estaduais e municipais ganharam autonomia, com diminuição da centralização do MEC.
<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - 1968</b>	A reforma universitária, em 1968, foi a grande LDB da educação superior, ao assegurar autonomia didático-científica, disciplinar, administrativa e financeira às universidades. A reforma representou um avanço na educação superior brasileira, ao instituir um modelo organizacional único para as universidades públicas e privadas.
<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - 1971</b>	A educação no Brasil se viu diante de uma nova LDB em 1971. O ensino passou a ser obrigatório dos 7 aos 14 anos. O texto também previa um currículo comum para o primeiro e segundo graus e uma parte diversificada, em função das diferenças regionais
<b>Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - 1996</b>	Uma nova reforma na educação brasileira foi implantada em 1996. Trata-se da mais recente LDB, que trouxe diversas mudanças nas leis anteriores, com a inclusão da educação infantil (creches e pré-escola). A formação adequada dos profissionais da educação básica também teve prioridade, com um capítulo específico para tratar do assunto.

Fonte: Portal Oficial do Ministério da Educação. Acessado: 11 de out. 2017.

O quadro demonstra a periodicidade da promulgação das LDB's no contexto de contradições do desenvolvimento da sociedade brasileira. Ademais, retoma-se a década 1960, com o golpe militar a educação assume um discurso político ligado à modernização e ao desenvolvimento econômico nacional sob a égide de um regime de exceção. No período de 1968-1973, conhecido como “milagre econômico” (1968-73), ocorreu o desenvolvimento capitalista monopolista e excluiu as massas populares da esfera dos direitos políticos e econômicos. Segundo Saviani (2008, p. 307-308),

[...] a estrutura universitária que nos foi legada pelo Regime Militar acarreta consideráveis dificuldades à qualidade do ensino, determinadas pelos seguintes fatores: eliminação das turmas/classes resultante da departamentalização aliada à matrícula por disciplina e ao regime de créditos, dificultando o trabalho dos professores junto aos alunos e desconsiderando as especificidades das diferentes carreiras profissionais na programação das disciplinas que integram os respectivos currículos; substituição do período letivo anual pelo semestral, reduzindo o tempo de trabalho pedagógico do professor com seus alunos, o que inviabiliza a superação das eventuais lacunas e dificulta a assimilação efetiva, pelos alunos, dos conhecimentos constitutivos das disciplinas consideradas indispensáveis à sua formação.

Tal legado da reforma universitária de 1968 trazia uma faceta que desmobilizaria os estudantes e levaria a uma racionalização acadêmica, administrativa e tecnicista em sua estruturação. Entende-se que tais ações governamentais que adentram a área da educação superior apontavam para entrada do capital internacional. Vejamos o que demonstra o quadro quanto aos avanços e retrocessos para a educação superior, por meio de decretos e normativas relacionados à temática:

**Quadro 8 - Leis e Decretos - décadas de 60 a 70**

<b>Leis e Decretos</b>	<b>Conteúdos</b>
<b>Decreto 63341, de 01. 10. 1968</b>	Estabeleceu os critérios para a expansão do ensino superior, evitando áreas já saturadas e estimulando aquelas com <i>déficit</i> de profissionais;
<b>Lei 5537, de 21. 11. 1968</b>	Criou o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Vinculado ao Ministério da Educação e Cultura, tal Fundo visava a captar recursos e aplicá-los no financiamento de projetos de ensino e pesquisa nos três níveis do ensino (os então níveis primário, secundário e superior);
<b>Lei 5540, de 28. 11. 1968</b>	Instituiu os princípios para a organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média;
<b>Decreto-Lei 405, de 31. 12. 1968</b>	Fixou as normas para o incremento de matrículas em estabelecimentos de ensino superior. Regulamentou a concessão de auxílio às instituições para a expansão da matrícula, vinculando-a à exigência de diretrizes que assegurassem a produtividade, a eficiência e a utilização plena da capacidade instalada;
<b>Decreto 68908, de 13. 07. 1971</b>	Dispôs sobre o vestibular;
<b>Lei 5692, de 11. 08. 1971</b>	Fixou as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus.

Fonte: ROSSI, E.R; RODRIGUES, E; NEVES, F. M (2009).

A Reforma Universitária de 1968 e 1971, instaurou um amplo debate em torno da educação superior no Brasil, a qual se transformou em um chamariz para o capital, um novo nicho estava sendo ofertado com a educação superior com um discurso de desenvolvimento econômico e social mirando na segmentação da estrutura de classes sociais na qual a sociedade se ancorava.

A década de 1980 veio assegurar a redemocratização instaurando, assim, uma nova Constituição Federal de 1988, onde ocorrem importantes mudanças que acompanharam os movimentos sociais, principalmente no que diz respeito às políticas sociais que passaram a ter um direcionamento mais universal garantindo a participação da sociedade nas decisões políticas.

O texto constitucional explicita o direito à educação e responsabiliza, de forma clara, os atores dentro do processo com a introdução do art. 205, que passa a determinar: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. O teor do artigo 205 da Carta Magna de 1988 visa materializar, de acordo com Bobbio (1992), que o direito à educação é condição necessária à própria construção do Estado de direito.

Logo, a educação passa a ser entendida como um processo de cidadania, visto que o “texto constitucional de 1988 reconhece a educação como direito social fundante da cidadania e como um dever do Estado” (SAVELI; TENREIRO, 2012, p. 55). E ainda, apoiando-se em Almeida (2007, p. 03) que afirma: “[...] essa educação escolarizada ao passo que se constitui em expressão da dominação e controle do capital é ao mesmo tempo objeto das lutas das classes subalternas pela sua emancipação política”. E essa disputa política pela direção dos projetos societários e educacionais, imposto pelo capital, revela a contradição entre o Estado e a sociedade.

No contexto mundial e brasileiro, a década de 1990 trouxe um gama de modificações, consideradas um retrocesso para a educação, pois, em tempos de crise estrutural do capital, cujos elementos principais são a reestruturação produtiva, financeirização da economia, globalização e o projeto neoliberal, a educação se torna uma mercadoria, visto que é pertinente demarcar que política socioeconômica desse período, revela a patente à situação de crise e dependência (ROMÃO, 2003) de nosso país frente aos países de capitalismo maduro.

Convém ressaltar que, nos tempos hodiernos, o agudizamento das contradições do capital adensa-se, pois, a crise estrutural do capital revela-nos que “pela primeira vez o

aumento da produção está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho” (FRIGOTTO, 2003, p. 78) e por isso que como saída para o processo de crise se transmuta a educação em mercadoria que deve ser consumida de forma rápida e de fácil digestão.

Retrocedendo um pouco nas medidas de política pública no Brasil, pode-se inferir que o *Welfare State* se deu de forma diferente dos países com o capitalismo maduro, pois, ousamos edificar um sistema de proteção social no momento em que o desmonte já acontecia nos países desenvolvidos. Atrelado a isso, de acordo com Mota (2009 p. 25): “[...] no Brasil, temos uma espécie de chegada tardia do neoliberalismo, o que tem relação com a força do processo de redemocratização e questões político-econômicas internas”. A chegada desse projeto expressa em seu âmago a naturalização das desigualdades sociais, bem como o desmonte das conquistas sociais da classe trabalhadora. Logo, a consolidação das propostas neoliberais corresponde “a redução dos gastos sociais e o desmantelamento do sistema público de seguridade social têm suas expressões na privatização, descentralização, focalização e programas assistenciais emergenciais” (CEOLIN, 2014, p. 254), o que afeta também a educação enquanto direito social e política pública.

E isso leva-nos a afirmar que

[...] se os anos 80 foram de estagnação, os 90 irão se caracterizar por reformas macroeconômicas neoliberais, assumidas no Brasil de forma passiva e subordinadas aos interesses do Consenso de Washington. É uma década de constantes oscilações: de 1990/92 recessão; em 1993 crescimentos do PIB; 1994/96 estabilidade monetária, com ligeira melhoria na distribuição de rendimento, que em seguida retornará aos níveis de 93. O referido relatório da CEPAL identifica que esses ajustes macroeconômicos foram feitos sem incremento substantivo na estrutura ocupacional de emprego e renda; somam-se a esses movimentos as pressões Anti-Estado e por abertura comercial que reduzem a capacidade de intervenção do Estado, ao tempo que associados aos ajustes econômicos e a reestruturação produtiva, redundaram em aumento do desemprego e precarização do trabalho. (ROMÃO, 2003, p. 8-9 apud CONDE, 2001).

Essas mudanças, naturalmente, afetaram a consolidação da educação com direito social. Inicia-se o desmonte da seguridade social brasileira, assim os pressupostos de bem-estar social ainda que incipientes expressos na Constituição Federal de 1988. O ataque neoliberal conclama a redução do Estado na regulação econômica e social no Brasil. A Constituição passa a ser alvo das reformas e, por tanto, necessitava de regulamentação, segundo Luciana Costa (2006) o governo de Fernando Collor de Melo iniciou:

[...] o sucateamento do setor público foi decorrente da própria política do governo, que desmantelou a saúde pública, inviabilizando financeiramente as propostas de descentralização do SUS – Sistema Único de Saúde, negligenciou ainda mais a área da educação pública e as universidades federais, além de manter sem investimento a área habitacional (COSTA, 2001, p. 150).

A reforma do Estado na década de 1990 concretiza-se com intensidade nos governos de Collor de Mello (1990/1992), Itamar Franco (1993/1994) e de Fernando Henrique Cardoso (1994/2002) tendo como base e pressuposto o Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (1995). Tal reforma atribuiu como resultado o retrocesso burocrático de 1988, pois, houve um encarecimento significativo do custeio da máquina administrativa, tanto no que se refere a gastos com pessoal como bens e serviços, além de um enorme aumento da ineficiência dos serviços públicos. Os principais elementos desse processo foram:

[...] (1) o ajustamento fiscal duradouro; (2) reformas econômicas orientadas para o mercado, que, acompanhadas de uma política industrial e tecnológica, garantam a concorrência interna e criem as condições para o enfrentamento da competição internacional; (3) a reforma da previdência social; (4) a inovação dos instrumentos de política social, proporcionando maior abrangência e promovendo melhor qualidade para os serviços sociais; e (5) a reforma do aparelho do Estado, com vistas a aumentar sua “governança”, ou seja, sua capacidade de implementar de forma eficiente políticas públicas (BRASIL, 1995 p. 11).

Tais medidas tinham prazo médio para perpetuar-se dentro da perspectiva da “modernização da gestão”, a reforma se estabeleceu dentro do processo de crise do capital e ascensão do neoliberalismo, em âmbito internacional, justamente por instituir esse novo modelo neoliberal. O Estado decide reduzir seu papel e ataca diretamente a área social passando a ser um:

[...] executor ou prestador direto de serviços, mantendo-se, entretanto no papel de regulador e provedor ou promotor destes, principalmente dos serviços sociais como educação e saúde, que são essenciais para o desenvolvimento, na medida em que envolvem investimento em capital humano; para a democracia, na medida em que promovem cidadãos; e para uma distribuição de renda mais justa, que o mercado é incapaz de garantir, dada a oferta muito superior à demanda de mão-de-obra não especializada. (BRASIL, 1995 p. 13).

Na esfera social da política de educação acontece também um processo de contrarreforma que promove uma reengenharia nos níveis de educação no Brasil, sob o toque do neoliberalismo que fomenta a reforma gerencial do Estado brasileiro (MARE, 1995). A influência dos organismos internacionais como Banco Mundial, Comissão Econômica para a

América Latina (CEPAL) e Fundo Monetário Internacional (FMI), são explícitas a partir das orientações desses organismos para a política pública de educação dos países em desenvolvimento, como o caso do Brasil, sob o discurso de uma pretensa modernidade.

Sobre isso, Sguissardi (2000) argumenta que os estudos, diagnósticos e evidentemente os documentos que prescrevem as orientações do Banco Mundial (BM) em relação à educação superior vem influenciando, no Brasil, a legislação, o financiamento público, a diversificação de fontes de recursos e a natureza das instituições. Tudo em nome da promoção do ajuste estrutural macroeconômico necessário para colocar o país na esteira do processo de globalização. E isso trará como “resultados” o avanço do setor privado na área educacional, a precarização do setor público e o “*ethos*” da gestão empresarial na educação, além de mudanças nos mecanismos de financiamento, na avaliação da educação e, conseqüentemente, na produção de conhecimento.

Para Behring (2003, p. 56), o que está em curso foi uma verdadeira contrarreforma do Estado, introduzindo a flexibilização, competitividade, adaptabilidade e atratividade, onde se desenhou uma “nova” estrutura e relação do Estado brasileiro, a partir:

a) *Redefinição do papel do Estado*: refere-se à transferência para o setor privado de funções ou atividades que podem ser controladas pelo mercado, como, por exemplo, as empresas estatais. Por outro lado, enfatizou-se a descentralização de serviço que deveriam ser subsidiados pelo Estado, passando-os para o setor “público não-estatal”, como, por exemplo, os serviços de educação, saúde, pesquisa científica, cultura e outros.

b) *Programa de publicização*: Preconiza a criação de agências executivas e de organizações sociais, bem como a regulamentação do “Terceiro Setor” para a execução de políticas públicas. Essa nova arquitetura combina-se com o serviço voluntário, desprofissionalizando a intervenção na área social, que passa a ser implementada através das ações de organizações não-governamentais e instituições filantrópicas, retrocedendo ao espaço da “solidariedade” e à negação de direitos já conquistados, inclusive no âmbito da Constituição Federal de 1988.

c) *Flexibilização das relações de trabalho*: Para a saída da “crise” e como estratégia para a retomada da competitividade, sob o argumento de que era necessário diminuir os custos dos fatores de produção, principalmente altos os “custos” do trabalho, vêm ocorrendo uma gradativa reforma na legislação na legislação trabalhista. Como resultado, as soluções foram a flexibilização das relações contratuais de trabalho e a retirada do Estado da regulação dessas questões, inclusive com redução de encargos sociais, atribuindo-se ao capital e ao trabalho uma suposta igualdade de condições para negociar.

d) *Privatização e capital estrangeiro*: Entre as medidas para assegurar a adaptação do Brasil à lógica mundial do capital globalizado estão as privatizações e as intervenções no palco fiscal. Gonçalves (1999, p.14) explica que entre 1996 e 1988, o investimento externo direto triplicou no Brasil, passando de 6,3% para 11,2% do Produto Interno Bruto (PIB). Isso resultou num aumento de 80% do grau de desnacionalização da economia, e os centros de decisões se deslocam para as sedes das empresas transnacionais, implicando perda poder de regulação pelo Estado.

e) *Constigenciamento ou desvio de recursos destinados à política social*: Na última década observou-se a transferência de 20% do orçamento da Seguridade Social para o antigo Fundo Social de Emergência, que se tornou Fundo de Estabilização Fiscal e hoje denomina-se Desvinculação de Receitas da União (DRU) [...]. Além disso, atualmente o orçamento da Seguridade Social contém uma grande especialização de fontes, em detrimento de um orçamento global, conforme os preceitos constitucionais, facilitando a política de corte de recursos das áreas sociais.

f) *Separação entre formulação e execução das políticas*: O chamado “núcleo duro” do Estado formula as políticas e as agências autônomas as executam. Os mecanismos de controle e gestão sobre as ações das organizações sociais que executam as políticas são frágeis, pois há dificuldade de controle até mesmo no âmbito interno ao Estado brasileiro.

Os elementos presentes na assertiva da autora promovem um redesenho sócio institucional e político, que promove alterações nas políticas públicas, em especial, a da seguridade social resguardada pela Constituição Federal de 1988, no que diz respeito ao sistema de proteção social brasileiro que atendia de forma mínima os anseios da sociedade brasileira. Destaca-se que esse sistema de proteção foi reconhecido a partir do art. 194:

A seguridade social compreende um conjunto integrado de ações, de iniciativa dos Poderes Públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social.

Parágrafo Único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos:

I – universalidade de cobertura e do atendimento;

II – uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços às populações urbanas e rurais;

III – seletividade e distributividade na prestação dos benefícios e serviços;

IV – irredutibilidade do valor dos benefícios;

V – equidade na forma de participação no custeio;

VI – diversidade da base de financiamento;

VII – caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregados, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados (BRASIL, 1988).

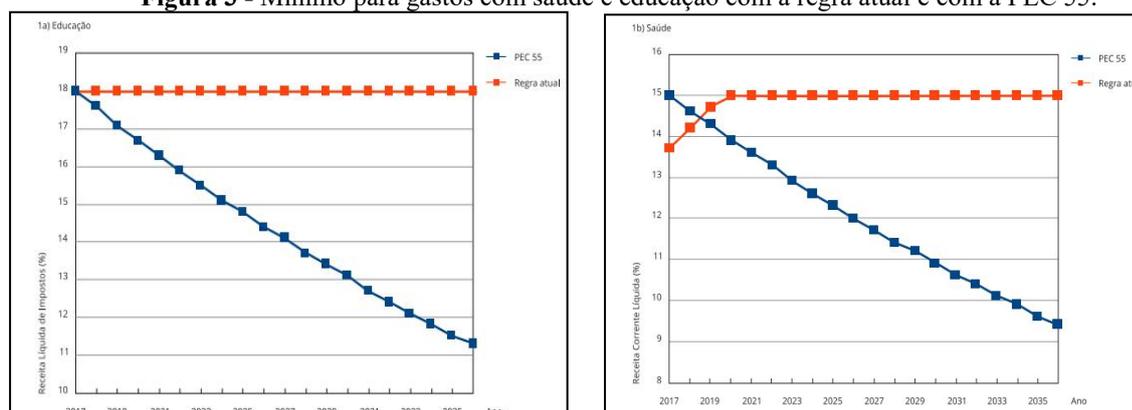
Tal princípio norteador do sistema de proteção social vem sofrendo desmontes e retrocessos sob a batuta do projeto neoliberal e isso se agudiza, principalmente, a partir da Emenda à Constituição nº 55, de 2016 - conhecida como PEC do teto dos gastos públicos, onde determina um:

Novo Regime Fiscal no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, que vigorará por 20 exercícios financeiros, existindo limites individualizados para as despesas primárias de cada um dos três Poderes, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União; sendo que cada um dos limites equivalerá: I - para o exercício de 2017, à despesa primária paga no exercício de 2016, incluídos os restos a pagar pagos e demais operações que afetam o resultado primário, corrigida em 7,2% e II - para os exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior,

corrigido pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA. Determina que não se incluem na base de cálculo e nos limites estabelecidos: I - transferências constitucionais; II - créditos extraordinários III - despesas não recorrentes da Justiça Eleitoral com a realização de eleições; e IV - despesas com aumento de capital de empresas estatais não dependentes.

Esta emenda propugna um regime fiscal limitando de contenção/redução dos gastos públicos por duas décadas, interferindo nas políticas sociais que visam ofertar direitos sociais, como educação, saúde e assistência social. Pedro Rossi e Esther Dweck (2016), em seu artigo “Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação”, argumentam que esse novo regime fiscal implica em um congelamento real das despesas totais do governo federal, onde pressupõe uma redução do gasto público relativamente ao Produto Interno Bruto (PIB) e ao número de habitantes. Dentre muitos impactos da tal emenda, a figura abaixo sinaliza a projeção desse “congelamento” dos investimentos nas áreas de educação e saúde:

**Figura 3 - Mínimo para gastos com saúde e educação com a regra atual e com a PEC 55.**



**Fonte:** ROSSI, P. & DWECK, E. **Impactos do Novo Regime Fiscal na saúde e educação.** Em síntese. Cad. Saúde Pública 2016; 32(12):e00194316 | [www.ensp.fiocruz.br/csp](http://www.ensp.fiocruz.br/csp).

Destarte a simulação feita pelos autores acerca das futuras projeções do PIB crescerá apenas 2,5% ao ano dentro da perspectiva de emenda nº 55, teto dos gastos, ou seja, o gasto primário total do Governo Federal que era de 19,6% em 2015, passaria para 15,8% em 2026 até 12% no final de 2036. Nota-se que o crescimento do PIB não agregaria valores ao longo de 20 anos para as políticas sociais como saúde e educação, ou seja, a diminuição dos gastos públicos afetaria diretamente a população demandante dos serviços do governo, tal ação congelará todos os investimentos na área do social.

Isso é reforçado com a análise da Nota Técnica, nº 161 do DIEESE (2016) que afirma parece ficar evidente com essa Emenda Constitucional é que as medidas apresentadas propugnam a linha de redução do papel do Estado, além do que a presente limitação dos

gastos públicos determinará, também, a limitação das funções do setor público como o ente que deve fomentar investimentos, provedor de direitos sociais fundamentais e garantidor de distribuição da renda.

Esse desmonte dos direitos dentro da perspectiva neoliberal no Brasil vem sendo construída aos longos 31 anos de existência da CF/88, materializando-se por meio da desregulamentação dos direitos conquistados, levando o país a um grande processo de austeridade com data marcada. Segundo Pedro Rossi e Esther Dweck (2016, p. 01) esse processo se tornou um círculo vicioso de:

[...] austeridade, cortes do gasto público induzem à redução do crescimento que provoca novas quedas da arrecadação e exige novos cortes de gasto. Esse círculo vicioso só tende a ser interrompido por decisões deliberadas do governo, a menos que haja ampliação das exportações em nível suficiente para compensar a causação cumulativa da retração das demandas interna, pública e privada.

Tal sacrifício imposto à população brasileira, afeta de forma violenta aos segmentos mais empobrecidos, levando ao aumento da pobreza e miséria no Brasil. De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua) do IBGE (2018), o número de brasileiros em situação de extrema pobreza aumentou 11,2% em 2016, o estudo indica ainda que 14,83 milhões de pessoas viviam com até 136 reais mensais em 2017. Destaca-se que o desmonte da seguridade social brasileira e, conseqüentemente, da educação está na agenda política neoliberal. Para tanto, Behring (2008, p. 248) afirma que

[...] a tendência geral é a redução de direitos, sob o argumento da crise fiscal, transformando-se as políticas sociais - a depender da correlação de forças entre classes e do grau de consolidação da democracia e da seguridade social nos países - em ações pontuais e compensatórias daqueles efeitos mais perversos da crise - política econômica produz mortos e feridos, e a política social é uma frágil ambulância que vai recolhendo os mortos e feridos que a política econômica vai continuamente produzindo.

A analogia utilizada pela autora sustenta-se a partir da apreensão que o quadro de retrocesso atinge os direitos sociais articulando o mercado com o retorno do assistencialismo provocando, assim, uma universalização excludente tendo como pano de fundo a privatização de bens e serviços como no caso da educação, que vem assumindo os ditames da cartilha neoliberal, onde se promove um sistema de ensino voltado para o mercado de trabalho e tornando a educação como produto.

É válido elevar a discussão da política de educação para entendermos os cortes extremos, a partir de promulgada a Lei de Diretrizes Bases da Educação (LDB, 1996)<sup>20</sup> que ampliou a presença do setor privado na educação, com ênfase no art. 7 que torna livre à iniciativa privada para o ensino, incorporando assim algumas condições como: I - cumprimento das normas gerais da educação nacional e do respectivo sistema de ensino; II - autorização de funcionamento e avaliação de qualidade pelo Poder Público; III - capacidade de autofinanciamento. É válido destacar que houve mudanças que foram incorporadas ao texto original da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 (atualizada) no período que comporta (1996-2019), sendo eles:

- ✓ Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004. Institui a Taxa de Avaliação *in loco* das instituições de educação superior e dos cursos de graduação e dá outras providências;
- ✓ Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009, altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público;
- ✓ Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013, estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências;
- ✓ Lei nº 13.010, de 26 de junho de 2014, altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para estabelecer o direito da criança e do adolescente de serem educados e cuidados sem o uso de castigos físicos ou de tratamento cruel ou degradante, e altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996;
- ✓ Lei nº 13.278, de 2 de maio de 2016, altera o § 6º do art. 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional, referente ao ensino da arte;
- ✓ Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral
- ✓ Lei nº 13.796, de 3 de janeiro de 2019, fixa em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.

A educação passa a ser vista como uma mercadoria disponível em uma prateleira de loja, com intuito de atender as demandas do capital, trocando a qualidade pela quantidade. Pautamos nosso posicionamento em Andrade (2017, p. 93):

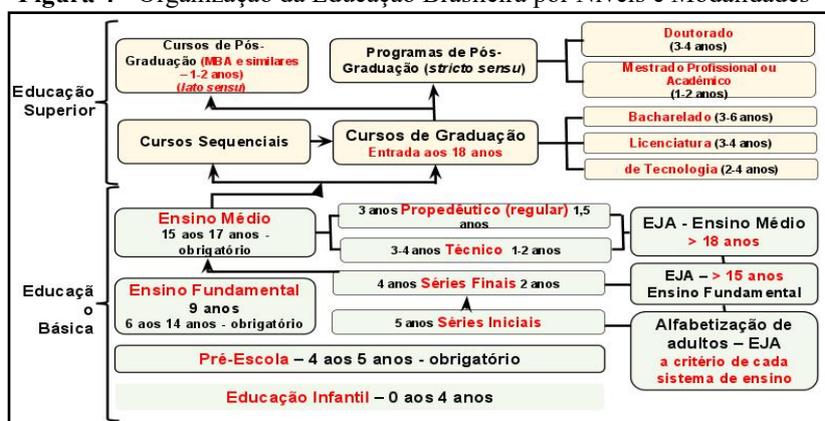
---

<sup>20</sup> Segundo Saviani (2012, p. 85 *apud* Almeida Junior, 1949, p. 52) entende “diretriz” como linha de orientação; indicará, pois, a direção geral a ser seguida e não as “minudências do caminho”. “Base” significa superfície de apoio; refere-se, pois, ao alicerce sobre o qual será construído o edifício e não ao próprio edifício.

[...] isso leva-nos a afirmar que defender a educação como direito social, pública e de qualidade constitui uma empreitada árdua, pois em tempos recentes, a educação passa a ser mais do que uma mercadoria atraente para o setor privado que lança seus tentáculos em sua direção. Passa a ser espaço cobiçado para a reprodução ampliada do capital em tempos de financeirização da economia e financiamento público diminuto para a educação.

Para tanto, a educação brasileira se organiza dentro de níveis e modalidades como exposto nos artigos 21, 37, 39, 44, 58 e 78 da Lei n.º 9.394/96. A figura demonstra a composição do sistema de educação brasileira.

**Figura 4 - Organização da Educação Brasileira por Níveis e Modalidades**



Fonte: LDB (1996).

A LDB/1996 normatiza a forma de organização da educação brasileira, reduz a educação escolar em dois níveis: *educação básica* (composta por educação infantil, ensino fundamental e médio) e a *educação superior*. Quanto à educação profissional, entrou como modalidade de ensino articulada com esses níveis e, por fim, a educação especial, educação indígena e educação à distância ganham especificidade dentro da nova forma de organização.

A reengenharia educacional, a partir da década de 1990, está totalmente em sintonia com os ditames do mercado, pois, a educação pensada e estruturada sob a égide da lógica mercantil, tende a gerar mão de obra pouco qualificada, visto que se os investimentos estatais se tornam insuficientes e o setor privado busca não a qualidade, mas sim, o quantitativo de matrículas. Pode-se afirmar de acordo com Bruno (2001, p. 17) que

[...] a educação deixou de ser uma questão nacional e passou a ser pensada em termos globais: a formação das novas gerações da classe trabalhadora passa a ser equacionada tendo como princípio essa divisão global, em que se perpetuam e se agravam as distâncias no que se refere à qualificação entre os diferentes segmentos que a compõem, e entre aqueles condenados ao exercício do trabalho

mais simples, insalubres e mal remunerados, e outros que se ocupam dos trabalhos e das funções mais complexas da economia mundial.

As reformas educacionais têm em seu corpo questões intimamente voltadas ao mundo do trabalho, pois, o Estado, sob a égide do neoliberalismo, desfavorece as condições de vida que envolve a classe trabalhadora provocando, assim, ausência dos mínimos necessários à sobrevivência. Segundo dados da Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílio Contínua (PNAD 2017), o Brasil tem 11,8 milhões de analfabetos, este contingente representa 7,2% da população de 15 anos ou mais de idade, a chamada taxa de analfabetismo. Em contrapartida o Plano Nacional de Educação (PNE, 2014 - 2024) em sua meta de nº 9 prevê:

**Quadro 9 -Meta nº 09 - Plano Nacional de Educação, PNE.**

<b>Elevação da taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional.</b>	
<b>Objetivo 1:</b> Até 2015, garantir que 93,5% dos brasileiros com mais de 15 anos estejam alfabetizados. Esse objetivo cresce com o passar dos anos, devendo atingir, portanto, a totalidade dessa população em 2024.	<b>Resultado:</b> Meta não foi cumprida pois, em 2015, 92% da população era alfabetizada.
<b>Objetivo 2:</b> Reduzir para 13,5% a porcentagem de pessoas com mais de 15 anos que sejam analfabetas funcionais.	<b>Resultado parcial:</b> Em 2018, 29% dos brasileiros maiores de 15 anos eram considerados analfabetos funcionais.
<b>Desafios: Oferecer Educação a quase 13 milhões de brasileiros, com mais de 15 anos, que se autodeclararam analfabetos e garantir que jovens e adultos, com escolaridade baixa ou de qualidade insuficiente, aprimorem suas habilidades de leitura, escrita e compreensão da linguagem matemática, de modo a assegurar suas possibilidades de desenvolvimento pessoal e social.</b>	

Fonte: Observatório do PNE, (2019).

De acordo com o Observatório do PNE, meta nº 9, apresenta um diagnóstico favorável no quesito alfabetização da população de 15 (quinze) anos, porém, em números absolutos a redução da taxa de analfabetismo precisa ser repensada, pois, o maior desafio é atingir os 29% dos brasileiros maiores de 15 anos que se consideram analfabetos funcionais.

Posto isto, a educação brasileira, segundo a LDB/1996, iniciou uma mudança organizacional na Educação Básica, tornando-a o centro do interesse dos mercados financeiros e do capital internacional, injetando o discurso da falta de eficiência do Estado e a fragilidade dos investimentos, sobre a ótica neoliberal, conforme Frigotto:

Na perspectiva das classes dominantes, historicamente, a educação dos diferentes grupos sociais de trabalhadores deve dar-se a fim de habilitá-los técnica, social e ideologicamente para o trabalho. Trata-se de subordinar a função social da educação de forma controlada para responder às demandas do capital (FRIGOTTO, 1999, p. 26).

Devido a redefinição das ações do Estado, a política educacional passa a ser alvo das influências das agências multilaterais e organismos internacionais, que prescrevem orientações visando assegurar as melhores condições para a reprodução do capital, tornando assim a política de educação um instrumento de crescimento econômico de “redução da pobreza”.

Segundo Torres (1996, p. 125-194), o Banco Mundial (BIRD) propôs um pacote de reformas educativas com os seguintes elementos:

- a) Prioridade depositada sobre a educação básica; Melhoria da qualidade (e da eficácia) da educação como eixo da reforma educativa; Prioridade sobre os aspectos financeiro e administrativos da reforma educativa, dentre os quais assume grande importância a descentralização; Descentralização e instituições escolares autônomas e responsáveis por seus resultados. Os governos devem manter centralizadas apenas quatro funções: (1) fixar padrões; (2) facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar; (3) adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos; e (4) monitorar o desempenho escolar.
- b) Convocação para uma maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares. Impulso para o setor privado e organismos não-governamentais como agentes ativos no terreno educativo, tanto nas decisões como na implementação; Mobilização e alocação eficaz de recursos adicionais para a educação como temas principais do diálogo e da negociação com os governos. Um enfoque setorial. i) Definição de políticas e estratégias baseadas na análise econômica.

Tais indicativos perpassaram as políticas educacionais brasileiras e tiveram um papel fundamental no que diz respeito à melhoria da rentabilidade econômica dos países em desenvolvimento, promovendo um alinhamento da educação com o mundo do trabalho, bem como um discurso esvaziado de “educação para todos”. Peroni (2010, p. 01) afirma que:

No caso brasileiro, a atual política educacional é parte do projeto de reforma do Estado que tem, como diagnóstico, aquele proposto pelo neoliberalismo e partilhado pela Terceira Via, de que não é o capitalismo que está em crise, mas o Estado. A estratégia, portanto, é reformar o Estado e diminuir sua atuação para superar a crise. O mercado é que deverá superar as falhas do Estado, e assim a lógica do mercado deve prevalecer inclusive no Estado, para que ele possa ser mais eficiente e produtivo.

Corroborando com a assertiva anterior, afirma-se que o Estado brasileiro ao aderir às reformas, mediante apoio institucional dos organismos internacionais, que propugnam medidas de ajustes estruturais que objetivam reduzir de forma sensível os investimentos públicos dentro das políticas sociais, em especial no campo da educação, centralizando suas atividades na *educação básica*, o que os permite ratificar que a partir da adoção de tais medida, a educação passa a se tornar um apêndice do capital.

Sobre todo esse processo de influência dos organismos internacionais na educação brasileiras, somos forçados a concordar com o que diz Helena Altmann (2002, p. 86):

Parece-me que a “democratização” do ensino no Brasil também está produzindo seus excluídos do interior. Não apenas excluídos do interior da escola, mas também excluídos do interior da vida social. O acesso à educação básica talvez consiga desenvolver capacidades básicas para satisfazer a demanda do mercado por trabalhadores flexíveis que possam facilmente adquirir novas habilidades. Isso talvez os inclua em determinados setores do mercado de trabalho, de modo a garantir um maior controle e estabilidade social. No entanto, parece que não estamos indo além de incluir novos excluídos no interior da vida social.

No que tange à educação Superior, a LDB/1996 revogou tanto Lei nº 4.024/1961 que instituiu a reforma universitária que foi outorgada no regime militar, quanto a Lei nº 5.540/1968 que fixa normas de organização e funcionamento do ensino superior e sua articulação com a escola média. Determinando no art. 16 que: “o sistema federal de ensino compreende: I – as instituições de ensino mantidas pela União; II – as instituições de educação superior criadas e mantidas pela iniciativa privada; III – os órgãos federais de educação”. Cumprindo as determinações e princípios dos organismos internacionais com intuito de “modernizar” a educação superior no país. Segundo Silva Jr e Sguissardi (2000, p. 47), essa modernidade se deve a alguns fatores determinantes e condicionantes que advém do documento do Banco Mundial (1994) que sinalizava a necessidade de reforma administrativa do Estado para atender o Ensino Superior, visto que a demanda pela educação superior é muito maior do que a capacidade instalada pode oferecer, apresentando-se a questão do financiamento como fundamental.

É notório que objetivo de tal documento era evidenciar a exaustão do aparelho do Estado em assumir a educação superior, exibindo a incapacidade financeira do governo em expandir o ensino superior na perspectiva pública. Logo, fomenta-se a possibilidade de uma educação superior privada, mercantilizando a educação com interesse de “transformar o saber em uma mercadoria de interesse individual e não coletivo” (SILVA JR; SGUISSARDI, 2001). Além disso, afirma-se que:

[...] como consequência do minimalismo estatal preconizado pelo Banco Mundial, percebe-se a passagem da responsabilidade da escola para a iniciativa privada; portanto, a educação será regulada pelos interesses da minoria, ou seja, pelo capital; os educandos serão formados apenas para atender ao mercado, como se este não estivesse implícito no mundo do trabalho. Na verdade, a escolha da profissão, será determinada pela necessidade somente do mercado, na contínua alienação de educandos e profissionais da educação (RIOS, S/Dt. p. 27).

Destaca-se que a LDB/1996 realizou uma costura bem definida visando garantir as exigências do capital, em seu artigo 45: “A educação superior será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas, com variados graus de abrangência ou especialização”, dando ao mercado total acesso a “mercadoria educação superior”. Andrade (2017, p. 107) afirma que o caminho para a educação superior no Brasil se apresenta diante da seguinte situação:

[...] devido à atual etapa de acumulação do capital e a inserção subordinada de nosso país no mercado mundial, requerem o enfrentamento do processo de privatização, do modelo de gestão e financiamento das universidades públicas, da fragmentação e hierarquização entre o ensino, a pesquisa e a extensão. Para que isto aconteça deve-se recuperar o conceito de luta de classes e colocá-lo no centro da defesa e do combate de uma educação superior de qualidade, laica e como direito social.

Em tempos de Estado Mínimo, deve-se abrir para o capital a possibilidade de mercantilizar todas as relações no âmbito da educação e em seus diversos níveis. Segundo dados do Censo da Educação Superior (2016), das 2.407 (duas mil quatrocentos e sete) Instituições de Ensino Superior, 2.111 (duas mil centos e onze) são privadas e 296 (duzentas e noventa e seis) são públicas. Em 2016, 34.366 (trinta e quatro mil, trezentos e sessenta e seis) cursos de graduação foram ofertados em 2.407 (duas mil quatrocentos e sete) instituições de educação superior no Brasil.

O número de matrículas na modalidade a distância continua crescendo, atingindo quase 1,5 milhão, o que já representa uma participação de 18,6% do total de matrículas da educação superior. Entre 2006 e 2016, a matrícula na educação superior aumentou 62,8%, com uma média anual de 5% de crescimento. Em relação a 2015, a variação positiva foi de apenas 0,2%. Um dado significativo é que em 2016, mais de um milhão e cem mil estudantes concluíram a educação superior. Sendo assim, na atualidade nota-se a expansão do sistema de instituições de Ensino Superior sob o toque da esfera privada, bem como o aumento da oferta de cursos de pós-graduação passa também por um processo de expansão na atualidade, resguardando as devidas especificidades desse nível de formação.

O crescimento da educação superior no setor privado vem tomando corpo por conta de uma política de governos que está em sintonia com as orientações dos organismos multilaterais, tais influências internacionais visam acumulação ao capital que, para Rodrigues (2007, p. 18-19), seguem um receituário pré-definido, quais sejam:

1. Busca de abertura do setor educacional aos investimentos privados;
2. Globalização dos sistemas educacionais;
3. “Fortalecimento das chamadas universidades corporativas, isto é, da adoção institucionalizada, por parte de grandes empresas, de programas internos de qualificação e treinamento de sua própria força de trabalho”;
4. Incentivo à educação à distância, impulsionada pelas inovações tecnológicas e apoiada na comercialização de pacotes educativos;
5. A transferência de recursos orçamentários da educação superior à educação básica.

A expansão da educação superior no Brasil se intensificou a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso (1994 - 2001) devido os vários investimentos e ações na Bolsa de valores, com o programa que é conhecido como “Fundo de Financiamento Estudantil (FIES)”, financiado pelo Ministério da Educação (MEC) e instituído pela Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que tem como objetivo conceder financiamento a estudantes em cursos superiores não gratuitos, com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC e ofertados por instituições de educação superior não gratuitas aderentes ao programa (BRASIL, 2001).

Outro programa do Governo Federal que visou à expansão da educação superior e foi criado no governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2011), foi o “Programa Universidade para Todos (PROUNI)”, criado em 2004 pela Lei 11.096/2005, onde destinava concessão de bolsas de estudos integrais e parciais de 50% e ou 25% com intuito de integrar estudantes aos vários cursos de graduação, em diversas instituições privadas, com ou sem fins lucrativos (BRASIL, 2005), destaca-se que as Instituições de Ensino Superior ao aderirem ao pacote recebiam em contrapartida isenção de impostos ou contribuições por parte do governo.

[...] o Programa Universidade para Todos (Prouni) é um importante “financiamento público”, mesmo que indireto, ao segmento privado. Em outros termos, a renúncia fiscal proveniente do Programa é reconhecida como um aquecimento à rentabilidade dos estabelecimentos educacionais privados (com ou sem fins lucrativos), em nome de uma suposta democratização do acesso à educação superior (BRASIL, 20004, p. 05).

Na esfera pública, o investimento se deu com a implantação do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, instituído pelo Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007, que possui como objetivos dotar as universidades federais das condições necessárias para ampliação do acesso e permanência na educação superior, apresenta-se como uma das ações que consubstanciam o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE (Brasil, 2007, art. 1º).

Destaca-se que 53 universidades federais aderiram ao Reuni, foram criados 104 novos *campi* que, em conjunto com os 151 já existentes, propiciaram um acréscimo de 11% sobre o

número de vagas existente, totalizando 14.826 novas vagas. Dentre muitos avanços do programa, notam-se alguns percalços, pois, segundo Campos e Carvalho (2017, p. 11), em seu artigo “Análise do REUNI como Política Pública de Financiamento da Expansão da Educação superior”, o REUNI:

[...] promoveu ruptura com as outras duas finalidades – a pesquisa e a extensão – o que implicaria diminuição da qualidade do trabalho acadêmico e da pesquisa científica nas universidades federais. [...] restringir a um aumento quantitativo da graduação com a ampliação do acesso e permanência na educação superior e, na ânsia de perseguir o aumento das taxas de diplomação, pode ter colocado em risco a qualidade e excelência do ensino superior público; [...] a implantação do programa foi ponto de discordâncias, decorrentes dos limites impostos por ele, o que tornou a tão reivindicada ampliação incompatível com a manutenção e ampliação do padrão de qualidade do ensino superior público (CAMPOS; CARVALHO, 2017, p. 05).

O REUNI realizou uma expansão com reduzida sustentabilidade financeira, baseado em uma necessidade de responder a demanda do capital, reverberando em uma série de problemas administrativos, pedagógicos e financeiros. Andrade (2017, p. 26) reafirma que a “expansão da educação superior que ocorre sob o ideário neoliberal, tanto na esfera privada como na pública, porém de forma diferenciada, promove o desmonte da educação como direito social, além de afetar a materialidade e subjetividade do trabalho docente”.

No afã da acumulação, o capital vem se metamorfoseando e buscando mecanismo para explorar e lucrar, passa a usar a educação como mercadoria. Segundo Godeiro (2015), os rendimentos anuais na área educacional das grandes corporações chegam a 80 bilhões, isso representa um investimento por parte do Governo Federal de cerca de 70 bilhões de reais em todas as etapas de educação. Um dos mecanismos para a expansão foi às chamadas fusões e aquisições onde potencializam a obtenção da maior fatia do mercado por grandes empresas, visando, assim, reter o oligopólio da mercadoria “educação”.

Andrade (2017, p. 142) em sua tese, intitulada “Entre sombras e luzentes: o trabalho docente em tempos de intensa mercantilização do Ensino Superior”, destaca o *ranking* das empresas no Brasil que possuem maior parte dos investimentos na educação superior:

1º lugar Kroton + Estácio: 1.370.668 (matrículas em 2014); 2º lugar Unip: 354.316 (matrículas em 2014); 3º lugar Laureate International Universities: 251.298 (matrículas em 2014); 4º lugar PUC: 171.288 (matrículas em 2014); 5º lugar Uninove: 142.579 (matrículas em 2014); 6º lugar Uninter: 116.167 (matrículas em 2014); 7º lugar Treviso: 105.498 (matrículas em 2014); 8º lugar Ser Educacional: 105.469 (matrículas em 2014); 9º lugar Uniesp: 86.754 (matrículas em 2014); 10º lugar Anima Educação - 83.059 (matrículas em 2014).

A autora afirma ainda que esse processo de fusões e aquisições na área educacional se tornou o nicho para o mercado se reproduzir mesmo em tempo de *crise estrutural do capital*, fazendo com que a mercadoria educação se torne portátil, exportável e negocial. Nota-se que esse processo de fusões constitui em uma falsa “democratização do ensino ou ampliação” das formas de acesso, ou quem sabe a massificação do ensino superior que vem desempenhando um papel “democrático”, “favorável” aos grupos sociais antes excluídos, tanto mulheres quanto diversas outras minorias culturais ou étnicas.

Diante de tudo que foi exposto, analisar a expansão da educação superior em tempos instáveis, inseguros, conservadores e de redução de direitos requer fincar a análise em quatro eixos, conforme nos propõe Deise Mancebo e Andréa Araújo do Vale (2013, p. 82):

[...] a expansão da educação superior brasileira é um tema complexo que abrange, pelo menos, quatro grandes linhas dignas de análise. Ela compreende: (1) ações do governo federal expandindo vagas, matrículas e cursos nas instituições federais de ensino superior (IFES), seja pela multiplicação dos campi das IFES já existentes, pela expansão do número de instituições, ou ainda mediante programas de reestruturação do setor, como é o caso do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), criado pelo Decreto Presidencial n. 6.096, de 24 de abril de 2007; (2) a expansão da pós-graduação com a redefinição de seus rumos no sentido do empresariamento do conhecimento; (3) uma forte diferenciação de cursos, instituições e modalidades de ensino, cabendo destaque, desde o início desta década, à utilização do ensino à distância (EaD) e (4) um expressivo aumento das instituições de ensino superior (IES) com fins lucrativos, isto é, privado-mercantis.

A assertiva das autoras leva-nos a adentrar nas veredas da pós-graduação no Brasil e, conseqüentemente, no Amazonas com vistas a verificar quais os rumos a mesma toma no tocante à produção do conhecimento. Qual o papel da pós-graduação na atualidade? Que funcionalidade adquiri para o capital, assim como na morfologia da classe trabalhadora? O tópico, a seguir, inicia a discussão sobre a pós-graduação: sua expansão e capilaridade, em tempos que

[...] a educação superior virou um negócio com aporte financeiro alocado na bolsa de valores e recebendo recursos que deveria remunerar com juros um dinheiro que nunca sai da esfera da circulação, temos as incorporações e fusões realizando um processo de concentração de capitais que obedece a lógica da cartelização e monopólio daquilo que deixou de ter o caráter de educação como direito social e bem comum para tornar-se mais que uma mercadoria, uma mercadoria que é como um cachorro à procura de morder o seu próprio rabo. (SOUSA NETO, 2017, p. 24)

Nota-se que surge um novo atrativo para o mercado, a pós-graduação, ainda que discreta, em suas diferentes facetas e níveis. O próximo tópico verticalizará sobre a expansão da pós-graduação no Brasil e no Amazonas, com intuito de aprofundar a questão da mercantilização da educação dentro do contexto amazônico, em tempos nos quais a educação vai ao mercado e se constituiu num rendoso campo de investimento para o capital.

## **2.2 A Pós-graduação: sua expansão e capilaridade no Brasil e no Amazonas**

A Educação Superior no Brasil apresenta-se marcada por diversos arranjos institucionais, que na atualidade promove uma verdadeira reengenharia no Sistema de Ensino Superior, além de sofrer um “assalto” pelo capital na busca por lucratividade num contexto de crise estrutural do capital.

Sua história no Brasil é assinalada por alguns documentos oficiais como: Estatuto da Universidade - Decreto nº 19.851 de 11 de abril de 1931; a Lei nº 1.310 de 15 de Janeiro de 1951, de criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq); e o Decreto de nº 29.741 de 11 de Julho de 1951, da constituição da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tais documentos tinham como propósito organizar, administrar e coordenar as questões relacionadas à educação superior em seus vários níveis em nosso País.

Quando se analisa a trajetória histórica da Pós-graduação no Brasil é lícito argumentar o papel, ou melhor, o incentivo do governo federal nas mais diversas áreas da pós-graduação, bem como da influência da criação da Universidade de Brasília (UnB) para a propagação e difusão da pós-graduação em nosso país (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011). A efetivação da pós-graduação no Brasil ocorreu a partir do Parecer Conselho Federal de Educação nº 977/65, conhecido como Parecer Sucupira, aprovado em 03 dezembro de 1965, visto que

[...] implantar e desenvolver o regime de cursos-pós-graduação em nosso ensino superior e tendo em vista a imprecisão, que reina entre nós, sobre a natureza desses cursos, solicita ao Conselho pronunciamento sobre a matéria que defina e, se for o caso, regulamente os cursos de pós-graduação a que se refere a letra b do art. 69 da Lei de Diretrizes e Bases (BRASIL, 1965, p. 01).

Vale destacar que foi com a Reforma do Ensino Superior, por meio da Lei nº 5.540, de 28 de novembro de 1968, que se fixaram as normas de organização e funcionamento do ensino superior, sua articulação com a escola média e o redesenho engenhoso da nova pós-

graduação, tendo como cenário o regime Militar (1968), garantindo no art. 17 as modalidades de organização da Educação superior,

a) de graduação, abertos à matrícula de candidatos que hajam concluído o ciclo colegial ou equivalente e tenham sido classificados em concurso vestibular; b) de pós-graduação, abertos à matrícula de candidatos diplomados em curso de graduação que preencham as condições prescritas em cada caso; c) de especialização e aperfeiçoamento, abertos à matrícula de candidatos diplomados em cursos de graduação ou que apresentem títulos equivalentes; d) de extensão e outros, abertos a candidatos que satisfaçam os requisitos exigidos (BRASIL, 1968).

A pós-graduação tinha por finalidade a qualificação de professores para atender a expansão do ensino superior e estimular o desenvolvimento de pesquisa científica por meio da preparação adequada de pesquisadores e formação de técnicos e intelectuais de alto nível, com o intuito de promover o desenvolvimento nacional em todos os setores (BRASIL, 1965). Visto que a Reforma de 1968 cria um “novo” ambiente universitário e considerando as peculiaridades do ensino superior brasileiro, faz com que surja nos meios políticos e acadêmicos brasileiros, uma discussão de repercussão ampla sobre a necessidade de investimentos em pesquisa e ciência, objetivando desenvolver o país, isso se faz mais visível a partir da década de 1960, quando o Brasil implantou 38 cursos, sendo 11 de doutorado e 27 de mestrado (VELLOSO, 2002).

Na década de 1970 foi instituído o Decreto nº 67.348, de 6 de outubro de 1970, que dava providência ao Programa Intensivo de pós-graduação nas áreas ligadas ao Desenvolvimento Tecnológico do País. Sá (2010, p. 39) afirma que “a década de 1970 caracterizou-se com certa abundância de recursos ligados à Ciência e à Tecnologia, nesse período a pós-graduação atingiu cerca de 876 cursos, sendo 648 de mestrado e 228 de Doutorado”. Nota-se que produzir conhecimento passa a ser visto como bem público, preparando, assim, o “futuro” do país, visando o desenvolvimento da sociedade.

Sabe-se que o ensino da pós-graduação no Brasil vem sofrendo uma evolução dentro de seus vários níveis *stricto sensu* (doutorado, mestrado e mestrado profissional). De acordo, com Santos e Azevedo (2018), no artigo “A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico”, o crescimento da pós-graduação no Brasil tem como ponto de partida os Planos Nacionais de Pós-Graduação, documentos norteadores da política em questão. As autoras fazem um balanço dos planos resgatando seus objetivos e finalidades:

**Quadro 10 - Planos Nacionais de Pós-Graduação.**

<b>I PNPG (1975-1979)</b>	Tinha como diretrizes institucionalizar o sistema, atividade regular no âmbito das universidades e garantindo-lhe financiamento estável; elevar os padrões de desempenho e racionalizar a utilização de recursos; planejar a sua expansão tendo em vista uma estrutura mais equilibrada entre áreas e regiões.
<b>II PNPG (1982-1985)</b>	Foi formulado e começou a ser implementado nos últimos anos do regime autoritário. A crise econômica que se abateu sobre nosso país naquele momento colaborou para o caso do regime militar, que viu suas bases enfraquecidas pelo esgotamento do modelo econômico implantado.
<b>III PNPG (1986-1989)</b>	Foi formulado tomando como premissa básica a constatação de que os objetivos centrais do I e do II PNPG, isto é, a consolidação e o fortalecimento qualitativo, não foram plenamente alcançados. Daí que estabeleceu como objetivo geral a transformação dos cursos de pós-graduação em autênticos centros de pesquisa e de formação de docentes/pesquisadores.
<b>IV PNPG (1990)</b>	Na prática, os debates em torno da formulação do IV PNPG sugeriram que o mesmo contemplasse dois princípios básicos: autonomia institucional e flexibilização. Isso significa que cada universidade deveria assumir a responsabilidade pela gestão de seu sistema de pós-graduação e propor modelos abertos de acordo com seus objetivos e sua vocação específica. São propostas que se adequavam ao direcionamento (neoliberal) imprimido as políticas públicas pelos dois governos de Fernando Henrique Cardoso.
<b>V PNPG (2005-2010)</b>	Aprovado em janeiro de 2005, reafirma o princípio de que o sistema educacional é fator estratégico no processo de desenvolvimento socioeconômico e cultural da sociedade brasileira. No que diz respeito ao período de duração, esse plano se diferencia dos anteriores, pois, sua vigência está proposta para um período de cinco anos.

**Fonte:** Adaptação do artigo intitulado: A pós-graduação no Brasil, a pesquisa em educação e os estudos sobre a política educacional: os contornos da constituição de um campo acadêmico (2017).

Os Planos Nacionais de Pós-Graduação possuem por objetivo definir novas diretrizes, estratégias e metas para dar continuidade e avançar nas propostas para política de pós-graduação e pesquisa no Brasil, ao mesmo tempo em que exercem um papel importante no que diz respeito à capacitação/formação dos docentes para atuarem nas universidades e no desenvolvimento do conhecimento e tecnologia no Brasil. Porém, ressalta-se que, no que tange a pós-graduação, se verifica a ausência e/ou incipiência de planejamentos nacionais que nortegassem oficialmente o desenvolvimento desse setor de importância ímpar e estratégico para o desenvolvimento do Brasil. Destaca-se que, em fevereiro de 2010, a CAPES, por meio da Portaria nº 04, instituiu a Comissão Nacional responsável pela elaboração do PNPG, relativo ao período 2011-2020 (CAPES/MEC, 2010).

Segundo Severino *et.al* (2010), na década de 1980 intensificaram-se esforços governamentais no sentido de implementar a Ciência e Tecnologia, mesmo no contexto de reabertura democrática e de participação popular visando fortalecimento da pós-graduação. Frisa-se que a Constituição Federal de 1988, em seu Capítulo III, no art. 208 enfatiza que é dever do Estado com a educação garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística.

Porém, a década de 1990 traz em seu bojo o movimento de reestruturação capitalista e o esgotamento do modelo de Estado de Bem-Estar Social<sup>21</sup>. É válido esclarecer, que a

<sup>21</sup> Segundo Mandel (1990, p. 27), o “[...] Estado de bem-estar social promoveu a redução vertiginosa do desemprego, além de garantir direitos sociais aos trabalhadores. Isso ocorre devido a pesados *déficits*

América Latina e o Brasil não vivenciaram tal modelo de direitos e garantias sociais, pois se apoiaram nas profundas reformas do Estado trazidas pelo modelo ideológico neoliberal. No Brasil, a educação superior, em todos os seus níveis, passou a ser vista como uma mercadoria atraente para a reprodução ampliada do capital, visto que

[...] Nesse contexto a universidade deixou de ser vista como uma instituição responsável pela construção e socialização do conhecimento, passando a ser considerada uma espécie de “empresa” e a qualidade foi substituída pela produtividade, e o saber pelo custo/benefício. Por outro lado, se produz uma expansão e disseminação de escolas, faculdades e cursos privados que vai pouco a pouco conseguindo desobrigar o Estado da educação pública e gratuita (RODRÍGUEZ; MARTINS 2005, p. 2).

Esse processo se aprofunda a partir da regulação da Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), fortalecendo a “expansão” do sistema, por meio da privatização; diversificação institucional e curricular; revogando a universidade modelo e instituindo as funções da universidade no ensino, pesquisa e extensão; trazendo de forma clara a flexibilização e a Educação a distância” (LUCE; MOROSINI (2005).

Posto isto, a organicidade da educação superior passou a ser desenhada dentro de uma estrutura que comporta ser espraiada no mercado:

**Figura 5 - Organização da Pós-graduação a partir da LDB/1996.**



Fonte: LDB (1996).

A organicidade proposta pela LDB/1996 no tocante ao Ensino Superior contempla, segundo Cury (2004, p. 779):

orçamentários, reverteram-se como melhoras significativas para a classe operária, fortalecendo suas organizações e sindicatos. O capitalismo, dessa forma, parecia ter eliminado suas contradições. O Estado de bem-estar social, fundado sobre técnicas keynesianas de controle da economia, apresentava indícios de ter descoberto a fórmula para dar ao capital uma feição mais “humana”. Porém, o rumo foi outro. No fim da década de 1960 e início dos 1970 a crise desponta. A lua de mel do capital com o Welfare State chega ao fim, e com ele o retorno de todas as contradições e mazelas inerentes ao próprio sistema produtor de mercadorias.

A **Graduação**, como componente do ensino superior, incorpora, de um lado, essa necessária herança da humanidade a ser transmitida pelo ensino e, por outro lado, vê-se potencializada pela incorporação do novo que a pesquisa revela. Neste sentido, a graduação tem como conceito regulador o princípio da preservação enriquecida, cujo ensino se volta para uma profissionalização, compromissada e competente, necessária à inserção profissional no mundo atual. Esta vocação constituída pelo caráter formativo-profissionalizante permite uma flexibilidade organizacional, mas não tão elevada quanto à da pós-graduação.

A **Pós-graduação**, como componente do ensino superior, eleva o ensino nela ministrado pela contínua atualização de conhecimentos propiciada pela pesquisa, garantida pela utilização de uma metodologia científica em ação e pela circulação de múltiplos pontos de vista. Por consequência, a pós-graduação tem como conceito regulador o princípio da inovação por meio da produção de conhecimentos expressa na pesquisa. Na pós-graduação, o componente da investigação é dominante e esta não pode ver-se privada de portais científicos, laboratórios, bibliotecas atualizadas e número mais reduzido de estudantes. **(grifo nosso)**.

As dimensões descritas na assertiva devem cumprir as finalidade que lhes cabe, entendendo que a CF/1988, em seu artigo 207, privilegia a figura da universidade no que diz respeito à indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, presumindo que o *ensino* não se isola na graduação ou que a *pesquisa* tem prioridade na pós-graduação, ou seja, essas funções devem estar presentes no âmago da universidade, bem como a extensão universitária deve permear o ensino e a pesquisa como forma de fortalecer e adensar a formação acadêmica.

Nesse processo de imbricação entre graduação e pós-graduação, o Estado deve intervir de forma coerente no que diz respeito aos Planos Nacionais de Educação (2014-2024) para, assim, articular com os Planos Nacionais de Pós-graduação (2011-2020)<sup>22</sup>. O PNE (2014-2024), no que tange a pós-graduação, institui a meta 14 que pretende elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu*, de modo a atingir a titulação anual de *sessenta mil* mestres e *vinte e cinco mil* doutores. Para tanto, elaborou-se um plano estratégico com intenção de atingir de forma produtiva o crescimento da Pós-graduação no Brasil, conforme previsto na meta 14. O quadro, a seguir, demonstra as estratégias elaboradas e o *status* de cada uma relativa à meta 14 do PNE:

---

<sup>22</sup> Ao ter a missão de acompanhar a implantação do PNPG 2011-2020 foi instituída, por meio da Portaria 106, da CAPES/MEC, de 17 de julho de 2012, a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG foi constituída por especialistas e representantes de diversas instituições componentes do SNPG.

**Quadro 11 - Estratégias para Crescimento da Pós-graduação no Brasil.**

<b>Metas para a expansão da Pós-graduação - PNE (2014-2024)</b>		
<b>Itens</b>	<b>Estratégias</b>	<b>Status<sup>23</sup></b>
14.1.	Expandir o financiamento da pós-graduação <i>stricto sensu</i> por meio das agências oficiais de fomento;	Estratégia em andamento – De 2013 a 2015, orçamento da Capes expandiu. O do CNPq permanece estável.
14.2.	Estimular a integração e a atuação articulada entre a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e as agências estaduais de fomento à pesquisa;	Estratégia em andamento – considerado a existência de programa da Capes.
14.3.	Expandir o financiamento estudantil por meio do Fies à pós-graduação <i>stricto sensu</i> ;	Estratégia não realizada.
14.4.	Expandir a oferta de cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , utilizando inclusive metodologias, recursos e tecnologias de educação à distância;	Estratégia em andamento.
14.5.	Implementar ações para reduzir as desigualdades etnicorraciais e regionais e para favorecer o acesso das populações do campo e das comunidades indígenas e quilombolas a programas de mestrado e doutorado;	Estratégia não realizada.
14.6.	Ampliar a oferta de programas de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , especialmente, os de doutorado, nos <i>campi</i> novos abertos em decorrência dos programas de expansão e interiorização das instituições superiores públicas;	Estratégia em andamento – considerado a existência de programa da Capes.
14.7.	Manter e expandir programa de acervo digital de referências bibliográficas para os cursos de pós-graduação, assegurada a acessibilidade às pessoas com deficiência;	Estratégia realizada.
14.8.	Estimular a participação das mulheres nos cursos de pós-graduação <i>stricto sensu</i> , em particular aqueles ligados às áreas de engenharia, matemática, física, química, informática e outros no campo das ciências;	Estratégia não realizada. Não foram desenvolvidos programas com esse objetivo.
14.9.	Consolidar programas, projetos e ações que objetivem a internacionalização da pesquisa e da pós-graduação brasileiras, incentivando a atuação em rede e o fortalecimento de grupos de pesquisa;	Estratégia em andamento.
14.10.	Promover o intercâmbio científico e tecnológico, nacional e internacional, entre as instituições de ensino, pesquisa e extensão;	Estratégia em andamento.
14.11.	Ampliar o investimento em pesquisas com foco em desenvolvimento e estímulo à inovação, bem como incrementar a formação de recursos humanos para a inovação, de modo a buscar o aumento da competitividade das empresas de base tecnológica;	Estratégia realizada. Os dispêndios nacionais em pesquisas e desenvolvimento em pesquisas têm se ampliado. A expansão dos cursos de pós-graduação nas áreas tecnológicas tem ocorrido.
14.12.	Ampliar o investimento na formação de doutores de modo a atingir a proporção de quatro doutores por mil habitantes;	Estratégia não realizada.
14.13.	Aumentar qualitativa e quantitativamente o desempenho científico e tecnológico do país e a competitividade internacional da pesquisa brasileira, ampliando a cooperação científica com empresas, instituições de educação superior	Estratégia em andamento.

<sup>23</sup> Informações foram retiradas no site - [www.observatoriodopne.org.br](http://www.observatoriodopne.org.br). Vale esclarecer que o Observatório do PNE foi construído para monitoramento das 20 metas e 2.454 estratégias do Plano Nacional de Educação. Os dados estão relacionados aos indicadores da meta 14- Pós-graduação - Metas para a expansão da Pós-graduação - PNE (2014-2024).

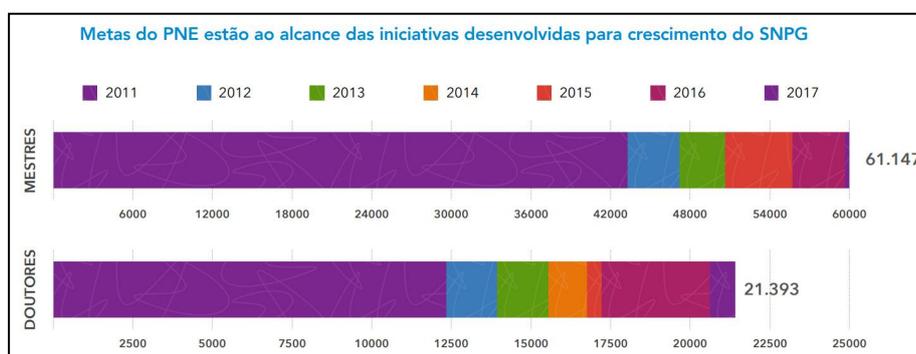
	(IES) e demais instituições científicas e tecnológicas (ICTs);	
14.14.	Estimular a pesquisa científica e de inovação e promover a formação de recursos humanos que valorize a diversidade regional e a biodiversidade da Região Amazônica e do cerrado, bem como a gestão de recursos hídricos no seminário para mitigação dos efeitos da seca e geração de emprego e renda na região;	Estratégia em andamento.
14.15.	Estimular a pesquisa aplicada, no âmbito das IES e das ICTs, de modo a incrementar a inovação e a produção e registro de patentes.	Estratégia em andamento, em ritmo lento.

**Fonte:** BRASIL. [Plano Nacional de Educação (PNE)]. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

O quadro apresenta o *status* das estratégias para que se atinja a meta 14 do PNE (2014-2024), que objetiva a expansão da pós-graduação em nosso país. Nota-se, a partir do *status* atual de cada estratégia que muito deve ser feito para que se atinja a meta proposta dentro de 05 anos, quais sejam: 1. A busca por qualidade dos programas; 2. Redução das diferenças regionais; 3. Internacionalização dos programas; 4. Bolsas de incentivos empresariais; 5. Critérios de avaliação diferenciados; 6. Internacionalização das produções; 7. A relação mercado de trabalho e a pós-graduação; 8. Processo demográfico e o envelhecimento populacional; 9. Pós-graduação e comércio de relações exteriores; 10. Pesquisa fora dos espaços universitários (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011).

Segundo dados do Observatório do PNE, o Brasil ainda é um país que forma poucos mestres e doutores proporcionalmente à sua população, informações da GeoCAPES<sup>24</sup> (2017). O gráfico revela que a meta proposta traz consigo respostas positivas:

**Gráfico 2 - Crescimento das Metas do PNE (2014-2014)**



**Fonte:** GeoCAPES, acessado em: 01 de nov. 2018.

<sup>24</sup> Os dados nacionais apresentados nessa tese foram obtidos a partir do *site* da CAPES, por meio do portal na internet com estatísticas, denominado GeoCAPES, que disponibiliza, em sua base, vários indicadores da pós-graduação, tais como: distribuição de programas, avaliações atribuídas, docentes e discentes, acesso ao portal de periódicos, um sistema integrado por universidades públicas e privadas que oferece cursos de nível *stricto sensu*.

A partir dos dados coletados no GeoCAPES (2018)<sup>25</sup>, o crescimento em números de mestres e doutores foi um grande avanço para a produção de conhecimento e desenvolvimento do Brasil, o gráfico 02 mostra que, em 2017, o número de mestres formados foram seiscentos e um mil, cento e quarenta e sete (61.147), isso significa que a meta de 60 mil mestres, até 2024, foi atingida em 100% e ultrapassada. É válido salientar que relativo ao número de doutores se chegou em 2017 ao número de vinte e um mil, trezentos e noventa e três (21.393), ou seja, 86% da meta foi atingida, restando apenas 24% até 2024. Tal crescimento é advindo dos investimentos consolidados no período de 1998 a 2017.

Contudo, mesmo envidando esforços para o crescimento de mestres e doutores em nosso país, o que se constitui em um fator positivo, o documento da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPQ (2011-2020) nos revela:

**Tabela 2:** Concluintes em cursos de graduação por área de conhecimento

Áreas gerais	Concluintes em cursos de graduação presenciais 2008	Concluintes em cursos de graduação presenciais 2015	Variação (%)
Educação	168.983	152.794	-9,58
Humanidades e Artes	29.422	28.481	-2,20
Ciências Sociais, Negócios e Direitos	328.239	390.831	19,06
Ciências, Matemáticas e Computação	61.528	55.956	-9,05
Engenharia, Produção e Construção	47.098	102.870	118,41
Agricultura e Veterinária	16.305	22.367	37,17
Saúde e Bem-Estar Social	128.389	139.173	8,39
Serviços	20.654	23.891	15,67
<b>Total</b>	<b>800.318</b>	<b>916.363</b>	<b>14,49</b>

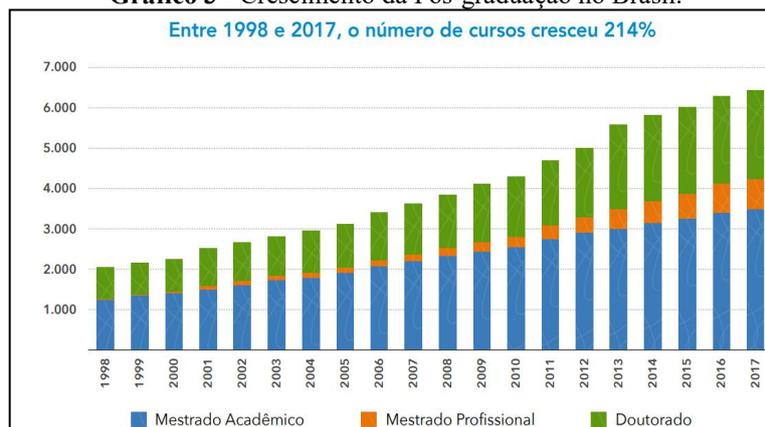
Fonte: Sinopse da Educação Superior 2008 e 2016, INEP/MEC.

A tabela demonstra um número expressivo de alunos que se graduam desde 2005 a 2016 e que está condizente com a expansão do ensino superior capitaneada a partir dos anos 2000, bem como é salutar destacar que a pós-graduação brasileira é uma política consolidada e que deve primar em buscar o aperfeiçoamento dos seus mecanismos de ação e de articulação com as graduações, sem perder o momento do mercado interno e externo, pois somos cômicos que a pós-graduação deve contribuir de forma direta nos recursos humanos qualificados com vistas ao desenvolvimento científico e tecnológico do país.

<sup>25</sup> Distribuição de Discentes de Pós-graduação no Brasil por Estado (ao final do ano). **GeoCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES, 2017.** Site: <https://GeoCAPES.capes.gov.br/GeoCAPES/>. Acessado em: 03 de out. de 2018.

Corroborando com os dados, Cirani *et al.* (2015 p.1, apud FORAY 2004, p. 93), ratificam que a “ampliação qualificada da pós-graduação e a expressiva expansão do número de pós-graduandos altamente capacitados são essenciais para o desenvolvimento científico, cultural, tecnológico e social”. Posto isto, abaixo podemos compreender o crescimento da Pós-graduação nos anos 1998 a 2017:

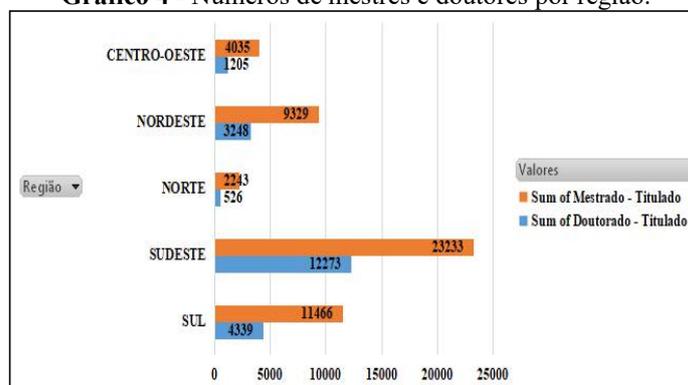
**Gráfico 3 - Crescimento da Pós-graduação no Brasil.**



Fonte: GeoCAPES, Acesso em: 01 de nov. 2018.

Os dados revelam um crescimento exponencial de pós-graduação ocorrido efetivamente a partir dos anos de 1998 a 2017 em um percentual de 214% atingindo, assim, a margem de 6.000 cursos em todo país, entre cursos de mestrados acadêmicos, profissionais e doutorados. Em relação ao número de mestres e doutores titulados por região os dados mostram que existe certa discrepância entre as Regiões Norte/Nordeste e a Região Sudeste:

**Gráfico 4 - Números de mestres e doutores por região.**



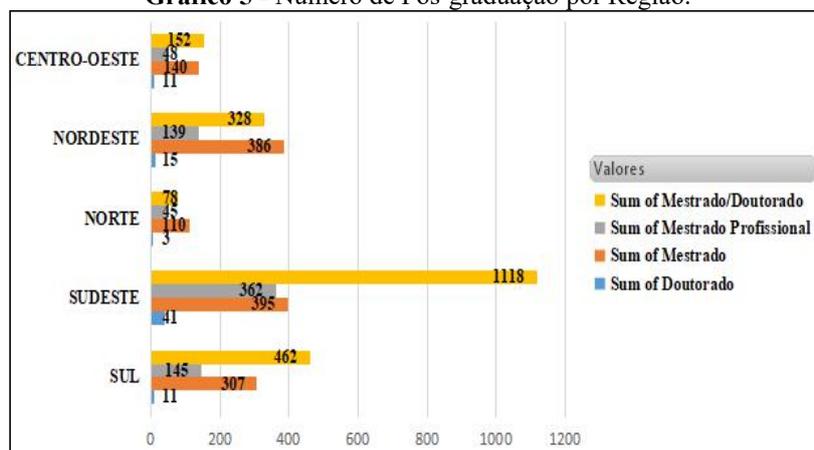
Fonte: GeoCAPES, 017.<sup>26</sup>

<sup>26</sup> Distribuição de mestres e doutores de Pós-graduação no Brasil por Região. GeoCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas CAPES, 2017. Disponível em: <https://GeoCAPES.capes.gov.br/GeoCAPES/>. Acessado em: 03 de out. 2018.

Convém destacar que, de acordo com o gráfico de fato as estatísticas são fortemente claras quanto as Regiões Sul e Sudeste: juntas possuem um quantitativo de 34.699 (trinta e quatro mil, seiscentos e noventa e nove) mestres e 16.612 (dezesesseis mil, seiscentos e doze) doutores, em contrapartida às Regiões Norte e Nordeste 11.572 (onze mil, quinhentos e setenta e dois) mestre e 3.774 (três mil, setecentos e setenta e quatro) doutores.

O que nos leva a questionar quantos programas de Pós-graduação estão disponíveis e acessíveis para as universidades por região? O gráfico 05 revela os dados:

**Gráfico 5 - Número de Pós-graduação por Região.**



Fonte: GeoCAPES, 2017. <sup>27</sup>

É proeminente que dados do GeoCAPES (2017) comprovam a necessidade de investimentos na Região Norte, visto que o gráfico revela apenas 236 (duzentos e trinta e seis) programas de Pós-Graduação *stricto sensu* nesta Região e esse fator limita a produção, compartilhamento e disseminação de conhecimentos em torno das questões relacionadas ao contexto amazônico.

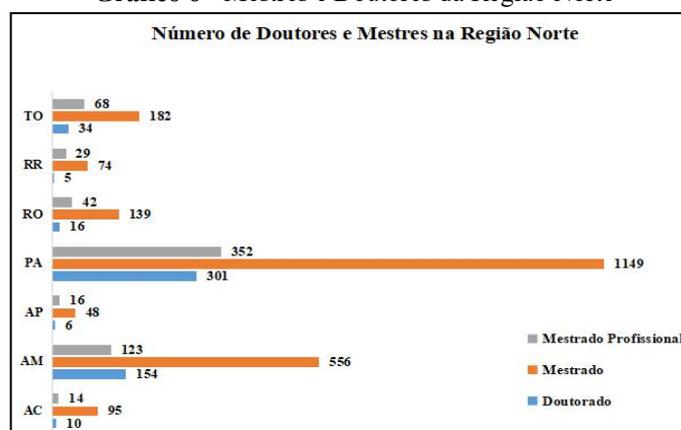
É oportuno esclarecer que a Região Norte possui 2.243 (dois mil, duzentos e quarenta e três) mestres, 644 (seiscentos e quarenta e quatro) advindos de mestrado profissional e 526 doutores formados entre os anos de 2004 a 2017 (GeoCAPES, 2017), o que se nota ainda é permanente e forte concentração no Sudeste e Sul. Segundo Cirani et al. (2015, p. 17):

[...] as desigualdades regionais são marcantes no que diz respeito à distribuição geográfica do número de programas de pós-graduação, mas tendem a uma convergência. Isso influencia diretamente a produção científica e tecnológica nacional e as perspectivas do crescimento regional, pois quanto mais cursos de pós-graduação, desde que implantados com qualidade, maior será a produção de conhecimento e seu efeito no desenvolvimento local.

<sup>27</sup> Distribuição de Programas de Pós-graduação no Brasil por Região. GeoCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES, 2017. Disponível em: <https://GeoCAPES.capes.gov.br/GeoCAPES/>. Acessado em: 03 de out. 2018.

Tratar diferente as regiões dando-lhes possibilidade de atender suas necessidades oferecendo de fato condições para alcançar o melhor caminho da produção do conhecimento, isso pode ser realizado no que consiste a pós-graduação na Região Norte, oferecendo um olhar para além dos limites geográficos, mais para a grande riqueza e possibilidade de extrair conhecimento, prova desta afirmação são os dados da GeoCAPES (2017) que indicam o quantitativo de mestres e doutores da Região Norte por Estado, um dado discrepante, como indica o gráfico:

**Gráfico 6 - Mestres e Doutores da Região Norte**



Fonte: GeoCAPES, (2017).<sup>28</sup>

Diante dos dados expostos e da grande necessidade de equidade no que diz respeito à educação no nível superior, em específico a pós-graduação na Região Norte, os dados revelam uma desigualdade dentro da própria Região que precisa ser trabalhada, pois, sabe-se da necessidade primaz de se ter metas claras que busquem a melhoria da qualidade dos PPGs das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Como bem sinaliza o relatório da Comissão de Especialistas de Acompanhamento do PNPG (2011-2020), urge a implementação de medidas por parte das agências fomentadoras da pós-graduação, capitaneada pela CAPES e pelas Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa (FAP's), como forma de buscar, consolidar e melhorar a qualidade dos PPGs das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, com foco na redução das assimetrias de qualidade.

Ainda com base no Relatório da Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG (2011-2020), a projeção de alunos titulados nos cursos de mestrado, que, em 2015, foi de 46.517 (quarenta e seis mil, quinhentos e dezessete), deverá alcançar o total de 58.169

<sup>28</sup> Distribuição de mestres e doutores de Pós-graduação na Região Norte por Estado. GeoCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES, 2017. Disponível em: <https://GeoCAPES.capes.gov.br/GeoCAPES/>. Acessado em: 03 de out. 2018.

(cinquenta e oito mil, cento e sessenta e nove) em 2020, significando um incremento de 25,04%. Já o quantitativo de alunos titulados em cursos de doutorado, deverá observar um crescimento de 51,52%. Estes, que em 2015 foram 18.625 (dezoito mil, seiscentos e vinte e cinco), em 2020 devem chegar a 28.222 (vinte e oito mil, duzentos e vinte e dois). Os cursos de mestrado profissional que, em 2015, titularam 8.407 alunos, deverão atingir em 2020 a marca de 19.722 (dezenove mil, setecentos e vinte e dois) alunos titulados, crescimento de 134,6%.

Dos muitos avanços da Pós-Graduação no Brasil, a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG-2011-2020 (2017, p. 10) levantou uma série de recomendações para o avanço da pesquisa no Brasil:

[...] 1. Com relação ao monitoramento parcial periódico, visando aferir a aproximação ou distanciamento dos indicadores exigidos para a melhoria do conceito, com caráter obrigatório para todas as áreas e não por iniciativa das áreas julgam relevante. 2. É particularmente importante, envolvendo a avaliação comparativa com Programas Internacionais considerados de referência, em especial aqueles com conceitos 6 e 7, como parte do processo avaliativo quadrienal para estes PPGs. 3, 5 e 6. Envolve o reconhecimento crescente, que se reflete na avaliação dos indicadores extra acadêmicos, que estão evoluindo, mas ainda, com muito espaço para avançar, reconhecendo e induzindo, via avaliação, a aproximação das demandas da sociedade, seja por uma maior aproximação com o meio empresarial ou pelo atendimento às demandas sociais. Finalmente, a recomendação 4 deverá gerar uma política específica que contemple a questão das assimetrias, permitindo um grau de flexibilidade na avaliação em função da possibilidade de apoiar de forma diferenciada mestrados localizados em regiões em estado de desenvolvimento ainda incipiente.

No contexto amazônico, espaço que existem distorções regionais evidenciadas nos números de alunos com títulos e cursos de pós-graduação com notas acima de 05 (cinco), destaca-se como maior desafio da pós-graduação no Brasil: a descentralização de mestrados e doutorados nas grandes cidades do sul e sudeste. Tal avanço não pode ser apenas na distribuição de novos *campi*, mas, também, na concentração e na qualidade, bem como em programas inovadores em regiões economicamente produtivas (CEA-PNPG, 2017).

Para dar fundamento à afirmação anterior Moritz; Moritz; Melo (2011, p. 11) utilizando-se de Balbachevsk (2005) nos ensinam que

[...] essas diferenças regionais são percebidas como uma desigualdade injusta, imposta pela sociedade brasileira e tem sido alvo de políticas e programas desde a década de 70. Esses incentivos acabam criando um mercado fechado com diferentes critérios e investimentos em apenas pequenos números de pesquisadores e não nos programas de Pós-Graduação propriamente ditos. Os pesquisadores destas regiões ditas periféricas acabam por incorporar em sua

agenda de pesquisas problemas socioeconômicos mais relevantes para a sua região. Isso significa que, além de recursos, o que essas regiões necessitam para desenvolverem-se do ponto de vista acadêmico é de um conjunto de programas capazes de reconhecer e estimular essas diferenças e peculiaridades regionais, ao mesmo tempo em que se apoiam na qualidade reconhecida nos programas das regiões centrais do Brasil.

Ao verticalizar para o Amazonas, a pós-graduação, segundo a Plataforma Sucupira, existe, atualmente, 07 (sete) instituições que compõe a base da CAPES e que oferecem cursos de pós-graduação *stricto sensu*. O quadro abaixo perfaz o desenho:

**Quadro 12:** Cursos Avaliados e Reconhecidos pela CAPES/Sucupira

INSTITUIÇÕES	Total de Programas de pós-graduação <sup>29</sup>							Total de Cursos de pós-graduação				
	Total	ME	DO	MP	DP	ME/DO	MP/DP	Total	ME	DO	MP	DP
Centro de Estudos e sistemas Avançados do Recife	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Centro de Pesquisa Leônidas e Maria Deane - (FIOCRUZ)	2	2	0	0	0	0	0	2	2	0	0	0
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas (IFAM)	1	0	0	1	0	0	0	1	0	0	1	0
Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)	9	1	0	1	0	7	0	16	8	7	1	0
Universidade do Estado do Amazonas (UEA)	10	6	0	3	0	1	0	11	7	1	3	0
Universidade Federal do Amazonas (UFAM)	35	17	0	4	0	14	0	49	31	14	4	0
Universidade Nilton Lins (NILTON LINS)	1	0	0	0	0	1	0	2	1	1	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>59</b>	<b>26</b>	<b>0</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>23</b>	<b>0</b>	<b>82</b>	<b>49</b>	<b>23</b>	<b>10</b>	<b>0</b>

Fonte: Plataforma Sucupira, 2019.

De acordo com dados extraídos da Plataforma Sucupira (2019), o número de pós-graduação do Amazonas em nível de cursos (doutorado, mestrado e mestrado profissional), com um recorte de instituições públicas e privadas são, de fato, 59 (cinquenta e nove) programas de pós-graduação distribuídos pelo Estado, que perfazem um total de 82 (oitenta e dois) cursos. Segundo GeoCAPES (2018, p. 02)<sup>30</sup>:

[...] no quesito distribuição de docentes por nível temos: professores doutores pertencente ao quadro permanentes de 80.342 (oitenta mil, trezentos e quarenta e dois); professores doutores colaboradores 17.825 (dezessete mil oitocentos e vinte e cinco) e professores não doutores visitantes 20 (vinte); com relação ao número de matrículas em pós-graduação: Mestrado - 1.662 (mil seiscentos e sessenta e dois), Mestrado profissional - 485 (quatrocentos e oitenta e cinco, Doutorado - 939 (novecentos e trinta e nove), no quesito distribuição

<sup>29</sup> Simbologia: ME: Mestrado Acadêmico; DO: Doutorado Acadêmico; MP: Mestrado Profissional; DP: Doutorado Profissional; ME/DO: Mestrado Acadêmico e Doutorado Acadêmico; MP/DP: Mestrado Profissional e Doutorado Profissional.

<sup>30</sup> Distribuição de programas Pós-graduação na Região Norte por Estado. GeoCAPES - Sistema de Informações Georreferenciadas | CAPES, 2017. Disponível em: <https://GeoCAPES.capes.gov.br/GeoCAPES/>. Acessado em: 03 de out. 2018.

orçamentária anual de bolsa e fomento realizado pela CAPES no período de 2018 foi de R\$: 37.929,841 ( trinta e sete milhões, novecentos mil, oitocentos e quarenta reais).

Os números sobre a Região Norte reforçam o que Moritz; Moritz; Melo (2011, p. 12)

O grande dilema a ser enfrentado pela Pós-Graduação, principalmente nas universidades públicas, é o de abrir-se a novas perspectivas, modalidades curriculares e tipos de discentes, ou manter-se como área reservada a poucos, com critérios de seletividade definidos segundo um único padrão. Na base deste desafio está a questão de uma perspectiva relativa ao princípio de equidade, como valor social e ético, que se apresenta como fundamental ao futuro das sociedades humanas e até como condição de sustentação de um processo de sobrevivência civilizada.

Apresentados os dados que conformam a Região Norte, esta tese se debruçará na Universidade centenária - Universidade Federal do Amazonas como *lócus* da pesquisa, visto que foi realizado um recorte no contexto regional da pós-graduação, referenciando, assim, a UFAM, que nasceu na capital do Amazonas, Manaus, que é definida nas palavras do poeta Aníbal Beça (2011, p. 01) em sua poesia “Abaixo-Assinado de Amor a Manaus” da seguinte forma: “Toda cidade se habita como lugar de viver. Só Manaus é diferente, pois em vez de habitá-la é ela quem me habita”.

Cidade “coração da Amazônia”, que encanta e compõe o imaginário de cores, aromas e sabores, que possui um verde deslumbrante e um povo radiante, uma gente que luta e faz história. Manaus lembra a tribo *Manáos*, seu significado vai além, “mãe dos deuses”, terra fértil, mãe gentil, coberta pela mais fina camada de vida, onde se produz a maior biodiversidade, Manaus minha eterna paixão.

E é no meio dessa floresta que nasce à primeira Universidade do Norte: Universidade Federal do Amazonas (UFAM), quem nos conta essa história é a autora Rosa Mendonça de Brito (2009), em sua obra intitulada: “100 Anos UFAM”, delineando o processo de criação da Universidade concebida como a primeira Universidade Brasileira, conforme expõe:

[...] A Escola Universitária Livre de Manáos, criada em 17 de janeiro de 1909, tendo a frente um grupo de idealistas capitaneado pelo visionário Tenente Coronel Joaquim Eulálio Gomes da Silva Chaves. (...) representa para o ensino superior do país, e para o Estado do Amazonas, um marco histórico memorável. Nasce, neste dia, na cidade de Manaus, a primeira universidade brasileira (BRITO, 2009, p. 29).

A existência remonta os anos de 1909, a universidade foi reconhecida pela Lei Federal de nº 4.069-A, assinada pelo presidente João Goulart em 12 de junho de 1962, legitima Escola Universitária Livre de Manaus. A Universidade do Amazonas teve seu Projeto de Lei, de autoria do então deputado federal Arthur Virgílio do Carmo Ribeiro Filho, publicado no Diário Oficial da União em 27 de junho do corrente ano, mas, só se instalou como Fundação de Direito Público, mantida pela União, em 17 de janeiro de 1965.

A UFAM, o berço do conhecimento encravado na Grande Hiléia tropical, possui cento e dez (110) anos de produção e compartilhamento do conhecimento. Seu *campus* universitário na capital possui uma área de 6,7 milhões de floresta nativa, a maior área verde urbana do país, entre seres nativos é possível identificar: preguiças, pacas, saúns de coleira, ficando sua flora resguardada pelo franco reconhecimento em se tratando de uma grande porção de mata virgem de onde brotam inúmeras nascentes. A UFAM foi interiorizada e, com o Ufam *Multicampi*<sup>31</sup>, promoveu a instalação de cinco unidades acadêmicas permanentes: Alto Solimões (Benjamin Constant), do Médio Solimões (Coari), Médio Amazonas (Itacoatiara), Baixo Amazonas (Parintins) e Madeira (Humaitá).

Sua missão é de produzir e difundir saberes, com excelência acadêmica, nas diversas áreas do conhecimento, por meio do ensino, da pesquisa e da extensão, contribuindo para a formação de cidadãos e para o desenvolvimento da Amazônia (PDI 2016-2025). Se fortalecendo historicamente no quesito ensino na capital, a UFAM é dividida por cursos dentro de cada área de conhecimento, quais sejam: Área de Ciências Agrárias, 05 cursos e 234 vagas; Área de Ciências Biológicas, 20 cursos e 642 vagas; Área de Ciências Exatas, 45 cursos e 1.114 vagas; Área de Ciências Humanas, 81 cursos e 1.822 vagas, perfazendo um total de 3.644 só na cidade de Manaus<sup>32</sup>.

No que diz respeito ao *interior*: Instituto de Natureza e Cultura - INC possui 06 cursos e 300 vagas; Instituto de Saúde e Biotecnologia - ISB, 07 (sete) cursos e 294 (duzentos e noventa e quatro) vagas; Instituto de Agricultura e Ambiente – IAA, 06 (seis) cursos e 300 (trezentas) vagas; Instituto de Ciências Exatas e Tecnologia - ICET, 09 (nove) cursos e 450

---

<sup>31</sup> A Ufam *Multicampi* concretizou-se por meio da implantação de cinco Unidades Acadêmicas Permanentes no interior do estado – no Alto Solimões, Médio Solimões, Médio Amazonas, Baixo Amazonas e Vale do Madeira, abarcando 30 (trinta) novos cursos de graduação. A partir de 2005, tem-se a implantação das Unidades Acadêmicas permanentes no interior do estado: Benjamin Constant com o Instituto Natureza e Cultura - INC, Humaitá com o Instituto de Agricultura e Ambiente de Humaitá, Coari com o Instituto de Saúde e Biotecnologia, Itacoatiara com o Instituto de Ciências Exatas e Tecnologias e, em Parintins, com o Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (PDI/UFAM – 2006/2015).

<sup>32</sup> Número de Cursos oferecidos e Vagas UFAM/INTERIOR. Disponível em: <http://proeg.ufam.edu.br/cursos-oferecidos/campi-do-interior>. Acessado em: 09 de out. de 2018.

(quatrocentos e cinquenta) vagas; Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia - ICSEZ, 07 (sete) cursos e 330 (trezentos e trinta) vagas, com um total de 1.674 (mil seiscentos e setenta e quatro) no interior.<sup>33</sup>

Com relação ao Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (PARFOR)<sup>34</sup>, a UFAM já diplomou 3.120 (três mil, cento e vinte) alunos e encontram-se matriculados 6.671 (seis mil, seiscentos e setenta e um) alunos, distribuídos em 182 (cento e oitenta e duas) turmas de graduação. Quanto ao Centro de Ensino à Distância (CED), oferta de cursos de nível superior na modalidade EaD, a UFAM formou 1.309 (mil trezentos e nove) alunos de graduação e 1.067 (mil e sessenta e sete) alunos nas especializações em Gestão em Saúde, Gestão Pública, Gestão Pública Municipal e Mídias na Educação, além da Especialização em EaD de 96 (noventa e seis) professores da UFAM, de um total geral de 2.472 (dois mil, setecentos e dois) e alunos (REVISTA DA UFAM, 2017).

No quesito extensão, a UFAM proporciona para os acadêmicos a possibilidade de vivenciar em suas trajetórias a troca de saberes entre a universidade e a sociedade, como uma via de mão dupla, destaca-se que a extensão universitária realizou cerca de 2.116,452 (Vinte e um mil cento e sessenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos) programas, projetos, ações e serviços no Estado do Amazonas. Enfatiza-se que o ano de 2010 foi marcado pela aprovação da Política de Extensão que é desenvolvida pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEXT) com a finalidade de apoiar os programas (REVISTA DA UFAM, 2017).

No tocante a pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação, de acordo com os dados da Revista da UFAM (2017), nos anos de 2009 a 2017, a pesquisa teve um papel elementar na produção de conhecimento, visto que, a UFAM registrou a certificação junto ao CNPq de 273 (duzentos e setenta e três), Quanto aos investimento financeiro na Pesquisa e Pós-graduações foi, em torno de 1.675.200,00 (Um milhão, seiscentos e setenta e cinco mil e duzentos reais), nos anos e 2009-2010, em 2016-2017 foram mais de 2.755.200,00 (Dois milhões, setecentos e cinquenta e cinco mil e duzentos reais) (REVISTA DA UFAM, 2017).

No contexto do ensino na pós-graduação, a UFAM implementou, por meio do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CONSEPE), a aprovação do Regimento Geral da Pós-Graduação mediante a Resolução nº 55/2004, que teve como intenção de regulamentar e normatizar a pós-graduação na UFAM. Sua organização e definições foram estabelecidas de

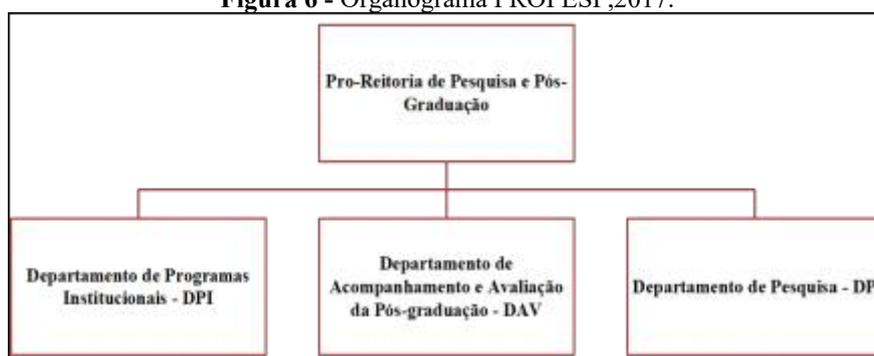
<sup>33</sup> Número de Cursos oferecidos e Vagas UFAM/INTERIOR. Disponível em: <http://proeg.ufam.edu.br/cursos-oferecidos/campi-do-interior>. Acessado em: 09 de out. 2018.

<sup>34</sup> Decreto nº 6.755, de 29 de janeiro de 2009. Institui a Política Nacional de Formação de Profissionais do Magistério da Educação Básica, disciplina a atuação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES no fomento à programas de formação inicial e continuada e dá outras providências.

acordo com o detalhamento feito, no que apresenta desde a organização dos Programas de Pós-Graduação *Lato Sensu e Stricto Sensu*, também como, indicando a estrutura, objetivos, funcionamento e expedição de diploma.

Com intenção de aprimorar a Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), organizou novos procedimentos, fluxos e processos, inserindo três novos departamentos, quais sejam:

**Figura 6 - Organograma PROPESP,2017.**



**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora, Relatório de Gestão, 2017.

A estrutura atual se deu por conta da reforma administrativa que teve a intenção de modernizar a Pró-Reitoria para assim atender sua missão: “[...] estimular pesquisas e atividades criadoras nas diversas áreas do conhecimento e apoiar estudos sobre a realidade brasileira e amazônica, visando à formação de pessoal capacitado para atuar no ensino e pesquisa na região” (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2017). Posto isto,

No quadriênio Julho/2009 a Junho/2013, a estrutura da PROPESP era composta por dois departamentos, Departamento de Pesquisa (DP) e Departamento de Pós-graduação (DPG). No período de Julho de 2013 a Junho de 2017, a PROPESP foi reestruturada passando a ser integrada por três departamentos: 1) Departamento de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Pós da UFAM (DAV), o qual é responsável pelo acompanhamento e a avaliação permanente do funcionamento dos Programas de Pós-Graduação *Stricto Sensu* e dos cursos de especialização *Lato Sensu* e pela elaboração da Política de Pós-graduação da Instituição; Departamento de Programas Institucionais (DPI), responsável pelo processo burocrático dos fluxos da PROPESP; Departamento de Pesquisa (DP) que visa apoiar pesquisadores e Grupos de Pesquisa da UFAM (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2017, p. 15).

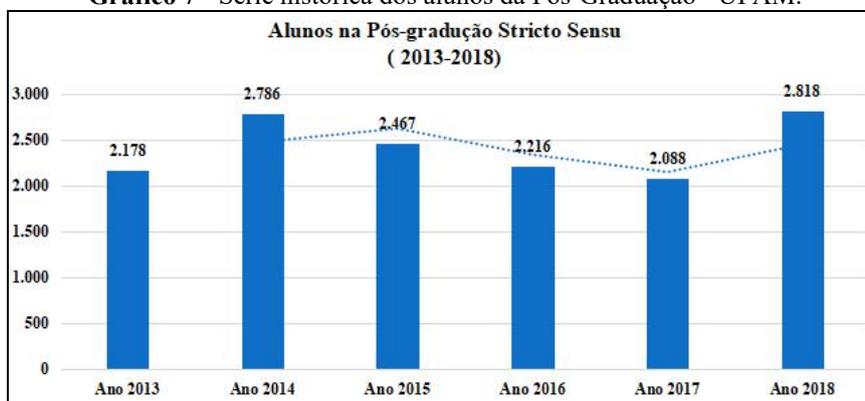
Ressalta-se que o Departamento de Acompanhamento e Avaliação dos Programas de Pós-Graduação da UFAM (DAV) tem um papel relevante no que diz respeito à implantação, funcionamento, avaliação e acompanhamento de todos os programas de Pós-graduação *Lato*

*Sensu e Stricto Sensu* e inclusive é responsável pela implementação da Política de Pós-graduação da UFAM. Suas atividades perpassam por:

Realizará o acompanhamento da elaboração de relatórios Coletas Capes, projetos (APCN) para criação de novos programas de Pós-Graduação, projetos de MINTER e DINTER e cursos de especialização. 2. Aproximação com os Programas de Pós-Graduação visando cumprimento dos regimentos, das portarias e da legislação relacionada à Pós-Graduação; 3. Desenvolvimento de estratégias junto aos programas de Pós-Graduação visando à manutenção do credenciamento dos programas junto à Capes e a melhoria do conceito dos programas (REVISTA DA UFAM, 2017, p. 25).

Segundo dados da Revista UFAM (2017), os avanços da pós-graduação foram surpreendentes: “O número de mestrado, por exemplo, saltou de 13 para 39, triplicando; e o número de Doutorados, de seis para 15, totalizando há 54 cursos, nos dois níveis, além disso, hoje existem mais de 3.600 matriculados nos cursos de Pós-graduação *lato e stricto sensu*”. Nesse sentido, o Relatório de Gestão (2017-2018) fez o desenho de alunos matriculados por meio de uma série histórica dos anos de 2013 a 2018. Segue o gráfico:

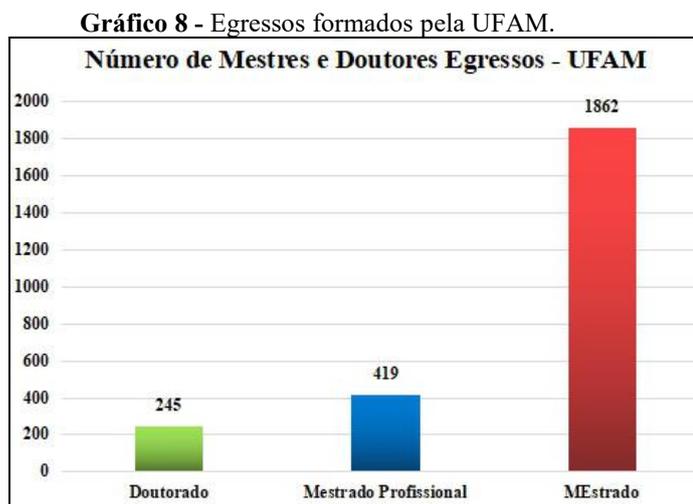
**Gráfico 7 - Série histórica dos alunos da Pós-Graduação - UFAM.**



**Fonte:** Relatório de Gestão do Exercício de 2017/2018.

A série histórica destaca o desempenho do número de alunos cursando pós-graduação *stricto sensu* na UFAM. É válido esclarecer que houve uma redução no período de 2017 devido ao processo de adaptação da nova gestão e a avaliação quadrienal da CAPES (2013/2016). O Relatório de Gestão de 2018 mostrou que a pós-graduação deu um salto qualitativo em número de alunos matriculado, chegando assim a 2.818 (dois mil, oitocentos e dezoito).

No que se refere aos egressos formados (mestrado/doutorado/mestrado acadêmico) pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM), segundo dados retirados da Plataforma Sucupira (2019) com as devidas alterações no sistema os números são interessantes, vejamos:



**Fonte:** Base de Dados Sucupira, 2019.

Os dados indicam que a o número de títulos concedidos pela UFAM foram: 2.281 (*dois mil, duzentos e oitenta e um*) mestres, em contrapartida 245 (*duzentos e quarenta e cinco*) doutores até o ano de 2019. No entanto os Programas de Pós-Graduação que mais diplomaram mestre e doutores na UFAM foram: *Informática* com 181 (*cento e oitenta*); *Sociedade e Cultura na Amazônia* com 177 (*cento e setenta e sete*); *Ciências ao Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia* 135 (*cento e trinta e cinco*); e *Educação* 118 (*cento e dezoito*) (SUCUPIRA, 2019.)

Dando continuidade a questão da revitalização dos programas de Pós-Graduação da UFAM, dados retirados do Relatório de Gestão 2017/2018, mostrou que a PROPESP tem realizado vários esforços para reerguer os PPG's, vejamos:

Após o recebimento da Avaliação Quadrienal da CAPES (2013-2016) da Pós-Graduação, com a queda de 20% no conceito dos cursos, entre mestrados e doutorados, a UFAM está se recuperando, finalizando 2017 com o seguinte quadro: Subiram de Conceito na Avaliação (3 cursos de Mestrado) – 8,1% do total de Mestrados, foram PPG História, PPG Engenharia Elétrica e Mestrado em Física 23% de Cursos de Doutorado (3 cursos) caíram no conceito, sendo 02 descredenciados (PPGCPT e PPGSCA) 16,2% de Cursos de Mestrados (6 cursos) caíram no conceito, sendo 05 PPG's descredenciados \*\* O PPGCS recuperou a nota 3 e o PPGH subiu de 3 para 4 após os recursos. Em 2018 –

Aguardamos o posicionamento da Presidência da CAPES dos Recursos (PPGE, PPGCPT e PPGE) (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2017, p. 85).

Para dar concretude e validar os dados acerca da condução da Pós-graduação na UFAM, foi realizado contato com a PROPESP por meio do Departamento de Avaliação da Pós-graduação<sup>35</sup> da Universidade para saber quais as estratégias para a expansão dos cursos de Pós-graduação. Vejamos o que esclarece a fala a seguir:

No primeiro ano o foco foi à recuperação dos PPGs, uma vez que houve expressiva queda na qualidade destes no último quadriênio avaliado pela CAPES. Concomitante, foi solicitado a criação de novos cursos através da Apresentação de Proposta de Cursos Novos - APCNs a CAPES- Foram aprovados 3 doutorados e 2 mestrados, estratégicos para a UFAM. Atualmente estamos trabalhando em novos cursos sendo todos fundamentais para o crescimento da PG na UFAM. Além disso, estamos mapeando todas as unidades acadêmicas para avaliarmos a necessidade da criação de novos cursos (SUCUPIRA - DAV).

O discurso revela que diante da queda no quesito qualidade dos programas, a PROPESP vem desenvolvendo um mapeamento das unidades e programas, visando, assim, diagnosticar os “gargalos” que propiciaram a queda na qualidade dos programas ofertados. O que se percebe é que as metas estabelecidas ainda se encontram em fase de expansão e que os números ainda estão sendo construídos, pois a fala enfatiza a aprovação de 3 doutorados e 2 mestrados nesse novo quadriênio. Contudo, a análise da queda de qualidade dos programas não pode ser feita somente a partir de elementos da própria instituição, deve levar em conta a velocidade das transformações operadas por verdadeiras revoluções econômicas e sociais, acionadas por fatores poderosos, como o demográfico, o econômico, o político, o científico, o tecnológico e seus impactos sobre os velhos padrões sociais e culturais (CUNHA, 1970). Além de apreender o

papel e às finalidades da pós-graduação no Brasil e da qualidade de suas propostas acadêmicas, num momento em que se demanda de programas de pós-graduação que respondam à grande variedade de desafios sociais, tecnológicos, políticos e ecológicos, é de grande importância refletir sobre as condições atuais e o futuro desejável para os mesmos (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011, p. 12).

---

<sup>35</sup> Foi realizado contato por telefone no período de janeiro de 2019 e, em seguida, aplicou-se um questionário via *e-mail* através da ferramenta *Google Docs* (APENDICE B) junto ao Departamento de Avaliação da Pós-graduação, com questões abertas e fechadas com vista a capturar o processo expansionista do ensino superior, em especial, na pós-graduação, visando qualificar a pós-graduação na UFAM.

Consubstanciando o discurso da pesquisada, o Relatório de Gestão 2017 da UFAM esclarece o novo rumo que a pós-graduação está estabelecendo dentro das áreas estratégicas para expansão dos cursos, tais como:

Em razão de algumas Áreas de Conhecimento ainda não terem implementado cursos de Mestrado, a partir de Julho de 2017 a PROPESP auxiliou na elaboração e avaliação das 09 (nove) APCN's enviadas a CAPES. Duas propostas de cursos doutorados, em Geografia e em Engenharia Elétrica são estratégicas para o Amazonas, uma vez que não há cursos desse nível e áreas no estado. Das propostas de Mestrado, cabe salientar as propostas das Unidades de Coari, Itacoatiara/Parintins, FEFF, FES e FD que não possuem Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* (RELATÓRIO DE GESTÃO 2017, p. 85).

Nota-se que medidas para superar as assimetrias regionais estão sendo efetivadas, pois o movimento feito pela Pró-Reitoria está em consonância com o que foi proposto pela Comissão de Especialistas de Acompanhamento do PNPG (2011-2020), que propôs que “programas de indução sejam implementados de forma estratégica para a consolidação e o crescimento da qualidade das regiões acima mencionadas, a exemplos dos programas: Pró-equipamentos, Dinter, Procad e outros com a mesma finalidade” (2017, p. 20).

No que tange as principais estratégias para estimular a internacionalização da pesquisa na UFAM, visto que quando se pensa o futuro da pós-graduação no Brasil, sabe-se que existe a necessidade de se aumentar e estreitar a rede de cooperação internacional de trabalho e isso requer a assinatura de acordos de cooperação com instituições estrangeiras, como forma de facilitar o intercâmbio de discentes de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado, nos dois sentidos de ir e vir fazendo o fluxo e o contrafluxo desses sujeitos nos programas (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011), sobre isso a fala a seguir demonstra-nos:

A Pró-Reitoria elaborou o Projeto de Internacionalização da PG da UFAM, traçando metas e objetivos para o aumento de parcerias entre os PPGs da UFAM e diversos países de forma a promover a institucionalização destas parcerias. Tem participado de eventos junto aos consulados de países como a Inglaterra e Estados Unidos para a elaboração em conjunto de ferramentas capazes de estimular e aumentar as parcerias entre as instituições. Além disso, possui projeto para tradução dos sites dos PPGs, tem aumentado a interação entre os PPGs e a Faculdade de Letras que possui programas para ensino da língua estrangeira, assim como testes exigidos para discentes e docentes para permanência em outros países. A Propesp tem selecionado junto aos PPGs estudantes para participarem de doutorado sanduíche com bolsas disponibilizadas pela CAPES (SUCUPIRA - DAV).

A fala revelam que a UFAM vem traçando metas para aumentar as parcerias internacionais, porém, de acordo com a Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG

(2011-2020), com relação a área de internacionalização por conta dos impactos do Programa Ciências sem Fronteiras: “não é possível realizar projeções com relação ao futuro, pois as projeções estariam desabafadas. Neste sentido, ir-se-á apresentar as recomendações diretamente, considerando o novo cenário existente” (CEA-PNPG, 2017 p. 12). É válido esclarecer, que tal comissão avaliou positivamente a temática internacionalização da Pós-Graduação, pois, sua evolução se deu acima da expectativa, com relação às metas previstas no PNPG (2011-2020)<sup>36</sup>, as mesmas foram superadas nos primeiros anos. Porém, essa avaliação foi feita num cenário positivo com a existência do Programa Ciências sem Fronteiras. Ocorre que, com a não continuidade desse programa, foram feitas novas recomendações para qualificar as ações na área de Internacionalização da Pós-graduação no país que envolve desde:

1. Desenvolver políticas que envolvam a ampliação do número de alunos e pesquisadores estrangeiros nos PPGs das universidades brasileiras;
2. Dar continuidade a programas de internacionalização, aprimorando e focando nas IES e induzindo políticas de internacionalização mais abrangentes, institucionais, e não somente focadas em envio de alunos brasileiros ao exterior ou apenas na continuidade e prolongamento de parcerias individuais de pesquisadores ou pequenos grupos.
3. Prover as condições para maior domínio da língua inglesa por docentes, pesquisadores e alunos nas IES brasileiras e, por decorrência, oportunizar ambientes de ensino, pesquisa e convivência neste idioma;
4. Desenvolver mecanismos que permitam a inserção crescente das IES brasileiras no contexto internacional;
5. Manter o foco da internacionalização na busca constante da excelência acadêmica;
6. Desenvolver um Plano de Internacionalização, articulado entre as agências e os respectivos Ministérios, que contemple uma Estratégia Nacional de Internacionalização da CT&I e da Educação Superior;
7. Estimular programas de modernização curricular da graduação, em consonância e integração com cenários internacionais;
8. Implantar a sistemática prevista na Resolução 3/2016 do CNE referente à revalidação e reconhecimento de diplomas obtidos no exterior;
9. Detectar novos desafios e oportunidades mundiais na área de CT&I;
10. Cotejar a qualidade da produção científica e tecnológica;
11. Adquirir capacitação em áreas onde somos carentes;
12. Marcar presença brasileira no cenário mundial como global player;
13. Colaborar com nações amigas - Nem toda ação de internacionalização deve se pautar pela busca de conhecimentos em países mais adiantados. É também estratégico para a inserção internacional do país a cooperação solidária com nações amigas (CEA-PNPG, 2017 p. 22-26).

---

<sup>36</sup> As políticas de cooperação internacional e de formação de recursos humanos no exterior deveriam estar calcadas nas seguintes premissas básicas: exterior deveriam estar calcadas nas seguintes premissas básicas: • aprimoramento do sistema nacional de pós-graduação, considerando o avanço • aprimoramento do sistema nacional de pós-graduação, considerando o avanço do conhecimento; do conhecimento; • inserção no futuro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do • inserção no futuro Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social do país.

A partir de um levantamento documental foi possível elaborar o quadro 13, que traz em detalhes os nomes de todos os programas, ano de criação, homologação e suas áreas de avaliação seguindo os critérios da CAPES, além dos conceitos. Tais dados foram extraídos do Relatório de Gestão 2017 da UFAM e complementados dos dados da Plataforma Sucupira (2018) no tocante a Avaliação Quadrienal (2013-2016), onde apresentou os resultados finais dos Programas de Pós-Graduação, inclusive contendo a fase de Avaliação e Reconsideração. Vejamos como se apresenta a realidade desses programas existentes na UFAM:

**Quadro 13 - Cursos oferecidos na pós-graduação *stricto sensu*.**

N.º	Programa	Ano de criação do Mestrado	Ano de criação do Doutorado	Ano de homologação do Mestrado	Conceito <sup>37</sup> CAPES Mestrado	Ano de homologação do Doutorado	Conceito <sup>38</sup> CAPES Doutorado	Área (área de avaliação)	Unidade
1	Agronomia Tropical	1995	2007	2012	4	2012	4	Agronomia (Ciências Agrárias I)	Sede
2	Antropologia Social	2008	2010	2012	4	2009	4	Antropologia (Antropologia/Arqueologia)	Sede
3	Biodiversidade Biotecnologia – Rede Bionorte	-	2012	-	-	2012	4	Biotecnologia (Biotecnologia)	Sede
4	Biotecnologia	2003	2001	2012	4	2012	4	Biotecnologia (Biotecnologia)	Sede
5	Ciência e Engenharia de Materiais	2009	-	2012	3	-	-	Materiais (Materiais)	Sede
6	Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos	2012	-	2012	3	-	-	Ciências Ambientais (Ciências Ambientais)	Fora da Sede (Itacoatiara)
7	Ciências Ambientais	2014	-	2015	-	-	-	Ciências Ambientais	Sede
8	Ciências da Comunicação	2008	-	Descredenciado 2017	2	-	-	Comunicação (Ciências Sociais Aplicadas I)	Sede
9	Ciências da Saúde	-	-	2012	3	-	-	Doenças Infecciosas e Parasitárias (Medicina II)	Sede
10	Ciências ao Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia	2000	2011	2012	4	2011	4	Ciências Ambientais (Ciências Ambientais)	Fora da Sede (Humaitá)
11	Ciências Farmacêuticas	2009	-	2012	3	-	-	Farmácia (Farmácia)	Sede
12	Ciências Florestais e Ambientais	2003	-	2012	3	-	-	Recursos Florestais e Engenharia Florestal (Ciências Agrárias I)	Sede
13	Ciências Pesqueiras nos Trópicos	2007	2007	2012	3	2012	3	Recursos Pesqueiros e Engenharia De Pesca (Zootecnia / Recursos Pesqueiros)	Sede
14	Cirurgia <sup>39</sup>	2014	-	2016	3	-	-	Medicina II	Sede
15	Educação	1987	2009	1994	3	2010	3	Educação (Educação)	Sede

<sup>37</sup> Resultados da avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Resultado da Avaliação Quadrienal 2017, <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoPrograma.jsf?areaAvaliacao=0&cdRegiao=1&sgUf=AM&ies=338280>, Acessado 17 de out. de 2018.

<sup>38</sup> Resultados da avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* em funcionamento no Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG). Resultado da Avaliação Quadrienal 2017, <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/programa/quantitativos/quantitativoPrograma.jsf?areaAvaliacao=0&cdRegiao=1&sgUf=AM&ies=338280>, Acessado 17 de out. de 2018.

<sup>39</sup> Mestrado Profissional.

16	Engenharia Civil	2006	-	Descredenciado 2017	2	-	-	Engenharia Civil (Engenharias I)	Sede
17	Engenharia de Produção <sup>40</sup>	1999	-	2012	3	-	-	Engenharia de Produção (Engenharias III)	Sede
18	Engenharia Elétrica	2005	-	2012	4	-	-	Engenharia Elétrica (Engenharias IV)	Sede
19	Ensino de Ciências e Matemática	2013	-	2014	3	-	-	Ensino de Ciências e Matemática (Ensino)	Sede
20	Física	1999	-	2012	4	-	4	Física (Astronomia / Física)	Sede
21	Geociências	2000	-	2012	3	-	-	Geociências (Geociências)	Sede
22	Geografia	2007	-	2012	4	-	-	Geografia (Geografia)	Sede
23	História	2006	-	2012	4	-	-	História (História)	Sede
24	Imunologia Básica e Aplicada	2008	2013	2009	4	2014	4	Imunologia (Ciências Biológicas III)	Sede
25	Informática	2001	2008	2012	5	2012	5	Ciência da Computação (Ciência da Computação)	Sede
26	Letras	2010	-	2010	3	-	-	Letras (Letras / Linguística)	Sede
27	Matemática	1998	-	2012	4	-	-	Matemática (Matemática /Probabilidade e Estatística)	Sede
28	Odontologia	2012	-	2012	3	-	-	Odontologia (Odontologia)	Sede
29	Psicologia	2009	-	2012	3	-	-	Psicologia (Psicologia)	Sede
30	Química	1987	2007	2012	4	2012	4	Química dos produtos naturais (Química)	Sede
31	Saúde, Sociedade e Endemias na Amazônia.	2005	-	Descredenciado 2017	1	-	-	Saúde e Biológicas (interdisciplinar)	Sede
32	Serviço Social	2007	-	2012	3	-	-	Serviço Social (Serviço Social)	Sede
33	Sociedade e Cultura na Amazônia	1998	2008	2012	3	Descredenciado 2017	2	Sociais e Humanidades (interdisciplinar)	Sede Fora da Sede Humaitá, Parintins e Benjamin Constant
34	Sociologia	2007	-	Descredenciado 2017	2	-	-	Sociologia (Sociologia)	Sede
35	Zoologia	2014	2016	2014	4	2016	4	Zoologia (Zoologia)	Sede

Fonte: Adaptado - Relatório de Gestão Consolidado (2009-2017)

<sup>40</sup> Mestrado Profissional.

Depreende-se do quadro 13 que a Pós-Graduação na UFAM é uma realidade, já que se construiu enquanto um espaço privilegiado de formação profissional com qualidade e produção de conhecimento em várias áreas, em especial no contexto amazônico. Destarte, na UFAM, de acordo com o Relatório de Gestão Consolidado (2009 a 2017), o número de alunos e bolsa da pós-graduação trilhou um caminho promissor, visto que:

Considerando-se o número de diplomados em todos os cursos de pós-graduação *stricto sensu* da instituição, em 2009 formaram-se 375 discentes nos cursos de Mestrado e 22 nos cursos de Doutorado e em 2016, 341 discentes nos cursos de Mestrado e 63 nos cursos de Doutorado. Salienta-se que nem todos os alunos formados buscam seu diploma ou o buscam no mesmo ano em que concluem o respectivo curso. Sobre as bolsas concedidas e implementadas para discentes da pós-graduação, tem-se: nível de mestrado: em 2009 foram 317 cotas, sendo 142 bolsas CAPES, 125 bolsas FAPEAM e 50 bolsas CNPq; nível de doutorado, total de 89 cotas, sendo 31 bolsas da CAPES, 39 bolsas FAPEAM e 19 bolsas CNPq. Já em 2017, foram 717 bolsas para nível de mestrado, sendo 270 bolsas CAPES, 384 FAPEAM e 63 CNPq. Para nível de doutorado, foram concedidas 100 bolsas CAPES, 183 FAPEAM e 13 CNPq (RELATÓRIO DE GESTÃO, 2009 a 2017, p. 12).

Nota-se que a universidade envidou esforços para formar e contribuir para o desenvolvimento dos recursos humanos na Região e isso pode ser visualizado no quadro 8, a partir dos cursos existentes na Sede e Unidades fora da Sede. Por isso, perguntou-se acerca da questão da interiorização da Pós-graduação e a expansão da pós-graduação no interior do Estado, vejamos o que a pesquisa documental nos revelou:

[...] Instituto de Natureza e Cultura (INC) - Benjamin Constant - Programas Mestrado Intrainstitucional (MINTRA) e Doutorado Intrainstitucional (DINTRA), os cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA);

[...] O Instituto de Ciências Exatas e da Terra (ICET) - Itacoatiara - a Capes aprovou o Programa de Pós-graduação de um *campus* da Amazônia Ocidental o Programa em Ciência e Tecnologia para Recursos Amazônicos, em nível de mestrado e de caráter multidisciplinar; [...] Instituto de Ciências Sociais, Educação e Zootecnia (ICSEZ) - Parintins - possui um Programas Mestrado Intrainstitucional (MINTRA) e Doutorado Intrainstitucional (DINTRA), os cursos de pós-graduação, em nível de mestrado e doutorado, do Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSCA) (REVISTA DA UFAM, 2017, p. 20).

A interiorização, resguardando suas problemáticas, constitui-se em uma tarefa de extrema relevância e demonstra o compromisso social da universidade para com a

região Norte do país. Ademais, quando se pensa a relação entre mercado de trabalho e pós-graduação, deve-se ter como foco de análise a apreensão de que

[...] vivemos numa sociedade do conhecimento e o “aprender a aprender” é um processo contínuo que dura a vida inteira. De acordo com dados do FINEO (2011), em 2006, 132.420 alunos entraram para a pós no Brasil. Já em 2010, este número aumentou 21,6%, chegando a 161.068 alunos. Considerando apenas as universidades federais, a variação foi ainda maior, chegando a 31%. Apesar desse histórico, indicadores da Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio (PNAD) apontam para o risco de descontinuidade do crescimento desse contingente e, conseqüentemente, para o desenvolvimento científico do país. De acordo com a Pesquisa de 2005, a maioria dos jovens a partir dos 19 anos apenas trabalha. A parcela que continua a estudar, especialmente a que vai cursar graduação e pós-graduação não ultrapassa 2% dessa população. O aluno precisa ser incentivado desde a graduação a fazer a pós-graduação, através do incremento dos programas de bolsas, do seu envolvimento em pesquisas que estão sendo desenvolvidas, na sua integração com os núcleos de pesquisas existentes, na ampliação e aceitação da academia para com o estágio de docência, entre outras. Essa mudança de cultura e comportamento das IES terá que tornar-se o caminho natural para os alunos e responsável pela sua chegada ao mercado de trabalho, com competência e adequações ao competitivo e globalizado processo em que vivemos (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011, p. 13-14)

Portanto, a expansão quantitativa de oferta de bolsas para os discentes da graduação não pode ser uma ação única ou isolada, ela deve estar articulada a uma programática para a qualidade dos programas, com o intuito de troca de saberes articulados a programas na região e para além dela, com vistas à internacionalização das fronteiras regionais visando outros mercados aproximando o diálogo por meio do intercâmbio e das produções científicas compartilhadas.

O quadro 13 indica ainda que dos 35 (trinta e cinco) programas que compõe a Pós-graduação da UFAM e, de acordo com o resultado da Avaliação quadrienal, os cursos obtiveram os seguintes conceitos: **Mestrado** - 01 cursos com a nota 5 (cinco); 09 cursos com a nota 4 (quatro); 15 cursos com a nota 3 (três); 4 cursos com a nota 2 (dois) os quais foram descredenciados; 01 curso com a nota 1(um); **Doutorado** - 01 curso com a nota 5 (cinco), 07 cursos com a nota 4 (quatro); 2 cursos com a nota 3 (três); 01 curso com a nota 2 (dois), os quais foram descredenciados.

A partir desses dados, questionou-se quais as estratégias institucionais para elevar os conceitos dos programas de pós-graduação da UFAM que estão sendo efetivadas?

O departamento tem acompanhado os programas de pós-graduação através do Plano de acompanhamento e avaliação dos programas de pós-graduação-PAC-PG, que se baseia em visitas pelo departamento

periodicamente aos PPG's, visitas com avaliador, planejamento estratégico com ações para resolução dos problemas encontrados durante a avaliação. Este departamento tem trabalhado também no programa de internacionalização da PG (SUCUPIRA - DAV).

O discurso acima baseia-se em calendário de visitas e aproximação da realidade de cada curso de pós-graduação já implementado na UFAM, contudo não dá para saber se o acompanhamento e a avaliação realizadas pela Pró-Reitoria se dá por meio da construção de um Plano de Monitoramento e Avaliação feito com base em indicadores retirados do PNE (2014-2024) e PNPG (2011-2020), além de indicadores regionais específicos do contexto amazônico, com vistas a traçar com melhor fidedignidade correções de curso e qualificação dos Programas. Ademais, esse plano deve ser construído de forma conjunta pelos responsáveis da Pró-Reitoria, coordenadores de PPGs e representantes discentes.

Sobre a qualidade dos programas, o Relatório de Gestão 2017 da UFAM esclarece que um dos objetivos traçados para os PPG's é de elevar os conceitos dos programas de pós-graduação por meio de ações e resultados. O quadro a seguir elenca algumas estratégias da PROPESP para atingir o que foi pactuado no PDI (2016-2025) da UFAM. Porém, antes de apresentarmos o quadro com as estratégias, faz-se necessário demonstrar no que consiste a qualidade da pós-graduação, a mesma é considerada em uma das metas do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2015), no seu Vetor 2. Pesquisa e pós-graduação no item tema estratégico: 2.1 Consolidação da Pesquisa e Pós-Graduação, vejamos o quadro a seguir:

**Quadro 14 - Metas, objetivos e Projetos - Pós-Graduação.**

<b>Objetivo</b>	<b>Projeto</b>
2.1.1 Elevar os conceitos dos programas de pós-graduação.	Excelência no ensino de pós-graduação.
2.1.2 Estabelecer áreas estratégicas para expansão dos cursos.	Expansão dos cursos de pós-graduação.
2.1.3 Institucionalizar e implementar a política de pesquisa.	Estímulo à pesquisa.
2.1.4 Apoiar e incentivar o aumento da captação de recursos para pesquisas.	Parcerias de fomento à pesquisa.
2.1.5 Estimular a internacionalização por meio de pesquisas e parcerias de relevância.	Internacionalização da pesquisa.

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora, Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI (2016-2025)

A busca pela excelência da pós-graduação, na UFAM deve ser considerada um projeto de educação pública para com a sociedade manauara, visto que as circunstâncias

históricas exigem a superação do caráter excludente, desumano e controlador da educação dentro das relações sociais desiguais, principalmente na Região Amazônica.

O Programa de Apoio à Consolidação e ao Avanço da Qualidade da Pós-graduação da UFAM (PACPG)<sup>1</sup> integra o PDI e tem finalidade de organizar aos PPG's no sentido de planejamento, acompanhamento, avaliação sistemática e consolidação dos Programas de Pós-graduação. Como dito anteriormente, o PACPG foi retomado a partir da gestão “UFAM: Conectada para o futuro (2017-2021)” e a PROPESP se prontificou em consolidar e avançar na qualidade dos programas de pós-graduação como previsto no PDI (2016-2025). O quadro, abaixo, ratifica a questão apresentando as ações e resultados alcançados pela PROPESP, a partir de estratégias efetivas a luz do que preconiza o PDI (2016-2025), vejamos:

**Quadro 15 - Ações e Resultados alcançados - PROPESP (2017).**

<b>Ações Realizadas</b>	<b>Resultados Alcançados</b>
Planejamento da PROPESP, sob nova administração e retomada da execução do PACPG/PDI-2016-2025	Em 2017, a PROPESP, passou a ter nova direção, a partir de 05 de julho, com a eleição e posse do novo Reitor, Prof. Sylvio Puga, o que possibilitou a retomada do Programa de Apoio à Consolidação e ao Avanço da Qualidade da Pós-Graduação da UFAM (PACPG/PDI-2016-2025), o qual havia sido interrompido nos últimos 4 (quatro) anos. O Planejamento prevê a execução do PDI da instituição com o PACPG, desde a reativação do Fórum de Coordenadores de Pós-Graduação, passando pelo “Projeto Vamos Publicar”; as premiações de Teses e Dissertações e o acompanhamento com Avaliação Externa em todos os PPG's da UFAM. Esse Planejamento se intensificou, sobretudo após o recebimento da Avaliação Quadrienal da CAPES (2013/2016), no qual a UFAM teve 05 (cinco) PPG's descredenciados, dos 38 que possuía, além do descredenciamento de 02 (dois) cursos de doutorado. Essa situação de queda da Pós-Graduação da UFAM foi oportunamente avaliada (documento em anexo), ao mesmo tempo possibilitou uma rápida aglutinação dos PPG's, que se encontravam isolados e sem planejamento estratégico para o adequado desenvolvimento.
Reativação do Fórum de Coordenadores da Pós-Graduação da UFAM	Como parte do trabalho de reativação do PACPG/PDI-2016-2025 foi reativado o Fórum de Coordenadores da Pós-Graduação da UFAM, sendo realizadas reuniões mensais para ajuste e orientação dos trabalhos da PG. De julho a dezembro realizamos 06 (seis) reuniões.
Elaboração de 12 (doze) recursos junto a CAPES, em razão da queda do conceito de 07 (sete) cursos de mestrado e 03 (três) cursos de doutorado e para solicitar melhor conceito em 02 (dois) PPG's em diversas áreas. 13% dos PPG's	Após o recebimento da Avaliação Quadrienal da CAPES (2013-2016) da Pós-Graduação, com a queda de 20% no conceito dos cursos, entre mestrados e doutorados, a UFAM está se recuperando, finalizando 2017 com o seguinte quadro: Subiram de conceito na Avaliação 3 cursos de Mestrado – 8,1% do total de Mestrados, foram PPG História, PPG Engenharia Elétrica e Mestrado em Física; 23% de Cursos de Doutorados (3 cursos) caíram

<sup>1</sup> Vale esclarecer que o lançamento do Programa de Apoio à Consolidação da Pós-graduação da UFAM foi em dezembro de 2012, cujo título era (PACPG) que objetiva fortalecer a Pós-graduação *Stricto Sensu* na Universidade Federal do Amazonas, com a melhoria dos conceitos Capes. Um dos responsáveis pelo PACPCG, professor Doutor Emídio Cantídio de Oliveira Filho, “define o PACPG como um programa de impacto, ao longo de 2 ou 3 avaliações, a maioria dos programas existentes passem para conceitos mais elevados.

caíram no conceito e foram descredenciados; 23% dos Cursos de Doutorado caíram de conceito, sendo que 02 Doutorados foram descredenciados	no conceito, sendo 02 descredenciados (PPGCPT e PPGSCA); 16,2% de Cursos de Mestrados (6 cursos) caíram no conceito, sendo 05 PPG's descredenciados. ** O PPGCS recuperou a nota 3 e o PPGH subiu de 3 para 4 após os recursos. Em 2018, aguardamos o posicionamento da Presidência da CAPES dos Recursos (PPGE, PPGCPT e PPGE).
Programa Jovens Doutores – MCTI	Está apoiando a execução 36 (trinta e seis) Projetos de Pesquisa, tendo a UFAM recebido R\$ 750.000,00, em 2016 e R\$ 400.000,00, em 2017, um apoio financeiro de 76,6% do valor total do Projeto Institucional de R\$ 1,5 milhões do MCTI.
Criar novos Programas de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> , considerando as demandas locais e regionais	Foram apresentadas 09 (nove) Propostas de cursos novos, sendo 07 (sete) de Mestrado e 02 (duas) de doutorado.
Publicação de Edital para Apoio à Participação em Eventos Científicos para docentes permanentes de PPG.	A PROPESP lançou um Edital de apoio à Participação em eventos científicos para atender docentes permanentes dos PPG's.

**Fonte:** Relatório de Gestão do Exercício de 2017.

O desafio é imenso! O quadro apresenta as ações e estratégias que visam responder à inquietações dentro da pós-graduação brasileira. Para Muls (2003, p. 9), “criar e consolidar a pós-graduação *stricto sensu*, perpassa por uma cultura de pesquisa, visto que é por meio da produção do conhecimento coletivo e de mãos dadas com a graduação que se terá uma pós-graduação consistente, logo, é necessário um amadurecimento da pesquisa no tocante a produção científica consiste nas várias áreas do saber”.

Muls (2003) pondera ainda sobre três eixos que requer reflexão para se superar os obstáculos que permeiam a pós-graduação no Brasil, quais sejam: 1. Que universidade queremos manter? 2. Que tipo de pesquisa desejamos implementar? 3. Que pós-graduação pretendemos realizar? “O nosso propósito é tentar então, à luz da Sociologia, entender a crise da universidade brasileira, para, a partir daí, apontar os contornos da universidade que queremos e, conseqüentemente, da pesquisa e da pós-graduação que desejamos” (MULS, 2003, p.02). A fala da autora indica a necessidade de se pensar os rumos e caminhos da universidade dentro de um projeto de sociedade e isso é uma tarefa urgente em tempos de redução de investimentos na educação superior brasileira.

Sobre o financiamento da pós-graduação, perguntou-se sobre quais as formas de apoio e incentivos para potencializar o aumento de capacitação de recursos de pesquisas na UFAM, visto que existe “a necessidade de um equilíbrio entre os investimentos executados com bolsas e ações de fomento no país e no exterior, de modo a consolidar

cada vez mais o SNP” (CEA-PNPG, 2017, p. 26). Sendo assim, vejamos o que o discurso a seguir nos revela:

Planejamento de ações coletivas para incentivo da melhoria da qualidade dos PPGs, como programas de implementação e remanejamento de bolsas, programas de incentivos a projetos de pesquisa, incentivos a participação em eventos e incentivos à publicação de artigos. Além disso, programas para a formação de professores em nível de mestrado - MINTER e doutorado - DINTER estão sendo propostos e iniciados, estes programas irão contribuir significativamente com o crescimento da pesquisa e pós-graduação da UFAM (SUCUPIRA - DAV).

A argumentação demonstra formas de financiar escolhidas pela universidade, contudo para que possa ofertar aos seus discentes da pós-graduação essas possibilidades é vital articular esforços para fazer mediações políticas junto a CAPES, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e as Fundações Estaduais de Apoio à Pesquisa (FAPs), pois esses atores são primordiais para dar fôlego para o crescimento da pós-graduação. Portanto, as medidas internas da universidade devem estar em sintonia e acordos com essas agências de fomento, na medida em que as mesmas se constituem em “espaço de influência de atores de outros campos sociais, como o campo do poder e o campo das finanças” (AZEVEDO; OLIVEIRA; CATANI, 2016, p. 791). Esses autores ainda argumentam:

O campo científico tem sua autonomia minorada, como é sabido, ao submeter-se à indução dos Estados e aos editais das agências de financiamento nacionais, a exemplo, com relação ao campo científico no Brasil, do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), Ministério da Educação (MEC), CNPq, Capes, Finep e outras fundações de apoio à pesquisa, vinculadas aos estados subnacionais, assim como às agências internacionais, como a Fundação Ford, Fulbright, DAAD, Campus-France, Comissão Europeia etc. (AZEVEDO; CATANI, 2013, p. 275).

Por isso, a universidade deve envidar esforços na articulação política para fazer com que a pós-graduação alce voos de qualidade e sustentabilidade econômica, social, política, cultural e ambiental como forma de desenvolver a Região e seus recursos humanos. E isso passa também pela avaliação dos programas.

Para tanto, o sistema utilizado pelo CAPES para avaliar os programas de pós-graduação obedece a critérios contendo um peso diferente na composição da nota final:

✓ **Proposta do programa:** Este critério é qualitativo e não possui peso na avaliação, está é interpretada como adequada ou inadequada. É neste critério que os programas descrevem suas área(s) de concentração, linhas de pesquisa e projetos em andamento. Neste item também se verifica a coerência, consistência e abrangência da estrutura curricular, a infraestrutura para ensino, pesquisa e extensão e as atividades de formação de docentes.

✓ **Corpo docente:** É composto pelos seguintes itens: formação dos docentes permanentes; adequação da dimensão, composição e dedicação dos docentes permanentes; perfil do corpo permanente em relação à proposta do programa; atividade docente permanente na pós-graduação; Atividade docente permanente na graduação; participação dos docentes em pesquisa e desenvolvimento de projetos.

✓ **Corpo discente:** O seguinte item o compõe: percentual de defesas mestrado/doutorado em relação ao corpo docente permanente; adequação e compatibilidade da relação orientador/discente; participação de discentes autores da pós-graduação e graduação; dissertações/teses vinculadas a publicações; qualidade das teses e dissertações; tempo médio de titulação de mestres e doutores.

✓ **Produção intelectual:** Esse critério é composto pelos itens: publicações qualificadas do programa por docente permanente; distribuição de publicações qualificadas em relação ao corpo docente permanente; produção técnica ou tecnológica; produção de alto impacto.

✓ **Inserção social:** É composto pelos seguintes itens: inserção e impacto regional e/ou nacional do programa; integração e cooperação com outros programas; e visibilidade e transparência do programa (CAPES, 2010, p. 01).

A CAPES tem como intuito o aprimoramento da pós-graduação em todas as regiões do Brasil, no que diz respeito ao credenciamento, desempenho, financiamento, avaliação e regulação do PPG's no Brasil. Porém, deve-se questionar: os critérios de avaliação da CAPES conseguem enxergar as particularidades e singularidade de cada região? O monitoramento proposto pela CAPES prevê possibilidades de ajustes? É racional afirmar que tal avaliação é essencial para assegurar e manter a qualidade dos cursos de Mestrado e Doutorado no país. Segundo a CAPES, o objetivo da avaliação é:

1. Certificação da qualidade da pós-graduação Brasileira (referência para a distribuição de bolsas e recursos para o fomento à pesquisa);
2. Identificação de assimetrias regionais e de áreas estratégicas do conhecimento no SNPG para orientar ações de indução na criação e expansão de programas de pós-graduação no território nacional.
3. Formação pós-graduada de docentes para todos os níveis de ensino;
4. Formação de recursos humanos qualificados para o mercado não-acadêmico;
5. Fortalecimento das bases científica, tecnológica e de inovação<sup>2</sup>.

O Sistema de Avaliação é dividido em dois processos distintos que se referem à entrada e à permanência dos cursos de mestrado profissional (MP), mestrado acadêmico

---

<sup>2</sup> Plataforma Sucupira. Entendendo o processo de Avaliação CAPES. Site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acessado em: 18 de out. de 2018.

(ME) e doutorado (DO) no SNPG. No que diz respeito a procedimentos para a entrada de novos cursos, é necessário seguir:

**1. Procedimentos Iniciais:** Após a data de fechamento do período estabelecido pelo calendário da Diretoria de Avaliação (DAV) para encaminhamento das propostas de curso novo, procede-se a conferência da documentação e disponibilização às comissões de área; **2. Avaliação da Proposta pela Comissão de Área:** A proposta de curso novo é avaliada pela comissão de área, que emite parecer sobre o mérito e exequibilidade do projeto e lhe atribui uma nota; **3. Decisão pelo Conselho Técnico e Científico da Educação Superior - CTC-ES:** o resultado da avaliação das propostas é encaminhado ao CTC-ES, que pode ou não recomendar a proposta, além das seguintes deliberações; **4. Divulgação dos resultados da avaliação:** as decisões do CTC-ES sobre as propostas de cursos novos são comunicadas pela DAV às pró-reitorias de pesquisa, ou órgão equivalente, das instituições proponentes. Estes resultados são divulgados na página Eletrônica da CAPES; **5. Os resultados da avaliação** das propostas recomendadas são encaminhados ao Conselho Nacional de Educação (CNE) para emissão de parecer após decisão colegiada e posterior homologação pelo Ministro da Educação e publicação no Diário Oficial da União<sup>3</sup>.

Quanto a Avaliação Quadrienal (Mestrado Profissional/Mestrado Acadêmico/Doutorado) dos cursos permanentes na Plataforma Sucupira, que objetiva acompanhar o desempenho dos programas ao longo do intervalo entre as avaliações periódicas, destaca-se que leva em considerações algumas etapas, como:

**1. Reconhecimento de dados:** as instruções prestam informações continuamente e online por meio do módulo coleta de dados, na Plataforma Sucupira; **2. Tratamento das informações:** as informações fornecidas pelas instituições são consolidadas pelo corpo técnico da Capes; **3. Análise pelas comissões de área:** os dados programas são analisados por comissões de consultores especialistas que emitem pareceres e notas para cada programa e relatórios para o conjunto dos programas da área; **4. Análise e decisão pelo CTC-ES:** Os pareceres da comissão de área são analisados por dois relatores membros do CTC-ES que apresentam pareceres conclusivos ao colegiado. O CTC-ES aprecia os pareceres e decide pela nota do programa, com sua consequente manutenção ou não no SNPG; **5. Deliberação do CNE/MEC:** o parecer do CTC-ES é encaminhado ao CNE/MEC para aprovação e reconhecimento dos cursos<sup>4</sup>.

Ambos os processos são conduzidos com base nos mesmos fundamentos, têm finalidade o reconhecimento e confiabilidade fundados na qualidade assegurada pela análise dos pares; os critérios debatidos e atualizados pela comunidade acadêmico-

<sup>3</sup> Plataforma Sucupira. Entendendo o processo de Avaliação CAPES. Site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acessado em: 18 de out. de 2018.

<sup>4</sup> Plataforma Sucupira. Entendendo o processo de Avaliação CAPES. Site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/>. Acessado em: 18 de out. de 2018.

científica a cada período avaliativo; e a transparência, ampla divulgação das decisões, ações e resultados.

Simon Schwartzman (2010), em seu artigo “Nota Sobre Transição Necessária da Pós-Graduação Brasileira”, teceu alguns posicionamentos relacionados a centralização de todo o sistema de pós-graduação da CAPES. O autor explica que em nenhum país do mundo há barreiras e empecilho no processo de avaliação, produção, implantação da pós-graduação, bem como recomenda a realização de um processo de transição e a redução da centralização, estimulando, assim, a autonomia dos programas. Schwartzman (2010, p. 34) indica alguns princípios gerais para essa transição:

- a. Restabelecer e reforçar o princípio da autonomia universitária de criar curso de pós-graduação de diversas modalidades (acadêmicos, profissionais, etc.), sem serem preciso passar por autorização prévia ou avaliação de órgão do governo.
- b. Criar programas públicos específicos para o apoio à pesquisa e pós-graduação considerados de qualidades e/ou de importância estratégica. As instituições públicas e privadas deveriam poder competir por fundos destes programas, e receber apoios plurianuais que permitam seu funcionamento. Ao invés de um sistema único e centralizado, havendo pluralidade de programas por áreas de conhecimento ou aplicação.
- c. Para estimular o setor privado a investir na pós-graduação e na pesquisa, incluir recursos para o custeio de pessoal e o *overhead* administrativo neste fundo. Hoje as instituições privadas estão parcialmente excluídas dos programas de financiamento existentes [...]
- d. Instituir o princípio de cobrança de anuidades nos cursos de pós-públicos e privado, especialmente para os cursos orientados para a formação profissional para o mercado de trabalho. Esse princípio deveria vir associado a sistemas de créditos educativos e bolsas que assegurassem o acesso à educação de alto nível não ficasse condicionado à renda da família.
- e. Abolir os *rankings* oficiais de cursos mantidos pela CAPES e sua utilização como critério universal para a distribuição de recursos. Em seu lugar, os programas de pós-graduação receberiam ou não apoio pela participação em um ou mais recursos das perspectivas universalidades, dos pagamentos dos alunos e outras receitas.

O elenco de proposituras do autor é um bom caminho para a reflexão em torno do processo utilizado pela CAPES para avaliar, implementar e conduzir a pós-graduação no Brasil, pois

ainda que considerado o modelo em vigor bem sucedido, atualmente o financiamento dos programas está associado ao seu desempenho. Mas é importante que se note que há características novas nos programas e por isso a avaliação deve atender a essa demanda. Uma dessas novidades que impacta a avaliação é a multidisciplinaridade dos programas, ou seja, mais temáticos e menos baseados em disciplinas, como ocorre com os cursos tradicionais. A ideia é que o Conselho Superior da Capes abra outras formas de avaliação dos cursos de pós-graduação, que levem em conta novas filosofias de avaliação, hoje extremamente centradas na

publicação de artigos em revistas com alto conceito (alto impacto) no *Qualis*, dificultando o acesso de pesquisadores de instituições de fora dos grandes centros urbanos, bem como estimular a regionalidade das pesquisas e dar mais suporte e financiamento a outras áreas específicas de conhecimento que não só as quantitativas (MORITZ; MORITZ; MELO, 2011, p. 13).

E a questão da avaliação se complica ainda mais num contexto de crise estrutural do capital que promove um corte no orçamento das agências de fomento, com destaque para a CAPES que teve seu orçamento reduzido desde o ano de 2015 e cujo sistema de avaliação interfere diretamente no financiamento, já que

a matriz de financiamento para os programas de pós-graduação no Brasil estabelecendo uma metodologia de distribuição de verbas de custeio com base na mediana dos alunos matriculados nos programas de pós-graduação e elegendo áreas científicas (Humanidades) como não prioritárias, estaria fazendo coro à tese da perversidade, conforme denúncia Albert Hirshman em seu clássico “A Retórica da Intransigência”, em que conquistas sociais, nesse caso de maior acesso à pós-graduação, seriam consideradas negativas (AZEVEDO; OLIVEIRA; CATANI, 2016, p. 796).

O cenário atual é adverso e contraditório para o aumento do crescimento da pós-graduação no Brasil, além de obliterar a difusão do conhecimento produzido pelos programas. Nesse contexto em que o país procura se inserir competitivamente no mercado mundial, em que a produção de conhecimento e sua aplicabilidade em forma de tecnologia e produtos sociais se tornam um imperativo, buscou-se verificar como os programas da UFAM difundem de forma local suas produções, Ora, sabe-se que o conhecimento disseminado em revista, apresentação em congresso e simpósios é um dos grandes desafios enfrentados pela pós-graduação, porém, essas formas de disseminação são necessárias e relevantes, destaca-se que a UFAM, por meio de seus programas de Pós-graduação, possuem revistas como um veículo de comunicação do conhecimento produzido, quais sejam:

Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas (PPGSCA); ARUAK: Revista de Estudos em Sociedade e Cultura na Panamazônia (PPGSCA); Arte - Design & Comunicação (ADC); Revista Ensino de Ciências e Humanidades (RECH) (ICSEZ) Educamazônia - Educação, Sociedade e Meio Ambiente; Amazônica - Revista de Psico-pedagogia, Psicologia escolar e Educação; Pesquisa e Prática em Educação Inclusiva; Conexões: revista de relações públicas e comunicação organizacional; Revista Eletrônica da FAARTES; Revista Eletrônica do Grupo de Estudos e Pesquisa em Música na Amazônia; Revista Eletrônica do Grupo de Estudo e Pesquisa em Processos de Criação na Amazônia;

Revista Biotecnologia & Diversidades; Anais do SNBU; Gestão em Serviços da Saúde;

1. Canoa do Tempo; Revista Amazônida: Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Amazonas; Caderno Sala de Aula; Diálogos Organizacionais; Manduarisawa - Revista Eletrônica Discente do Curso de História da UFAM; HON NO MUSHI - Estudos Multidisciplinares Japoneses - ISSN 2526-3846; Revista GEONORTE; Revista Científica de Avicultura e Suinocultura; Revista Decifrar; Revista da Faculdade de Educação Física e Fisioterapia; Revista Eletrônica Ciência e Desenvolvimento; Wamon - Revista dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da UFAM; Revista HUGV; Acessar revista; Edição atual; ANINC - Anuário do Instituto de Natureza e Cultura; Revista Elaborar - ISSN: 2318-9932; PRISMA - Revista de Filosofia; BIUS -Boletim Informativo Unimotrisaúde em Sociogerontologia; Revista Pan-Amazônica de Extensão; Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos - ISSN Eletrônica: 2316-4123; Biblioteconomia; Revista Eletrônica Mutações (PERIÓDICO, 2018)<sup>5</sup>.

O conhecimento produzido na UFAM por meio de revistas e periódicos precisa de condições diferenciadas dentro do contexto amazônico no âmbito dos cursos de pós-graduação *lato e stricto sensu*, pois, as dificuldades que os PPG's encontram para equalizar suas revistas é imensa devido à falta de estrutura e aceitação por parte de sua base indexadora, essa classificação é feita dentro do sistema *Qualis* de avaliação de periódicos científicos da CAPES que é categorizado em A1, A2, B1 e B2, além de C (nulo), conforme a qualidade das mesmas.

As revistas vinculadas pela UFAM, em sua grande maioria, estão entre B2 a C indicando que devem ser repensadas estratégias dentro da Pós-graduação para melhorar e expandir suas publicações, além de dotá-las de qualidade. Segundo dados da Revista UFAM (2017), no ano de 2015, publicou-se 14 livros e 16 artigos em periódicos com *Qualis* A1, A2, B1 ou B2. Em 2016, houve 25 livros e 35 artigos aceitos em revistas indexadas.

A PROPESP, entendendo a necessidade de investimentos nesse item **publicação** e visando qualificar os programas de pós-graduação, que também é um quesito de avaliativo da CAPES, formulou uma proposta de Resolução do Programa de Incentivo à Produção Científica – PIPC<sup>6</sup>, cujo objetivo era de apoiar a produção bibliográfica de docentes de PG e de docentes jovens doutores e apoio à participação de alunos de

<sup>5</sup> Portal de Periódicos da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Site: <http://periodicos.ufam.edu.br/>. Acesso em: 11 de out. De 2018.

<sup>6</sup> Universidade Federal do Amazonas - UFAM. **Relatório de Gestão Consolidado - 2009-2017**. Site: [http://www.proplan.ufam.edu.br/Arquivos\\_DPE/Relatorio\\_20092017.pdf](http://www.proplan.ufam.edu.br/Arquivos_DPE/Relatorio_20092017.pdf). Acessado em: 15 de out. 2018.

graduação em congressos. Desta proposta surgiu a “*Campanha Vamos Publicar*”<sup>7</sup> nos anos de 2015 e 2016 objetivando motivar os pesquisadores em compartilhar seus conhecimentos adquiridos em pesquisas, no intuito de alavancar a produção intelectual, que é um dos principais itens de avaliação dos programas de pós-graduação pela CAPES e que, na maioria das áreas, essa produção está diretamente ligada à qualidade das dissertações ou teses e, portanto, à qualidade da formação de mestres e doutores.

Vale destacar que a UFAM, por intermédio da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESP), premiou 6 (seis) teses e 24 (vinte e quatro) dissertações avaliadas como as melhores ano de 2017, dentre os 35 (trinta e cinco) dos programas de pós-graduação da universidade. Durante o evento de premiação, a pró-reitora PROPESP, destacou que o PACPG é uma das estratégias para a melhoria das notas dos PPG’s da UFAM: “Esse reconhecimento da produção científica é importante porque demonstra o investimento da nossa Universidade na qualidade das pesquisas aqui produzidas e o trabalho árduo e incessante para que a nossa Universidade seja cada vez mais reconhecida. Temos alunos que não vieram receber a premiação porque já estão ganhando o mundo, fortalecendo sua formação acadêmica e é esse mesmo o nosso objetivo”<sup>8</sup>.

O elenco de premissas e proposições serviram de base para dar um relevo a trajetória histórica da pós-graduação brasileira, sua realidade em números no país, demonstrando a especificidade e assimetrias regionais para adentrar nos números da Região Norte e nela situar o campo empírico da investigação que será deslindado no tópico a seguir.

### **2.3 O campo empírico: os PPGs da UFAM e o detalhamento dos programas foco da investigação**

Adota-se como pressuposto que “fazer pesquisa constitui um processo de trabalho complexo que envolve teoria, método, operacionalização e criatividade” (MINAYO, 2010, p. 19). Trata-se de estudar um problema que geralmente é escolhido

<sup>7</sup> Destaquem-se: as oficinas de produção intelectual nos programas, como as quatro Oficinas de Redação Científica, coordenadas pela professora Maria Luíza Cardinale, junto a programas das áreas de humanas; o financiamento para a publicação de artigos em periódicos qualificados e livros em editoras com corpo editorial; o reconhecimento e certificação dos docentes e discentes mais produtivos da PG da UFAM, entre outras abordagens. Ler - Universidade Federal do Amazonas - UFAM. **Relatório de Gestão Consolidado - 2009-2017**. Site: [http://www.proplan.ufam.edu.br/Arquivos\\_DPE/Relatorio\\_20092017.pdf](http://www.proplan.ufam.edu.br/Arquivos_DPE/Relatorio_20092017.pdf). Acessado em: 15 de out. 2018.

<sup>8</sup> Universidade Federal do Amazonas - UFAM. **Propesp premia melhores teses e dissertações de 2017**. Publicado em 10 dezembro 2018. Acessado em: 21 de jan. 2018.

pelo pesquisador em função das lacunas na produção de conhecimentos sobre a questão, um objeto de curiosidade ou de preocupação.

Na tentativa de investigar a visibilidade da camada social do *precariado*, a partir da expansão da educação superior, apresenta-se o percurso metodológico a ser seguido com aporte no método de Marx. Visto que, para Marx (1893, p.45): “Se a aparência e a essência das coisas coincidissem, a ciência seria desnecessária”. Logo compreende-se que aparência, aqui explicita se dar na expansão do ensino superior sob a forma de democratização do acesso a vida universitária, na busca pela essência dessa expansão, ou seja, quais as múltiplas determinações por trás da expansão do ensino superior e a relação com a visibilidade da camada social do *precariado*.

Visto que o procedimento metodológico próprio a essa teoria [marxiana] consiste em partir do empírico (os “fatos”), apanhar as suas relações com outros conjuntos empíricos, investigar a sua gênese histórica, o seu desenvolvimento interno e reconstruir no plano do pensamento todo esse processo (NETTO, 2009), pois o circuito investigativo, recorrendo compulsoriamente à abstração, retorna sempre ao seu ponto de partida e, a cada retorno, compreende-o de modo cada vez mais incluso e abrangente.

Com o aporte do método materialista dialético utiliza-se como categorias: *totalidade*, *historicidade*, *mediação* e *contradição*. Categorias extraídas de uma realidade concreta (a sociedade burguesa) que são fundamentais para entender os processos sociais, para tanto, é válido esclarecer:

**Quadro 16** - Categoria em Marx e sua relação com a tese.

<b>Categoria Totalidade</b>	Permeia o processo de interpretação da realidade social ao considerar aspectos desta realidade como um todo diverso. Sob tal prisma, pode-se afirmar que, o objeto de estudo é explicado pelos aspectos nos quais está inserido. No caso da tese em tela, a mesma irá se debruçar sobre a expansão do ensino superior, dando ênfase na pós-graduação, inserindo essa expansão no contexto da <i>crise estrutural do capital</i> e da contrarreforma da educação no Brasil que está inexoravelmente vinculada a contrarreforma do Estado brasileiro.
<b>Categoria Historicidade</b>	Entender a categoria historicidade é reconhecer os processos, os movimentos e a transformação dos sujeitos em seu contínuo vir a ser, dentro da realidade e dos fenômenos sociais. O fenômeno desta tese é o <i>precariado</i> . Isto posto, compreendê-lo, em sua legalidade intrínseca, faz-se necessário, pois ele está inserido no movimento processual da história (ida e volta), ou seja, desvendar sua história, constituição, suas transições e relações é <i>sine qua non</i> .
<b>Categoria Mediação</b>	Categoria constitutiva das relações humanas historicamente construídas, a tese irá se discorrer acerca das relações sociais de produção e suas transformações sob o prisma da economia política com vistas a descortinar a relação entre educação e trabalho, com vistas a desnudar a direção social estratégica dessa relação em nossa sociedade.
<b>Categoria Contradição</b>	Sabe-se que “a pesquisa deverá buscar captar todo momento o movimento, a ligação e a unidade resultante da relação dos contrários, que ao se opor dialeticamente, um incluindo-se/excluindo-se/do outro, se destroem ou se

	superam; as determinações mais concretas, superando-as, as determinações mais abstratas [...]”. (KUENZER, 1998, p. 65). Assim, na presente tese, buscar-se-á a contradição por meio da análise do movimento contraditório dentro do contexto do ensino superior: expansão quantitativa/ democratização do acesso da educação; universalidade/ seletividade; qualificação/ desqualificação; ampliação/ fragmentação; autonomia do conhecimento/dominação; adesão/resistência; unilateralidade (alienação)/omnilateralidade (homem livre); conservação/transformação.
--	---

**Fonte:** Elaborado na disciplina seminário de tese, 2016.

Afirma-se que este estudo está construído em momentos diferenciados e articulados, que consiste na qualificação do projeto; revisão bibliográfica; levantamento documental; revisão de literaturas, discussão e fichamentos que tratam das categorias centrais de análise; seleção dos *lócus* da pesquisa e dos sujeitos em potenciais e pré-teste.

Tendo em vista o panorama da Pós-Graduação na Universidade Federal do Amazonas e ao buscar a relação entre educação e trabalho para situar a questão do precariado, a tese utilizou como campo empírico os programas Pós-Graduação *Stricto Sensu*, tendo como base o critério qualitativo, cursos que abarquem mestrado e doutorado. O quadro, a seguir, sinaliza os PPG's que cumprem o critério estabelecido pela pesquisa.

**Quadro 17 - Locus da investigação: PPG's *Stricto Sensu* – UFAM.**

<b>Programas de Pós-Graduação Selecionados - Locus Pesquisa</b>	
<b>Áreas de conhecimento</b>	<b>PPG'</b>
<b>Ciências Agrárias</b>	1. Agronomia Tropical
	2. Ciências Pesqueiras nos Trópicos
<b>Ciências Biológicas</b>	1. Biotecnologia
<b>Ciências Exatas e da Terra</b>	1. Informática
	2. Química
<b>Ciências Humanas</b>	1. Antropologia
	2. Educação
<b>Multidisciplinar</b>	1. Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia
	3. Sociedade e Cultura na Amazônia

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora tendo como base os dados da Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-graduação da UFAM, 2016.

Neste universo de 09 (nove) cursos de pós-graduação, aplicou-se um questionário (APENDICE D) junto aos coordenadores dos cursos via *e-mail*, através da ferramenta *Google Docs*<sup>9</sup>, com questões abertas e fechadas com vista a capturar a

<sup>9</sup> *Google Docs*: é um pacote de aplicativos do *Google* baseado em *AJAX*. Funciona totalmente on-line diretamente no *browser*. Atualmente, compõe-se de um processador de texto, um editor de apresentações, um editor de planilhas e um editor de formulários. Ele permite aos usuários criar e editar documentos *online* ao mesmo tempo colaborando, em tempo real, com outros usuários. *Google Docs* combina as

relação entre educação e trabalho que se dá a partir do processo expansionista do ensino superior. O quadro apresenta o perfil dos coordenadores (PPG's) participantes do estudo:

**Quadro 18 - Perfil dos coordenadores dos PPG's.**

Nº	Sexo	Natural	Formação	Programa de Pós-graduação que coordena	Tempo de Coordenação	Tempo de atuação na Pós-graduação
01	Feminino	Itacoatiara	Doutorado em Educação	Programa de Pós-Graduação em Educação PPGE	06 meses	02 anos
02	Feminino	Manaus	Doutora em Biologia de Água Doce e Pesca Interior	Programa de Pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade da Amazônia - PPGCASA	5 meses	9 anos
03	Masculino	Manaus	Doutorado em Ciência da Computação	Programa de Pós-Graduação Informática PPGI	3 anos e 8 meses	8 anos
04	Feminino	Coari	Engenheira Agrônoma	Programa de Pós-Graduação Agronomia Tropical PPGATR	1 ano	5 anos
05	Masculino	Goiás	Doutorado em Ciências Biológicas	Programa de Pós-Graduação Biotecnologia PPGBIOTEC	6 anos	10 anos
06	Masculino	Goiânia	Doutorado em Antropologia Social	Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social	2 anos	12 anos

**Fonte:** Pesquisa de campo, 2018/19.

O quadro demonstra o perfil dos coordenadores e dá concretude às falas pesquisados que responderam aos questionários enviados. Ademais, com vistas a assegurar o sigilo, bem como preservar a identidade dos participantes da pesquisa, os mesmos assinaram o Termo de Consentimento Livre Esclarecido – TCLE (APÊNDICE D). Dos entrevistados, o perfil revelou que com relação ao tempo de atuação na coordenação existe uma variável 06 meses a 6 anos; quanto a formação, é condizente com a coordenação do PPG's que os mesmos atuam.

Como forma de conhecer os programas selecionados como espaço da investigação é necessário desvendar seu processo de construção histórica, composição da coordenação, estrutura, corpo docente, corpo discente, promovendo sua caracterização por área do conhecimento, abaixo apresentamos as informações específicas dos programas, por área de conhecimento, que perfazem o *locus* da pesquisa:

---

características de *Writely e Spreadsheets* com um programa de apresentação incorporando tecnologia projetada por Sistemas Tonic.

**Quadro 19 - Perfil dos Programas na área de conhecimento Ciências Agrárias.**

Área de Conhecimento Ciências Agrárias					
<b>Programa de Pós-Graduação em Ciências Pesqueiras nos Trópicos (PPG-CIPET)</b>		Vinculado à Faculdade de Ciências Agrárias, o programa iniciou suas atividades em 2008, parceiros do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA) e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA). Está localizado no setor Sul da Universidade Federal do Amazonas, segundo andar, prédio FCA-ICB, ao lado do bloco M. Público-alvo e requisitos para admissão: Os profissionais devem apresentar curso de graduação plena concluído, preferencialmente nas áreas de Ciências Agrárias e Biológicas. Objetivo do PPG-CIPET é contribuir na formação de recursos humanos com alto nível de qualificação na área de Uso Sustentável de Recursos Pesqueiros, com ênfase nas pescarias e nos peixes que habitam os ambientes tropicais de água doce. A nota final da avaliação foi 3 (três) do programa credenciado.			
Características do Programa					
Alunos Matriculados	Tempo de titulação	Docentes	Linha de pesquisa	Projeto de pesquisa	Créditos para a titulação
Mestrado - 21 Doutorado - 21	18 meses - Mestrado 30 meses - doutorado	05 - Permanente 01 - Colaborador 15 - Visitante	03	66	12 - Mestrado 36 - Doutorado
<b>Programa de Pós-Graduação em Agronomia Tropical (PPGAT)</b>		Vinculado a Faculdade de Ciências Agrárias: está localizada na Avenida Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200. Campus da UFAM - Setor Sul – Prédio Pós-Bio Agro, 2º andar, sala de Agronomia. Público-alvo e requisitos para admissão: Profissionais de formação superior de plena duração; para o curso de mestrado ser aprovado na prova de conhecimento e para o doutorado na entrevista; para ambos é realizada a análise curricular e projeto de pesquisa. Objetivo do programa é formar mestres e doutores qualificados em Agronomia Tropical para atuar em Ciências Agrárias e áreas afins. A nota final da avaliação foi 4 (três) do programa credenciado.			
Características do Programa					
Alunos Matriculados	Tempo de titulação	Docentes	Linha de pesquisa	Projeto de pesquisa	Créditos para a titulação
Mestrado - 17 Doutorado - 43	18 meses, mestrado 30 meses, doutorado.	15 - Permanente 03 - Colaborador 00 - Visitante	02	44	24 - Mestrado 40 - Doutorado

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora, 2018. Retirado do site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>. Acessado em: 18 de out. 2018.

**Quadro 20 - Perfil do Programa área de conhecimento Ciências Biológicas**

Área de conhecimento Ciências Biológicas					
<b>Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia (PPGBIOTEC)</b>		Vinculado ao Instituto de Ciências Biológicas/Centro de Apoio Multidisciplinar: está localizada na Avenida Rodrigo Octávio Jordão Ramos, 6200, Campus da UFAM - Setor Sul, Bloco B. O objetivo do programa é formar recursos humanos qualificados capazes de atuar no âmbito das Instituições de Ensino e Pesquisa, Universidades públicas e privadas, Centro de Biotecnologia da Amazônia (CBA). O público-alvo e requisitos para admissão: o programa de mestrado e doutorado em Biotecnologia foi estruturado para os graduados nas áreas de Ciências da Saúde, Biológicas, Exatas, Agrárias, Ciência Humanas, Engenharia e Tecnologias. A nota final da avaliação foi 4 (três) do programa credenciado.			
Características do Programa					
Alunos Matriculados	Tempo de titulação	Docentes	Linha de pesquisa	Projeto de pesquisa	Créditos para a titulação
Mestrado - 45 Doutorado - 89	18 meses, mestrado 30 meses, doutorado.	11 - Colaborador 21 - Permanente	07	74	30 - Mestrado 40 - Doutorado

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora, 2018. Retirado do site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>. Acessado em: 18 de out. 2018.

**Quadro 21 - Perfil do Programa área de conhecimento Ciências Exatas e da Terra.**

Área de conhecimento Ciências Exatas e da Terra					
<b>Programa de Pós-Graduação em Informática da UFAM (PPGI/UFAM)</b>		Vinculado ao Instituto de Ciências Exatas. Localização: Avenida General Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 - Coroado, 69.077-000 - Campus Universitário Senador Artur Virgílio Filho (Setor Norte) Bloco 7. Público-alvo e requisitos para admissão: o público-alvo é composto por graduação dos cursos de Computação, Informática, Matemática, Estatística, Física, Engenharia e áreas afins. Os objetivos são: 1. Proporcionar a formação em nível de mestrado e doutorado na área de Informática, de docentes e técnicos de instituições de ensino e pesquisa; 2. Fomentar na região o estabelecimento de programas de pesquisa e desenvolvimento em informática; 3. Desenvolver novas tecnologias ou formar pessoal capacitado para tanto, que possam ser incorporadas por empresas. A nota final da avaliação foi 5 (cinco) do programa credenciado.			
Características do Programa					
Alunos Matriculados	Tempo de titulação	Docentes	Linha de pesquisa	Projeto de pesquisa	Créditos para a titulação
Mestrado - 70 Doutorado - 90	18 meses, mestrado 30 meses, doutorado.	25 - Permanentes	6	8	6 - Mestrado 10 - Doutorado
<b>Programa de Pós-Graduação em Química (PPGQ)</b>		Vinculado ao Instituto de Ciências Exatas, o curso de doutorado na área de concentração em Química. É localizado na Avenida Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 - Coroado, 69.077-000 - Campus Universitário Senador Artur Virgílio Filho (Setor Norte), Departamento de Química (ICE). Objetivos: - (I) Mestrado - proporcionar a formação científica ao profissional graduado, qualificando-o, por meio de atividades de pesquisa e ensino; e (II) Doutorado - proporcionar formação científica e técnica ampla e profunda, exigindo-se do candidato uma contribuição original e criativa na sua área de conhecimento, demonstrando qualificação para atuar como pesquisador e docente de nível superior e na formação de pessoal nos níveis de mestrado e doutorado. A nota final da avaliação foi 4 (três) do programa credenciado.			
Características do Programa					
Alunos Matriculados	Tempo de titulação	Docentes	Linha de pesquisa	Projeto de pesquisa	Créditos para a titulação
Mestrado - 73 Doutorados - 57	18 meses, mestrado 30 meses, doutorado.	Colaborador - 03 Permanente - 27	05	44	18 - Mestrado 30 - Doutorado

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora, 2018. Retirado do site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>. Acessado em: 18 de out. 2018.

**Quadro 22 - Perfil dos Programas área de conhecimento Ciências Humanas**

Área de conhecimento Ciências Humanas					
<b>Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE)</b>		Vinculada a Faculdade de Educação, o PPGE é constituído pelos Cursos de Mestrado (1987) e Doutorado (2010). Está localizada na Avenida Rodrigo Otávio Jordão Ramos, 6200 - Coroado, 69.077-000 - Campus Universitário (Setor Norte). O objetivo do programa é atender a necessidade de formação de quadros docentes e pesquisadores qualificados para o exercício do magistério e da pesquisa; consolidar o PPGE como polo de referência no conhecimento da realidade amazônica e seus desafios na área de educação. A nota final da avaliação foi 3 (três) do programa credenciado.			
Características do Programa					
Alunos Matriculados	Tempo de titulação	Docentes	Linha de pesquisa	Projeto de pesquisa	Créditos para a titulação
Mestrado - 60 Doutorado - 55	18 meses, mestrado 30 meses, doutorado.	Colaborador - 05 Permanentes - 17	3	20	12 - Mestrado 40 - Doutorado
<b>Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGA)</b>		Vinculado ao Museu Amazônico e conta com cursos de Mestrado e Doutorado, constituindo-se como um importante e estratégico centro de formação da Região Norte do Brasil. Está localizado no Campus Universitário/UFAM, Setor Sul, Bloco B, Avenida General Rodrigo Otávio, 6200, Coroado I, CEP: 69080-900 Manaus/AM. O PPGA surgiu a partir da histórica reivindicação da UFAM e, particularmente, pela recomendação da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Comissão "Culturas, Línguas e Povos da Amazônia Legal", criada pela representação da área de Antropologia e Arqueologia na CAPES. O público-alvo e requisito para admissão: profissionais das Ciências			

						Humanas e Sociais Aplicadas. A nota final da avaliação foi 3 (três) do programa credenciado.
<b>Características do Programa</b>						
<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Tempo de titulação</b>	<b>Docentes</b>	<b>Linha de pesquisa</b>	<b>de</b>	<b>Projeto de pesquisa</b>	<b>Créditos para a titulação</b>
Mestrado - 47 Doutorado - 48	18 meses, mestrado 30 meses, doutorado.	Colaborador - 03 Permanentes - 16	05		31	24 - Mestrado 36 - Doutorado

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora, 2018. Retirado do site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>. Acessado em: 18 de out. 2018.

### Quadro 23 - Perfil dos Programas área de conhecimento Multidisciplinar

<b>Área de conhecimento Multidisciplinar</b>						
<b>Programa de Pós-Graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA)</b>		Vinculado a Faculdade de Ciências Agrárias, o programa de pós-graduação em Ciências do Ambiente e Sustentabilidade na Amazônia (PPGCASA) é direcionado à Região Amazônica e suas demandas mais diretas, relacionadas com a conservação dos Recursos Naturais e as Dinâmicas Socioambientais. O objetivo do PPGCASA é capacitar profissionais em nível de pós-graduação <i>Strictu Sensu</i> , com informações e experiência interdisciplinar ao nível das grandes áreas do conhecimento, para trabalhar no planejamento, execução e gerenciamento de atividades vinculadas a Conservação dos recursos naturais e das Dinâmicas socioambientais, assim como para o ensino e pesquisa na área ambiental. Seu público-alvo: Profissionais interessados em capacitação em desenvolvimento sustentável, incluindo construção e execução de políticas e atividades de gestão, monitoramento e avaliação dos benefícios dos recursos e serviços ambientais para a Amazônia e sua gente. Os requisitos para a admissão no programa são: Curso de Graduação Plena concluído de qualquer área do conhecimento; dedicação exclusiva ao programa com temas ambientais e desenvolvimento sustentável. A nota final da avaliação foi 4 (três) do programa credenciado.				
<b>Características do Programa</b>						
<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Tempo de titulação</b>	<b>Docentes</b>	<b>Linha de pesquisa</b>	<b>de</b>	<b>Projeto de pesquisa</b>	<b>Créditos para a titulação</b>
Mestrado - 52 Doutorado -	18 meses, mestrado 30 meses, doutorado.	Colaborador - 08 Permanentes - 24	2		24	30 - Mestrado 30 - Doutorado
<b>Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia (PPGSA)</b>		Vinculado ao Instituto de Ciência Humanas e Letras, o PPGSCA é a resposta a um conjunto de enormes desafios; compreender a Amazônia é um dos mais relevantes porque implica considerar questões como as dimensões da sustentabilidade e das especificidades culturais, étnicas, históricas, econômicas e sociais. O objetivo é formar recursos humanos voltados para o entendimento da realidade social, política e cultural da Amazônia e para atividade de docência superior envolvendo a pesquisa, ensino e extensão. Público-alvo e requisitos: graduados pertencentes a diversas áreas do conhecimento, principalmente das ciências humanas e sociais. Nota final da avaliação foi 3 (três) para o mestrado que permanece credenciado e a nota 2 (dois) para o doutorado que foi descredenciado.				
<b>Características do Programa</b>						
<b>Alunos Matriculados</b>	<b>Tempo de titulação</b>	<b>Docentes</b>	<b>Linha de pesquisa</b>	<b>de</b>	<b>Projeto de pesquisa</b>	<b>Créditos para a titulação</b>
Mestrado - 94 Doutorado - 118	18 meses, mestrado 30 meses, doutorado.	Colaborador - 12 Permanentes - 26	3		19	30 - Mestrado 30 - Doutorado

**Fonte:** Adaptado pela pesquisadora, 2018. Retirado do site: <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira>. acessado em: 18 de out. 2018

O elenco de quadros revela dados e informações sobre os programas de pós-graduação na UFAM, onde cada programa tende a dar ênfase ao desenvolvimento regional da Amazônia. o que se nota é a busca pela referência dos programas juntos aos

organismos como CAPES, CNPq e FAPEAM que dão subsídios no crescimento da Ciência e Tecnologia na Região Norte. Saviani (2005, p. 37) evidencia assim que:

[...] a pós-graduação se constituiu num espaço privilegiado para o incremento da produção científica e, no caso da educação, também para o desenvolvimento de uma tendência crítica que, embora não predominante, gerou estudos consistentes sobre cuja base foi possível formular a crítica e a denúncia sistemática da pedagogia dominante, alimentando um movimento de contra ideologia.

Compreender a pós-graduação como espaço para formação de pesquisadores críticos, propositivos e competentes é uma das saídas para o desenvolvimento econômico, político e tecnológico, ou seja, expandir, integrar e modernizar a Região Norte, acelerando, assim, o desenvolvimento em um ambiente vantajoso para a inovação sob a primazia do Estado, evidenciando a promoção, difusão e popularização dos conhecimentos produzidos no contexto da diversidade Amazônica.

Para tanto, e procurando dar qualidade ao campo empírico, *locus* da pesquisa, UFAM, apresentam-se os discursos dos coordenadores<sup>10</sup> dos PPG's, para demonstrar o papel da pós-graduação na visibilidade da categoria *precarizado* na atualidade.

Elucida-se que a educação superior, a partir dos anos 2000, sofreu um forte processo expansionista, já que a constituição de um sistema universitário de graduação e pós-graduação que se ampliou exponencialmente nas últimas décadas tende a produzir ou fomentar um contingente de jovens/adultos altamente escolarizados, imersos em sonhos, expectativas, anseios de carreira e realização profissional.

Diante desse argumento, vejamos o posicionamento dos coordenadores pesquisados:

Sim, temos ampliado a oferta formativa, mas na região norte a afirmação não pode ser completamente verdadeira, pois ainda estamos distantes do número de mestres e doutores necessário para a região (SUCUPIRA, 01).

Sim, embora os nossos egressos tenham conseguido inserção no mercado, como a maioria inicia a pós-graduação almejando atuar como pesquisadores, sabemos que essa não é a realidade. Conseguem empregos em instituições de ensino privadas, que na maioria, não prioriza a pesquisa (SUCUPIRA, 05).

---

<sup>10</sup> Como forma de resguardar o sigilo, utilizou-se como identificação nas falas dos pesquisados o termo "Sucupira", em analogia a Plataforma SUCUPIRA que é uma importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações como base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG).

Partindo da fala dos coordenadores, o que se evidencia é incipiente compreensão da expansão da graduação e pós-graduação dentro desse contexto de ampliação exponencial do ensino superior. Depreende-se que 02 (dois) entrevistados *concordaram* que essa expansão traz consigo um número de jovens altamente escolarizados, porém frustrados, sem expectativa de vida. Em contrapartida as falas de 04 (quatro) entrevistados *discordam* da afirmação alegando que muitos jovens que adentram a pós-graduação estão despreparados para o “mercado” e que a imaturidade desses jovens é vista como “normal” para o tempo histórico. Vejamos:

Não. Penso que ao contrário, cada vez é maior o número de graduados e/ou pós-graduados que não encontram trabalho (SUCUPIRA, 06).

Não. Estamos longe de termos o contingente de recursos humanos qualificados de que precisamos. A imersão em sonhos ou o prolongamento da imaturidade é uma característica dos jovens na atualidade. Temos o desafio de repensar a educação, pois estamos muitas vezes reproduzindo mecanismo ultrapassados e ineficientes (SUCUPIRA, 02).

Não. Estamos longe de termos o contingente de recursos humanos qualificados de que precisamos. A imersão em sonhos ou o prolongamento da imaturidade é uma característica dos jovens na atualidade. Temos o desafio de repensar a educação, pois estamos muitas vezes reproduzindo mecanismo ultrapassados e ineficientes (SUCUPIRA, 02).

Concordo parcialmente. Como coordenador, lido com diferentes “perfis” de alunos. Aqueles que de fato tiveram boa formação, aqueles que não tiveram, os que visam a carreira acadêmica, os que querem apenas a bolsa ... (SUCUPIRA, 04).

Dourado (1997) afirma que tal expansão educacional advém das pressões sociais, barganhas políticas e que, aparentemente, é um processo desordenado de expansão e interiorização do ensino superior, ou seja, uma resposta do capital, que é desigual e combinado e traz em seu bojo uma funcionalidade elementar ao seu crescimento econômico, político e social. Para Giovanni Alves (2012, p. 02), esses jovens que compõe a complexa expansão do ensino superior possuem características do que o autor denomina como precariado:

[...] é expressão do sistema social da produção do desperdício generalizado: desperdiça-se a futuridade de jovens altamente escolarizados, penhorando-se suas perspectivas de carreira e mobilidade social (uma manifestação em Lisboa no dia 13 de dezembro de 2012 intitulou-se “Não penhem as nossas vidas”).

Alves (2009) indica que no Brasil a camada social do proletariado ainda é *residual*, visto que a expansão do ensino superior após os anos de 1990 foi aberta ao mercado, induzindo a potencialização da transmutação da educação como mercadoria barata e palatável para ser colocada à compra e venda no mercado que revela a face de desresponsabilização do Estado no financiamento da educação superior. Dessa forma, deve-se refletir:

[...] A ideia de que a educação é um direito social e um bem público se contrapõe à concepção de educação como mercadoria que se pode adquirir privadamente, como qualquer item de negócio (...). Nada disso é inócuo (...). A educação é um ‘bem comum, público’ ou, ao contrário, um ‘bem ou serviço de consumo, privado’? Esta é a grande questão de fundo para as reformas educacionais que hoje se discutem ou se empreendem (DIAS SOBRINHO, 2005, p. 136-137).

Diante desse processo de mercadorização da educação questionou-se aos coordenadores pesquisados as motivações que levam as pessoas a ingressarem em programas de pós-graduação. Vejamos o que o gráfico, a seguir, nos revela:

**Gráfico 9** - Percepção acerca do que leva o aluno a fazer pós-graduação na atualidade.



**Fonte:** Pesquisa de campo, 2019.

Descrevendo o gráfico: para 50% dos coordenadores pesquisados, o que move essas pessoas é a vontade de serem pesquisadores; 30% afirmam que eles vislumbram o aprimoramento intelectual e profissional; chama-nos atenção que 17% acreditam que os alunos encontram dificuldades de inserção no mercado de trabalho e vê nos cursos *stricto sensu* uma oportunidade para estudar e receber uma “bolsa”. Os entrevistados qualificam suas falas a partir dos discursos que seguem:

O aprimoramento contribui para melhoria na carreira e na vida cotidiana, a maioria dos estudantes já estão inseridos no mercado de trabalho (SUCUPIRA, 01).

Muitos dos estudantes estão atuando no ensino básico, indústria e educação superior. Porém, existe um número crescente de recém-formados que buscam o mestrado para melhorar sua capacidade de empregabilidade, pois ao sair da graduação não conseguem se inserir no mercado de trabalho (SUCUPIRA, 02).

Na área de computação, a busca por inovação vem aumentando e é com essa visão que a maioria dos alunos entra no programa. Assim, o viés de se tornar um pesquisador e poder atuar tanto em Institutos Federais, empresas, *startups*, entre outros, é o grande motivação de nossos alunos (SUCUPIRA, 03).

A escassa oportunidade de emprego os motiva a permanecer na academia, ingressando na pós-graduação, porém muitos descobrem a vocação pela docência e/ou pela pesquisa durante essa caminhada (SUCUPIRA, 04).

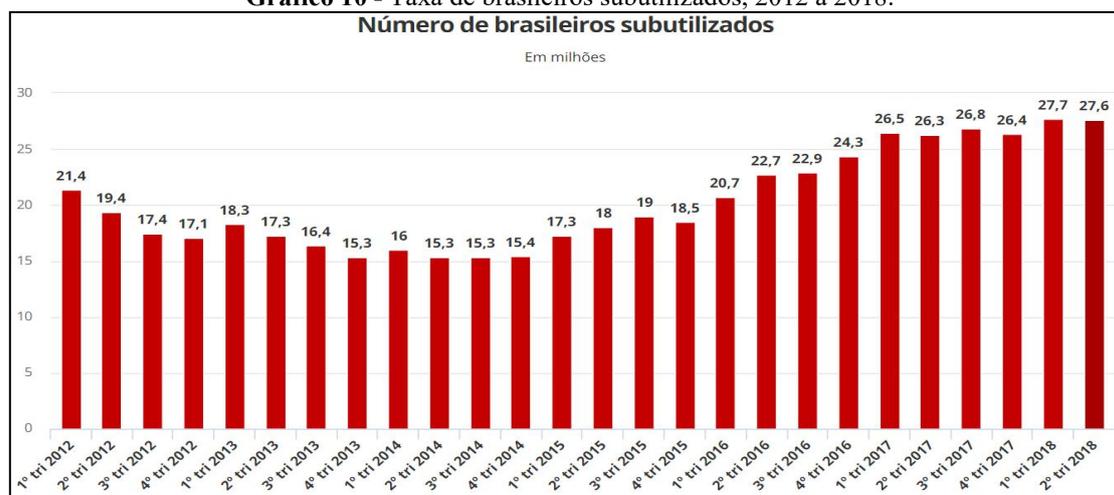
Embora alguns discentes procurem a pós-graduação devido ao desemprego e possibilidade bolsas, acredito que a maioria visa uma melhor formação para atuar como pesquisador e docência no ensino superior (SUCUPIRA, 05).

A pulverização dos discursos pode ter como justificativa a realidade diversa dos programas, bem como a realidade da Região Norte que ainda possui um número menor do que as demais regiões do país de pós-graduados. Porém, nota-se que os coordenadores pesquisados relacionam a questão da empregabilidade como um elemento de destaque, pois, esses sujeitos relacionam a inclusão em uma programa de pós-graduação como uma “oportunidade” de ampliar suas possibilidades de inserção no mercado de trabalho com condições mínimas de segurança e, talvez, esses cursos possam levá-los ao caminho da docência ou pesquisa, além de assegurar uma “renda” por meio de bolsas. Alves (2013, p. 247) afirma que a educação do precariado está ligada a

[...] necessidade de fazer especialização ou aprimoramento – como eles dizem. Enfim, uma pós-graduação capaz de lhes garantir a dita “empregabilidade”: “Para ter um bom emprego, você precisa estar se atualizando, continuar se aprimorando, para ter uma boa oportunidade”. Mas a escolha do aprimoramento continuado ou cursos de especialização e pós-graduação tornou-se a versão atual do alongamento da escolarização, não apenas como a alternativa mais recorrente dos jovens diante do desemprego, mas como necessidades de qualificar-se melhor para acesso a certos postos de trabalho melhor remunerados, que não são para todos.

Alongar o tempo de escolarização é visto pela camada do proletariado como a saída do desemprego ou desocupação, pois, segundo os dados do mercado de trabalho do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)<sup>11</sup>, entre os trabalhadores de faixa etária de 18 a 24 anos, a taxa de desemprego é mais que o dobro da taxa da população em geral. O IBGE divulgou números absolutos sobre os brasileiros subutilizados<sup>12</sup>:

**Gráfico 10 - Taxa de brasileiros subutilizados, 2012 a 2018.**



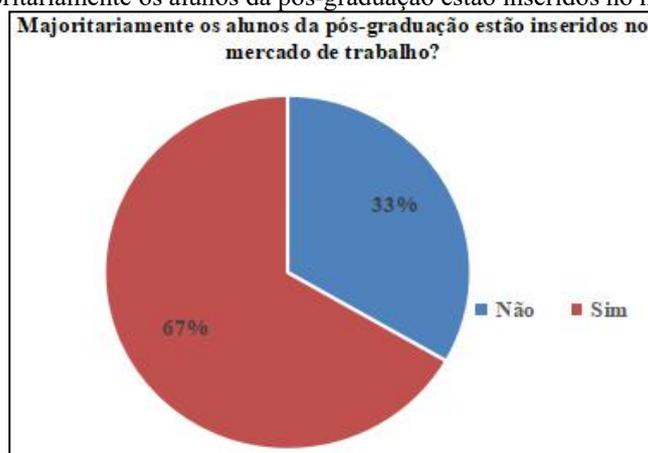
Fonte: IBGE, 2019.

Os dados são alarmantes visto que o número de pessoas desocupadas, subutilizadas ou desempregadas aproxima-se dos 27,6 milhões. Esse sentimento de insegurança leva os jovens a permanecerem nas universidades se afastando do mercado de trabalho. Tal cenário impulsionou o questionamento aos coordenadores pesquisados para verificar a inserção dos discentes no mercado de trabalho. O gráfico apresenta as respostas:

<sup>11</sup> Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Disponível em: <https://ibge.gov.br/>. Acessado em: 10 de jan. 2019.

<sup>12</sup> Quem são considerados trabalhadores subutilizados e quantos estavam nessa condição no 2º trimestre de 2018: a) 13 milhões de desempregados: pessoas que não trabalham, mas, procuraram empregos nos últimos 30 dias (no 1º trimestre, eram 13,7 milhões); b) 6,5 milhões de subocupados: pessoas que trabalham menos de 40 horas por semana, mas, gostariam de trabalhar mais (no 1º trimestre, eram 6,2 milhões); c) 8,1 milhões de pessoas que poderiam trabalhar, mas, não trabalham (força de trabalho potencial; d) no 1º trimestre, eram 7,8 milhões: grupo que inclui 4,8 milhões de desalentados (que desistiram de procurar emprego) e outras 3,3 milhões de pessoas que podem trabalhar, mas, que não têm disponibilidade por algum motivo, como mulheres que deixam o emprego para cuidar os filhos.

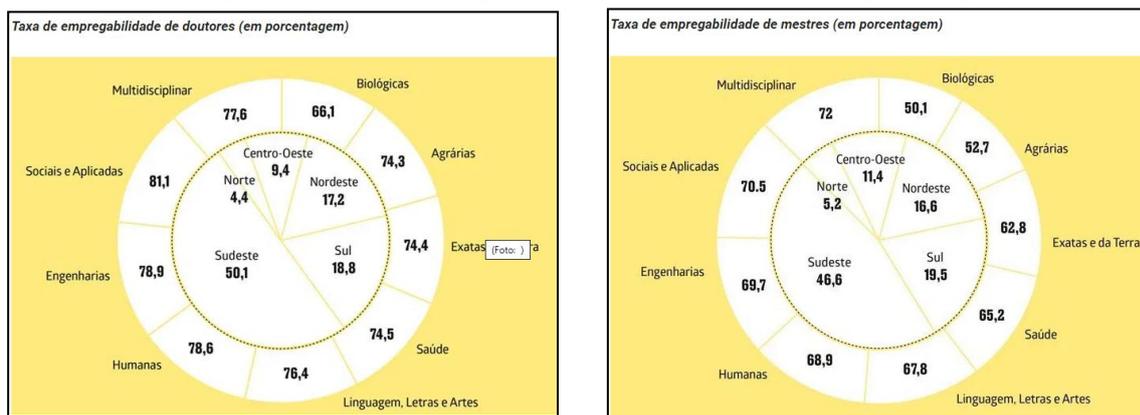
**Gráfico 11** - Majoritariamente os alunos da pós-graduação estão inseridos no mercado de trabalho?



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Na percepção dos coordenadores pesquisados, 67% afirmam que os alunos estão inseridos no mercado de trabalho, sendo que 33% afirmam que os discentes estão fora do mercado de trabalho. Relacionam-se aos dados do gráfico os resultados da pesquisa publicada na Revista Galileu, intitulada “O que você precisa saber sobre a pós-graduação no Brasil” (2017), de autoria de Thiago Tanji. No estudo, o autor afirma que taxa de empregabilidade de mestres e doutores (em porcentagem) variam de acordo com a área de conhecimento escolhida, abaixo a figura esclarece:

**Figura 7** - Taxa de empregabilidade de mestres doutores (em porcentagem).



Fonte: Revista Galileu, 2017.

A figura constatam que áreas do conhecimento como: Ciências Sociais aplicadas (81,1% mestres e 70,5% doutores), Multidisciplinar (77,6 mestres e 72% doutores), Agrárias (74,3% mestres e 52,7% doutores), Engenharias (78,9% mestres e 69,7% doutores), Humanas (78,6% mestres e 68,9% doutores) e Linguagens, Letras e Artes

(76,4% mestres e 67,8% doutores), saúde (74,5% mestres e 65,2% doutores), são as mais cogitadas no quesito de empregabilidade de mestres e doutores.

O que chama atenção na ilustração é a disponibilidade de empregos por região, visto que, na *região Sudeste* 46,6% mestres e 50,1% doutores têm mais possibilidade de empregos, em contrapartida à *Região Norte* que possui apenas 5,2% mestres e 4,4% doutores, onde as chances são baixíssimas, ou seja, são evidentes as assimetrias regionais em nosso País.

É válido esclarecer que pelo conceito de empregabilidade compreende-se pelas: “[...] condições da integração dos sujeitos à realidade atual dos mercados de trabalho e ao poder que possuem de negociar sua própria capacidade de trabalho. (MACHADO, 1998, p.18)”. Corroborando com a discussão Lavinás (2001, p.03), reafirma que empregabilidade são “[...] características individuais do trabalhador capazes de fazer com que possa escapar do desemprego mantendo sua capacidade de obter um emprego”.<sup>13</sup>

Sobre a relação *empregabilidade e pós-graduação*, as falas dos entrevistados revelam-nos:

São docentes da educação básica e superior, mas já há registro de um numero residual de estudantes que ingressam imediatamente após a graduação (SUCUPIRA, 01).

Principalmente no mestrado temos muitos alunos recém-formados (SUCUPIRA, 02).

O mercado na área de computação voltou a aquecer e o valor do salário pago é, em média, 3 vezes o valor de uma bolsa de mestrado (existam casos que isso chega a 10 vezes). Atualmente a proporção é de 3/5 dos alunos do PPGI inseridos no mercado de trabalho (SUCUPIRA, 03).

Uma minoria (SUCUPIRA, 04).

Grande parte de nossos egressos conseguem inserção no mercado antes mesmo da conclusão de seus cursos de mestrado e principalmente de doutorado. (SUCUPIRA, 05).

Em nosso Programa sim, no resto do Brasil não (SUCUPIRA, 05).

As falas variam de acordo com a área do conhecimento. Destaca-se nos discursos o movimento de recém-formados que adentram a graduação na busca por

<sup>13</sup> Para tanto, Helal & Rocha (2011) *apud* Rodrigues (1997, p.228), afirmam que o conceito de empregabilidade, conjugado com outros conceitos mais gerais - como globalização, competitividade e reestruturação industrial - busca consolidar a “construção de uma rede discursivo-conceitual que tenta simultaneamente, por um lado, explicar uma nova etapa do desenvolvimento civilizatório e, por outro lado, facilitar as dores do parto do novo mundo do trabalho”.

continuarem sua escolarização e pela aquisição da “bolsa” de estudo. Os coordenadores entrevistados indicam que o público que adentra aos programas é composto por professores do ensino básico ou são alunos recém-formados que buscam a ascensão social via escolarização.

Ora, sabe-se que no atual estágio do desenvolvimento capitalista

[...] o desemprego é a sua característica dominante. Nessa nova configuração, o sistema capitalista é constituído por uma rede fechada de inter-relações e de interdeterminações por meio da qual agora é impossível encontrar paliativos e soluções parciais ao desemprego em áreas limitadas, em agudo contraste com o período desenvolvimentista do pós-guerra, em que políticos liberais de alguns países privilegiados afirmavam a possibilidade do pleno emprego em uma sociedade livre (MESZÁROS, 2006, p. 31).

Vive-se um tempo de desregulamentação da vida em todas as suas esferas. O processo de agudização da reprodução ampliada num contexto de crise estrutural do capital potencializado pelo ideário (neo)liberal promove modificações deletérias na organização e gestão da classe trabalhadora, visto que “enquanto as crises capitalistas se aprofundam, fazendo-se sentir seus efeitos, o mundo do trabalho (e a forma de ser da classe trabalhadora) se reconfigura e passa a ser marcado pelas determinações desse processo” (TRINDADE, 2017, p. 233) que não mais se constitui em um processo civilizatório, mas, sim, beira a barbárie.

Nessa esteira, indagou-se aos coordenadores participantes sobre a função da pós-graduação na atualidade, num contexto de crise estrutural do capital e de capitalismo flexível. Vejamos o que os discursos a seguir nos revelam:

Pensar e repensar o processo educativo buscando a construção de uma sociedade mais justa e menos desigual (SUCUPIRA, 01).

Se reinventar, ter a capacidade de propor a construção de novos caminhos para a sobrevivência humana. Ousar, se desprender dos autores clássicos e ser capaz de registrar, analisar, descrever fenômenos de forma mais livre sem medo de estar errando (SUCUPIRA, 02).

Como mencionado anteriormente, a função da pós-graduação é gerar conhecimento e riqueza para a sociedade (SUCUPIRA, 03).

Aprimorar e capacitar pessoal para atuar na pesquisa científica e na docência (SUCUPIRA, 04).

Deve ter a mesma função de sempre: formação de jovens qualificados (SUCUPIRA, 05).

Tentar fazer com que os extremistas de direita entendam a necessidade e relevância da pós-graduação para buscarmos um mundo melhor, não economicamente, mais social e culturalmente (SUCUPIRA, 06).

As falas pontuam a necessidade de se valorizar a educação como um processo de formação de sujeitos críticos, livres e autônomos, o que se constitui em uma tarefa hercúlea em uma sociedade perpassada por desigualdades e contradições. Sabe-se que a educação dentro dos marcos do capitalismo tem sua funcionalidade diretamente vinculada para atender às exigências do mercado. Porém, de forma alguma, estamos a ratificar um determinismo econômico quando se discute a relação trabalho e educação. Contudo, a análise deve levar em consideração o desvelar da estrutura e dinâmica da sociedade capitalista e explicitar que em tempos de “acumulação flexível” (HARVEY, 1992) exige-se

[...] um novo tipo de trabalhador: no âmbito desse modo de regulação, a qualificação profissional ganha destaque e passa a ser exigida, como destacamos. Assim, os sujeitos acompanham esse movimento realizando o esforço de, mediante inserção no ensino superior (e não mais no técnico profissionalizante), atender ao perfil profissional solicitado (atributos e qualidades) para ter uma chance, ainda que reduzida, de adentrar no mundo do trabalho (TRINDADE, 2017, p. 236).

Porém, face ao violento processo de crise estrutural as perspectivas de futuro e precarização das condições e relações do trabalho, atreladas à precariedade existencial promove um sentimento de não pertencimento entre os trabalhadores provenientes das modificações na composição orgânica do capital, o que nos leva a argumentar que a cena contemporânea nos apresenta de um lado

[...] a qualificação profissional e as exigências para que o trabalhador se capacite; de outro, o aumento exponencial do desemprego enquanto estratégia do capital em meio a sua crise de valorização do valor vem ocasionando rebatimentos diretos para o grupo de indivíduos que necessitam vender sua força de trabalho para sobreviver e, mais especificamente, para aqueles que se encontram inseridos no exército industrial de reserva, com destaque para o “precariado”. Esses jovens têm vivenciado toda a sorte de desproteção trabalhista e de instabilidade pessoal e profissional (TRINDADE, 2017, p. 242).

Atrele-se a essa assertiva a questão da emergência de novos tipos de relação do trabalho num contexto de reforma trabalhista, que altera profundamente a CLT – Consolidação das Leis Trabalhistas, na busca por flexibilizar o código de trabalho e promover a adoção de relações de trabalhos precarizadas, o aumento de empregos de alta rotatividade e instabilidade no mundo do trabalho. Portanto, se o capital ao se

flexibilizar tornou o trabalho flexível, é lícito afirmar que a classe trabalhadora também sofre modificações na sua morfologia e subjetividade. Diante disso, argumenta-se que no tempo presente, a vida permite que se busque problematizar o precariado, sua “forma” e seus contornos no atual momento do desenvolvimento capitalista.

Com base nesse argumento, buscou-se inquirir aos coordenadores participantes sobre alguns *elementos presentes no perfil dos discentes* dos cursos de pós-graduação. Vejamos os dados: 1. busca por qualificação (50%); 2. Busca de ascensão social (30%); 3. Incipiente formação política (15%); 4. Ausência de projeto de vida (15%). Os dados remete-nos à fala de Alves (2013, p. 202) que alerta sobre a nova camada social do proletariado:

[...] os precariados, onde explica que os jovens “trabalhadores” precários, não tendo acesso à cidadania salarial e sem os benefícios e direitos trabalhistas, encontram-se descolados da sua objetividade e subjetividade, se veem oportunidade na graduação/pós-graduação, por meio da popularização da educação superior, incutindo-lhe um horizonte de expectativa baseado na obtenção do diploma de curso superior, construção de carreira profissional a partir de emprego estável, sonhando com uma falsa proteção social.

É válido esclarecer que tais características são indispensáveis, segundo Alves (2013), para se entender o precariado:

**1. Buscam por qualificação profissional** - utopia educacional da juventude baseada na ideia do capital humano, onde a alta escolaridade seria o lastro do emprego-padrão por tempo indeterminado, perspectiva de carreira profissional e o *ethos* do consumismo.

**2. Não tem expectativa de futuridade** - estranha perda do futuro que os projeta, no plano da contingência, na “presentificação” crônica do metabolismo social do capital. [...] a carência de futuridade expressa por muitos jovens-adultos ‘precários’ expressa com vigor, um elemento de desefetivação do ser genérico do homem, ou seja, uma das principais características do fenômeno do estranhamento.

**3. Estão em busca de ascensão social** - Educação, emprego/carreira e consumo, a implicação subjetiva da juventude construída pelo capitalismo europeu de bem-estar social e reproduzida nas últimas décadas pelo discurso socialdemocrata.

**4. Possuem inserção precária nas relações de trabalho** - Jovens que não conseguem se inserir na cidadania salarial construída pelo Estado de Bem-estar

social. Instaurou-se a era da precarização estrutural do trabalho, com a disseminação de várias modalidades do trabalho precário ao lado do desemprego de massa que atinge principalmente a juventude trabalhadora.

**5. Ausência de um projeto de vida** - não se trata apenas de um problema social (vínculos laborais precários, baixos salários, falta de direitos laborais), mais sim trata-se de um problema existencial que corrói a individualidade pessoal. A precariedade interdita à vida pessoal do sujeito de classe. É alienação/estranhamento na sua dimensão radical.

**6. Desencantamento com a realidade** - O futuro hipotecado é um traço recorrente no discurso de indignação de jovens-adultos que construíram suas individualidades pessoais de classe baseada na perspectiva da carreira e perspectiva de consumo.

Em outras palavras, criou-se uma massa de trabalhadores altamente escolarizados, desempregados e/ou com relações de precárias com pouca expectativa de vida, dentro do contexto da pós-graduação para engrossar o que Marx (1989, p. 731) afirma: “[...] a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção de sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”.

Acredita-se que com a expansão da pós-graduação e a ampliação de programas de pós-graduação no Brasil, o perfil dos alunos do mestrado e doutorado vem se alterando devido às relações estabelecidas pelo capital. É importante salientar que são cada vez mais jovens os sujeitos que adentram esse universo para aumentar sua escolarização. Para tanto, inquirimos aos coordenadores participantes se houve alguma alteração no perfil do aluno de pós-graduação na UFAM. Seguem as falas:

Sim, estamos registrando estudantes oriundos da graduação que não possuem experiência docente. Dois fatores podem explicar. O primeiro a integração da graduação com a pós-graduação e o segundo a redução na oferta de trabalho (SUCUPIRA, 01).

Sim, no doutorado estamos recebendo muitos professores da educação básica considerando a possibilidade de ascensão na carreira docente (SUCUPIRA, 02).

Sim. Os alunos estão mais independentes, tomam iniciativas e expressam opiniões próprias (SUCUPIRA, 04).

Sim, talvez devido ao grande volume de informações e aspectos de nossa economia, percebe-se um claro imediatismo, onde, muitas vezes, os

discentes priorizam os seus respectivos temas de tese ou dissertação, negligenciando os conhecimentos em áreas correlatas (SUCUPIRA, 05).

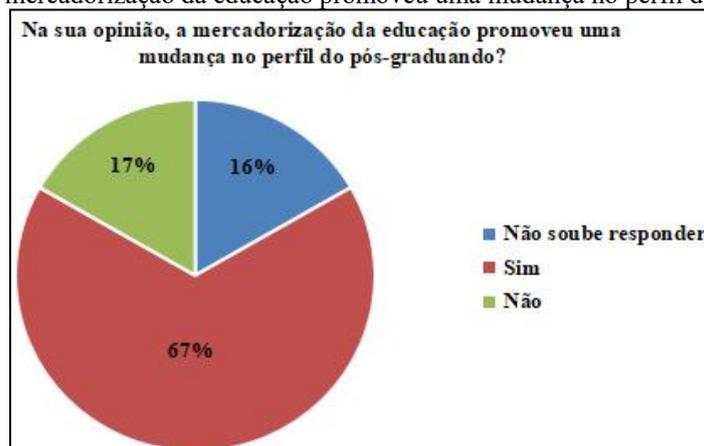
Os discursos não aprofundam as causas que promove mudança no perfil dos discentes dos cursos de pós-graduação, visto que os coordenadores em suas falas oscilam entre uma mudança na forma de conceber a formação com a redução da oferta de trabalho. Argumenta-se que os jovens/adultos veem na pós-graduação a oportunidade de buscar qualificação profissional e ascensão social, porém, a instabilidade presente no mundo do trabalho e a inserção desses sujeitos promove o que Silva e Bardagi (2015, p. 686), utilizando-se de Mattos (2011), afirmam que “[...] a possibilidade de recebimento de uma bolsa de estudos durante as atividades de mestrado e de doutorado pode também ser identificada como fator de decisão para a entrada dos alunos mais jovens na pós-graduação, especialmente no mestrado”, o que pode impactar na forma como esse alunado concebe a pós-graduação, fazendo-o não como forma de uma formação continuada para seu desenvolvimento pessoal e profissional, mas, sim, por ausência de oportunidade no mercado de trabalho.

É interessante considerar que o mercado vem influenciando a juventude a continuar nessa lógica da busca incansável pela sonhada titulação, visto que:

[...] a formação para o trabalho, majoritariamente, evidenciada no alongamento da formação educacional que pode ser entendido como uma forma de mascarar o desemprego, cujos agentes desqualificam e precarizam cada vez mais os processos e conseqüentemente as relações de trabalho. Isso explicita uma forma excludente e altamente sofisticada de seletividade da força de trabalho, já que está se tornando cada vez mais difícil, no sistema do capital, a existência de emprego para grande parte da população (MATTOS, 2011, p. 208)

Isso nos leva a pensar na alta competitividade imposta pelo mercado de trabalho contemporâneo e a precarização de muitos vínculos de trabalho, que vem afetando os jovens diplomados brasileiros. Interessante entendermos que no âmbito da educação superior e com a intensificação da reforma do aparelho do Estado, a lógica estabelecida é o desencadeamento do processo de mercadorização da educação. Em relação a este contexto, questionamos aos coordenadores pesquisados e podemos representar o resultado no gráfico:

**Gráfico 12 - A mercadorização da educação promoveu uma mudança no perfil do pós-graduando?**



Fonte: Pesquisa de campo, 2019.

Depreende-se do gráfico que 67% afirmam que a mercadorização da educação promove mudanças no perfil do discente da pós-graduação, já 17% afirmam que não e 16% não souberam responder. Dando qualidade aos números, as falas expressam:

Sim, a formação também tem carregado essa vertente em sua procura, mas no geral o trabalho formativo tem ajudado a perceber o quão danoso é a mercadorização. Muitas pesquisas chegam a identificar as situações concretas que mascaram e intensificam a mercadorização da educação (SUCUPIRA, 01).

Sim, mas no caso do nosso programa para uma visão positiva. O PPGI tem em média metade de seus alunos oriundos de universidades particulares (SUCUPIRA, 03).

Sim, isso devido à intensificação do trabalho e pelo elevado papel que o docente desempenha na investigação científica (SUCUPIRA, 04).

Sim. Grande contingente de pós-graduados entraram no mercado com pouco ou nenhum conhecimento agregado (SUCUPIRA, 06).

De forma unânime, os coordenadores argumentam que a transmutação da educação superior em mercadoria promove mudanças no perfil do pós-graduado. Um coordenador pesquisado identificou que, para a característica do seu programa, isso é um fator positivo, assim como para o coordenador, Sucupira 02, não existe relação direta a mudança do perfil do alunado com a mercadorização da educação superior e “sim das mudanças na sociedade, nas demandas por ela estabelecidas, no desenvolvimento tecnológico e nas desigualdades que imperam no mundo globalizado”.

Ora, a educação superior inserida na totalidade concreta das relações na sociedade capitalista sofre inflexões das transformações societárias em curso, num contexto de crise estrutural do capital e de neoliberalismo, pois, em tempos de

esgarçamento do tecido social, de ataque frontal ao trabalho, vive-se um momento de precarização estrutural e social, portanto, esse processo de precarização intensa do trabalho leva-nos a ratificar que

O trabalho precário conduz à intensificação do trabalho, porque há uma ameaça sobre os trabalhadores estáveis dos que estão desempregados e que procuram trabalho, e estão dispostos, de certa forma, a aceitar condições salariais e condições de trabalho mais difíceis e mais penosas. Ao mesmo tempo, essa intensificação é também o resultado das novas formas de organização do trabalho e da produção. Trata-se de organizações flexíveis do trabalho e da produção, essenciais para a própria reprodução do sistema de trabalho e de emprego no momento atual (HIRATA, 2011, p.18).

Assim, também na educação esse processo de precarização do trabalho docente, que impacta de forma direta na formação dos discentes dos programas, se consagra a partir do momento que, com a reorganização do sistema de educação sob a égide do projeto neoliberal, em que a mesma para ser tratada como negócios gerenciais, tem-se a perda de um projeto educacional autorreferido, onde a política educacional brasileira passa a ser dependente, ou melhor, um apêndice da economia, com seus humores e flutuações, deixando de lado sua missão e forma de ser. Submetida à lógica do mercado, a educação passa por um processo de desqualificação e de precarização, pois

[...] A liberalização no âmbito da educação superior pública brasileira, intensificada pela reforma do aparelho do Estado e pela institucionalização do ideário neoliberal, desencadeou um processo de mercadorização do ensino superior. Acoplada a medidas de restrição do financiamento público, um dos produtos desse processo de mercadorização foi a queda da qualidade do ensino oferecido pelo Estado no setor em foco (BARBIERI; AZEVEDO, 2016, p. 197).

Helena Hirata (2011, p. 20), apoiando-se em Robert Castel (2003), acerca da passagem do *assalariat* ao *précarariat*, chama atenção para a “fragilização e a vulnerabilidade dos trabalhadores empregados, e não apenas dos excluídos”, demonstrando a necessidade de se discutir e refletir acerca dos contornos que a precariedade do trabalho adquire na atualidade. A autora sinaliza que para além da falta de proteção social e de direitos associados ao emprego, os baixos salários ou o número reduzido de horas de trabalho, apresentam-se como características do trabalho precário, características que atreladas a outras conformam a camada social do precariado, especialmente no que se refere a relação subjetiva entre trabalho e instabilidade dos

*status* (APPAY, 2005) e sentimento vivido de precariedade (LINHART, 2007), por qual passam os jovens/adultos em nossa sociedade.

A discussão acerca da educação superior, da relação entre educação e trabalho que coloca a questão da visibilidade da camada social do precariado, a partir da expansão do ensino superior, tendo como recorte, como campo empírico os egressos dos Programas de Pós-graduação da UFAM, também levanta os desafios para a pós-graduação na cena contemporânea. Desta forma, com base nos discursos dos coordenadores, elencam-se os seguintes desafios:

Publicação dos resultados das pesquisas (SUCUPIRA, 01).

Modernizar, estar atenta as demandas dos diferentes setores que no final da cadeia absorverão esses profissionais. A pós-graduação deverá se aproximar do mercado e produzir parte de seus trabalhos voltados a agenda desses setores. A possibilidade de tornar coletivo o produto da pesquisa (SUCUPIRA, 02).

Manter a motivação. Falta de recursos, falta de reconhecimento, possibilidade de retorno (salário x bolsa) são pontos que tentamos administrar no programa (SUCUPIRA, 03).

Atender as exigências da qualidade das produções científicas dos docentes e discentes, com o elevado custo para publicação em periódicos de alto valor de impacto (SUCUPIRA, 04).

Formação de egressos qualificados para um mercado competitivo e agressivo, cada vez mais difícil em virtude da redução de recursos financeiros (SUCUPIRA, 05).

Sobreviver às mudanças que colocam as humanidades em péssimas condições (SUCUPIRA, 06).

O elenco de desafios versa entre a melhoria do que se é produzido nos programas, com as exigências do mercado. Sabe-se que “o ritmo e as facetas da expansão e internacionalização do Ensino Superior brasileiro expressam bem o movimento de produção e reprodução do capital, na sua forma atual” (SILVA; FERRO; ARRUDA, 2010, p. 10). E esse movimento legitimado pelo discurso do “estado mínimo” faz com que a educação superior seja “profundamente marcada pela manutenção de uma concepção gerencialista de administração (...) no sentido de se buscar uma educação “de resultados” e do caráter regulatório do sistema educacional” (DANTAS; SOUSA JÚNIOR, 2009, p. 14).

Por fim, sintetizando as falas dos coordenadores pesquisados, podem-se relacionar seus discursos com a assertiva de Morosini (2009, p. 125): “entre os

principais desafios da PG estão a expansão com qualidade e sustentabilidade, na qual a internacionalização é marco importante, paralelo a superação da concentração regional e a busca de equilíbrio na perspectiva do trabalho docente entre a produtividade e o substrato da educação”.

Os pressupostos trabalhados no decorrer desses capítulos servem de fundamento e sustentação para o que se discorrerá no próximo capítulo acerca do *precariado* e suas nuances, pois a realidade investigada encontra-se no seio de um país de capitalismo periférico, bem como em uma região de desenvolvimento desigual e descombinado com as demais regiões do país periférico, portanto, os contornos e nuances dessa camada social, bem como da expansão da pós-graduação, apresentarão similaridades, continuidades e rupturas com o conceito que ancora a presente tese.

“O real não está no início nem no fim, ele se mostra pra gente é no meio da travessia...”

João Guimarães Rosa (1956)

# Capítulo 3



### Capítulo 3 - ENTRA EM CENA O PRECARIADO: a visibilidade desse conceito a partir dos Programas de Pós-graduação da UFAM

O precariado é a multidão da era do capitalismo global, do capitalismo flexível que marca as últimas décadas do século XX, adentrando ao século XXI com flexibilidade desdobrada, a assumir novas proporções, intensidade e amplitude.

Alba Maria Pinho de Carvalho (2014)

O trabalho está em mutação. A classe trabalhadora encontra-se em mutação. O mundo do trabalho passa por mudanças profundas. As certezas se desmontam. O reino agora é das incertezas, da fluidez, do efêmero, onde se institui a “*cultura do descartável*, a espriar-se na vida social, reconfigurando as formas de sociabilidades contemporâneas: descartabilidade de objetos, de relações, de pessoas e, especificamente, de homens e mulheres trabalhadores (as)” (CARVALHO, 2014, p. 227).

A “era informacional”, a revolução da informática, da comunicação sob o toque do capital, em tempos neoliberais, transforma todas as esferas da vida social.

Com base nesse pressuposto é que irá se discorrer acerca da visibilidade do *precariado* em tempos de capitalismo neoliberal, flexível e manipulatório. Por isso, que ao desfiar esse conceito constitui em *contradição viva*, se indaga: como classe trabalhadora, somos todos *precariados*? Como relacionar esse conceito com a expansão do ensino superior, em especial com a pós-graduação?

Se as promessas civilizatórias do capital na atualidade colocam em xeque certezas e seguranças, pois, ser “precário, neste mundo flexível, instável, marcado pela liquidez e pela radical insegurança, é ter um futuro continuamente hipotecado, com a impossibilidade de fazer planos, vivendo imerso no dia-a-dia, no aqui e no agora, quase no hora-a-hora” (ALVES, 2012 p. 30). Nota-se que, para o autor, o tempo atual do desenvolvimento das forças produtivas em um contexto de crise estrutural e de projeto neoliberal faz emergir, ou melhor, dá visibilidade ao *precariado* que se constitui na “contradição radical entre desenvolvimento das forças produtivas e irrealização estrutural das promessas civilizatórias do capital” (ALVES, 2013, p. 196).

Talvez, por isso, que o autor argumente que as universidades se constituem em “laboratórios” do *precariado*, pois, as mesmas “formam, todo ano, milhares de novos trabalhadores assalariados dispostos a se inserirem no novo mercado de trabalho e nos

novos locais de trabalho reestruturados, são incubadoras do precariado” (ALVES, 2013, p. 244). Afirmção forte, que nos remete a inúmeras ilações e reflexões em tempos de mudanças profundas e mutaões significativas na materialidade e subjetividade da classe trabalhadora.

Os argumentos expostos irão ser adensados a partir dos tópicos presentes no corpo deste capítulo aprofundando nos contornos do conceito *precariado* no mundo e no Brasil, suas particularidades e especificidades de acordo com a força econômica, social e política de cada Estado Nação. Posteriormente, irá se discorrer a relação trabalho assalariado e educação para demonstrar a relação com a visibilidade do conceito precariado na cena contemporânea. Finalizando, a partir da realidade pesquisada, no estado do Amazonas, característica do *precariado* devido ao processo expansionista da educação superior em nosso país.

### **3.1 Somos todos precariados? Desafiando suas nuances e formas no mundo e no Brasil**

Falar do conceito *precariado* não se trata de modismo ou de decretar o fim do trabalho. O debate acerca da camada do *precariado* perpassa por um desenrolar histórico, discuti-lo nos remete a compreensão do real, do concreto, ou seja, do *trabalho*, *precarização* e suas *metamorfoses*, uma vez que argumentações críticas são necessárias para compreender a corrosão das condições de trabalho. Desta forma, é indispensável realizarmos as aproximações das novas configurações da classe trabalhadora com o conceito do *precariado* na cena contemporânea.

O *trabalho* está em mutação, seu metabolismo acompanha as transformações impostas pelo capital, nota-se um processo de desumanização das relações sociais. Mézáros (2009) afirma que o sistema sociometabólico do capital necessita de pré-condições para se reproduzir dentro de seu modo de operação, expansão e acumulação. Para tanto, os limites da expansão levam o sistema às contradições e crises, onde todo o processo passa a ser controlado dentro da lógica da valorização do capital, isto é, desumanizando as relações sociais vitais.

Logo, o trabalho como atividade vital, perdeu sua especificidade e tornou-se alienado. Marx (1977, p. 83) afirma que o homem ao vender a “força de trabalho é, pois, uma mercadoria, [...] vende em leilão oito, dez, doze, quinze horas da sua vida, dia após dia o operário vende a si mesmo, pedaço a pedaço, passa a ser objeto do capital”, na

forma assalariada. Como se pode verificar trata-se da subsunção do trabalho pelo capital. Nas palavras de Mészáros (2009, p. 48): “o trabalho é corroído e precarizado em função da incontrolável produção e consumo supérfluos, que impulsionam a destruição da natureza em escala global”. O autor adverte que existem dois desafios a serem enfrentados:

Primeiro, [...] nenhum setor do trabalho está imune à miséria desumana do desemprego e do “trabalho temporário” (*causalisation*). Na verdade, o “trabalho temporário” é chamado, em algumas línguas, de “precarização”, apesar de, na maioria dos casos, seu significado ser tendenciosamente deturpado como “emprego flexível”. Segundo, [...] diz respeito a um problema de ordem estrutural, insuperável para o capital. É inimaginável que a esquerda consiga desenvolver uma estratégia viável para o futuro dos trabalhadores sem dar um lugar central à essência do problema e do “trabalho temporário” (MÉSZÁROS, 2006 p. 27).

Mészáros (2006), afirma que tais desafios promovem uma discussão, no que concerne ao trabalho precarizado, ou melhor, as modalidades de precarização do trabalho e, nessa nova conjuntura, denominada de *acumulação flexível* (Harvey, 1999)<sup>14</sup>, onde o capitalismo se desenvolveu e afetou diretamente a classe trabalhadora, impondo-lhes medidas de precarização, fruto de um conjunto de fatores econômicos, políticos e sociais, que alterou o sistema sociometabólico do capital.

Aprofundar a discussão no quesito precarização impulsiona-nos a responder: Como essa nova roupagem do capital conseguiu desmontar um sistema de proteções e garantias vinculadas ao emprego em uma sociedade salarial?

Robert Castel (1996, p. 243-244) parte da compreensão de três pontos para nos levar a tal reflexão:

1. A primeira [...] o que poderia chamar de processo de transformação do trabalho em emprego, em emprego protegido ou emprego com *status*, [...] inovação que se deu a partir do fim do século XIX, conduzido como uma forma de compromisso social, como se dizia no início da década de 70, [...] países como a França, em países europeus, a que ponto o trabalho, e em particular o trabalho assalariado, foi sempre uma condição, ao mesmo tempo, íntima e miserável. [...] Sociedade salarial, sobretudo uma sociedade na qual a maioria dos sujeitos sociais tem sua inserção social relacionada ao lugar que ocupam no salariado, ou seja, não somente sua renda, mas, também o *status*, sua proteção, sua identidade.

<sup>14</sup> O capitalismo contemporâneo tem sua origem na busca por superar uma conjuntura de crise de outro padrão de desenvolvimento capitalista, marcado pelo fordismo e por um regime de regulação cuja experiência mais complexa se deu nos países que conseguiram implementar um estado de bem-estar, experiência que nem mesmo na Europa se generalizou. Ler: DRUCK. G. **Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios?** Cad. CRH [online]. 2011, v. 24, n.spe1, p. 37-57. ISSN 0103-4979. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>. Acesso em: 20 de fev. 2019.

2. A segunda questão [...] a internacionalização do mercado, a mundialização, as exigências crescentes da concorrência e da competitividade, passando o trabalho a ser o alvo principal de dois tipos de redução de custos. [...] flexibilização é a palavra-chave que traduz essas exigências, flexibilização interna à empresa que impõe a adaptabilidade da mão-de-obra a essas situações novas e que, evidentemente, expulsa os que não são capazes de se prestar a essas novas regras do jogo. É, também, a flexibilidade externa que conduz a subcontratar fora da grande empresa uma parte das tarefas, mas, em geral, sob condições mais precárias, menos protegidas e com menos direitos.

3. A terceira questão [...] diante desses novos dados a essa nova configuração da questão social: que futuro poderemos prever? É possível se desenhar algumas eventualidades e tentar avaliar os riscos. A *primeira* eventualidade, no pior cenário, é a continuidade da ruptura entre trabalho e proteção, a remercantilização completa do trabalho ou o triunfo completo do mercado, [...] o que seria, creio eu, o triunfo da globalização; Uma *segunda* eventualidade consiste em tentar controlar, na margem, o processo de desagregação da sociedade salarial; A *terceira* eventualidade ou tentativa de resposta: situando o nó da questão social atual, pode ser interpretado como um enfraquecimento do suporte salarial. Entendo por suporte salarial não apenas o salário, mas as proteções ligadas ao trabalho; A *quarta* perspectiva [...] O trabalho estaria em vias de desaparecimento, o fim do trabalho, o fim da sociedade salarial, [...] defendendo a posição de que não podemos abandonar a questão do trabalho.

Castel (1996) respondendo a indagação trouxe-nos pontos para a compreensão da crise estrutural em curso. O capital aproveitando-se da crise instaurada, exigiu adaptação de uma nova mão de obra, mais flexível e com menos regalias, desestabilizando a sociedade salarial, concretizando, assim, o que Marx (1984, p. 210) previu “[...] acumulação da riqueza num polo e [...] a acumulação da miséria de outro, tormento de trabalho, escravidão, ignorância, brutalização e degradação moral no polo oposto”. Tal processo gera novas modalidades de trabalhos precarizados, pois tende ao desmonte do sistema de proteção e garantias, colocando em risco a vida humana, vinculadas a sociedade salarial.

Sem o *status* advindo do pacto social dos tempos áureos do *Welfare State*, o trabalhador se vê destituído de segurança, proteção, direitos, bem como sem benefícios e vantagens sociais. Ou seja, uma sociedade que antes garantia “uma forma nova de seguridade, a possibilidade de controlar o futuro porque o presente é estável” (CASTEL, 1996), agora é uma sociedade da fluidez. Seria um retorno aos tempos das velhas *Poor Law*?

As novas configurações da mundialização do capital legitimado pelo ideário neoliberal, da reestruturação produtiva em conjunto com alterações na organização e

gestão do trabalho, tendo como base o modelo de produção, a chamada *acumulação flexível*, promove um processo de alterações profundas na sociedade contemporânea.

Corroborado com a assertiva, Antunes (2003) afirma que:

[...] As formas mais estáveis de emprego, herdadas do fordismo, foram desmontadas e substituídas pelas formas flexibilizadas, terceirizadas, do que resultou um mundo do trabalho totalmente desregulamentado, um desemprego maciço, além da implantação de reformas legislativas nas relações entre capital e trabalho (ANTUNES, 2001, p. 76).

O sistema capitalista utiliza-se da força de trabalho transformada em mercadoria, submetido às regras de valor em benefício do capital, com o caráter essencialmente lucrativo, que atinge a classe trabalhadora, que sofre com a precarização de suas condições de vida e de trabalho (VALENCIA, 2016). Destaca-se que a intenção do capital é manter um exército de reserva para, deste modo, enxugar os direitos, aumentar a exploração, lucratividade e concorrência entre a classe trabalhadora.

Sendo a precarização do trabalho inerente aos fundamentos do capitalismo, defende-se que em tempos de modelo de produção toyotista, de automação flexível, na perspectiva de atender as necessidades do mercado, urge a necessidade de “[...] substituir rigidez por flexibilização propicia a abertura de um campo favorável às mudanças [...] um processo social de integração em novas regras que atinge empresas, estados, países e, principalmente, os direitos dos trabalhadores” (OLIVEIRA, 2006, p. 37).

Dito de outra forma: com o esgotamento do fôlego reprodutivo do sistema fordista-taylorista, bem como do ideário keynesiano, promoveu-se um processo de reestruturação produtiva, num contexto de crise, que suscitou a emergência de um novo modelo de produção, contrário a rigidez fordista. Instaure-se o reinado da flexibilização: flexibilização dos mercados, da produção e do trabalho.

Tais mudanças afetam a classe trabalhadora, pois a passagem para essa nova forma de regime de acumulação é acompanhada pela desregulamentação dos direitos advindos da sociedade salarial, que se perderam dentro do movimento da crise estrutural do capital. Nesse jogo, o trabalhador é introduzido ao trabalho em sua forma mais precária, visto que a

[...] primeira instância, um estado de tensão nos sujeitos que veem seus direitos trabalhistas e sociais perdidos e se enfrentam, ao mesmo tempo, à crua realidade de escassez e da competição por postos de trabalho de qualquer tipo, além, obviamente, de se enfrentar a um futuro incerto e cheio de interrogações que cria problemas de saúde mental, sem

mencionar o incremento dos acidentes de trabalho. [...] esses trabalhadores e trabalhadoras acabam conseguindo, caso tenham sorte, um quase-emprego insuficiente e precário que lhes proporciona uma renda exígua para satisfazer apenas parcialmente suas necessidades e as de sua família (VALENCIA, 2016, p. 7).

A assertiva de Valencia é forte e ganha veracidade quando analisamos o cenário atual. Desse feita, a precarização do homem por meio do capital, gera a insegurança que se expressa nos dizeres de Andrade (2017, p. 47) pela: “[...] destruição de empregos em pleno processo de expansão capitalista. [...] Redução da estabilidade no emprego, bem como nas formas duais de contratação, desembocando na crise de representação sindical”.

Marx (1989, p. 731) ensinou de forma veemente que a “[...] a acumulação capitalista sempre produz, uma população trabalhadora supérflua relativamente, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente”. Tal máxima do autor é comprovada ao longo do desenvolvimento da sociedade capitalista, reafirmada nas inúmeras crises que permeiam essa sociedade na atual quadra da história, gerando assim, a *crise estrutural* do capital e ao desemprego estrutural.

Sobre a flexibilização no mundo do trabalho, Standing (2015, p. 22) exemplifica as dimensões da flexibilidade;

1) flexibilidade salarial significa ajustar os salários sempre para baixo; 2) flexibilidade de vínculo empregatício significava alterar os níveis de emprego, redução de segurança e proteção no emprego; 3) flexibilidade do emprego significa mover continuamente o funcionário dentro da empresa a custo mínimos; 4) flexibilidade de habilidade significa ser capaz de ajustar facilmente as competências dos trabalhadores.

A flexibilização está ligada ao que Castel (1998, p. 526) afirma: “[...] a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico econômicas da evolução do capitalismo moderno”. Dimensões essas que afetaram o mundo a partir dos idos da década de 1970 por conta do declínio do estado de bem-estar social e que se acentuou nos anos 2000.

Importa ratificar que o desmonte do Estado de bem-estar social se potencializa com a instauração de um novo padrão tecnológico com ênfase na microeletrônica e na robótica. E isso propiciou a derrocada de um Estado forte, interventor, regulador da economia fundado nas ideias de Keynes para que emergisse um Estado mínimo, flexível,

fundado nas ideias neoliberais. Instaure-se o reino do estado mínimo e a da supremacia do capital.

É a partir desse recorte histórico que emerge a discussão do *precariado* e suas nuances. Vários intelectuais vêm se debruçando na construção desse conceito, na busca por responder quem é o *precariado*, como se compõem, se organizam e quais suas características nas diversas áreas do mundo. Para tanto, o desafio é desenharmos os contornos do *precariado* no mundo e no Brasil, para assim, respondermos a inquietação: Somos todos *precariados*?

Robert Castel (2003) retratou a questão do *precariado* a partir da passagem de uma sociedade salarial, nível de estabilidade, para uma sociedade permeada por momento de precariedade, ou seja, relações precárias advindas do sistema corroído e fragmentado formado pelos *précariat*. A passagem para uma condição de vida estável, para uma vida precária de condições salariais, de seguridade social, mesmo que seja uma seguridade ainda estável, não permite ao trabalhador a viver em condições dignas,

A situação atual é marcada pela desestruturação da condição salarial. O desemprego em massa, a instabilidade das situações de trabalho, o trabalho precário e o dismantelamento da proteção social criam novas categorias de pessoas: os supranumerários, os inempregáveis, os desfiliaados, desvalidados, dissociados, desqualificados, os supérfluos (...) os inúteis para o mundo (CASTEL, 1998, p. 21).

Sabemos que o estudo de Castel (1998) funda-se em uma análise da sociedade francesa. Assim, para esse autor, a crise que assolou a França nos anos de 1970, provocou um fenômeno que teve consequências no mundo do trabalho e gerou a perda da coesão do tecido social, provocando o desemprego em massa, ou seja, faz emergir na estratificação da classe trabalhadora, os inempregáveis ou empregados de modo precário. Têm-se aí, o cerne do que o autor chama de a “nova questão social”.

A “nova questão social”, compreendida pelo binômio desemprego e precarização, que possuía em seu desenho três aspectos:

**Quadro 25** - Composição da nova Questão Social.

Aspectos	Conceitos	Dados 2019 - França <sup>15</sup>
a) Desestabilização dos estáveis.	Ou seja, a ameaça de desintegração de parcelas da classe operária que se achavam solidamente integradas e dos assalariados de classe média;	✓ Taxa de desemprego: 8.80% ✓ População empregada: 28.184,20 ✓ População desempregada: 34.19,20 ✓ Taxa de emprego: 66.10%
b) Instalação da precariedade.	Através do crescimento do desemprego contínuo e recorrente e da mudança na lógica de oferta dos postos de trabalho, que são agora cada vez mais temporários;	✓ Taxa de desemprego de longa duração: 3.40% ✓ Taxa de desemprego de jovens: 210.10%
c) Déficit de lugares.	Determinado pelo crescimento do desemprego e da precarização e significa que, simplesmente, há uma ausência ou uma falta de “lugares ocupáveis na estrutura social”, que possam trazer ao agente social perspectivas de integração devida exatamente à utilidade social do que está realizando.	✓ Salários dos trabalhadores pouco qualificados: 1.610,00 ✓ Salários dos trabalhadores altamente qualificados: 3.120,00

**Fonte:** Adaptação da autora da obra de CASTEL, Robert. *As metamorfoses da questão social*. Petrópolis, Vozes, 1998.

O quadro faz um recorte para o momento atual em que vive a França, visto que, Castel utilizou a Europa como pano de fundo para explicar sua tese. O que se nota são dados retirados da realidade contemporânea, que retratam números de desempregados e subempregados em níveis altos na Europa, em específico na França. A partir do entendimento de Castel (1998), os aspectos que rondam a “nova questão social” ferem justamente um grupo de pessoas que estão vivenciando os agravos do novo modo de reprodução do capital, ou seja, um fenômeno que assola o mundo do trabalho, entendido pelo autor como, *desfiliação*, precariedade no trabalho e a generalização do desemprego são eles: “desempregados por longo período, moradores de subúrbios pobres, beneficiários da renda mínima, vítimas das readaptações industriais, jovens a procura de empregos e que passam de estágio em estágio, de pequenos trabalhos a ocupações provisórias [...]” (CASTEL, 1998 p. 23).

Nesse ponto da discussão, convida-se Standing (2015), com o livro *O precariado, a nova classe perigosa*, esclarecer a construção, desenvolvimento e percepção do *precariado* nos limites do mundo, com inquietações profundas como: Quem é? Por que está crescendo? Para onde está indo? O autor inicia desenhando “precariado” a partir dos anos de 1970, tendo como contexto a crise da época, que trazia elementos para o aparecimento e composição dessa camada, vista como uma “nova classe social”, e seu resultado advém de um

<sup>15</sup> *Trading Economics* fornece aos seus usuários informações precisas para 196 países, incluindo dados históricos para mais de 20 milhões de indicadores econômicos, taxas de câmbio, índices do mercado de ações, rendimentos de títulos do governo e preços de *commodities*. Disponível em: <https://pt.tradingeconomics.com/france/unemployment-rate>. Acesso em: 25 fev. 2019.

[...] “precariado” global, que consiste em muitos milhões de pessoas ao redor do mundo sem uma âncora de estabilidade. Eles estão se tornando uma nova classe perigosa. São propensos a ouvir vozes desagradáveis e a usar seus votos e seu dinheiro para dar a essas vozes uma plataforma política de crescente influência. O verdadeiro sucesso da agenda “neoliberal”, aceita em maior ou menor grau por todos os tipos de governos, criou um monstro político incipiente. É necessário agir antes que o monstro ganhe vida (STANDING, 2015 p. 11).

O crescimento do *precariado* dentro da ótica do autor vem amadurecendo dentro do cenário de desenvolvimento da crise, que lança uma fumaça sobre o futuro dos milhões de pessoas que se encontram desamparados pelo sistema, desacreditados e propensos a fazerem escolhas extremas. Em termos gerais, para Guy Standing o *precariado* se encaixa em uma pirâmide de sete grupos distintos:

1. **Elite** - que consiste em um minúsculo número de cidadãos globais absurdamente ricos governando o universo, com seus bilhões de dólares, listados na Forbes como pessoas de prestígio, capazes de influenciar os governos em todos os lugares;

2. **Assalariados** - que ainda ocupam emprego estável de tempo integral, sendo que alguns esperam passar para a elite, mas a maioria apenas aprecia os sinais simbólicos de sua espécie, com pensões, férias pagas e benefícios da empresa, muitas vezes subsidiados pelo Estado. [...] estão concentrados em grandes corporações, agências governamentais e na administração pública, incluindo os serviços públicos;

3. **Proficians** (*Professional/técnico*) estão ao lado dos assalariados, grupo menor, [...] quem detém um conjunto de habilidades que pode ser vendidas, recebendo altos rendimentos em contrato, como consultores ou trabalhadores autônomos;

4. **Yeomen** - pequenos proprietários de terras com direitos políticos;

5. **Squire** - nobres rurais;

6. **Classe trabalhadora** - trabalhadores industriais que integravam os movimentos trabalhistas se retraíram e perderam seu sentido de solidariedade social;

7. **Precariados** - flanqueado por um exército de desempregados e um grupo separado de pessoas hostis socialmente desajustadas, vivendo à custa da escória da sociedade (STANDING, 2015 p. 11).

Standing (2015), a partir da estratificação, caracterizou o *precariado*, o mesmo não possui poder de barganha e se tornou um *sui generis*, são pessoas desprovidas de garantias e seguranças, como visto na sociedade salarial, com renda precária, sem futuridade, sem identidade, “[...] considerando a imagem do “nômade urbano” mais

tarde, bem como relacionada imagem de habitante” (STANDING, 2015 p. 31), ou seja, estrangeiros dentro de seus países, porém, sem direitos plenos de cidadania.

Entender a composição do *precariado* em Standing (2015) é compreender a crise imposta pelo novo modelo de acumulação, visto que, está baseada em competitividade, meritocracia e flexibilidade. Elementos que colocados em movimento em prol do “deus mercado” altera a materialidade e subjetividade da classe trabalhadora, forjada no período do binômio fordista-keynesiano, fazendo emergir o *precariado* como uma camada da estratificação social da classe trabalhadora que de forma acrítica e apolítica deve responder prontamente aos ditames do mercado e adaptar-se as suas metamorfoses.

Podemos inferir com base nos autores que discutem essa temática que o número de pessoas que vivem em situações próximas ao que se entende por *precariado* é alarmante. Ancorando-se em Standing (2015, p. 51-83) elencam-se alguns fatores, quais sejam:

1. **Transformação global:** a economia mundial nos anos 1970 e a crise que afetou grandes empresas e forçou novos rumos ao sistema, nesse período a produtividade econômica dos países industriais se tornaram *rentistas* e os salários declinaram.

2. **Surgimento da *Chíndia*:** a globalização dos mercados e da economia fez com que aumentasse o número de empregos em 1,5 bilhões, alterando substancialmente o valor do salário, enfraquecendo e manipulando a classe trabalhadora com estratégias para desarticulação do movimento. Tal globalização contribuiu com o fosso da desigualdade global, “[...] Os baixos salários e a intensidade do trabalho (incluindo 36 horas extras por mês) que tardiamente, chamaram a atenção mundial por um dilúvio de suicídio em 2009 e 2010, forçaram as empresas em todos os lugares a tentar competir cortando salários e optando pelo emprego flexível” (STANDING, 2015, p. 53).

3. **Mercadorização da empresa:** isso significa que as companhias se tornaram mercadoria a ponto de serem compradas e vendidas mediante fusões e aquisições, tal *frenesi* com que as empresas são negociadas, divididas e reorganizadas é uma característica do capitalismo global. Esse processo permitiu que introduzissem salários relacionados ao desempenho, promoção com base na competência e na idade, busca por acionistas e contratação de funcionários com experiência. Ou seja, empresas sendo orquestradas pelo capital financeiro, proprietários, acionistas e não mais administradores. Tal mercadorização tornou a vida dos trabalhadores insegura, aumentando a taxa de desemprego e flexibilizando as relações trabalhistas, por meio da realocação e terceirização.

**4. Flexibilização numérica:** exprime as novas formas de empregos atípicos e fora do padrão, ou seja, empregos temporários com custos baixos, emprego de tempo parcial, terceirização e realocação de negócios para outros países (*offshoring*) e a flexibilidade funcional, ou seja, crescimento de trabalho à distância, os chamados “perfis móveis”. É válido esclarecer que o processo utilizado para essas novas formas de empregos é o *just-in-time*, quanto maior a flexibilidade no emprego, menor os custos e estoque da produção, ou seja, essa é a essência do sistema. Tudo isso leva ao dismantelamento profissional, onde o trabalhador não consegue desenvolver suas capacidades profissionais, levando-os a autorregulação profissional, onde as profissões são estratificadas e submetidas aos fluxos e influxos do mercado.

**5. Desemprego precário:** esse elemento decorre de fatores econômicos e estruturais, visto que o sistema de benefícios entrou em colapso em alguns países, não suportando o contingente de desempregados. No sistema neoliberal, esse fenômeno é de responsabilidade individual, onde cada indivíduo deve estar ou não “empregável” buscando, assim, habilidades e competências para se manter, sendo apenas dele a culpa por seus fracassos no quesito empregabilidade. Lembrando que, em diversos países, o seguro-desemprego foi reduzido ou cortado, tendo como base a estrutura de recolhimento individual. O desemprego precário leva o indivíduo a experimentar as formas de terceirização e suas múltiplas formas de estranhamento com o mercado.

**6. Armadilhas da precariedade:** o mercado de trabalho baseado em trabalhos precários está produzindo milhares de indivíduos sem possibilidade de empregabilidade, visto que, para se incluir no mercado de trabalho é necessário um investimento mínimo de tempo, vestuário, treinamento (custos de operação) e, muitas vezes, são inseridos em empregos temporários e mal remunerados, que os levam a gastar mais do que ganham. Várias são as armadilhas da precariedade: doenças, dívidas, consumo de entorpecentes, pequenos crimes etc., tudo em um pacote de insegurança e falta de dignidade que levam os indivíduos a uma exposição sem fim. O choque financeiro abala as estruturas dos desempregados e/ou empregados temporários, os cortes de empregos, licenças sem remuneração, folgas e horas extras não pagas levam os trabalhadores a uma situação dramática.

**7. O dismantelamento do setor público:** o setor público sempre foi entendido como o sonho do emprego estável com direitos e benefícios, os funcionários tinham garantias de vínculo empregatício e segurança no trabalho, bem como assistência

médica, pensões, entre outros subsídios. Atualmente, o setor público tornou-se alvo da flexibilização por meio da cartilha neoliberal que contém: privatizações, comercializações de serviços públicos, terceirização com contrato de trabalhos precários, cortes de salários, estímulo fiscal e ditos *deficits* públicos, com cortes de gastos públicos orçamentais que atinge efetivamente o setor social. O funcionalismo público vem sofrendo ataques violentos contra suas pensões, congelamento de salários, condições de trabalhos dignos e diminuição considerável de concurso público. Vale destacar, que tal desmantelamento se dá também devido a transferência de serviços públicos para a sociedade civil ou as chamadas organizações não governamentais (ONGs), ou seja, reduzir o Estado e aumentar a Sociedade.

8. **O estado de subsídio:** devido a globalização, a expansão do subsídio, o capital por meio de “benefícios fiscais”, “isenções fiscais” e “créditos fiscais”, encontrou o caminho para continuar se metamorfoseando. Os regimes de subversão, o chamando protecionismo de subsídios, estão sendo utilizados como apoio do Estado às grandes empresas ou setores que estão em processo de reestruturação, visando, assim, estimular o crescimento e garantir a lucratividade preservando a produtividade, gerando empregos precários e mal pagos, onde se exige o congelamento de salários e remoção de direitos.

9. **A economia das sombras:** em outras palavras o mercado informal, onde o *precariado* se esconde na exploração e opressão, onde o trabalhador não consegue se legitimar e o trabalho paralelo toma espaço; onde é caracterizado com contratos informais, empregos de tempo parcial e temporários e trabalho paralelo. O declínio da mobilidade social e a estratificação do processo de trabalho produziu uma desigualdade jamais vista, o trabalhador perdeu espaço, mobilidade e reconhecimento.

Os fatores acima relacionados perfazem o desenho do cenário contemporâneo em que o *precariado* orbita. A vivência um novo tempo nos desmontes dos direitos sociais, a quebra do pacto social e implantação do trabalho flexível em troca de uma ilusão de empregabilidade sem benefício ou direito, o que sobra aos trabalhadores é insegurança que rodeia essa camada social e que, devido ao cenário exposto, passa a ter visibilidade: o *precariado*.

Perceber-se que tal camada está crescendo e se avolumando, a pergunta que nos inquieta é: quem ingressa no *precariado*? Guy Standing (2015) faz um recorte demográfico sobre essa camada, onde ele a classifica em grupos comparando-os,

mulheres *versus* homens, jovens *versus* idosos. Vejamos como o autor expõe seu pensamento:

**Quadro 26** - Características do precariado, segundo Guy Standing.

Classificação	1º Grupo	2º Grupo	3º Grupo	4º Grupo
<b>Grinners</b> (Sorridentes)	São jovens estudantes e mochileiros viajantes, felizes por ocuparem empregos informais, sem futuro em longo prazo;	Entre os mais velhos, os <i>grinners</i> são aquele que recebem pensão adequada e cobertura de assistência médica, que podem fazer trabalhos casuais pelo prazer da atividade, ou para ganhar um extra;	Entre as mulheres, as <i>grinners</i> são aquelas cujos cônjuges são assalariados, que podem traçar um trabalho como atividade secundária;	Entre os homens os <i>grinners</i> incluem aqueles cujos cônjuges ganham um salário razoável;
<b>Groaners</b> (Gemedores)	São aqueles que não puderam entrar no mercado de trabalho pelo aprendizado de um ofício ou equivalente, ou por competirem com idosos “mais baratos” sem necessidades de benefícios corporativos.	Os <i>groaners</i> são aqueles que não têm pensão e encaram a competição com mais jovens mais enérgicos e idosos menos necessitados.	As <i>groaners</i> incluem solteiras que sustentam a família e aquelas que enfrentam a carga tripla de ter de cuidar de filhos, parentes idosos e ainda ter um trabalho pago.	Os <i>groaners</i> incluem os solteiros capazes de obter apenas um emprego precariado.

Fonte: Adaptado pela autora da obra: “O precariado: a nova classe perigosa (2015)”.

Para o autor, o *precariado* se caracteriza dentro das perspectivas de grupos como os mencionados acima, visto que estão demograficamente espalhados pelo mundo. Os dados comprovam que em várias partes do mundo o emprego é evidentemente precarizado:

No **Reino Unido**, mais de 41% das mulheres empregadas estão em empregos de tempo parcial, que pagam muito menos por hora que os empregos em tempo integral. [...] na **Alemanha**, como na **França** as mulheres constituem 80% de todos os empregados em tempo parcial, elas recebem um quarto menos que os homens. Nos **Estados Unidos**, a proporção de homens empregados caiu para menos de 70% em 2009. Em 2010, um em cada homem americano com idade entre 25 e 55 estava desempregado (STANDING, 2015 p.103-104).

À medida que as mutações no mundo do trabalho se expandem o *precariado* cresce, pois os empregos da forma como eram concebidos e realizados nos países que vivenciaram os regimes de bem-estar social desaparecem em consequência da precariedade laboral, cujos fatores são inúmeros: falta ou incipiente escolarização, empregos temporários, falta de expectativa de vida, ausência de reciprocidade intergeracional, intensificação da vulnerabilidade social e da pobreza.

Destarte, quando nos debruçamos sobre a situação entre os jovens verifica-se que isso se agrava, visto que: “[...] no Japão, onde a média anual de ganhos dos trabalhadores com idade em torno de 20 anos caiu 14% entre 1997 e 2008, [...] em 2010 descobriu-se que 56% dos trabalhadores empregados com idade de 16 a 34 anos precisam de uma segunda fonte de renda para ajudar nas despesas básicas de subsistência” (STANDING, 2015 p. 107).

Standing (2015) afirma que a juventude é o núcleo do *precariado* e seu ápice se deu nos meados da década de 1960, com a chamado *baby boomers*, um período onde houve uma explosão populacional. Estes filhos de classe operária tiveram acesso à educação, preços acessíveis, pensões e aposentadorias de seus pais, dando-lhes a oportunidade de acesso ao estado de bem-estar, que durou tempo suficiente para ser sentido nos dias atuais.

Hoje, os jovens da geração X e Y, ou seja, os nascidos a partir da década de 1980 vivem um dilema de uma geração: sem *status*, orgulho e estabilidade. E veem na educação a possibilidade de entrada no mundo do trabalho, porém, a educação cada vez mercantilizada se tornou um investimento de valor mediano e, muitas vezes, sem o retorno desejado, sem suprir a expectativa de futuro desses sujeitos. Standing (2015, p.116-123) afirma que

[...] na **Alemanha** em 2015, mais de um terço dos graduados estavam desempregados um ano depois de se formar, [...] na **China** em 2006 mais de um milhão dos alunos graduados a cada ano se tornam desempregados ao deixarem a universidade. [...] Em 2010, o desemprego dos jovens (com idade 16 a 24 anos) na Espanha foi mais de 40%, na Irlanda, 28%, na Itália, 27%, na Grécia, 25%. A taxa de desemprego entre os adolescentes norte-americanos era desconcertantes 52%. Em todo o mundo, o número de jovens que saíram da força de trabalho era três vezes maior do que o número de adultos.

Tais números permite-nos ratificar que a grande armadilha para o *precariado* é composta por três ingredientes: *precariedade*, *educação mercantilizada* e *frustração de status*, essa tríade impõe ao *precariado* uma vida incertezas e sonhos. Porém, ainda nesse grupo podemos citar: os idosos, as minorias étnicas, os incapacitados, os migrantes e os criminalizados.

Para Guy Standing (2015), o *precariado* é uma variedade de pessoas com diferentes graus de insegurança e atitudes para ter uma vida precarizada, o crescimento global coincide com os fatores econômicos, políticos e sociais. Tal lucidez do autor

permite destacar sua assertiva: “Não é a “preguiça” ou a imigração que é a culpada; é a natureza do mercado de trabalho flexível” (STANDING, 2015, p. 175).

Atrela-se a isso, o papel do Estado de caráter neoliberal que diante desse fenômeno objetiva minimizar quaisquer ações que possam intervir na situação desses sujeitos que são “percebidos” pelo estado como sendo: desempregados, parasitas, fracassados em contraposição a outro grupo que são concebidos como os que buscam qualificação, vislumbrando ascensão econômica, social e política.

As premissas até momento nos permitem inferir que serão nas fronteiras do Estado neoliberal, cuja ênfase é o mercado, que se encontra o *precariado*. E o *precariado* está a fazer pressão para entrar no “círculo virtuoso” da relação estado/capital/mercado. Porém, em tempos difusos e flexíveis, para o capital o que importa é um grupo (de pessoas) que possa mover e mexer ao seu interesse. Importa o controle e em tempos de robótica e microeletrônica os meios digitais como: *facebook*, *websites*, programas de vigilância entre outros são um terreno fértil para a manipulação na atualidade.

Pode-se afirmar com base em Standing (2015) que existem outros mecanismos de controle utilizados. Nos países subdesenvolvidos com características periféricas vivenciamos as políticas de transferência de renda que podem ser utilizadas também com o intuito de “manipular” o comportamento de seus usuários por meio de condicionalidades:

[...] Exemplos principais estão na **América Latina**, liderados pelo programa *Progesa* (agora oportunidades), no **México**, e pelo Bolsa Família, do **Brasil**, que em 2010 atingiu 50 milhões de pessoas. [...] A premissa de todos os TCRs é que as pessoas precisam ser persuadidas a se comportarem de maneira que são melhores para elas e para a sociedade. [...] TCRs vão quebrar o ciclo persuadindo as pessoas a se comportarem de forma responsável (STANDING, 2015, p. 213).

Claro que a assertiva do autor deve ser relativizada, pois em um país como o Brasil com uma desigualdade histórica, as políticas de transferências de renda, mesmo sendo funcional a economia tem legitimidade e justificativa requerendo sua qualificação. Contudo, para Standing (2015), o Estado ao edificar políticas desse escopo deve ir além do previsto, já que quer suavizar a situação de determinados segmentos sociais com políticas sociais e acompanhamento terapêutico. Ora, sabemos que um grupo de pessoas que estão a mercê do mercado, tornam-se algo “perigoso” para a “ordem e o progresso” (do capital). Assim, muitas vezes, essas medidas de política social apresentam-se com o intuito de acalmar revoltas e limitações.

Para o autor, o perigo reside no que ele classifica como sendo o “mau precariado” que:

[...] é abastecido pela nostalgia da *idade de ouro* imaginada. É revoltado e amargo, vendo os governos salvarem bancos e banqueiros, dando subsídios para a elite favorecidas e os assalariados, permitindo que a desigualdade cresça à sua custa. É atraído pelo neofascismo populista, atacando governos e demonizando aqueles que parecem favorecidos por eles. A menos que as aspirações do “bom” precariado sejam enfrentadas, mais pessoas vão ser arrastadas para os círculos do “mau” precariado (STANDING, 2015 p. 213).

A assertiva de Standing (2015) configura-se como um presságio, a necessidade do precariado perpassa pela insegurança, pelo controle e pela ausência de direitos. Isso se deve a um Estado que perpetua e agrava as expressões da questão social em nome da flexibilização e da liberdade para o capital.

Se retornarmos a Castel (1998) e ao seu conceito de “*desfiliados*”, que se constituem em indivíduos que vivem na precariedade do trabalho (em sua forma assalariada) e na generalização do desemprego (em sua forma estrutural) podemos dizer que o *precariado* na cena contemporânea representa muito mais do que esses *desfiliados*. Falta noção de pertencimento, de organização, de articulação. A noção de classe trabalhadora para eles é muito distante e difusa, rejeitam esse *ethos* do passado, com o argumento que isso não se sustenta nos dias de hoje, porém “sonham” com as conquistas advindas dessa noção de classe trabalhadora. Não percebem a contradição de seus atos e argumentos, são confusos, não possuem voz ativa que lhes garanta visibilidade política perante o Estado na busca de políticas públicas efetivas.

Ao nos apoiarmos nos escritos de Ruy Braga adentramos a compreensão da realidade no Brasil sobre a emergência do *precariado*. Em sua pesquisa de pós-doutorado: *A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista* (2012), o autor provoca o debate a respeito do papel presente da classe trabalhadora e suas metamorfoses no decorrer das mudanças políticas, econômicas e sociais no país.

Diferente de Guy Standing (2015), Braga (2012) argumenta que *precariado* não resulta apenas das orientações neoliberais, mas também da dinâmica metabólica do sistema capitalista. Braga faz a análise do processo histórico brasileiro, da industrialização, passando pela ditadura militar até a chegada da redemocratização e ascensão eleitoral do Partido dos Trabalhadores e, conseqüentemente, de Lula em meados do século XXI.

Para Braga (2012), a “era” do Partido dos Trabalhadores (PT) teve seu ápice em 2002, com a chegada ao poder do então presidente Luiz Inácio da Silva e foi a partir desse modelo engendrado ao *Lulismo* que a fração mais jovem da classe trabalhadora, se aglutinou aos trabalhadores que compõe o *precarizado* nos idos de 1950 a 1970. Salienta ainda que a massa precarizada advém dos campos (processo migratório) e das cidades, além de serem atraídos pela possibilidade de ter acesso aos direitos sociais e trabalhistas, devido à “onda” das pressões de cunho sindicalista-populista que alimentava o modelo periférico do fordismo impulsionando o jovem *precarizado* migrante, que de alguma forma “bloqueou” o aparecimento da consciência de classe operária.

Para fundamentar essa afirmação, Braga (2012) faz um levantamento histórico sobre o sindicato levando em consideração a realidade do chão de fábrica no período de 1970 e os fatores que levaram o sindicato a ser uma força política por meio da mobilização, justamente visando compreender o sindicalismo populista.

O autor revela que a revolta do *precarizado*<sup>16</sup> está intimamente ligada com os ganhos de produtividade, que em um país periférico como Brasil se organizou de forma reversa, onde o salário não se equiparava em nada com o movimento de acumulação, ou seja, mesmo com os reajustes, não houve superação da desigualdade social tão pouco a mobilidade, com perspectiva de ascensão social, levando assim, a uma frustração social.

A partir da “revolução passiva à brasileira” representada pelo “*Lulismo*”, a classe que teve seu crescente desde a década de 1970 até os anos 2000 utilizou por meio do consentimento popular, políticas redistributivas e salarial, por meio de programas governistas, que promoveram uma espécie de “sedução” e levou o *precarizado* no Brasil a certa quietude. Contudo, não podemos esquecer que foi na “era” de Fernando Henrique Cardoso (1994 a 2002) que se engendrou o sistema ideopolítico neoliberal com sua receita de bolo, instaurando a: terceirização, privatização, financeirização. E que foi aprofundada na “Era Lula” (BRAGA, 2012).

Dessa receita neoliberal tem-se o que o autor entende por *precarizado*:

[...] trabalhadores jovens, não qualificados ou semiquilificados, precarizados, sub-remunerados (recebendo, em média 1,5 salários mínimos) e inseridos em relações trabalhistas que bloqueiam sua

<sup>16</sup> “[...] alimentando um estado permanente de inquietação social, esse jovem precarizado migrante revelou-se uma força social inovadora determinada a reinventar sua própria condição de classe. No entanto se a promessa de mobilidade social representou a resposta capitalista para as angústias despertadas pela industrialização, nem por isso os subalternos conformaram-se com seu novo estilo de vida: a inquietação social retratada nas entrevistas de Pereira revelou um operariado dividido entre a aceitação e a recusa do modelo de desenvolvimento” (BRAGA, 2012, p. 142).

organização coletiva. Além disso, seria conveniente que esse grupo tivesse formação histórica recente, capaz de acantonar milhares de trabalhadores sem experiência sindical prévia. É necessário que esses trabalhadores estejam presentes na região do país onde o *Lulismo* mostrasse mais forte, ou seja, o Nordeste. É importante que o grupo acolha trabalhadores oriundos da informalidade, por exemplo, empregadas domésticas, garantindo-lhe acesso aos direitos sociais, além de alguma qualificação técnica (BRAGA, 2012 p. 195).

Em sua pesquisa, Braga (2012) apresenta de forma peculiar o grupo de teleoperadores ou operadores de *telemarketing*, visando comprovar dentro da sociologia do trabalho o “precariado”. O autor afirma que o grupo escolhido se encaixa dentro do modelo pós-fordista de desenvolvimento, visto que, a degradação real do trabalho informacional dentro do ciclo de privatizações, temperou a combinação flexibilidade produtiva com a informatização em um contexto de um país de capitalismo periférico.

De acordo com Braga (2012), o aumento do número de operadores de *telemarketing* de 125.154 (vinte e cinco mil, cento e cinquenta e quatro) funcionários em 2003, para 353.304 (trezentos e cinquenta mil e trezentos e quatro) funcionários em 2010.

Destaca-se que todos esses empregos são terceirizados e temporários, seus ocupantes são jovens especialmente mulheres, negros, pessoas com deficiência, homossexuais LGBTs, e alguns grupos minoritários, em busca de oportunidade do primeiro emprego constitui-se em representativo para sustentar sua tese acerca da composição do *precariado* no Brasil.

Vejamos os dados da pesquisa de Braga:

[...] verificamos uma forte presença de trabalhadores com o segundo grau completo, 65%. Do restante, 29% dos entrevistados declaram estar cursando o ensino superior e 6% declararam possuir o ensino superior completo. Na questão da qualificação, [...] os *call centers* seriam formados os grupos de trabalhadores, apesar de sub-remunerados, altamente qualificados. Tendo em vista a dissonância entre qualificações e salários, os teleoperadores tendiam a assumir um comportamento individualista e instrumental; o emprego no setor significa apenas um meio para acumular certa experiência profissional enquanto buscam oportunidades mais valorizadas (BRAGA, 2012 p. 208).

O trabalho em *call centers* não precisa de mão de obra qualificada, é rotativo, estressante, ambiente e temperatura são inadequados, jornada de trabalho exaustiva, intenso ritmo de trabalho, além do adoecimento por parte do operador como: dores de cabeça, crises de choro, irritabilidade, zumbidos e pensamentos obsessivos. Importa

frisar que os teleoperadores não se identificam como uma profissão e não possuem vínculos de coletividade, organização sindical e experiência política e, devido à alta rotatividade do trabalho, tendem a bloquear a ação coletiva dos mesmos (BRAGA, 2012). Ou seja, mesmo divergindo de outros autores, Braga elenca uma série de características apresentada nos estudos anteriores.

Na década de 1990, com a implantação do neoliberalismo, os sindicatos tentaram reagir e se organizar de forma tímida, em especial os sindicatos da indústria de *Call Center*. Todavia, em 2002, para o autor, com a eleição de Lula, os sindicatos foram aparelhados ao governo onde se tornaram amortecedores de conflito. Braga (2012), apoiando-se em André Singer (2010), afirma que:

[...] O programa bolsa família, a ampliação do sistema universitário federal com o patrocínio das cotas, o impulso na direção da ‘reformatização’ do mercado de trabalho, a política de reajuste salário mínimo acima da inflação, a retomada dos investimentos em infraestrutura ou o incentivo ao consumo de massas por meio de créditos consignado, além de tantas outras políticas públicas promovidas pelo governo de fato colaboraram para solidificar a aproximação do precariado brasileiro ao programa político petista (BRAGA, 2012, p. 226).

Para o autor, os programas de governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, promovia um *circo de benefícios*, aos que chamamos de *precariado*, o fragmento da classe trabalhadora empobrecida, os que vislumbram o progresso social misturado à expectativa de consumo. Ele sustenta como a combinação do populismo de Lula e o “novo” regime de acumulação, inibiu ao *precariado* a compreensão de classe social, levando-os ao controle total e completo da força de trabalho por parte do capital.

1. [...] A reprodução desse regime de acumulação não apenas fragilizou o reformismo político nacional-desenvolvimentista, como também alimentou a crescente insatisfação operária com os limites do modelo de desenvolvimento. Por sua vez, o aumento dessa insatisfação uma intensa pressão política, golpeando os sindicalistas e a regulação populista. No intuito de legitimarem-se diante das massas, os governos populistas passaram a relacionar-se com as lideranças a fim de acolher parte da pressão dos “de baixo”, numa barganha que acabou politizando ainda mais o precariado urbano.

2. [...] pressionado pelos baixos salários, que o precariado migrante inclinou-se na direção da qualificação profissional que em alguma medida foi alcançada, mas a custo da elevação da taxa de exploração da força de trabalho. [...] a busca do precariado por soluções para os dilemas de sua inserção subalterna no regime de acumulação despótico promoveu a transformação do modelo de desenvolvimento. Em síntese, a velha aliança empresarial-policial foi substituída pela nova aliança empresarial-militar.

Braga (2012) sustenta que o *precariado* brasileiro foi forjado aos moldes de um sistema de acumulação dentro de um modelo periférico de desenvolvimento, onde obrigava os trabalhadores a aceitar condições de máxima exploração e perda total do sentimento de luta, ou seja, um país sem cidadãos de direitos. A angústia vivida pelo *precariado* alimenta-se “[...] pelos baixos salários e por duras condições de trabalho, volta-se por fim para os sindicatos, que se veem obrigados a lançar mão de uma série de iniciativas inovadoras com a finalidade de responder à nova dinâmica do conflito industrial produzida pelo crescimento do setor” (BRAGA, 2012 p.230).

Com base nisso, o autor faz a seguinte reflexão: será que filhos e netos dos operários das décadas passadas permanecerão silentes diante da barbárie produzida pelo sistema ou lutarão contra toda forma de opressão e exploração? Para tanto, a “*Era Lula*” utilizou a onda pós-fordista para se assentar no poder e aparelhar os trabalhadores e seus movimentos sociais, no sentido de pacificá-los e vendê-los como carne barata no mercado de acumulação do capital. Em outras palavras, “o lulismo representou a cristalização do atraso como técnica de dominação das classes no país” (BRAGA, 2012, p. 239).

Braga (2012, p. 244) afirma que o precariado:

[...] Embora carente de recursos programáticos, organizativos, ou mesmo ideológicos, esse instinto começa a se manifestar nas greves e nas mobilizações do setor, pressionando o sindicalismo lulista a incorporar suas demandas que, lentamente, vão se tornando mais ofensiva.

Esse grupo que se compõe do *precariado urbano e rural* perfaz o coro dos descontentes e que tende a se alinhar às novas transformações do mundo do trabalho em busca de um novo horizonte de luta.

Fazendo um paralelo como outros países como Portugal e África do Sul, Ruy Braga, em seu livro “*A rebeldia do precariado: trabalho e o neoliberalismo no sul global (2017)*”, buscou retratar o *precariado* dentro desses países na perspectiva de adensar a discussão e entender como se deu a construção e a formação desse sujeito nos moldes pós-fordista e nos sindicatos. O livro revela a precariedade de vida e de trabalho em países periféricos como Portugal, África do Sul e Brasil, levando em consideração os avanços do neoliberalismo, o enfraquecimento do sistema fordista e dos sindicatos, bem como a crescente renovação das lutas sociais por meio do chamado *precariado*.

Na *África do Sul*, que contém em sua história o *apartheid* e todo processo de violação de direitos, o país não difere de Portugal dentro da crise de 2008, porém, o que se teve no seu processo histórico foi o chamado *apartheid* social, onde o regime de acumulação estabelecido levou milhões de pessoas a não terem acesso a bens e serviços, visto que “[...] nos últimos três séculos a contradição entre a população branca opressiva e exploradora e uma população negra oprimida e explorada (BRAGA, 2017, p. 80)” é vista, como uma barreira mesmo depois do *pós-apartheid* e que segue ameaçando milhões de pessoas negras.

O autor afirma que as realidades dos países pesquisados são diferentes, porém, ele faz uma constatação de que “[...] as formas de representação das classes trabalhadoras atravessam uma transição na qual as velhas estruturas organizativas fordistas já não são mais eficazes para alterar os rumos desse declínio, enquanto novas experiências organizativas estão ainda em seus estágios embrionários” (BRAGA 2017, p. 26). Ou seja, nos países em voga os sindicatos estremeceram e perderam as bases de sua organicidade o que os levou a um refluxo nas lutas sociais.

Interessante ressaltar que esse momento de transformação da classe trabalhadora, traz em seu bojo alteração em escalas globais, sentido pelos trabalhadores de Portugal, África do Sul e Brasil: a) deteiorização dos salários; b) demissões em massa, c) ampliação da jornada de trabalho; d) redução de benefícios previdenciários; e) informalidade laboral; f) aumento de desemprego; g) intensificação a rotatividade; g) contratos de trabalhos mais precários e intermitentes; e h) desvalorização dos sindicatos. Esses “sintomas” adquirem fortes contornos a partir da crise de 2008, que levou países ao um estado de desemprego e pobreza (BRAGA, 2017).

O elenco de transformações fomenta pontos de lutas sociais em diferentes regiões do planeta, tendo como protagonistas jovens trabalhadores desempregados ou subempregados, que tomaram as ruas, muitos deles com pouca compreensão sobre luta de classe, porém, buscando respostas aos desmontes e precarização dos direitos. O quadro a seguir demonstra os principais movimentos a partir de 2008, em alguns países:

**Quadro 27 - Movimentos e lutas a partir dos anos 2000.**

País	Movimentos	Processo Histórico
Brasil	<b>Vem Pra Rua (2014)</b>	O <i>Vem Pra Rua</i> quer um Brasil livre da corrupção, com uma política feita com ética e um Estado desinchado e eficiente, verdadeiramente democrático e justo. E não há democracia nem justiça com corrupção, incompetência, autoritarismo e impunidade. É um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014. Ao longo de sua história, suas manifestações levaram mais de 6 milhões de pessoas às ruas, em 13 grandes manifestações pacíficas e ordeiras, em mais de 250 cidades. Duas delas, março/2015 e março/2016, entraram para a história como as maiores manifestações da sociedade civil no Brasil.
	<b>#EleNão: Mulheres unidas contra Bolsonaro (2018)</b>	A manifestação <i>#EleNão</i> em repúdio ao candidato a presidente Jair Bolsonaro, que se espalhou por cidades brasileiras, foi a maior manifestação de mulheres na história do Brasil. Foi também uma das maiores manifestações contra um candidato, independentemente das mulheres. A diferença é que essas demais campanhas eram movimentos puramente de redes sociais, enquanto o <i>#EleNão</i> convocou protestos em todo o país e foi capaz de reunir mais de 100 mil mulheres.
	<b>#15M e #30M: Greve Nacional da Educação (2019)</b>	No dia 15 de maio, mais de um milhão de pessoas tomaram as ruas de todo Brasil em defesa da educação. O 15M, como ficou conhecido, foi uma resposta aos cortes anunciados pelo ministro da Educação de Jair Bolsonaro, Abraham Weintraub. As manifestações aconteceram em 222 municípios do país e, para muitos, a “aula na rua” foi o primeiro contato com mobilizações sociais. A mobilização contra a reforma da Previdência e em defesa da aposentadoria teve início em escolas do ensino básico, fundamental e médio das redes pública estadual e municipal de todo o país e foi ampliada para o ensino superior, técnico e escolas da rede privada após o anúncio dos cortes de recursos na educação anunciados pelo governo de Jair Bolsonaro (PSL).
	<b>14M: Greve Geral Contra a Perda de Direitos dos Trabalhadores Brasileiros (2019)</b>	As mobilizações pela educação, em todo o país, reforçaram o chamamento para a greve geral contra a perda de direitos dos trabalhadores brasileiros, marcada para 14 de junho. O ponto-chave da greve é a defesa da Previdência pública e solidária que está sendo atacada pelo projeto de reforma do governo Bolsonaro. “A reforma do Bolsonaro não é uma reforma, é uma destruição do sistema de seguridade social” vigente em nosso país.
França	<b>Coletes Amarelos (2018)</b>	Os manifestantes na França, denominados <i>Coletes Amarelos</i> ”, reúnem aposentados, artesãos, diaristas, camareiras, desempregados, operários e pequenos empresários. Eles lideraram por três semanas uma onda de protestos no país, protagonizando cenas de violência em Paris e levando o presidente francês, Emmanuel Macron, a suspender o reajuste do imposto sobre combustíveis. Os “coletes amarelos” defendem o aumento dos valores do salário mínimo e das aposentadorias e também a renúncia de Macron. Todos os dias os manifestantes fazem uma fogueira improvisada em locais turísticos de Paris. O <i>colete amarelo</i> virou uma espécie de símbolo de luta social.
Portugal	<b>Precários Inflexíveis 2007</b>	Movimento que iniciou em 2007 por trabalhadores precários no emprego e na vida. Trabalhamos sem contrato ou com contratos a prazos muito curtos. Trabalho temporário, incerto e sem garantias. São operadores de <i>call-center</i> , estagiários, desempregados, trabalhadores a recibos verdes, imigrantes, intermitentes, estudantes-trabalhadores. Em 2012, tornou-se Associação denominada: Associação de Combate à Precariedade –

		Precários Inflexíveis, designada por Precários Inflexíveis ou Associação, é uma pessoa coletiva sem fins lucrativos, com personalidade jurídica, constituída por tempo indeterminado que tem por objeto: a) A defesa dos direitos de todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores, em particular, de todas as pessoas sujeitas a qualquer forma de precariedade e em situação de desemprego; b) O desenvolvimento de ações com vistas ao fim do trabalho precário e da exploração laboral.
	<b>FERVE - Fartas/os d'Estes Recibos Verdes - 2007</b>	O FERVE, Fartas/os d'Estes Recibos Verdes, grupo de trabalho que, desde o ano de 2007, tem vindo a denunciar a utilização dos falsos recibos verdes e a promover um espaço de debate que interpele a mudança, vai cessar a sua atividade. Trilhamos um caminho importante e necessário – pusemos um país a falar de uma injustiça, os falsos recibos verdes, e ajudamos a construir a luta contra a precariedade que ainda agora começa e se intensifica. Temos muitos desafios pela frente e novas frentes de batalha num dos momentos mais definidores das nossas vidas coletivas.
	<b>Geração à Rasca 2011</b>	Geração à Rasca é o nome dado em Portugal a um conjunto de manifestações ocorridas em Portugal e outros países, no dia 12 de março de 2011, as maiores manifestações não vinculadas a partidos políticos desde a Revolução dos Cravos. Um evento no <i>facebook</i> e um blogue, criados por um grupo de amigos: Alexandre Carvalho, António Frazão, João Labrincha e Paula Gil, foi o ponto de partida para o movimento de protesto, autointitulado apartidário, laico e pacífico, que reivindica melhorias nas condições de trabalho, como o fim da precariedade. O manifesto incitava à participação numa manifestação dos desempregados, “quinhentoseuristas” e outros mal-remunerados, escravos disfarçados, subcontratados, contratados a prazo, falsos trabalhadores independentes, trabalhadores intermitentes, estagiários, bolseiros, trabalhadores-estudantes, mães, pais e filhos de Portugal. Reuniu mais de 300.00 mil pessoas.
<b>Oriente Médio e no Norte da África</b>	<b>Primavera Árabe 2011</b>	Primavera Árabe é o nome dado à onda de protestos, revoltas e revoluções populares contra governos do mundo árabe que eclodiu em 2011. A raiz dos protestos é o agravamento da situação dos países, provocado pela crise económica e pela falta de democracia. A população sofre com as elevadas taxas de desemprego e o alto custo dos alimentos e pede melhores condições de vida. Países envolvidos: Egito, Tunísia, Líbia, Síria, Iêmen e Barein. Ditaduras derrubadas. A onda de protestos e revoltas já provocou a queda de quatro governantes na região. Enquanto os ditadores da Tunísia e do Egito deixaram o poder sem oferecer grande resistência, Muammar Kadafi, da Líbia, foi morto por uma rebelião interna com ação militar decisiva da Otan. No Iêmen, o presidente Saleh resistiu às manifestações por vários meses, até transferir o poder a um governo provisório. A Síria foi o único país que até agora (12/03/2012) não conseguiu derrubar o governo do ditador Bashar al-Assad. Geopolítica árabe Os Estados Unidos eram aliados de ditaduras árabes, buscando garantir interesses geopolíticos e económicos na região, que abriga as maiores reservas de petróleo do planeta. A Primavera Árabe põe em cheque a política externa de Washington para a região. A Liga Árabe, liderada pela Arábia Saudita e pelo Catar, assume um papel de destaque na mediação das crises e dos conflitos provocados pela Primavera Árabe. Transição para as novas democracias Tunísia e Egito realizaram eleições em 2011, vencidas por partidos islâmicos moderados. A Tunísia é apontada como o país com as melhores chances de adotar com sucesso um regime democrático. No Egito, os militares comandam o conturbado processo de transição, e a população pede a sua saída imediata do poder.

**Fonte:** Adaptado pela autora, pesquisa documental, 2019.

Depreende-se do quadro acima que os movimentos insurgentes crescem em escala nacional e tem se multiplicado mundialmente, principalmente a partir dos anos 2000 e se organizam em torno de setores como: os desempregados, os subempregados, precarizados e os desfiliaados. Destaca-se que tais movimentos sociais utilizam

ferramentas virtuais para revolucionarem as comunicações e articularem grandes manifestações sociais, mostrando assim, um desprendimento dos setores de formação política como os sindicatos, associações entre outros.

A finalidade desses movimentos está ligada a algumas insatisfações por parte da população, como: 1. Ineficiência do Estado por conta da corrupção; 2. Busca por políticas públicas de qualidades; 3. A dissociação e não representatividade por parte dos partidos políticos; 4. Em defesa dos direitos de todos os trabalhadores e em especial as pessoas que vivem em precariedade e situação de desemprego. Esses fatores levam essa juventude a se mobilizarem no intuito de buscar respostas e oposição ao modelo político tradicional, levando-os assim a negação do instituído.

Alves e Fonseca (2013, p.10), no artigo *O movimento Social do Precariado, Carência de Futuridade e Necrose do Capitalismo de Bem-Estar Social em Portugal*, trouxeram dados relacionados a Europa, em específico Portugal, quanto a questão do desemprego entre os jovens:

O aumento do desemprego jovem (pessoas com menos de 25 anos) é outra tendência preocupante. Em Abril de 2013, 5.627 de pessoas estavam desempregadas na Europa dos 27, das quais 3.624 na zona euro. Comparativamente a Abril de 2012, o desemprego jovem aumentou em 100 000 na Europa dos 27 e em 188 000 na zona euro. As taxas de desemprego jovem registadas, em Abril de 2013, para a Europa dos 27 e para a zona euro são respetivamente, 23.5% e 24.4%. Mais uma vez, Portugal encontra-se entre os quatro países em que foram registadas as taxas mais elevadas, com 42.5% (os restantes países são a Grécia com 62.5% em Fevereiro de 2013, a Espanha com 56.4% e a Itália com 40.5%). Note-se que, em Portugal, a taxa de desemprego jovem registada em 2012 era 37.7%.

Esses dados esclarecem o porquê dos grupos e movimentos estarem tomando as ruas em forma de manifestações e é a partir desses movimentos que os trabalhadores precários encontram certa possibilidade de visibilidade social, que incomoda os governos quanto à urgência em torno dos problemas sociais que estão embutidos nas relações capitalistas.

Alves (2013), em seu livro *Dimensões da Precarização do Trabalho: ensaios de sociologia do trabalho*, realizou um estudo contendo um conjunto teórico sobre a precarização do trabalho, com o intuito de aprofundar na condição de proletariado no sentido de conceituar o precariado. O autor leva em consideração que o precariado ainda se encontra como “enigma” dentro de um tempo histórico, ressalta que, “[...] o enigma

do *precariado*, a nova camada social da classe do proletariado que se manifesta, com intensidade e amplitude, nos países capitalistas centrais” (ALVES, 2013, p. 197).

Para Alves (2013, p. 199), o *precariado* possui distinção específica e definida, ou seja,

[...] é a multidão da era do capitalismo pós-moderno que incomoda as classes dominantes do Primeiro Mundo. Com a crise do capitalismo global, a multidão do precariado irrompe com intensidade e amplitude na semiperiferia do núcleo orgânico do sistema mundial do capital (por exemplos, Portugal, Espanha, Itália e Grécia), onde se explica com vigor as contradições mais candentes da ordem burguesa.

O autor revela que as expressões do *precariado* são percebidas de forma mais latente em várias manifestações, logo, a visibilidade social inicialmente se deu nos países de capitalismo maduro e os resquícios estão aparecendo nos países periféricos, como no caso brasileiro. Diferente de Guy (2015) e Ruy (2012), Giovanni Alves (2013) traçou o perfil do *precariado* bem distinto dos autores supracitados, no sentido de demarcar:

[...] as novas camadas proletárias pelas relações de trabalho baseado em contratos salariais precários. As novas relações de trabalho que surgem no capitalismo global sob a vigência do trabalho flexível, caracterizando-se por formas de contratos salariais precários, modos de remuneração e jornada de trabalho flexível que alteram o metabolismo social dos trabalhadores assalariados. É o sociometabolismo do trabalho precário que de cariz flexível que constitui a natureza da nova camada social do proletariado: o precariado (ALVES, 2013, p. 201).

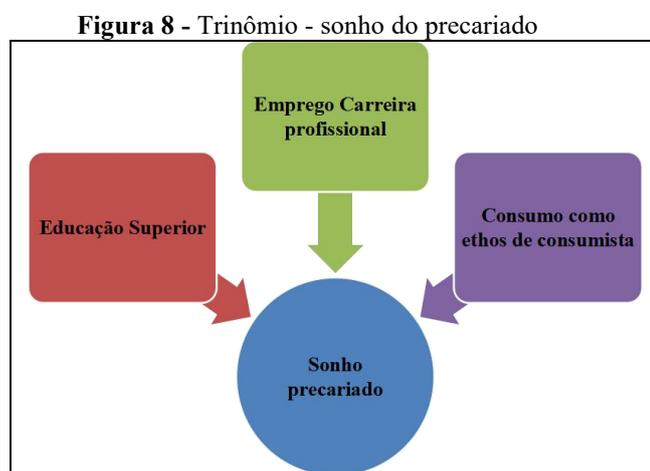
Ou seja, com a alteração no sociometabolismo do capital, altera-se também a classe proletária, forjando-se, assim, outras camadas sociais, advindas dessas transformações e a decomposição da classe trabalhadora, como o *precariado*. Alves (2013) afirma que o “precariado” são os *filhos da classe média*, advindos de vários segmentos e que os mesmos não possuem autonomia financeira e os denomina de “*Geração casinha dos Pais*”, pois não conseguem completar o ciclo de socialização da vida adulta, isto é:

[...] A incompletude da socialização adulta dos jovens-adultos flexíveis, como o prolongamento do tempo de juventude, tende a ter implicações sociais, culturais e psicológicas sobre o modo de ser/estar precário. Na verdade, a perda da cidadania salarial fordista para amplos contingentes do mundo do trabalho sob o capitalismo global significou talvez a última etapa do processo de erosão do ideal da família burguesa constituído no pós-guerra (ALVES, 2013, p. 201).

O autor esclarece que a proposta de família dos anos 1950, onde a mesma se organizava em torno do ideário burguês, ou seja, o homem era o provedor, começa a ser alterada com a inserção da mulher, na década de 1960, no mercado de trabalho, passando a contribuir para o sustento direto da família. Os filhos dessa família média, também encontraram dificuldades para se estabelecer no mercado e passaram a vivenciar um dito “mal-estar”, visto que em nosso país o regime de bem-estar social não se consagra como nos países de capitalismo maduro, já que será a partir da promulgação da Constituição Federal de 1988 que a seguridade social é instaurada no Brasil.

Destarte, os *filhos dos proletários* tendem a vivenciar a falta de acesso a bens e serviços, passando a não se identificar com a realidade posta e buscaram na educação um caminho quase que mágico para suprir suas expectativas de carreira e consumo, o que os tornaram meros sonhadores, expectantes, “iludidos” por algo que nem o capital e até mesmo o Estado não poderão prover.

Segundo Alves (2013), o *precariado* possui necessidades inerentes ao desenvolvimento que perpassa pela lógica do capital e que alteram de forma visceral seus sonhos e projetos, abaixo o trinômio proposto pelo autor:



Fonte: Adaptado pela autora, Alves (2013).

Tal trinômio legitimado pelo ideário burguês vigente promove alterações na organização e composição da classe trabalhadora. O “sonho do precariado” alimentado pelo trinômio exposto na figura acima vem reforçando uma multidão de jovens/adultos, a consciência (neo)liberal, levando-os ao limite do questionamento, do motivo de sua não inclusão ou ascensão social e financeira por meio da tão “sonhada” escolarização. Alves (2013, p. 203) firma que esses sujeitos: “Por um lado, têm a expectativa da boa

vida, que só o dinheiro pode permitir, por outro lado, não possuem capacidade aquisitiva suficiente capaz para realizar o *ethos* consumista disseminado na sociedade burguesa”.

Alves (2013) afirma que todo esse processo instituído pelo capital se dá por conta do *tráfico* de sonhos e *expectativas* de mercado que levam a multidão do *preariado* a *frustrações* e desalento, rumo a um horizonte pessoal de estranhamento.

Nos “trinta anos perversos” de capitalismo global (1980 - 2010), com a nova temporalidade histórica do capital, ocorreu a troca espúria dos sonhos coletivos e utopias sociais que caracterizaram o movimento juvenil da contracultura nos anos 1960 no período de crise do fordismo-taylorismo, pelas utopias pessoais, expectativas e valores-fetichismo de mercado disseminado pela ordem burguesa neoliberal. [...] a ideologia do taylorismo-fordismo deu lugar ao espírito do toyotismo como nova implicação subjetiva da manipulação do capital (ALVES, 2013, p. 204).

É justamente nesse período de “trinta anos” 1980 a 2010 que o *preariado*, segundo o autor, amadureceu e engrossou as malhas do desemprego e concorrência imposta pelo capital, devido à falência dos modelos anteriores e a incorporação do espírito toyotista criando um discurso de empregabilidade, competitividade, gerando expectativa. Nas palavras de Alves (2013, p. 205), o *preariado*:

[...] tornou-se alvo privilegiado da manipulação insana e sutil que visa reciclar expectativa frustradas de carreira profissional. Os trabalhadores precários, de “classe média”, a “multidão” do *preariado*, é tendenciosamente mais susceptível à manipulação do espírito do toyotismo. Eles nasceram na era da globalização neoliberal incorporada como horizonte da conduta moral os valores da concorrência. Na medida em que são “sujeitos-mercadoria” da sociedade de serviços, o que explica a ideologia do autoempreendedorismo, e não propriamente “sujeitos-que-produzem-mercadoria”.

O autor faz um destaque no sentido tempo-espaço, levando em consideração o modelo neoliberal e suas manifestações, o *preariado* se estabelece justamente dentro do toyotismo e contém características como o carecimento de construção política e construção de sua subjetividade ligado ao individualismo, justamente o que se apregoa no novo modelo instituído (ALVES, 2013).

O *ethos* atual fomenta mais do que nunca que o trabalho seja um apêndice do sistema de acumulação, ideologicamente entorpecido sob a lógica do capitalismo manipulatório. Paralisa-se o trabalhador da era toyotista dentro de uma temporalidade, no qual “o tempo é tudo, o homem não é mais nada; ele é no máximo a carcaça do

tempo” (MARX, 2009, p. 48). Por isso que Pochmann (2007) afirma que estamos vivendo mudanças na base técnica do trabalho, onde a produtividade atingiu seu nível mais elevado de acumulação, isso devido às novas formas de organização do trabalho.

Tais modificações no mundo do trabalho impulsionam o pensamento dominante, onde levaram os trabalhadores a aceitar “os empregos possíveis gerados pela nova ordem econômica internacional ou, do contrário, a alternativa é o desemprego” (POCHMANN, 2007). Chegamos ao âmago da questão, o desemprego e a carência de futuridade para o *precariado*.

Face ao que foi exposto pode-se inferir que o *precariado* tem a percepção de que o tempo presente/futuro não pertence a eles, ou seja, existe uma carência de futuridade, uma ausência de vínculos laborais que corrói seu subjetivo (ALVES, 2013) e o leva ao intenso grau do que Marx (2010) chama de *estranhamento*, visto que, tal fenômeno ocorre dentro do processo de alienação<sup>17</sup>, em quatro momentos específicos: 1(i) O trabalhador com o seu produto; (ii) O trabalhador com sua atividade produtiva; (iii) O trabalhador com sua vida genérica e, por fim, (iv) O trabalhador com os outros homens.

Entender o processo de *estranhamento* leva-nos ao ápice da sociedade capitalista, ou seja, captar a separação e fragmentação da força e do meio de trabalho, onde o trabalhador usa sua força de trabalho para vender e o burguês detém dos conhecimentos e todos os processos de produção (matérias-primas, organização e divisão do trabalho e métodos) (MARX, 2010). É justamente essa fragmentação que leva o homem ao estranhamento social, restando a não futuridade ou a não projeção de perspectiva, nas palavras de Alves (2013): [...] o espectro do precariado, [...] é a expressão do apodrecimento da ordem burguesa.

Para tanto, essa separação da natureza e do homem o levou ao patamar de alienação total da produção e a separação do ato de pensar por si, passando a aceitar a

---

<sup>17</sup> Marx (2010, p. 201) afirma que: “O trabalhador nada pode criar sem a natureza, sem o mundo exterior sensível (*sinnlich*). Ela é a matéria na qual o seu trabalho se efetiva, na qual [o trabalho] é ativo, [e] a partir da qual e por meio da qual [o trabalho] produz. Mas como a natureza oferece os meios de vida, no sentido de que o trabalho não pode viver sem objetos nos quais se exerça, assim também oferece, por outro lado, os meios de vida no sentido mais estrito, isto é, o meio de subsistência física do trabalhador mesmo. Quanto mais, portanto, o trabalhador se apropria do mundo externo [no capitalismo], da natureza sensível, por meio do seu trabalho, tanto mais ele se priva dos meios de vida segundo um duplo sentido: primeiro, que sempre mais o mundo exterior sensível deixa de ser um objeto pertencente ao seu trabalho, um meio de vida do seu trabalho; segundo, que [o mundo exterior sensível] cessa, cada vez mais, de ser meio de vida no sentido imediato, meio para a subsistência física do trabalho. Segundo este duplo sentido, o trabalhador se torna, portanto, um servo do seu objeto. Primeiro, porque ele recebe um objeto do trabalho, isto é, recebe trabalho; e, segundo, porque recebe meios de subsistência. Portanto, para que possa existir, em primeiro lugar, como trabalhador e, em segundo, como sujeito físico. O auge desta servidão é que somente como trabalhador ele [pode] se manter como sujeito físico e apenas como sujeito físico ele é trabalhador”.

manipulação forjada pelo sistema. Tal jovem/adulto precarizado engrossam o contingente de trabalhadores empregados e/ou desempregados que vivem uma farsa do “Paradoxo de Ícaro”<sup>18</sup>, como Alves (2013, p. 228-229) bem esclareceu:

*Por um lado*, temos os jovens trabalhadores assalariados com empregos estáveis, que se sentem insatisfeitos com a pressão do ambiente do trabalho flexível e suas contrapartidas salariais; sentem-se frustrados com a carreira profissional e inquietos com a insegurança laboral caracterizados pela pressão do capital pelo cumprimento de metas e desempenho. [...] *Por outro lado*, temos jovens trabalhadores assalariados desempregados ou com trabalhos precários, insatisfeitos com a exclusão do universo do emprego estável, alienados, deste modo da “cidadania salarial” e do que ele representa: primeiro, a expectativa de consumo e a capacidade aquisitiva para tornar-se “cidadão do mundo das mercadorias”, e segundo, alienado da carreira profissional com a perspectiva de futuridade; terceiro, a incapacidade de organização da vida pessoal, tendo em vista que o emprego intermitente os impede efetivamente de constituir família e ter território de desenvolvimento humano pessoal.

Assim, a analogia feita por Alves (2013) explica que, na mitologia grega, Ícaro tenta de várias formas sair de Creta, o que o leva a perdição, ou seja, a frustração de não atender suas expectativas de vida, causando a si mesmo a morte. O *precarizado* se vê como Ícaro, um eterno insatisfeito e órfão de sonhos, pois buscam sanar seus anseios tornando-se frustrados nas diversas áreas de vida:

**Quadro 28** - Entendendo os Tipos de frustrações.

Níveis de Frustração	
<b>Frustração de expectativas e indignação social</b>	Tornaram-se atributos existenciais da condição de proletariado do jovem precário altamente escolarizado. A interdição da vida adulta, percebida pelos jovens-adultos precários como perda de futuridade, é um dos sintomas da precarização existencial.
<b>Frustração salarial</b>	Decorre do desemprego ou então de uma inserção numa ocupação precária – mesmo que seja de acordo com sua formação profissional. A precariedade do estatuto salarial, que não lhe garante carreira ou perspectivas de futuridade, sobrepõe-se, deste modo, ao ideal de realização profissional.
<b>Frustração Profissional</b>	Decorre, por um lado, do descompasso entre ocupação laboral e formação profissional (tem-se emprego estável, mas não se trabalha no que gosta) e, por outro lado, no caso daqueles que exercem atividade laboral pertinente à sua formação profissional, a frustração profissional pode originar-se da perda de sentido da ação laboral por conta da intensificação do tempo de trabalho nas ocupações profissionais mais especializadas decorrente da gestão toyotista acoplada às novas tecnologias informacionais. Nesse caso, temos a corrosão do sonho profissional dos novos assalariados flexíveis, não por conta do estatuto salarial precário, nem por conta da inadequação ocupacional (eles trabalham no que gostam), mas sim, pelo conteúdo da ação laboral corroída pelas novas formas de precarização do trabalho.

**Fonte:** Adaptado pela autora do artigo: ALVES, G. A **derrelição de Ícaro**. Blog da Boitempo, 2014. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2014/06/02/a-derrelicao-de-icaro/>. Acessado em: 16 mai. 2019.

<sup>18</sup> Na mitologia grega era o filho de Dédalo e é comumente conhecido pela sua tentativa de deixar Creta voando — tentativa *frustrada* em uma queda que culminou na sua morte nas águas do mar Egeu.

Alves (2013) afirma que o capital *captura a subjetividade do trabalho* e manipula as expectativas, utopias e desejos do jovem *precariado* tornando-o *mero desperdício vivo de talento humano*. É válido esclarecer que o *proletariado estável* viveu o sentimento de *estranhamento* dentro do modelo estabelecido, pois o toyotismo impôs ao trabalhador o cumprimento de metas desumanas pressionando-o a mais produtividade, fazendo com o mesmo se culpabilizasse ou revoltasse contra sua equipe se não atingisse as metas de produção. Em contrapartida o *proletariado precário* experimentou o sentimento de insatisfação e alienação, pois não alcançou a cidadania salarial e a realização profissional. Logo, o capitalismo perverso atingiu as duas camadas, pois, tanto o *proletariado estável*, quanto *proletariado precário* representam a “nova pobreza” do capitalismo global (ALVES 2013).

No próximo tópico aprofundaremos alguns elementos exógenos que conformam a camada do proletariado, traçando as alterações do trabalho em sua forma assalariada na era informacional<sup>19</sup> que vem afetando de forma direta a educação e a forma de educar para o trabalho, visto que, a partir das revoluções industriais e a inserção das tecnologias, alteram-se as relações de produção e reprodução do capital. Conseqüentemente, isso tende a dar uma visibilidade acerca da camada social do *precariado*.

### **3.2 A relação trabalho assalariado, educação e precariado: qual a tônica desta tríade?**

O trabalho e as transformações em seus processos possuem uma relação intrínseca com a constituição da classe trabalhadora, com as demandas das classes sociais, pois, “Na medida em que eu domino a ferramenta, eu preencho o mundo com sentido; na medida em que a ferramenta me domina ela me molda sua estrutura, e me impõem uma ideia de mim mesmo” (ILLICH, 1979, p. 43). Essa é a contradição que perpassa a relação educação e trabalho. Discutir essa relação é de extrema importância nos tempos atuais, visto que na atualidade e sob o toque do neoliberalismo, pois “[...] A qualificação (escolaridade e formação profissional) se transformou no fetiche capaz de romper esse processo. Somas vultosas estão sendo gastas no mundo inteiro para requalificar trabalhadores (SEGNINI, 2000, p. 77).”

---

<sup>19</sup> Segundo Lojkin (1995, p. 14) “[...] a revolução informacional nasce da oposição entre a revolução da máquina-ferramenta, fundada na objetivação das funções manuais, e a revolução da automação, baseada na objetivação de certas funções cerebrais desenvolvidas pelo maquinismo industrial”

Sabe-se que para o capital é necessário manter o exército de reserva para assim o mesmo continuar acumulando, logo a educação se tornou um mecanismo para concretizar esse processo contínuo de acumulação, visto que nem todos consignaram adentrar no mercado de trabalho.

Exposto isto, elenca-se uma série de indagações acerca desta relação, tais como: Quais as alterações na categoria trabalho devido às mudanças no processo produtivo? Emprego ou profissões estão ligados às bases Fordistas/Taylorista ou nessa nova relação flexível? O que este processo de mudanças afeta a materialidade e a subjetividade da classe trabalhadora? Responder a essas indagações requer discutir acerca das novas formas de se apreender o trabalho assalariado suas metamorfoses, além do processo de precarização do trabalho, inerente a ordem do capital e sua relação com a educação para iniciar a discussão acerca do conceito *precariado*.

A história da educação nos permite inferir, ainda com posições não homogêneas, acerca da funcionalidade da educação para a constituição do mercado, seja o mercado fincado na agricultura, na manufatura e na grande Indústria. Se pretender realizar uma descrição acerca da história da educação brasileira, infere-se ainda na atualidade sob o *ethos* da pedagogia liberal que quando se pensa em educação, existe um certo fetiche que a mesma seria a solução para os problemas de desigualdade presentes em nosso país, pois existe

[...] o fetiche da alfabetização como instrumento de integração do homem e de construção da cidadania e associa-se à questão do controle e do disciplinamento da força de trabalho. A questão não é mais a de como integrar o homem ao processo social, mas a de como enfrentar as contradições engendradas pelo avanço do setor industrial (NORONHA, 2004, p. 80).

Numa breve síntese com base em Demerval Saviani (2007) e sua clássica obra “História das ideias pedagógicas no Brasil”, classifica a seguinte periodicidade: 1. Primeiro período: as ideias pedagógicas no Brasil entre 1549 e 1759: eram fundadas no monopólio da vertente religiosa da pedagogia tradicional; 2. Segundo período: as ideias pedagógicas no Brasil entre 1759 e 1932 combinavam a coexistência entre as vertentes religiosa e leiga da pedagogia tradicional; 3. Terceiro período: as ideias pedagógicas no Brasil entre 1932 e 1969. Nesse período, existia o predomínio da pedagogia nova; 4. Quarto período: as ideias pedagógicas no Brasil entre 1969 e 2001: apresentam a configuração da concepção pedagógica produtivista (ALVES, 2008).

A periodicidade de Saviani (2007) serve para situar acerca do tempo que demarcamos para discutir acerca da relação trabalho assalariado, educação e *precariado*, visto que, será com base no quarto período demarcado que se reflete sobre essa tríade, nossa reflexão afirma que a década de 1990 se constitui em uma década que proclama o “império do mercado”, para tanto se promove processos de contrarreformas de ensino neoconservadoras que visam destituir o papel do docente, do saber científico visando edificar domínio do “utilitarismo” e do “imediatismo da cotidianidade” e esse processo de transformações na forma de conceber a educação promove transformações, cada vez mais funcionais ao capital, junto à classe trabalhadora.

Delimitando acerca do processo de trabalho na era fordista/taylorista estava ligado a *desqualificação generalizada* do trabalhador, pois com a introdução das máquinas e a diminuição dos processos artesanais presente no manufatura, gradualmente o trabalhador deixa de pensar o processo e passa a aplicar seu trabalho vivo em uma determinada ação, ou seja, o trabalho passa ser desqualificado no sentido radical, onde a máquina transforma a matéria-prima em produto e o trabalhador é visto como mero *apêndice da máquina*. Para Marx (2004, p. 48):

[...] é apenas na maquinaria, e no emprego do novo sistema de máquinas sobre o qual se funda a mecanização das oficinas, que a substituição do trabalhador por uma parte do capital constante (aquela parte do produto do trabalho que se toma novamente meio de trabalho) se coloca, produzindo genericamente um excedente de trabalhadores como tendência expressa e apreensível, que atua e se estabelece em larga escala. O trabalho passado surge aqui como o meio para substituir o trabalho vivo ou como aquele meio de fazer diminuir o número de trabalhadores. Esta diminuição do trabalho humano aparece como especulação capitalista, como meio para aumentar a mais-valia.

Tal ajustamento dos processos e técnicas de trabalho revela a face formal do sistema capitalista, ou seja, todo processo está sobre o domínio do capital, “[...] o modo de produção capitalista é um modo de organização e de controle social desse processo metabólico entre o homem e a natureza, caracterizado pelo trabalho alienado/estranhado” (ALVES 2012, p. 12). Esse processo revolucionário do modo de produção do capital revolucionou também os processos de trabalhos, que passaram a ser orientados a um fim, conduzidos por um meio, à busca pela expropriação da mais-valia sobre o trabalhador, o levando ao mais absoluto processo de alienação (MARX, 2004).

Henry Ford, em seu livro *Minha vida, Minha obra* (1926), esclarece como pensou o processo de mecanização do trabalho, da produção em massa, da padronização

do maquinário e do equipamento - e como o operário não utilizava o *pensar* para executar suas atividades, empregando apenas movimentos mínimos para produzir. Ford (1926, p. 27) afirma que: “[...] Há muito que aprender simplesmente desmontando e remontando objetos. Não se aprende nos livros como são feitos todos os objetos. As máquinas são para um mecânico o que um livro é para o escritor. Delas recebe ideias e se tiver inteligência saberá aplicá-las”. Ford deixa clara a questão do papel da educação para o trabalhador e buscou em Taylor a oportunidade de eliminar os desperdícios e as perdas sofridas, elevando os níveis de produtividade por meio da aplicação de métodos e técnicas de engenharia industrial. (FORD, 1926)

Para tanto, Taylor passou a aplicar técnicas de racionalização do trabalho, aprimorando a divisão do trabalho e a especialização do trabalhador em um único conjunto de atividades que se caracteriza na linha de montagem, inserido supervisores especializados, retirando do trabalhador a possibilidade de *pensar* sobre suas ações. Logo, para Taylor (1903, p.149-176)

[...] cada trabalho era dividido no máximo de movimentos possíveis, descartavam-se os movimentos sem sentido, selecionavam-se, mediante a observação do trabalhador mais habilidoso em cada movimento, os métodos mais rápidos e melhores para cada movimento e cronometrava-se e registrava-se o movimento [...] Ao tempo registrado eram adicionadas porcentagens referentes a pausas e interrupções inevitáveis ao grau de novidade que a tarefa representava para o trabalhador e aos períodos de descanso.

A produção em massa, pensada por Ford e aperfeiçoada por Taylor, passou a garantir tanto a padronização do maquinário e equipamentos, quanto mão de obra e matérias-primas, obtendo padronização e lucros, deixando de fora o potencial criativo e produtor do trabalhador. Instituiu assim, normas e técnicas, como: padronização das ferramentas e dos equipamentos de produção; uso de cartões de instrução distribuídos aos trabalhadores; Paradas para eliminar a fadiga; gratificação diferenciada (por produção). Nota-se que o esquema de produção em massa teve seu processo alterado e acelerado por conta do ritmo, coordenação e diminuição dos custos.

É válido esclarecer que a reorganização da administração dos processos de trabalho teve participação direta de Henry Fayol em sua obra intitulada *Administração Industrial e Geral* (1989), o fayolismo definiu exatamente o papel do “chefe”, estabelecendo todo o processo de funcionamento monárquico da produção por meio da

administração que contemplava alguns pontos, quais sejam: previsão, organização, mando, coordenação e fiscalização de todo o processo.

A partir da visão de Fayol (1989), estabeleceram-se 14 (quatorze) princípios de administração gerencial e industrial, com o intuito de atingir maior desempenho na produção e organização das indústrias:

1. Divisão do trabalho e das responsabilidades: consiste em dividir o trabalho em tarefas especializadas, destinando-se responsabilidades a indivíduos específicos.
2. Delegar autoridade juntamente com responsabilidade.
3. Disciplina: é preciso tornar as expectativas claras e punir as violações.
4. Unidade de comando: cada subordinado deve se reportar a somente um superior.
5. Unidade de direção: diz respeito aos esforços dos empregados que devem se concentrar em atingir os objetivos organizacionais.
6. Interesse geral deve predominar sobre o interesse particular.
7. Remuneração: a compensação deve ser justa e, na medida do possível, satisfatória ao indivíduo e à empresa.
8. Centralização: é preciso determinar a importância do papel dos gerentes como responsáveis por tomadas de decisão. Ao subordinado é delegada responsabilidade apenas para a realização da atividade a ele designada.
9. Hierarquia: é definida uma cadeia de autoridade que deve se estender de cima até a base da organização e deve incluir todos os empregados. Os níveis de autoridade e de responsabilidade delegadas diminuem à medida que descem a cadeia de comando, sendo que os gerentes de nível inferior devem satisfação aos que estão em nível superior.
10. Ordem: cada recurso em seu lugar, um lugar para cada recurso.
11. Equidade: disciplina e ordem justas melhoram o comprometimento dos empregados. Para isso, é preciso definir regras organizacionais razoáveis que possam ser aplicadas de forma consistente a todos os trabalhadores.
12. Estabilidade e manutenção do pessoal: parte-se do pressuposto de que ter pessoal qualificado e bem-sucedido é fundamental para o sucesso da organização.
13. Iniciativa: é importante encorajar os empregados a terem iniciativa no auxílio à direção da organização.
14. Espírito de equipe: trata-se de promover a unidade de interesse entre os empregados e a administração, mantendo sempre boas relações entre todos (FAYOL, 1989, p. 43-63).

Tais princípios determinavam onde exatamente o trabalhador braçal ou “agentes inferiores” sem especificidades se encaixaria dentro do processo, estabelecendo o “alto executivo” definindo as responsabilidades a partir do topo da cadeia de comando. A lógica estabelecida era de manter os trabalhadores controlados e robotizados pela extrema especialização de tarefas e pelo excesso de automação das fábricas. Fayol (1989, p. 106-118) dividiu a questão da *função da escola*, definindo o lugar do trabalhador braçal:

**Quadro 29** - Função da escola

<b>Compreensão dos Níveis de escolarização - Fayol</b>	
<b>1º Ensino Técnico Superior</b>	“Os futuros agentes superiores e chefes da indústria mineração e metalúrgica [...] eles, na maioria passam pelas escolas superiores de engenharia civil. [...] a seleção dos candidatos é feita especialmente pela matemática; os cursos preparatórios compõem-se principalmente de matemática, não se cuidando de literatura, de história ou de filosofia. [...] os chefes de indústrias e os engenheiros, salvo raras exceções, têm necessidade de saber falar e escrever pode dispensar a matemática superior”.
<b>2º Ensino secundário</b>	“[...] Tem por objetivo a cultura geral e com a recompensa o bacharelato. Não prepara ninguém especialmente para nenhuma carreira. Seus alunos são menos preparados que os de uma escola primária destinada a postos inferiores da indústria. São como uma espécie de produtos intermediária que tem necessidade de nova elaboração para poder ser utilizado”.
<b>3º Ensino primário</b>	“[...] Ninguém dúvida que um bom ensino primário seja uma excelente preparação para os trabalhadores industriais.”

**Fonte:** Adaptado pela autora da obra: FAYOL, H. (1841 - 1925)

Tendo em vista a preocupação de Fayol (1989) quanto à função da escola no processo de educação para os trabalhadores nas empresas, era justamente formar “chefes” com capacidade de comando e gerenciamento visando tirar melhor possível dos “*agentes das unidades*”, os quais compunham a massa de trabalhadores. Tal a *arte de comandar* perpassava por alguns preceitos como: “1) ter conhecimento sobre seu pessoal; 2) excluir os incapazes; 3) conhecer os convênios e relações estabelecidos entre a empresa e os agentes; 4) dar bom exemplo; 5) manter vigilância estabelecendo regras sobre máquinas e trabalhadores; 6) não deixar se envolver pelos detalhes; 7) incentivar no pessoal a atividade, a iniciativa e o devotamento” (FAYOL, 1989 p. 120-121).

Destaca-se que com a crise capitalista que afeta o modelo fordista/taylorista e, por conseguinte a crise de 1929, queda da bolsa de Nova York, a solução para superprodução sobreveio com o keynesianismo, onde o Estado aumentou o mercado de consumidor, garantindo o pleno emprego e diminuindo a carga horária de trabalho,

visando obter o reaquecimento da produção industrial, instaura-se o “casamento virtuoso” do modelo fordista com as ideias de Keynes.

Tais mudanças dos modelos instituídos (Ford/Taylor/Fayol) ocorreram devido à diversas circunstâncias sociais, políticas e econômicas advindas de fatores como: desemprego, euforia nacionalista, repressão política entre outros, a crise atingiu em específico EUA e alguns países da Europa que tinham como base de produção o modelo de *linha de montagem*, a qual vinha sofrendo com a falta de eficiência e produtividade, de acordo com o desenrolar de cada tempo histórico e a emergência desses modelos de administração científica, postos em movimento pela grande indústria, no auspício do capitalismo industrial.

Demarcando esse período do apogeu da grande indústria, da sociedade salarial, do keynesianismo, do auspício dos regimes de bem-estar, podemos inferir que

A força de trabalho converteu-se numa mercadoria. Suas utilidades não mais são organizadas de acordo com as necessidades e desejos dos que a vendem, mas antes de acordo com as necessidades de seus compradores que são, em primeiro lugar, empregadores à procura de ampliar o valor de seu capital. É interesse especial e permanente desses compradores baratear sua mercadoria. O modo mais comum de baratear a força de trabalho é exemplificado pelo princípio de Babbage: fracioná-la nos seus elementos mais simples. E, como o modo capitalista de produção cria uma população trabalhadora ajustada às suas necessidades, o princípio de Babbage é, pela própria forma deste “trabalho do mercado”, posto em execução pelos próprios capitalistas. Toda fase do processo do trabalho é divorciada, tão longe quanto possível, do conhecimento e preparo especial, e reduzida a simples trabalho. Neste ínterim, as relativamente poucas pessoas para quem se reservam instrução e conhecimentos são isentas tanto quanto possível da obrigação de simples trabalho. Deste modo, é dada uma estrutura a todo o processo de trabalho que em seus extremos polariza aqueles cujo tempo é infinitamente valioso e aqueles cujo tempo quase nada vale. Esta poderia até ser chamada a lei geral da divisão do trabalho capitalista. Não é a única força atuando sobre a organização do trabalho, mas é certamente a mais poderosa e geral. Seus resultados mais ou menos adiantados em cada indústria e ocupação dão irrecusável testemunho de sua validade. Ela modela não apenas o trabalho, mas também populações, porque em longo prazo cria aquela massa de trabalho simples que é o aspecto principal das populações em países capitalistas desenvolvidos (BRAVERMAN, 1981, p. 79-80).

A assertiva de Braverman (1987) permite-nos inferir acerca de como a relação trabalho e educação é antagônica. Pois, se a educação possibilita transformação, mudança e ascensão social e financeira, sob os ditames do capital e do mercado promove um processo de construção desigual e excludente da classe trabalhadora, pois, como vimos, a cada modelo implantado na grande indústria verificamos a divisão do trabalho capitalista, já que ao assumir sua forma assalariada o trabalho se organiza de

acordo com os interesses do capital independente da vontade, anseios ou desejos da classe trabalhadora. Portanto, a educação sem as outras mediações necessárias, sozinha não conseguirá promover mudanças, mas sim continuará a mercê e sob os ditames do capital.

E ainda, com a introdução do “novo” modelo de produção advindo do processo de reestruturação capitalista, a partir da década de 1990, que buscava a recriação das bases de valorização e dominação ideológica do capital, surgiam, assim, novas estratégias de reorganização das forças produtivas. Todo esse processo se dá com a adoção do *toyotismo* e suas características marcantes:

1) Produção muito vinculada à demanda; 2) Ela é variada e bastante heterogênea; 3) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções; 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque que, no toyotismo, devem ser mínimos. Enquanto na fábrica fordista cerca de 75% era produzido no seu interior. Ela *horizontaliza* o processo produtivo e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente era produzido dentro dela (ANTUNES, 2001, p. 41-42).

Todas essas características levam-nos a compreensão da forma flexibilizada de acumulação capitalista que se baseia na reengenharia do capital e que tem contribuído nas consequências do mundo do trabalho, os quais são apreendidos por Antunes (2004, p. 336-337):

1) Há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordista e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típicos da fase do toyotismo;  
2) Há um enorme incremento do *novo proletariado*, do *subproletariado* fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado. São os “terceirizados”, subcontratados, “*part-time*”, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo;  
3) Vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentação.  
4) Há um incremento dos salários médios e de serviços, [...] níveis de desemprego acentuado.  
5) Há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas, e aqueles com cerca de 40 anos ou mais quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho.

6) Há uma inclusão precoce e criminosa de criança no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc.

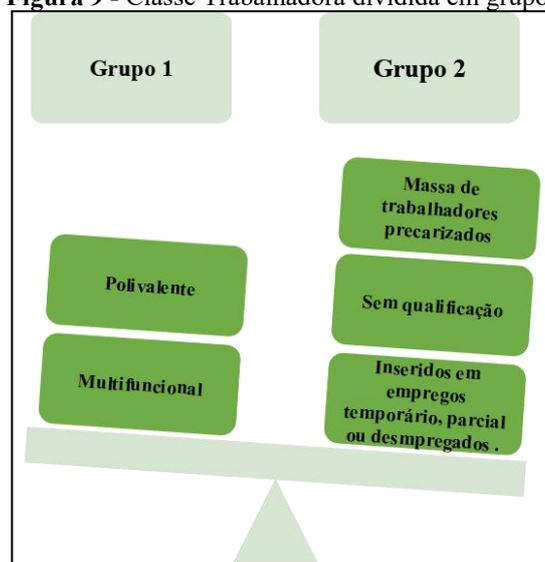
7) Há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado (MARX, 1978), em que trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços.

A partir dessa nova reorganização, o trabalhador passa a ser utilizado de uma forma diferente, passa a ser visto como *ser pensante*, o capital passa a explorar não apenas seus músculos, mas também sua imaginação e capacidade organizativa de cooperação, enfim, todas as virtudes da inteligência. Antunes (2000, p. 45) afirma ainda que

[...] um trabalhador que raciona no ato de trabalho e conhece mais dos processos tecnológicos e econômicos do que os aspectos estritos do seu âmbito imediato é um trabalhador que pode ser tornado polivalente. [...] cada trabalhador pode realizar um maior número de operação, substituir outras e coadjuvâ-las.

Devido à *crise estrutural do capital* instaurada, na era da acumulação flexível emergiu a necessidade de um trabalhador mais “qualificado”, especializado e flexível. Em tempos de neoliberalismo sustentando ideo-politicamente a chamada “acumulação flexível” (HARVEY, 1992), ocorreu a intensificação do trabalho aos moldes do sistema *just in time*. Ou seja, *acelerou-se, fragmentou-se, complexificou-se* a classe trabalhadora, criando assim dois grupos:

**Figura 9 - Classe Trabalhadora dividida em grupos.**



Fonte: Adaptado pela autora de Antunes (2001).

Podemos afirmar que o *grupo 2* é visto como a massa de trabalhadores que, sem qualificação, compõe o “exército de reserva” do sistema de produção vigente. Já o *grupo 1* são os trabalhadores da *era informacional*, ou seja, trabalhadores polivalentes, tais indivíduos passam a aliar, de forma funcional, o conhecimento teórico ao prático. Machado (1992, p. 19) afirma quanto a qualificação que:

[...] Polivalência significa simplesmente um trabalho mais variado como uma certa abertura quanto à possibilidade de administração do tempo pelo trabalhador e não importa necessariamente mudança qualitativa das tarefas. Representa mais uma racionalização formalista com fins instrumentais e pragmáticos calçada no princípio positivista de soma das partes. Não significa obrigatoriamente intelectualização do trabalho, mesmo se tratando de equipamentos complexos.

É notório que a adoção das novas tecnologias de automação e a robótica exigem a implementação de política de gestão do trabalho. Para esse grupo, em especial, buscou-se mecanismos via *qualificação* e não escolarização, para serem incluídos nos cargos de gerenciamento, exigindo-lhes um maior diferencial em suas ações.

As décadas seguintes foram períodos de institucionalização do modelo japonês inaugurando a década da *Qualidade Total*<sup>20</sup>, onde as empresas incutiram a *Cultura da Qualidade* como um grande fenômeno. Segundo Shiroma (1991), em seu artigo intitulado *O “Modelo Japonês” e a Educação do Trabalhador*, afirma que existem alguns ingredientes para se alcançar a qualidade total por meio da educação, quais sejam:

**Quadro 30** - Tendências para alcançar a qualidade total pela educação.

<b>Tendências da educação para o sistema de qualidade total</b>	
<b>1ª Tendência</b>	Atribui um peso fundamental à <i>educação escolar</i> . Os próprios japoneses atribuem seu sucesso econômico à política educacional do país, ao alto grau de escolaridade conseguindo após a Reforma de Meiji, e aconselham o Brasil a decidir por uma <i>política substancial de educação</i> , para que se torne um país desenvolvido.
<b>2ª Tendência</b>	Vê as técnicas como educativas, defendendo a ideia que a “ <i>educação permanente</i> ” deve ser fornecida pela empresa visando o desenvolvimento dos funcionários. [...] Por isso a educação reiterada é fundamental. Há necessidade de se promover um esquema de educação intensivo, atingindo cada pessoa com um ou dois programas anuais. [...] não devemos economizar na educação, pois o retorno será cem a mil vezes superior.
<b>3ª Tendência</b>	[...] além de considerar a influência da <i>Educação Formal</i> , atribuir um peso maior à cultura (valores, costumes,) na qual os trabalhadores japoneses são formados, e que não podem ser facilmente exportados como as técnicas ou tecnologias.

**Fonte:** SHIROMA, E. O. **O “modelo japonês” e a educação do trabalhador.** (1991). *Proposições*, 2(2), 61-67. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644456>. Acessado em: 01 ago. 2019.

<sup>20</sup> Andrade (2017) sinaliza que o termo “qualidade total” visa aproximar todas as esferas da sociedade com o mercado, visto que se expande a crescente mercantilização que assola a sociedade global.

O Modelo Japonês introduzido no Brasil para se readaptar no quesito de sanar as carências educacionais brasileiras promove um reajuste organizacional na forma de treinamentos nas empresas. Shiroma (1993, p. 63) afirma que as empresas brasileiras “[...] não veem a escolaridade como pré-requisito para o desenvolvimento, o atribuem às próprias técnicas japonesas o caráter de facilitador, indicado para regiões do Terceiro Mundo por “desviar” das falhas do sistema educacional formal”.

Logo, o Brasil não conseguiu estabelecer as metas do modelo japonês, flexibilizando a teoria japonesa em algo mais próximo à realidade interna e passou a utilizar o termo “Treinamento Industrial” em vez de “Educação Formal”, pois, não podemos perder de horizonte que

[...] O toyotismo é um passo à frente na forma de organização do trabalho se comparado às técnicas organizacionais desenvolvidas por Taylor. É um avanço no sentido de intensificar a exploração do trabalho capturando os elementos psicológicos do trabalhador articulado à inovações tecnológicas (microeletrônica), novas formas de gestão empresarial, um programa de qualificação profissional e premiação (no país de origem do toyotismo) (JULIO, 2003, p. 118).

No Brasil, a partir dos 1990, no Governo Collor de Mello (1990 a 1992) introjetou-se o discurso neoliberal, sobretudo nas políticas recomendadas pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial, que se baseavam políticas de gestão da qualidade total e terceirização (MOTA, 1998). O projeto engendrado pelo capital teve a tarefa de reformular todas as políticas sociais, com o intuito de habilitar o Estado a ser mínimo para a sociedade e máximo para o capital.

Com a introdução do modelo de “acumulação flexível”, sustentado pelo ideário neoliberal, vive-se a era da qualidade total. Para Ricardo Antunes (2005, p. 43)

O apregoado desenvolvimento dos processos de ‘qualidade total’ converte-se na expressão fenomênica, involucral, aparente e supérflua de um mecanismo produtivo gerador do descartável e do supérfluo, condição para a reprodução ampliada do capital e seus imperativos expansionistas e destrutivos.

No reino da qualidade total descarta-se e depreda-se o ambiente em torno de um consumismo crescente e suprime a capacidade de resistência dos sujeitos, pois vivemos em tempo de capitalismo manipulatório que modifica a subjetividade da classe trabalhadora. O *ethos* do modelo de produção que se finca em um trabalho com

aparência mais intelectual, já que propugna o envolvimento e a participação, ou melhor, o consentimento dos trabalhadores no ato de produzir e consumir, que fomenta a qualidade total tanto dos trabalhadores, quanto das mercadorias constitui-se em uma falácia, em *canto da sereia*. Ao passo que quando se deveria pensar em qualidade, deveria ser acerca de uma qualidade “atribuída aos homens e não às coisas; e a qualidade humana eleva-se e se refina na medida em que o homem satisfaz um número maior de necessidades e, portanto, torna-se independente delas” (GRAMSCI, 2001, p. 261).

É importante elucidar que, em tempos de descarte e consumo rápido, a educação tende a ser posta em uma bandeja a ser servida como produto para estimular o grande empresariado do ensino. O *empresariamento da educação* (NEVES, 2008) se deu dentro de um processo histórico culminando em fases:

[...] a *primeira*, compreendendo o período populista (1945-1964), na qual o Estado procura ampliar a oferta de vagas nas escolas públicas, embora não prescindir da rede escolar confessional para expandir a matrícula da educação básica, em especial do ensino médio. A *segunda* compreende o período da Ditadura Militar e de Abertura Política (1964-1989), na qual o Estado embora promova uma expansão considerável das suas escolas, estimula a expansão concomitante das escolas privadas confessionais e laicas, para fazer face às necessidades de aumento de produtividade da força de trabalho no período monopolista do nosso desenvolvimento capitalista e também para tentar obter o consenso de larga fâta das camadas médias urbanas ao projeto de sociedade hegemônico à época (NEVES, 2008, p. 01).

O *terceiro* momento se deu a partir das exigências dos organismos multilaterais nos anos 90, Neves (2008, p. 02) afirma que o “[...] o Estado passa a assumir diretamente a formação técnica e ético-política do trabalho simples, buscando a universalização do ensino fundamental e ampliando o acesso ao nível médio de ensino”. Para tanto, a questão da *escolarização*, passou a ser um “chamariz” para os trabalhadores que buscam mecanismos para se inserir no mercado de trabalho.

Já no governo de FHC (1994 a 2002) foi instituído o Plano Diretor, entendido como a “contrarreforma do Estado”, determina quais ações serão exclusivas e não exclusivas do Estado: “[...] A educação escolar se inscreve neste Plano em dois setores: atividades exclusivas do Estado (educação básica) e serviços não-exclusivos do Estado (educação superior)” (NEVES, 2008, p. 03).

Logo, o Estado promove a reengenharia na educação superior<sup>21</sup>, objetivando favorecer as Instituições de Ensino Superior privadas a transformarem a educação superior em uma mercadoria de fácil acesso, atendendo as exigências do capital na era da financeirização da economia.

Tal processo de expansão do ensino representa o reflexo de políticas de cunho privacionista, marcada por uma formação aligeirada e fragilizada, que visa fragilizar o papel e a importância das universidades públicas por meio da expansão de instituições privadas (Pereira, 2007; Silva Jr. e Sguissardi, 2001; Saviani, 2010). Porém, apoiando-se em José Carlos Rothen e Eduardo Pinto e Silva (2014, p. 7):

[...] a expansão da universidade pública e do ensino superior no Brasil se dá numa objetividade histórica e contraditória, fundada em aspectos econômicos e extraeconômicos, sempre sob a mediação do trabalho do ser social e singular do professor universitário e de práticas sociais e institucionais, circulares e intercambiantes, dos campos acadêmico, político e econômico

Na contemporaneidade a educação é vista como componente necessário à reprodução ampliada do capital sofre um processo de reengenharia como forma de revitalizar a subordinação real do trabalho ao capital, agora sob novas bases e sob os ditames da “geopolítica do capital em crise” (CARVALHO; GUERRA, 2015).

Para Andrade (2017, p. 175),

[...] Sob a lógica do capital a educação superior se redefine, num contexto de crise estrutural, ocasionando efeitos no trabalho docente desenvolvido no interior das IES. Portanto, expansão, mercantilização e aligeiramento são elementos presentes do processo de contrarreforma da educação e não apenas na base econômica, exatamente como Mészáros (2011, p.168) afirma: “o capital não é apenas um conjunto de mecanismos econômicos, como frequentemente se conceitualiza a sua natureza, mas um modo de reprodução sociometabólica multifacetada e onipotente, que afeta profundamente todo e cada aspecto da vida, desde o diretamente material/econômica até as relações culturais mais mediadas”.

Neste sentido, ao trabalhador contemporâneo, no processo de inserção no ensino superior, vende-se um discurso da qualificação, por meio da educação, com vistas à inserção ao mercado de trabalho, contudo esta é, por vezes, residual, provisória e precária. Desmontar esse discurso e despir essa “ilusão” junto à classe trabalhadora só

<sup>21</sup> Andrade (2017, p. 327) *apud* Tonegutti e Martinez, ao afirmar que a reengenharia educacional, sob o toque da expansão de vagas, tende a promover a “[...] a modificação do perfil desses novos universitários vai favorecer as instituições privadas, principalmente considerando que a meta de dobrar a relação professor/aluno preconizada pelo MEC.

será possível se problematizarmos de forma crítica o mundo do trabalho, por meio da economia política para assim visualizar a emergência do *precariado* não como uma “nova” classe social, mais como expressão fenomênica desse processo na atualidade.

Para dar visibilidade ao argumentos acima Porto e Régnier (2013) em um Estudo de abordagem exploratória, intitulado: *Ensino Superior no Mundo e no Brasil – Condicionantes, Tendências e Cenários para o Horizonte 2003-2025*, a apresentam os prováveis cenários da educação superior no Brasil em suas várias nuances, contendo variáveis de dimensões, social, política, cultural e ambiental, o estudo trás em seu bojo indicadores divididos por cenários quais sejam: 1. Cenário A: Massificação Planejada; 2. Cenário B: Massificação Segmentada; 3. Cenário C: Massificação Desqualificada e 4. Cenário D: Tudo pelo Mercado.

Tais tendências apresentadas para o ensino superior brasileiro face às escolhas políticas do Estado, demonstram que o ensino superior passou por um processo de transformação dentro do contexto de evolução mundial e nacional, trazendo como pano de fundo a dita “elevação da escolaridade dos cidadãos, visto que, os diferentes cenários direcionam o ritmo e intensidade das reformas educacional.

Quando Porto e Régnier (2013, p. 128) trazem: cenário A - massificação planejada: a educação passa a ser o foco do grande capital, em especial das grandes empresas educacionais por meio de estímulos governamentais aderindo as parcerias público-privado com intuito de alavancar as matrículas, em especial a oferta de ensino a distância:

No campo da educação, o Ministério da Educação consegue melhorar substancialmente a qualificação dos docentes. Reduz-se o problema da evasão e repetência no ensino fundamental, aumentando a demanda por vagas no ensino médio. Para atender a esta demanda, o governo federal estimula os governos estaduais e municipais a realizarem parcerias com outras instituições, dentre elas universidades e faculdades e o Sistema S (PORTO; RÉGNIER, 2013, p. 134).

Com a demanda de vagas, o governo insere estímulos financeiros, ou seja, incentivos fiscais nas grandes empresas visando o fortalecimento das instituições privadas, [...] “Com isso têm-se um maior equilíbrio na oferta, com o segmento privado respondendo por cerca de 60% das matrículas e o segmento público com 40%” (PORTO; RÉGNIER, 2013, p. 135).

Com relação ao cenário B - Massificação segmentada: afirma-se que este cenário a inclusão se dará por meio da educação, agora no nível superior, regulado pelo o Estado

e tratado como mercadoria seguindo a lógica do capital. [...] o financiamento quanto o crescimento do sistema como um todo se dão muito mais pela via privada do que pela pública, permanecendo um grande desnível na oferta, com o segmento privado respondendo por 80% das matrículas” (PORTO; RÉGNIER, 2013, p. 144).

Para os autores, o grande fator motivador para a busca por escolaridade é convicção de que os indivíduos investindo na educação terão retorno para o futuro e, portanto, terão acesso aos bens de consumo.

No que se refere ao cenário C - Massificação Desqualificada - a educação ainda é o foco, porém, “[...] devido à grande demanda, universidades e faculdades públicas federais, estaduais e municipais são incentivadas a utilizar toda a sua infraestrutura e recursos para expandir a oferta de cursos de graduação inclusive na modalidade a distância, mas também na implantação de flexibilidades nos currículos e nas novas modalidades de atendimento, com ênfase para os cursos de curta duração e a graduação profissionalizante” (PORTO; RÉGNIER, 2013, p. 154).

Como pode ser observada, a condução da política pública de educação superior pode em determinado momento ser híbrida, porém, a conjuntura atual tende a nos mostrar que caminhamos para o cenário D, visto que

[...] a contrarreforma do Estado brasileiro traz as seguintes implicações para o ensino superior: expansão da privatização da oferta de cursos; liquidação da relação ensino/pesquisa/extensão; concepção das universidades de forma operacional e pragmática; submissão das atividades acadêmicas a lógica do mercado/capital e a autonomia das universidades canalizada para a administração dos recursos financeiros necessários para a manutenção da vida acadêmica (AGAPITO, 2016, p. 128).

Fragiliza-se a educação, aligeira-se a formação e, com isso, compromete-se a função principal da educação: ser fundamental para a formação de uma cidadania crítica em contraposição a uma cidadania de consumo. Por isso que ao vincularmos educação ao “trabalho sem mediações tem sido relevante para culpar as vítimas (desempregados escolarizados) ou legitimar ações políticas que possibilitam a “ilusão de desenvolvimento” (ARRIGHI, 1997, p.40) sem alterar a ordem social desigual” (SEGNINI, 2000, p. 80). É válido esclarecer que o Brasil já se encontra inserido significativamente nesses cenários aqui explicitados.

Será a necessidade de vincularmos, por meio de mediações, a educação ao trabalho, com vistas a elucidar o conceito de precariado na atualidade, sua funcionalidade, suas

nuances e contornos para assim avançarmos na busca pela defesa da educação superior de qualidade a partir da reorganização do movimento de educadores, enfim de trabalhadores que possibilitassem o aprofundamento da análise da situação atual. Devemos arregimentar forças para uma grande mobilização nacional capaz de traduzir em propostas concretas a defesa de uma educação pública de qualidade acessível a toda a população brasileira, a partir da crítica da economia política (SAVIANI, 2005).

Com base no arsenal teórico-prático construído até o presente momento é que se verticaliza a análise no tópico a seguir como forma de responder ao enigma do *precariado*, a partir da expansão da educação superior, com ênfase na pós-graduação, correndo-se o risco de sermos devorados caso a resposta ao presente enigma não trouxer à tona esse conceito em toda a sua totalidade.

### **3.3 O precariado e suas múltiplas caracterizações na pós-graduação da UFAM**

Vivemos em tempos difusos, onde ter é mais importante do que ser. O precário mundo tende a entrar em colapso, já que caminhamos a passos largos para vias e caminhos que tender a retroceder conquistas históricas, bem como para uma possibilidade de destruição, pois de acordo com Mészáros (1998, p.1)

[...] Vivemos na era de uma crise histórica sem precedentes. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema do capital. Como tal, esta crise afeta — pela primeira vez em toda a história — o conjunto da humanidade, exigindo, para esta sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

Compreender os fatores que contribuem para tais agravos é indispensável, visto que esses fatores são determinantes para o novo pensar do mundo do trabalho e norteiam toda a discussão que travamos até aqui, permitindo inferir que o sistema do capital

[...] em todas as suas formas capitalistas ou pós-capitalistas tem (e deve ter) sua expansão orientada e dirigida pela acumulação. Naturalmente, o que está em questão a este respeito não é um processo delineado pela crescente satisfação das necessidades humanas. Mais exatamente, é a expansão do capital como um fim em si, servindo à preservação de um sistema que não poderia sobreviver sem constantemente afirmar seu poder como um modo de reprodução ampliado. O sistema do capital é essencialmente antagonico devido à estrutura hierárquica de subordinação do trabalho ao capital, o qual usurpa totalmente — e deve sempre usurpar — o poder de tomar decisões. Este antagonismo

estrutural prevalece em todo lugar, do menor “microcosmo” constitutivo ao “macrocosmo” abarcando as relações e estruturas reprodutivas mais abrangentes. E, precisamente porque o antagonismo é estrutural, o sistema do capital é — e sempre deverá permanecer assim — irreformável e incontrollável (MÉSZÁROS, 1998, p.3)

Delimitada a concepção de desenvolvimento que nos move e na qual a educação faz parte é que questionamos acerca do nosso objeto de estudo: Como a expansão da pós-graduação dá visibilidade ao precariado? 2) Como o precariado vem se transformando e se moldando tendo o pano de fundo a pós-graduação? 3) Como esse precariado se percebe na cena contemporânea?

Entender essa camada social é desfiar um caminho para sua superação, visto que, o precariado é composto pela precariedade instituída, pela idealização da educação mercantilizada e pelo sonho da ascensão social. Esses ingredientes foram postos à prova, em um caminhar metodológico da arte da pesquisa. Nesse tópico iremos construir o perfil aproximado do precariado, a partir da realidade investigada.

A análise realizada tendo como base os dados e informações oriundas da pesquisa de campo teve a intenção de aprofundar as discussões acerca desse conceito que se encontra em plena construção e envolve inúmeras polêmicas. Logo, é necessário comprovação e refutação do que se busca, pois, é salutar reafirmar o tempo/espaço que a pesquisa foi realizada, garantido assim, fidelidade e confiabilidade dos dados coletados.

Ressalta-se que a pesquisa em tela está situada no coração da Amazônia, na Região Norte, especificamente no Estado do Amazonas, tendo como campo empírico a Universidade Federal do Amazonas, particularmente seus cursos de Pós-graduação nas diversas áreas de conhecimento. Adentrar no universo que produz conhecimento, a universidade, é mergulhar profundamente em águas turvas, vide a necessidade de se construir e reafirmar o que se pretende com tal estudo, ou seja, um universo de possibilidades e ao mesmo tempo de frustrações.

Visando realizar uma aproximação dos sujeitos reais da pesquisa com as características acima mencionadas, aplicamos um questionário (APÊNDICE E) com perguntas abertas e fechadas, junto aos egressos<sup>22</sup> dos PPG's, no período de agosto a novembro de 2017, atingindo um total de 1.065 (mil e seiscentos e cinco) sujeitos potenciais (2000 a 2015).

---

<sup>22</sup> Coleta de dados primários preliminares. Utilizou-se essa “sondagem” para atingir o universo de sujeitos reais da pesquisa.

A aplicação se deu via *e-mail* pela ferramenta *Google Docs*, onde foi enviado questionário que se constituiu em uma pré-seleção dos sujeitos – egressos dos programas de pós-graduação em análise. O quadro abaixo traz o perfil desses pesquisados, os quais atendem os indicadores que estão delimitados na literatura.

**Quadro 30 - Perfil dos sujeitos reais da pesquisa**

Nº	Sexo	Idade	Naturalidade	Graduação	Qual a sua ocupação (emprego) depois de se qualificar a nível de mestrado e doutorado?	Essa ocupação era na sua área de formação?
1.	Feminino	40	Natal/PE	Administração	Não informado	Sim
2.	Feminino	39	Manaus/AM	Ciências Econômicas	Consultora/analista de P&D/professora	Sim
3.	Masculino	39	Recife/PE	Zootecnia	Zootecnista extensionista	Sim
4.	Masculino	39	Parintins/AM	Biologia	Não informado	
5.	Feminino	39	Manaus/AM	Serviço social	Assistente social, chefe no departamento de pesquisa	Sim
6.	Masculino	39	Boa vista/RR	Processamento de dados	Não informado	Sim
7.	Feminino	38	Careiro castanho/AM	Serviço social	Professora	Sim
8.	Feminino	38	Careiro castanho/AM	Serviço social	Professora	Sim
9.	Feminino	38	Coari/AM	Pedagogia	Professora do ensino superior	Sim
10.	Feminino	38	Recife/PE	Química	Perita criminal	Sim
11.	Masculino	38	Manaus/AM	Computação	Empresário	Sim
12.	Feminino	38	Tefé/AM	Engenharia da computação	Não informado	Não informado
13.	Masculino	38	Manaus/AM	Biologia	Professor	Sim
14.	Feminino	37	São Gabriel da Cachoeira/AM	Agronomia	Docente	Sim
15.	Feminino	37	Manaus/AM	Farmácia	Farmácia	Sim
16.	Feminino	37	Manaus/AM	Psicologia	Professor	Sim
17.	Feminino	37	São Vicente/SP	Biomedicina	Coordenador de Curso de Graduação	Sim
18.	Masculino	37	Fortaleza/CE	Biologia	Professor universitário	Sim
19.	Masculino	37	Joinville/SC	Química	Professor	Sim
20.	Feminino	36	Parintins/AM	Ciências Sociais	Docente de nível superior	Sim
21.	Feminino	36	Maués/AM	Normal Superior	Professora	Sim
22.	Feminino	35	Manaus/AM	Agronomia	Não informado	Não informado
23.	Masculino	34	Manaus/AM	Química	Sou professor da universidade federal	Sim
24.	Masculino	33	Manaus/AM	Engenharia de Pesca	Docente	Sim
25.	Feminino	33	Manaus/AM	Química	Professor	Sim
26.	Masculino	32	Ilicínea/MG	Agronomia	Servidor público – professor	Sim
27.	Masculino	31	Manaus/AM	Biologia	Não informado	Não

28.	Feminino	31	Manaus/AM	Tecnologia em Sistemas de Telecomunicações	Professor de carreira EBTT	Sim
29.	Masculino	30	Manaus/AM	Tecnólogo em Processos Químicos	Bolsista doutorado	Sim
30.	Feminino	30	Manaus/AM	Biologia	Massoterapeuta	Não

Fonte: Pesquisa de campo, 2018.

O quadro é entendido como caracterização da amostra da pesquisa, ou melhor, do universo dos sujeitos da pesquisa realizada como resultado da aplicação do pré-teste, o qual estabeleceu-se por meio do critério de inclusão: “Jovens/adultos na faixa-etária dos 20/40 anos”, perfazendo um total de 30 sujeitos de pesquisa, enquadrados no perfil estabelecido. Importa frisar que foi aplicado junto a este público um questionário (APÊNDICE B) por meio da ferramenta *Google Docs*, visando, assim, aprofundar a discussão em torno da centralidade da tese. Para tanto, desse total de sujeitos Egressos (Pós-graduação) que atenderam aos critérios estabelecidos, 11 (onze) deram retorno, conforme demonstra o quadro 31.

Destaca-se que o conhecimento produzido foi coletado a partir de sujeitos da pesquisa que deram voz a tese, adensando o referencial teórico construído a muitas mãos. E foi a partir desses sujeitos que se pode problematizar a expansão da educação superior em específico à pós-graduação (*Stricto Sensu*) para assim, conhecer o processo de visibilidade da camada do precariado. Para tanto, apresenta-se o perfil acadêmico dos egressos da UFAM, sujeitos reais deste estudo, sujeitos vivos que compõem o grande emaranho de falas, sentimentos, frustração e esperança:

Quadro 31 - Perfil dos sujeitos da pesquisa, 2019

Sujeito (furação)	Idade	Naturalidade	Estado civil	Área de formação na graduação	Ano de formação	Área de formação no Mestrado	Ano de formação	Área de formação no Doutorado	Ano de formação
Florence (2018)	38	São Gabriel da Cachoeira	União Estável	Ciências Agrárias	2007	Ciências Agrárias	2009	Ciências Agrárias	2014
José (2017)	34	Manaus	Solteiro	Ciências Agrárias	2007	Ciências Agrárias	2015	-	-
Michael (2018)	38	Manaus	União Estável	Ciências Biológicas	2005	Ciências Biológicas	2008	Ciências Biológicas	2013
Matthew (2016)	37	Fortaleza	Divorciado	Ciências Biológicas	2006	Ciências Biológicas	2010	Ciências Biológicas	2015
Leslie (2018)	39	Parintins	Solteiro	Ciências Biológicas	2004	Ciências Agrárias	2009	Ciências Agrárias	2019
Irma (2017)	40	Natal	Casado	Ciências Humanas	2006	Ciências Humanas	2014	-	-
Ophelia (2017)	39	Manaus	Casado	Ciências Sociais	2003	Multidisciplinar	2010	Multidisciplinar	2015

<b>Maria (2017)</b>	39	Manaus	Solteiro	Ciências Humanas	2002	Ciências Biológicas	2009	Ciências Sociais Aplicadas	2015
<b>Harvey (2004)</b>	35	Manaus	Casado	Ciências Exatas	2004	Ciências Exatas e da Terra	2008	Ciências exatas e da terra	2017
<b>Dennis (2005)</b>	31	Manaus	Casado	Ciências Exatas	2011	Ciências Exatas e da Terra	2014	Ciências exatas e da terra	2018
<b>Irene (2011)</b>	36	-	União Estável	Ciências Humanas	2008	Ciências Humanas	2016	-	-

Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2019.

O quadro apresentado detalha o perfil dos pesquisados, identificados por nomes de furacões ocorridos no período de 2004 a 2019, pois se entende que a história de vida de cada indivíduo é composta por intensas tempestades que podem se aguçar, se aquietar ou transformar. São sujeitos vivos, que constroem suas histórias ligando-se a um mundo acadêmico.

Buscou-se *identificar o perfil dos egressos (formados)* dos cursos de pós-graduação da UFAM que compuseram a pesquisa, a partir das seguintes variáveis, quais sejam:

- ✓ **Quanto ao sexo:** 54,5% são do sexo feminino e 45,5% do masculino;
- ✓ **Quanto à faixa-etária:** está entre 31 a 40 anos;
- ✓ **Quanto à naturalidade:** 72,7% são natural da Região Norte, 18,1% são da Região Nordeste e 9,2% não identificados;
- ✓ **Quanto ao estado civil:** 36,4% solteiros, 9,1% divorciado, 27,3% casados e 27,3% união estável.
- ✓ **Quanto à escolaridade dos pais:** Não alfabetizados (2); Ensino Fundamental incompleto (8); Ensino Fundamental Completo (2); Ensino Médio Completo (4); Ensino Superior Completo (6).
- ✓ **Quanto à participação política:** 100% dos egressos pesquisados não participam de partido político; 82% não se consideram representados por nenhuma entidade; 95% não se consideram representados por entidade sindical; 9% por entidade estudantil.
- ✓ **Quanto à idade ao término de sua última Pós-graduação** (mestrado e/ou doutorado): 63,6% (31 a 35 anos); 18,2% (36 a 40 anos); 9,1% (20 a 25 anos); e 9,1% (26 a 30 anos).
- ✓ Dos 11 (onze) entrevistados 08 (oito) concluíram o doutorado nas várias áreas do conhecimento: agrárias (2); biológicas (2); exatas (2); e multidisciplinar (1).

As variáveis elencadas no perfil acadêmico dos pesquisados revelam-nos que a maioria é do sexo feminino, encontra-se na faixa etária de 31 a 40 anos, visto que majoritariamente (63,5%) desses sujeitos terminou sua última pós-graduação na faixa etária de 31 a 35 anos, os mesmos possuem, majoritariamente, como estado civil: solteiros e predominantemente são da região Norte.

Esse perfil relaciona-se ao ciclo expansionista na educação superior nos anos 2000, pois a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), órgão vinculado ao Ministério da Educação, informa que os cursos de mestrado e doutorado mais que dobraram em 15 anos. Para se ter uma noção dessa expansão em 2000 havia 1.439 programas disponíveis, esse número ampliou-se para 3.905 em 2015. Destaca-se que no decorrer desse processo expansionista, o Amapá foi o último estado do país a receber um curso de pós-graduação, no ano de 2006.

Ressalta-se que no ano de 2015, mais de 325 mil estudantes se matricularam em programas de pós-graduação com diferentes linhas de pesquisa, conforme o relatório do CGEE - Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2016) que revela a expansão da educação superior brasileira nos últimos anos. Traduzindo o processo expansionista em números, em 1996 pouco menos de 3 mil pessoas receberam o diploma de doutor, já em 2004 foram concedidos 16.729 títulos, o que corresponde a um crescimento de 486,2%. Os cursos de mestrado também apresentaram evolução, visto que se no ano de 1996, o número de diplomas expedidos passou de 10.482, já em 2014 atingiu-se o quantitativo de 50.206 diplomas concedidos.

Se focarmos a análise na variável sexo/gênero, o perfil encontrado coaduna-se com o que Rosemberg (1990); Rosemberg (2001); Carvalho (2004); Artes e Carvalho (2010) afirmam: as mulheres apresentam melhores indicadores educacionais desde a educação básica este sucesso se mantém e se expande também quando se analisa as informações ao nível de pós-graduação.

Corroborando em parte com os autores, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), responsável pela manutenção da Plataforma Lattes, informa que no ano de 2016, havia 44.337 mestres mulheres e 38.984 homens. Entre aqueles que concluíram o doutorado, a situação diverge, pois são 63.853 doutoras e 70.567 doutores. Contudo,

[...] Elsevier em março de 2017, publicou um estudo global sobre a questão de gênero na produção científica revelou um dado animador para o Brasil: nos últimos anos, as mulheres superaram a disparidade

histórica e agora produzem 49% de todos os trabalhos publicados no país. De 2011 a 2015, 153.967 artigos foram assinados por pesquisadoras. A participação feminina superou o índice de países como Estados Unidos, Reino Unido e Japão — Portugal é o único que empata nesse quesito com o Brasil. (TANJI, 2017, p.05)

E ainda, sobre a inserção desse quantitativo de sujeitos na pós-graduação, a CAPES (2018) analisa que nesse processo de expansão existem cerca de

[...] 40 mil alunos de pós-graduação sem bolsas. Muitos, porém, têm vínculo empregatício e não podem receber o benefício. “O aumento dos alunos da pós-graduação não é acompanhado pelo orçamento das agências. Na Capes, o crescimento foi de 2% ao ano”. Dos 122.295 estudantes matriculados em 1.925 programas de pós-graduação reconhecidos pelo MEC, 44.112 são bolsistas. Destes, 23.801, ou 54%, são financiados pela Capes; 13.166 pelo CNPq; 4.249 pelas fundações de amparo à pesquisa (FAPs) e 2.896 por outras instituições.

Com base nessa informação quando se questionou aos pesquisados se eles tiveram acesso a algum tipo de bolsa<sup>23</sup> em algum momento da educação superior, os dados comprovam: 63,6% (7) graduação, 90,9% (10) mestrado, 63,6% (7) doutorado. Ou seja, majoritariamente os entrevistados tiveram acesso a bolsas de pesquisa e permanência na universidade.

Para dar visibilidade aos dados acima, as falas esclarecem a importância das bolsas para a realização da pesquisa na educação superior, visto que, a mesma é um elemento motivador no ambiente universitário. Vejamos o que as falas dos pesquisados nos revelam:

Sim, pois, não haveria possibilidade de me manter financeiramente em Manaus (Florence, 2018).

Sim, pois seria a única fonte para custear os estudos (José, 2017).

Sim. A bolsa me permitia dedicação aos estudos (Michael, 2018).

Sim. Foi um dos motivos como o mercado de trabalho está cada vez mais competitivo a bolsa é um incentivo (Leslie, 2018).

Sim. Porém, não havia bolsa para o curso que almejava (Irma, 2017).

---

<sup>23</sup> Segundo a Associação Nacional dos Pós-graduandos (ANPG): Entende-se por bolsa de pesquisa o custeio pago pelo Estado às(aos) pós-graduandas(os) da modalidade *stricto sensu* por meio das agências de fomento Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), por meio das Fundações de Amparo à Pesquisa (FAP) e por meio de parcerias público-privadas eventualmente estabelecidas pelas IES e/ou programas. Ler: ANPG. **Documento de Direitos e Deveres das Pós-Graduandas e dos Pós-Graduandos do Brasil**. Disponível em: <http://www.anpg.org.br/wp-content/uploads/2015/12/DOCUMENTO-DE-DIREITOS-finalizado.pdf>. Acessado em: 12 de setembro de 2019.

Sim, para ter mais dedicação e empenho no desenvolvimento das atividades acadêmicas (**Harvey, 2004**).

Com certeza. O auxílio financeiro é de fundamental importância para manutenção do estudante durante o curso (**Dennis, 2005**).

Sim, considerando o atual cenário de precarização do mercado de trabalho. Estudar e receber bolsa torna-se crucial para a própria manutenção do pós-graduando (**Irene, 2011**).

É unânime por parte dos egressos pesquisados que o fato de terem se utilizado da bolsa durante o período da pós-graduação. Seja por possibilitar maior e melhor dedicação com o conhecimento a ser produzido, seja pela manutenção no decorrer da pós-graduação, já que por vezes a bolsa é a única fonte de recursos que sujeitos possuem durante esse processo formativo.

Chama atenção também as falas que relacionam a necessidade da bolsa devido ao “atual cenário de precarização do mercado de trabalho” (*Irene, 2011*), como também a que afirma que se utilizou da bolsa, porém “não havia bolsa para o curso que almejava” (*Irma, 2017*). Essas falas revelam a problemática que envolve o sistema de concessão de bolsas para os cursos de pós-graduação.

A pesquisa revelou também um quantitativo de egressos pesquisados que não se utilizaram da bolsa no decorrer da sua pós-graduação, vejamos o que eles expõem:

Não. Por ser docente no interior, a motivação era o progresso na carreira (**Matthew, 2016**).

Não. A bolsa foi possibilidade de ter mais tempo disponível para pesquisa (**Ophelia, 2017**).

Não. Os elementos motivadores que me nortearam para o mestrado foram à qualificação profissional e a possibilidade de contribuir com pesquisas para a Amazônia (**Maria, 2017**).

Os discursos revelam que para esses pesquisados não ocorreu à necessidade de se utilizarem das bolsas ofertadas para seus cursos, contudo devemos refletir que o sistema de bolsas desempenha um papel fundamental no acesso, garantia e permanência dos discentes que se inserem nas diversas áreas e níveis da educação superior.

Destaca-se que o sistema de pós-graduação brasileiro na busca por melhoria na Ciência e Tecnologia, investiu nos governos de Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2016) em políticas universais em conjunto com as agências de fomento (CAPES, CNPq, Fundações) no fortalecer do sistema de formação e avaliação de programas de pós-

graduação com bolsas no país (MARTINS, 2005). O que constitui um fator importante quando se pensa em desenvolvimento de um País, pois de acordo com Saviani (2005, p.37)

[...] a pós-graduação se constituiu num espaço privilegiado para o incremento da produção científica e, no caso da educação, também para o desenvolvimento de uma tendência crítica que, embora não predominante, gerou estudos consistentes sobre cuja base foi possível formular a crítica e a denúncia sistemática da pedagogia dominante, alimentando um movimento de contra ideologia!

Contudo, deve-se avaliar como se dá essa forma de expansão da pós-graduação em nosso País, como propugna Saviani (2005), como espaço privilegiado para o incremento da produção científica crítica que visa satisfazer as necessidades básicas da nossa população ou uma expansão vinculada à política científica e tecnológica numa perspectiva, ou melhor, em uma visão instrumentalista do desenvolvimento científico brasileiro. Para que isso não ocorra não podemos esquecer, do que disse Guimarães (2008, p.32), o “importante é crescer com qualidade, não crescer a qualquer custo”.

Atualmente, mudanças na forma de avaliar a pós-graduação estão sendo colocadas em andamento e precisam compreender as singularidades e particularidades que separam e aprofundam as assimetrias existentes entre as regiões do País e que afetaram a concessão das bolsas para os programas de pós-graduação, visto que a CAPES (2019) operou um corte de 8% na concessão de bolsas e esse corte afeta diretamente os programas pós-graduação de nota 3.

De acordo com os egressos pesquisados a ausência de recurso durante a pós-graduação, tende a levar a desistência, visto que, *Florence (2018)* confirma que sua permanência se deu por conta da bolsa: “*dependia da Bolsa para pagar a alimentação, transporte e material de estudo*”.

Sabemos que acessar e permanecer na pós-graduação constituiu um desafio para os que querem fazer pesquisa, ciência em nosso País. Por isso que *José (2017)* constatou que: “*Os meus pais não tem condições financeira de manter meus estudos fora do meu domicílio*”. Daí reside também à necessidade do uso da bolsa de fomento.

Nesse sentido Martins (2002) afirma que as agências de fomento do governo federal, sendo elas, Capes e o CNPq (C&T) sempre foram responsáveis na questão de investimento contínuo e substancial ao sistema nacional de pós-graduação, por meio de apoio financeiro visando garantir: infraestrutura; criação, manutenção e um contínuo

repassse de bolsas nacionais e internacionais para mestrado, doutorados e participação de eventos científicos.

Porém, a CAPES (2019) afirma que existe um quantitativo de 211.784 (duzentas e onze mil, setecentos e oitenta e quatro) bolsas ativas em todas as áreas de conhecimento, no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), porém, 92.680 (noventa e dois mil, seiscentos e oitenta) bolsas devido ao *contingenciamento* ocorrido no governo atual, serão cortadas 2,65%, ou seja, 5.613 (cinco mil e seiscentos e três) bolsas, um total de R\$37,8 (trinta e sete, oito milhões) em 2019, podendo chegar a um corte de R\$544 (cinquenta e quarenta e quatro milhões) nos próximos quatro anos.

Os dados revelam que os mais afetados são os sujeitos oriundos das camadas populares que ascenderam ao ensino superior por meio de um processo expansionista, cuja ênfase se deu nos anos 2000, por meio de políticas de ação afirmativa. Contudo, e devido a condução das política para a pós-graduação, esses mesmos sujeitos podem ter obliteradas as possibilidades de acessar aos níveis de pós-graduação devido ao pouco incentivos por parte do governo.

Devido à crise instaurada no mercado de trabalho, o número de desempregados chegou a 28,3 (vinte e oito, três milhões) de pessoas no 1º trimestre de 2019 (PNAD CONTÍNUA, 2019), um quantitativo de jovens/adultos que ingressaram no ensino superior e ao terminarem sua graduação estão buscando na pós-graduação uma alternativa de se manter dentro das universidades no intuito continuarem acessando “bolsas”, seguindo o *ethos* de que aprimorar as habilidades e competências possibilita a um diferencial de empregabilidade.

Ressalta-se que a pós-graduação surge como uma opção para esses sujeitos devido à falta de experiência e a dificuldade de entrar no mercado de trabalho. *Florence (2018)* afirma: “optei por ir seguidamente da graduação, mestrado e doutorado, entrei na UFAM em 2001 e saí em 2015, após concluir o Doutorado”. A egressa pesquisada representa aquele estudante que faz todo o percurso de formação em um só fôlego, por vezes motivado pela manutenção da bolsa de fomento, devido ao pouca oportunidade de inserção no mercado de trabalho, ou para se inserir em melhores condições de trabalho.

Necessita-se descortinar se oportunidade de ter uma bolsa de fomento por meio da pós-graduação conduz a condição de precariado, na condição de sujeito que busca a qualificação, tendo como anseio a possibilidade de adentrar ao mercado de trabalho, porém essa possibilidade esbarra no determinante histórico: a *crise estrutural do capital*.

Buscando compreender todo o processo de que envolve a vida do egresso evidenciou-se esforço para salientar o *perfil socioeconômico dos egressos*, para assim, se aproximar da realidade desses sujeitos. Vejamos as variáveis analisadas: a) Quanto ao regime jurídico e b) Quanto à faixa salarial, c) tempo de inserção na ocupação/trabalho, d) Quanto à carga horária de jornada de trabalho, e) Quanto à inclusão na área de formação (graduação/pós-graduação):

✓ **Quanto ao regime jurídico de sua inserção no mercado de trabalho: Os egressos pesquisados encontram-se em 03 grupos:** a) *Desempregados*: 03 (três) sem nenhuma remuneração; b) *Contratado esfera pública e privado*: 01 (um) recebe (até 3 salários mínimos) 02 (dois) recebem (até 5 salários mínimos) ; c) *Concursado*: 5 (cinco) recebendo (10 a 15 salários); Os dados revelam que as relações trabalhistas salariais estão ligados diretamente ao inserção dos egressos ao mercado de trabalho, ou seja, mesmo após a finalização da pós-graduação os pesquisados ou encontram-se desempregados ou continuam inseridos no mesmo local de trabalho o que os levam a não alteração dos valores salariais.

✓ **Quanto ao tempo de inserção no mercado de trabalho:** 5% (*menos de 1 ano*); 36% (*1 a 4 anos*); 27% (*5 a 10 anos*); 5% (*acima de 10*); e 27% (*não se aplica*). Esses dados estão ligados a questão de garantia de vínculos empregatício, ou seja, a proteção e regulamentação sobre o tempo de contratação *versus* demissão, sendo que 8 (oito) egressos pesquisados mantém-se inseridos em concursos públicos e/ou empregos temporários e 03 (três) estão desempregados sem proteção social.

✓ **Quanto à carga horária de jornada de trabalho:** (5) 45,4% afirmam 40 horas; (3) 27,3% afirmam acima 40 horas; (3) 27,3% não se aplica.

✓ **Quanto à inclusão no mercado de trabalho utilizando a formação (graduação/pós-graduação):** 63,6% (7) afirmam que desenvolvem atividades laborais tendo como base sua formação; 18,2% afirmam que as atividades laborais não tem vínculos com a formação (2) e 18,2% encontram-se desempregado. Majoritariamente os egressos pesquisados que conseguiram se inserir no mercado de trabalho utilizam sua formação. Vale esclarecer, 04 (quatro) egressos realizam atividades (com ou sem vínculos laborais) sem a utilização da formação (mestrado e doutorado), o que acaba gerando a falta de *identidade profissional*.

O perfil dos egressos pesquisados revela que os mesmos se encontram em grupos distintos vistos dentro do *modelo flexível*, inseridos em dois grandes grupos como

afirmam Mota e Amaral (2006, p. 31): “os empregados estáveis do Grande Capital e os empregados excluídos do emprego formal, estes últimos, sujeitos ao trabalho desprotegidos”. Por isso que argumentamos que a “face” do precariado aqui exposta, constitui-se a um precariado que apresenta as características condizentes com o neodesenvolvimentista presente em nosso país, pois corresponde ao estágio do desenvolvimento capitalista de nosso país, portanto, difere em forma do que apresentado em estudos realizados nos países de capitalismo maduro, porém não de conteúdo, pois resguardam características advindas da precariedade do trabalho.

Segundo dados do Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE, 2019) a taxa de desocupação de doutores chega a 25%, no caso dos mestres é 35% fora do mercado de trabalho. Os dados demonstram-nos que nem sempre os mais bem qualificados conseguem se inserir em empregos no país. Vejamos um exemplo clássico:

O estatístico Paulo Tadeu Oliveira, de 55 anos, defendeu seu doutorado na Universidade de São Paulo (USP) em agosto de 2008. Dez anos depois, ainda não conseguiu ingressar no mercado de trabalho. O pesquisador, que é deficiente visual, emendou três pós-doutorados em busca de especialização e experiência, mas não passou nas diversas seleções para o quadro de universidades públicas. Atualmente, está no quarto estágio pós-doutoral, desta vez sem apoio financeiro (SAYURI, 2018, p.1).

A desumanização das relações face a precarização no mundo do trabalho, leva o indivíduo a permanecer na universidade por falta de oportunidade e perda de autonomia pessoal e profissional. Se submete a viver de “bolsas” em decorrência das mudanças do mundo do trabalho, como ratifica Kaufmann (2002, p.38) o “mundo do trabalho encontra-se acometido de mutações profundas que fecham as perspectivas e abrem vias incertas”. Essa assertiva do autor serve como sustentáculo para as seguintes falas:

O indivíduo passa anos se preparando para ser um pesquisador e, de repente, precisa procurar emprego no mercado de trabalho não acadêmico, colocando-se em uma situação na qual nem conseguiu uma oportunidade como professor ou pesquisador nem tem a experiência desejada pelo mercado de trabalho tradicional, nos diz a jornalista Deisy Feitosa, - Pós-Doutorado na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP (PESQUISA FAPESP, edição, 271, SETEMBRO DE 2018).

A bióloga Patrícia Tachinardi (...). Ela concluiu o doutorado em fisiologia no Instituto de Biociências (IB) da USP em maio de 2017. “Sempre quis seguir a carreira acadêmica e decidi ingressar em um estágio de pós-doutorado”, diz, lamentando ainda não poder contar com

uma bolsa de estudos. “Enquanto espero, recorri a outras atividades, como a de professora em uma escola privada e de produtora de conteúdo para livros didáticos.” (PESQUISA FAPESP, edição, 271, SETEMBRO DE 2018).

Corroborando com o argumento acima, Alves (2012, p.02) nos diz que: “[...] a universidade continua tendo a função de manter por mais tempo a população jovem afastada do escasso mercado de trabalho, retardando a entrada dos estudantes na vida ativa.”, por isso que uma proposta de formação, de aprimoramento e qualificação de pessoas por via da pós-graduação deve estar intrinsecamente vinculada a estratégias que auxiliem sua inserção no mercado de trabalho. Para tanto, deve se ter um sólido Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação para conjugar desenvolvimento social e humano.

A pesquisa em tela buscou também questionar juntos aos egressos sobre questões relacionadas à saúde mental no percurso da pós-graduação, que poderiam de alguma forma afetar a formação no decorrer desse processo, pois segundo Pesquisa realizada pela Universidade de Brasília – UnB, em 2018, com participação de 637 estudantes de pós-graduação, cerca de 55% dos fatores de desmotivação dos estudantes da Pós-graduação na UnB são atribuídos a relacionamentos humanos.

Além disso, quando questionados acerca da frequência de querer sair do curso, tem-se as seguintes falas: “Não é uma opção devido à bolsa, mas já pensei que desistiria caso não fosse bolsista”; “Às vezes. Depois das sessões com o orientador...”; Diversas vezes, porém quando olho para trás e vejo tudo que já passei, procuro seguir em frente, pois imagino que esse sofrimento será passageiro, bem eu espero!”; “Eu entrei na pós porque meu sonho é ser docente, mas o doutorado me trouxe um dano mental absurdo”. (UNB, 2018).

Parametrizando o que foi encontrado na UnB com os dados da pesquisa, questionou-se aos egressos se em algum **momento no percurso da pós-graduação**<sup>24</sup> os mesmos apresentaram alguns sintomas que de alguma forma os afetaram no decorrer do processo de formação, vejamos os dados: *Irritabilidade 63,6% ( 7 )*; *Humor depressivo, Ansiedade e Oscilação de humor 54,5% ( 6 )*; e *Desamino e Tristeza, 45,5% ( 5 )* entre outros. Os dados não podem ser desprezados, pois são sintomáticos. Sabemos que muitos jovens/adultos buscam na pós-graduação uma forma de continuar se qualificando como forma de aprimoramento pessoal e profissional e estranho os

---

<sup>24</sup> A pesquisa listou alguns indicadores relacionados aos prováveis sintomas percebidos no percurso da formação, deixando aberta as alternativas para que os egressos marcassem quantos fatores influenciaram no processo de formação.

motivos que esse processo produz adoecimento dos estudantes dentro das universidades em virtude da deterioração das condições de qualidade de vida e desempenho acadêmico.

A pesquisa realizada pela Associação do Nacional dos Pós-graduandos intitulado: *Estresse e Depressão na Pós-Graduação: uma realidade que a academia Insiste em não ver* (2017), de autoria de Cristiano Junta, revela que:

[...] Os programas são avaliados levando-se em conta fatores como número de publicações e tempo de titulação dos discentes. A regra básica, que todo estudante de pós-graduação sabe por experiência própria é: quanto mais publicações, quanto mais participação em eventos, quanto menor tempo de titulação: melhor a nota do programa e sua própria posição pessoal dentro do sistema de avaliação de seu programa. E consequentemente mais recursos para as pesquisas e reputação entre os seus pares.

Nota-se que em tempos de competitividade, de meritocracia excessiva de produtivismo a busca pela “qualidade e produtividade” que advém do sistema de avaliação da Pós-Graduação, via CAPES, por meio de seu sistema de avaliação trienal, que nas falas de Junta (2017, p. 01): “[...] funciona como um torniquete apertando cada vez mais os programas para produzir mais em menos tempo. [...] Estes, por sua vez, transferem uma parte dessa pressão aos estudantes de pós-graduação (e outra aos próprios professores)”. A partir dessa assertiva podemos ratificar que “o produtivismo revela uma opção política pelo gerencialismo, modelo marcado pela realização de metas, pela valorização da eficiência, pela avaliação do desempenho” (PATRUS; DANTAS & SHIGAKI, 2015, p.12).

Para consubstanciar o que o processo de avaliação, quando verticalizado e não discutido promove, pois se faz necessário questionar o predomínio da perspectiva produtivista da CAPES que perpassa todas as áreas de avaliação e que tende a prejudicar as Ciências Humanas e Sociais, bem como se necessita de continuar a reduzir e corrigir as disparidades regionais.

Constata-se que esse processo tende a sobrecarregar o pós-graduando, bem como os docentes, a um determinado nível de adoecimento social, mental e psíquico, todo esse contexto que envolve a academia e que não difere do contexto fomentado pelo modo de produção capitalista, cujo modelo baseia-se na “chamada acumulação flexível” (HARVEY, 1992) e que perverte a ciência, ou melhor, promove sua subsunção formal ao capital. A pesquisa sob a lógica mercantil e gerencial perde sua essência, pois “o

compromisso maior da pesquisa deveria ser produzir e elevar conhecimentos para a melhoria da vida individual e coletiva em suas múltiplas dimensões e interfaces” (FREITAS, 2011, p. 1160). De acordo com Evans *et.al.* (2018, p.1), “os estudantes de pós-graduação têm mais de seis vezes mais chances de sofrer de depressão e ansiedade em comparação à população em geral”.

Diante disso, a pesquisa em tela buscou averiguar os fatores que poderiam ter levado os egressos ao processo de desmotivação no decorrer do curso<sup>25</sup>, quais sejam: Posicionamento e relação com os orientadores 45,45% ( 5 ); Falta de bolsa, estrutura e investimento 54,54% ( 6 ); Assunto da Pesquisa 45,45% ( 5 ); Disciplinas obrigatórias desnecessárias 45,45% ( 5 ). Os motivos que tendem a fazer com que o pós-graduando se sinta desmotivado demonstram que, de forma geral, o processo de pós-graduação se não for conduzido com maior flexibilidade, respeito, troca e solidariedade, respeitando o ritmo de cada estudante, por meio da preservação do ambiente saudável e propício a pesquisa, a produção do conhecimento, tende a promover adoecimentos e promover o empobrecimento da formação e da pesquisa em nossa sociedade. Além disso, a saúde mental dos pós-graduandos constitui-se em uma “armadilha da precariedade” em tempos de capital fetiche, em tempos de flexibilidade exacerbada em nome da liberdade de mercado, em tempos de meritocracia e de individualismo sob o toque do neoliberalismo.

Necessita-se que se fomente, conforme nos sinaliza Patrus, Dantas e Shigaki (2015), a construção de um bom projeto pedagógico e estratégico para a condução da pós-graduação, com vista a promover os resultados esperados. Sob esse prisma as pesquisas desenvolvidas promoveriam o conhecimento e a aplicação desse conhecimento, com as respectivas publicações, além da promoção da solidariedade entre o corpo docente, pois

[...] não existe produtivismo acadêmico sem cooperação acadêmica. Toda moeda tem dois lados. A do produtivismo pode ter o verso da cooperação ou o da solidariedade. Vai depender da consciência dos pesquisadores, de que fazem parte de um sistema cujas partes são interdependentes. E pode melhorar muito se a avaliação da Capes analisar o corpo (docente permanente) e não a soma dos seus membros (PATRUS; DANTAS & SHIGAKI, 2015, p.12).

---

<sup>25</sup> A pesquisa listou alguns indicadores relacionados a fatores de desmotivação, deixando aberta as alternativas para que os egressos marcassem quantos fatores influenciaram no processo de formação.

Nota-se que é necessário uma mudança de cultura para que possamos avançar em um contexto regressivo e que atinge conquistas civilizatórias e promover um processo de desumanização entre pares. Sabemos que o tempo presente é de precariedade estrutural que afeta significativamente a vida humana. Alves e Fonseca (2013, p.95) apoiando-se em Mészáros (2007) nos informa que os tempos atuais na sociedade capitalista são de

[...] “temporalidade decapitada”, isto é, temporalidade restauradora, “a paralisante temporalidade restauradora do capital”, tendente a construir um “futuro” como uma espécie de versão do *status quo ante*. Deste modo, a temporalidade do capital que hoje se afirma não é uma temporalidade aberta, mas sim uma temporalidade fechada que não liga o presente a um futuro de verdade que já se abre à frente.

Tendo em vista tal afirmação, questionou-se junto aos egressos quanto à futuridade no quesito emprego/ocupação, os dados mostram: 50% se sentem estáveis, ou seja, estão confortáveis com relação aos seus empregos; 42% se sentem instáveis visto que, não conseguem se fixar no mercado de trabalho e 8% não conseguem opinar, por estarem desempregados ou vivendo de “bicos”. Vejamos o que as falas nos revelam:

Não sou concursado no cargo (Leslie, 2018).

Trabalho no serviço público na condição de cargo comissionado o qual não gera estabilidade alguma (Irma, 2017).

Devido não ter certeza do valor do salário, permanência no curso é visto como gorjetas para os profissionais (Ophelia, 2017)(Ophelia, 2017).

Falta concursos para professor de carreira que contemplem os cursos de pós-graduação das universidades regionais e não de outros estados. (Maria, 2017).

Desempregado (Dennis, 2005).

Sem um emprego fixo, apenas extras como bolsista FNDE (Irene, 2011).

As falas revelam a precariedade das relações de produção desses sujeitos que mesmo possuindo uma formação ampliada (mestre e doutores), não tem assegurada sua inserção no mercado de trabalho face ao contexto de crise e desemprego estrutural que vivenciamos, pois como nos ensina Mészáros (2009, p.234)

[...] A inalterável temporalidade histórica do capital é a posteriori e retrospectiva. Não pode haver futuro num sentido significativo da expressão, pois o único ‘futuro’ admissível já chegou, na forma dos

parâmetros existentes da ordem estabelecida bem antes de ser levantada a questão sobre ‘o que deve ser feito’.

Mészáros (2009), Alves e Fonseca (2013, p.99) argumentam que “sob as condições da crise estrutural do capital que se explicita com vigor um dos traços candentes da ordem burguesa e uma particularidade radical da nossa época histórica que se distingue de outras épocas do capitalismo histórico: a interdição persistente da futuridade”. Portanto, giram em torno da questão da *não inserção* ou incipiente inserção no mercado de trabalho, o sentimento de precariedade existencial, advindo da questão da futuridade, já que esses sujeitos que se qualificaram por meio da pós-graduação carecem de oportunidades, apresentando pessimismo e decepção, relacionados à falta de futuridade, constituindo-se na camada social do precariado, que se configura em torno do descompasso entre a educação e o trabalho.

Verticalizando essa questão perguntou-se aos egressos pesquisados quanto a futuridade, vejamos o elenco de falas no quadro abaixo:

**Quadro 32 - Quais suas expectativas para o futuro?**

<b>Quais suas perspectivas para o futuro?</b>	<b>f</b>	<b>(%)</b>
Estabilidade financeira	11	100
Segurança	6	54,5
Direitos previdenciários e trabalhistas	6	54,5
Salários indiretos com benefícios e incorporação na aposentadoria	4	27,3
Satisfação suas necessidades materiais	5	45,5
Construção de carreira	7	63,6

**Fonte:** Pesquisa de Campo, abril de 2019.

Depreende-se do quadro que para os egressos pesquisados o futuro que almejam tem como norte a *estabilidade financeira* (100%), seguido de *construção de carreira* (63,6%), além das seguranças afiançadas pelo sistema de proteção social, bem como satisfação de suas necessidades materiais. Nota-se que as expectativas, sonhos em tempos atuais podem ser frustradas, visto que

Em verdade, este precariado é uma expressão peculiar, no contexto das juventudes, do crescente contingente de trabalhadores supérfluos – a chamada população sobrando a tentar equilibrar-se no *fio da navalha* das exclusões e inclusões precárias – gestado pelo sistema do capital que, como contradição em processo, nesta sua nova temporalidade histórica (CARVALHO, 2014, p.230)

Sobre esses “anseios” explicitados pelos egressos pesquisados, Alves (2014, p.01) afirma que existem duas qualidades de precariados, quais sejam:

[...] o *precariado que está empregado em ocupações precárias*, se insere num complexo contraditório que possui, além dos elementos compositivos salientados acima, possui a insegurança da condição salarial devido a inserção em contratos precários. No caso do *precariado que está desempregado*, põe-se um complexo contraditório mais intenso, caracterizado por um lado, pelo enriquecimento pessoal e, por outro lado, pela profunda insegurança social e falta de perspectivas de vida digna, devido o desemprego.

Observa-se que na pesquisa em tela está claro a existência dos dois tipos de *precariados*, os inseridos em ocupações precárias e os desempregados, ambos vivem em busca de segurança e condições mínimas de existência, o que nos instiga a concordar com os autores que

[...] Quando o sistema do capital não consegue “incluir” em seus parâmetros sócio-reprodutivos, trabalhadores jovens/adultos altamente escolarizados de acordo com as prescrições e proscições da ordem burguesa, há algo de podre no reino da Dinamarca. O espectro do precariado, como o espectro de Hamlet, é expressão do apodrecimento da ordem burguesa. (ALVES E FONSECA, 2013, p.99)

Em contraposição aos que se encontram nas raias da precarização, as falas abaixo retratam os egressos que conseguiram adentrar ao mercado de trabalho por meio de concurso público, pois para a egressa a entrada na pós-graduação produziu um salto de qualidade na vida profissional, pois “estou trabalhando na área em que sempre desejei, sinto-me realizada” (*Florence, 2018*) e *Michael (2018)* ratifica ao dizer que: “Meu emprego é maravilhoso”. Percebe-se que para esses pesquisados ao adentrarem ao mercado de trabalho pela via do Concurso Público suas expectativas de futuro se concretizaram.

Porém, para *Matthew (2016)* existe um duplo movimento quanto à inserção no mercado de trabalho: “O emprego é estável, embora ele me cause instabilidade emocional”. Tal “sentimento” revela a forma contraditória do sistema capitalista que, mesmo ao inserir precariza as esferas do ser social, visto que “a precarização laboral ampliada adentra os diferentes domínios da vida, capturando a própria subjetividade dos homens e mulheres trabalhadores(as), nesta nova ordem do capital” (CARVALHO, 2014, p.228).

Compreendendo as novas formas de inserção no mundo do trabalho, questionou-se aos egressos pesquisados: a) Como se deu a inserção no mercado de trabalho: b) Quanto o reconhecimento ao trabalho desenvolvido; c) Quanto à renda em relação ao

nível de escolaridade; d) Quanto ao grau de facilidade de inserção em outras ocupações/trabalho, vejamos os dados:

✓ **a) Como se deu a inserção no mercado de trabalho:** 45,6% Concurso Público (5); 18,2% Análise de Currículo (2) ; 9% Indicação (1); 27,2% desempregados (3). É válido esclarecer, que os empregados (concurados) ou que ocupam empregos que são desprovidos de carreira nem sempre se sentem que pertencem ao conjunto de atividades ao qual estão inseridos.

✓ **c) Quanto o reconhecimento quanto ao trabalho desenvolvido:** 54,5% sentem-se reconhecidos; 36,4% sentem-se pouco reconhecidos e 9,1% não se sentem reconhecidos.

✓ **d) Quanto à renda em relação ao nível de escolaridade:** 54,5% consideram injusto e baixo em relação ao nível de escolarização; 27,3% consideram justos e adequados à função e escolarização; 9,1% consideram que está abaixo da média do mercado e nível de escolarização; 9,1% considera baixa mais compatível com minha escolarização.

✓ **e) Quanto ao grau de facilidade de inserção em outras ocupações/trabalhos:** 25% acreditam ser alta; 25% acreditam ser média; 33% acreditam ser baixa; 17% não conseguiram opinar.

Os dados pulverizados demonstra-nos a contradição presente entre esses sujeitos pesquisados. Pois, mesmo majoritariamente (46%) os pesquisados responderem que estão em emprego estável, via concurso público, a insatisfação com a renda para se manter, bem como da relação da renda com seu grau de escolarização. Também não podemos desprezar que 56% somando entre os que estão em relações instáveis (indicação, análise de currículo e desempregados). O que leva-nos a inferir que essa parcela encaixa no contexto que conforma a camada social do precariado, pois

[...] o precariado, ao dar visibilidade candente à condição de proletariedade, como condição existencial a universalizar-se no mundo social do capital em processo de crise estrutural, afirma-se como expressão social suprema do estranhamento, aviltando e dilacerando o desenvolvimento da personalidade humana de milhões de jovens/adultos que se percebem sem rumo, sem perspectiva e sem projeto de vida, em meio a uma crescente precarização existencial (CARVALHO, 2014, p.230).

Vejamos as falas dos egressos pesquisados acerca do “sentimento” que os cerca sobre a questão relacionada à inserção no mercado de trabalho e suas expectativas em torno da realização profissional.

Meu trabalho me realiza, **mais sei que poderia ser bem melhor** se houvesse interesses institucionais (Irma, 2017).

Conseguo trabalhar seja como consultora ou docente (Ophelia, 2017).

Espero ter essa resposta assim que **for nomeada para cargo público** como servidor efetivo (Leslie, 2018).

**Estou sendo subutilizada no mercado de trabalho** por questão de ter a formação de doutora. O título é bom, concede *know how* e expertise, mas também provoca outros sentimentos nas pessoas que não conseguem alcançar essa formação (Maria, 2017).

Como abri mão do trabalho no período do mestrado **ficou difícil meu retorno após a conclusão**. Consegui apenas trabalhos com hora, que não paga tão bem (Dennis, 2005).

A **realização se efetivará com um emprego de carteira assinada** ou a classificação **em concurso público** (Irene, 2011).

As falas tendem a uma certa insatisfação, já que exprimem frustrações e não realizações, mesmos esses sujeitos tendo se qualificado pela via da pós-graduação. Isso nos leva a concordar que

[...] A precariedade exprime-se em trajetórias individuais extremamente diversificadas, evidenciando uma franca expansão que atinge aleatoriamente os indivíduos e que, simultaneamente, degrada as condições de vida e limita a capacidade de estes se projetarem no futuro. A precariedade vem desestabilizar as expectativas de mobilidade ascendente construídas por uma juventude que assimilou os padrões de vida dos seus pais e construiu expectativas que, no entanto, veem defraudadas. As trajetórias de vida precárias assumem cada vez mais um carácter permanente ao contrário da esperada transitoriedade que lhes era atribuída enquanto fase de entrada no mercado de trabalho. Cada vez mais as experiências de precariedade são encaradas com naturalidade, como se fossem uma fase pela qual todos temos de passar, e a sua continuidade temporal é um facto consumado (ALVES E FONSECA, 2013, p.100).

Apoiando-se ainda nesse autor, afirmamos que esses egressos, altamente escolarizados, diante de uma realidade adversa veem-se frustrados em suas expectativas de ascensão profissional e sonhos, anseios e expectativas de consumo.

A frustração reside, pois ao buscarem adentrar na pós-graduação, vislumbrando alcançarem o mercado de trabalho formal, esses sujeitos visavam: 1. Oportunidade de

crescimento (36%); 2. Estabilidade no emprego (30%); 3. Gostar do que faz (21%); 4. Integração com a equipe de trabalho (13%).

Exposto isso, perguntou-se aos egressos quando ao ingresso na pós-graduação quais eram as expectativas e se após a formação na pós-graduação as mesmas foram atendidas? Vejamos o que as falas nos revelam no quadro a seguir:

**Quadro 33** - Expectativas no ingresso e na conclusão da pós-graduação e projeto de vida.

<b>Sujeito (furacão)</b>	<b>Expectativa ao ingressar a pós-graduação</b>	<b>Expectativa a formação da pós-graduação foram atendidas?</b>	<b>Projeto de Vida</b>
<b>Florence (2018)</b>	Obter um conhecimento mais específica na área de Ciências Agrárias.	Sim, pois consigo aplicar o que aprendi nas comunidades indígenas em que desenvolvo minhas pesquisas.	Continuar a trabalhar com Extensão rural em comunidades indígenas.
<b>José (2017)</b>	Capacitação e melhor colocação no mercado de trabalho.	Sim	Sim.
<b>Michael (2018)</b>	Capacitar-me capacitar para ter estabilidade no emprego.	Parcialmente. Achei que teria mais facilidade à captação de recursos para pesquisa. Quando fiz pós-graduação tinha muito recurso, quando me formei a crise estava estabelecida.	Ganhar o máximo possível e trabalhar o mínimo possível.
<b>Matthew (2016)</b>	Produção científica de qualidade.	Sim. Consegui estabelecer ciclos produtivos de orientação que culminaram em publicações relevantes e alunos bem formados, absorvidos pelo mercado de trabalho ou pesquisa acadêmica.	Sim! Eu quero é viver em paz.
<b>Leslie (2018)</b>	Aprender novas técnicas de trabalho e contato com novos profissionais da minha área.	Em partes sim. A pós-graduação tem disciplinas desnecessárias e outra que deveria ter deixam para segundo plano, só para ter um professor que têm uma produção, mais tem uma péssima didática.	Sim.
<b>Irma (2017)</b>	Aprimorar o conhecimento e obter mais oportunidade de trabalho.	Não. Cada vez mais os recursos para a pesquisa científica estão escassos.	Atualmente meu maior projeto de vida é ser aprovada no concurso público. Como já tenho 40 anos de idade e pouco

			tempo de experiência comprovada, percebo certa dificuldade de me inserir no mercado de trabalho.
<b>Ophelia (2017)</b>	Que a pesquisa sempre tivesse recurso.	Sim, pois me sinto preparada para os desafios no âmbito profissional.	Ser um profissional competente e poder contribuir por meio do meu trabalho na qualificação das atividades desenvolvidas.
<b>Maria (2017)</b>	Satisfação de necessidades pessoais e materiais.	Sim.	Sim, ser uma excelente profissional, reconhecida e através do meu trabalho eu possa realizar meus anseios pessoais (casa, família, carro, viagens)
<b>Harvey (2004)</b>	Obtenção do título para realização de pesquisas no futuro.	Sim. Já orientei projetos de pesquisa.	Sim, qualidade de vida estável.
<b>Dennis (2005)</b>	Conhecimento.	Em parte sim, já que todo e qualquer conhecimento é válido para o crescimento pessoal e/ou profissional.	Sim. Minha família feliz e Construção de uma carreira acadêmica.
<b>Irene (2011)</b>	Salário justo.	Não, só consegui trabalho abaixo do piso.	Sim. Ser concursada em Manaus, onde moro atualmente.

Fonte: Pesquisa de Campo, abril de 2019.

Depreende-se do quadro acima que as expectativas foram atendidas de forma parcial e que eles tem como meta, expectativa de vida a estabilidade e a inserção pela via do Concurso Público. Suas expectativas são resultantes por serem *filhos dos proletários*, pois vivenciaram por vezes a falta de acesso a bens e serviços, já que como vimos majoritariamente seus pais não cursaram o ensino superior e vieram formas de ascensão social pela via da educação. Por isso quando perguntados sobre a possibilidade de ascensão social, os egressos pesquisados responderam: 72,7% concordam que o futuro pode melhorar e 81,7% concordam que o mercado está favorável para os que se qualificam.

Esses sujeitos devem perceber que os tempos atuais são tempos de mudanças no sociometabolismo do capital. A organização do trabalho sofre mudanças. Muda-se a infraestrutura e conseqüentemente a superestrutura. Portanto, os anseios dos tempos da era fordista-keynesiana, de emprego protegido, de pacto social não se realizam neste tempo histórico com os desmontes de regime de bem-estar social e com o ataque neoliberal ao trabalho e a organização política e sindical.

Por isso que concordamos com Alves (2019, p.4) que a precarização sentida por esses sujeitos.

[...] Não se trata apenas da *precarização salarial* tendo em vista o desemprego, baixos salários, rotatividade do trabalho, contratos salariais

precários e frustração de expectativas de carreira profissional; mas trata-se também da *precarização existencial* que ocorre com a precariedade dos serviços públicos nas cidades brasileiras – transporte público, saúde, educação, espaços públicos – e o modo de vida *just-in-time*

Vejamos se as falas dos egressos pesquisados vão na linha do argumento anterior sobre sua atuação profissional após a realização da pós-graduação:

No momento, não mudaria nada, mas talvez no futuro eu mude de ideia **(Michael, 2018)**.

Estou no melhor emprego possível. A grande frustração é a falta de políticas públicas e investimentos para a pesquisa **(Matthew, 2016)**.

Menos demandas burocráticas tipo PAD, sindicâncias, reunir papéis para pedir promoção ou prestar relatórios de trabalho **(Leslie, 2018)**.

A insegurança, pois estou sempre preocupada se meu trabalho está sendo bem executado **(Harvey, 2004)**

Apenas o aprimoramento constante **(Dennis, 2005)**

Teria optado em assumir minha vaga do concurso e deixado o mestrado para após a estabilidade profissional **(Irene, 2011)**.

As falas revelam que mesmo manifestando “contentamento”, os egressos pesquisados exprimem sentimentos de frustração como falta de investimentos em pesquisa e políticas públicas, insegurança, ter optado pela formação em detrimento ao concurso público. Enfim, falas que revelam para além da precarização estrutural do trabalho (salário, condições e relações de trabalho), falas que comportam a precarização existencial (condições de vida em sociedade), visto que em tempos de capitalismo manipulatório ocorre “disseminação de uma plethora de valores-fetice, expectativas e utopias de mercado que constituem o que denominamos de inovações sociometabólicas, que perpassam não apenas os espaços de produção, mas também o espaço da reprodução social” (ALVES, 2013, p.55), pois como bem sinaliza o egresso pesquisado “até a estabilidade na atualidade está em risco, perdendo direitos já conquistados”. **(Irene, 2011)**.

Sobre as garantias no contexto da proteção social<sup>26</sup> que é mais importante para os egressos pesquisados, vejamos em percentual: 72% (8) Garantias de mercado de trabalho; 63% (7) Segurança no trabalho, e Garantias de vínculo empregatício; 54% (6)

---

<sup>26</sup> A pesquisa listou alguns indicadores relacionados a fatores de garantias de proteção social, deixando aberta as alternativas para que os egressos marcassem quantos fatores influenciaram dentro do processo de proteção no contexto vivenciado.

Segurança no emprego e Segurança de renda; e 36,3% (4) Garantia de representação política. Nota-se que os anseios desses sujeitos estão atrelados aos anseios dos “filhos do proletariado” advindos da era fordista-keynesiana. Anseios do trabalhador do auspício da sociedade salarial. Porém, conforme nos informa Ricardo Antunes (2011) na cena contemporânea, a sociedade do capital precisa cada vez menos do trabalho estável, já que dispõe cada vez mais de formas diversificadas de trabalho, seja parcial, fragmentadas ou até mesmo, informais ou inexistentes.

Por isso que os “anseios” dos egressos pesquisados expressa o que Bloch (2006, p.415) sobre a expectativa dessas pessoas que tende a ter a mania de querer o melhor. Expectativa que continua presente nos homens como motivo de despertar e de futuro, mesmo quando as circunstâncias históricas tendem a o impedir e ao lhe oprimir (BLOCH, 2006).

Face disso, mesmo os egressos pesquisados buscarem por seguranças afiançadas que estão sendo erodidos na cena contemporânea, esses sujeitos são cientes desse cenário, já que 64% concordam que “vivemos tempos de incertezas”, mesmo que para 73% ainda terem como perspectivas, melhorias no presente que se encontram relacionadas à educação e trabalho.

Por fim, os dados refletidos à luz do referencial teórico-metodológico e ético-político que sustentou a narrativa da presente tese, em momento algum quis colocar em destaque esses sujeitos como precariado objetivando revela-los como uma nova classe social. Pelo contrário, eles são parte constitutiva da classe trabalhadora, que complexificou-se, metamorfoseou-se e, portanto, permitiu as inferências, como base em uma recorte da realidade concreta do precariado que possui dimensões de precarização do trabalho, como resultado das novas exigências impostas pela expansão do capitalismo (CASTEL, 1998), não está relacionada somente à esfera da vida econômica, mas refere-se ainda à deterioração do tecido social na contemporaneidade e isso tende a levar a um processo perverso de desfiliação, de despertamento e de vulnerabilidade (FRANCO, DRUCK, & SELIGMANN-SILVA, 2010).

# *Considerações Finais*



## Considerações Finais

A pesquisa científica exige criatividade, disciplina, organização e modéstia, baseando-se no confronto permanente entre o possível e o impossível, entre o conhecimento e a ignorância. [...] O pesquisador está sempre em estado de tensão porque sabe que seu conhecimento é parcial e limitado — o “possível” para ele.

GOLDENBERG (2004, p.13).

Compreende-se que pesquisar é produzir conhecimento em determinado tempo e espaço, com intenção de modificar/transformar o estabelecido. Para tanto, este estudo objetivou problematizar a discussão em torno do conceito *precariado*, fazendo uma interface com a política pública de educação superior, com a intenção de realizar uma incursão acerca da expansão e democratização da educação superior e sua relação com a visibilidade da categoria em tela.

Em tempos atuais, a relação entre educação e trabalho, em vez de ser um elemento que possibilita uma formação crítica que potencialize o exercício da cidadania, tem-se a vinculação da educação e trabalho sob o prisma da “ilusão de desenvolvimento” (ARRIGHI, 1997, p.40), visto que na atual quadra da história agudizam-se as contradições inerentes à ordem burguesa no contexto de neodesenvolvimento brasileiro.

Dito isto, o objetivo desta tese foi analisar as dimensões da camada social do precariado no bojo da expansão do ensino superior, a partir dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. Sabe-se que o *precariado* é um fenômeno visível e, ao mesmo tempo, invisível, pois, é um grupo socioeconômico distinto que se constituiu em meio a grande turbulência da década de 1970, uma camada da classe trabalhadora que se manifesta nos dias atuais, principalmente nos países capitalistas e nos países da América Latina, em especial no Brasil suas características possuem um contorno próprio. Para tanto, a pesquisa, percebeu que o *precariado* entre os egressos da pós-graduação da UFAM tende a ser residual.

Parte-se da afirmação de que, em tempos de crise estrutural do capital, a educação dentro do processo de expansão do ensino superior, em especial da pós-graduação, tende a dar visibilidade à camada social do precariado, a medida em que

esses jovens/adultos altamente escolarizados se inserem - durante ou após a titulação - em ocupações precárias ou ficam desempregados frustrando suas expectativas de realização profissional. Para tanto, visando responder ao objetivo geral do estudo estabelecemos como plano de trabalho três objetivos específicos os quais serão elencadas de forma organizada, trazendo sustentação a presente tese.

Buscou-se **problematizar o conceito *precariado*, face às alterações no mundo do trabalho e a expansão do ensino superior, num contexto de *crise estrutural do capital***, o estudo revelou-nos:

Que o conceito precariado é um termo conjuntural, polissêmico e encontra-se em disputa, os autores que discutem em profundidade são: Guy Standing (2015), Ruy Braga (2013/2017) e Alves (2012/2015). Guy Standing (2015, p.23): “[...] o precariado é uma classe-em-formação, se não ainda uma classe-para-si, no sentido marxista do termo”; Ruy Braga (2012, p.19) “[...] o precariado, isto é, o proletariado precarizado. [...] em suma, identificamos o precariado com a fração mais mal paga e explorada do proletariado urbano e dos trabalhadores agrícola”; Giovanni Alves (2012, p.11): “São jovens - adultos altamente escolarizados, desempregados ou possuindo vínculos trabalhos precários”.

O pano de fundo são tempos flexíveis e, nessa fluidez do tempo presente, emerge o conceito precariado que se encontra em maturação, visto que o mesmo está inserido no olho do furacão, no qual se revela a crise estrutural do capital. Concordamos com a perspectiva de Alves (2012), para quem a “nova” dinâmica do mercado de trabalho, ou melhor, a morfologia do trabalho vem sendo sentida por uma parcela da população, principalmente, por conta dos altos níveis de desemprego e/ou trabalhos precários.

Problematizar a nova morfologia do trabalho que se expressa por meio da crise estrutural do capital em tempos neoliberais, permeia o mundo do trabalho e vem ao encontro das mudanças e flexibilização na educação, em especial do ensino superior. Essas características dão tonalidade à discussão e agudizam a precariedade salarial, impondo à juventude a busca por escolarização atrelada ao sonho de alcançar a ascensão social e econômica, induzindo, assim, ao fetiche do consumo.

Os organismos internacionais determinam as recomendações da política educacional nos países da América Latina, sob o discurso de uma pretensa modernização e, a partir dos anos 2000, começa uma reengenharia educacional em

nosso País e a educação passa por um processo de “democratização” sob ênfase da esfera privada.

Sobre isso, Andrade (2017, p. 142) demonstra o ranking das empresas no Brasil que possuem maior parte dos investimentos na educação superior: 1º lugar, Kroton + Estácio: 1.370.668 (matrículas em 2014); 2º lugar, Unip: 354.316 (matrículas em 2014); 3º lugar, Laureate International Universities: 251.298 (matrículas em 2014); 4º lugar, PUC: 171.288 (matrículas em 2014); 5º lugar, Uninove: 142.579 (matrículas em 2014); 6º lugar, Uninter: 116.167 (matrículas em 2014); 7º lugar, Treviso: 105.498 (matrículas em 2014); 8º lugar, Ser Educacional: 105.469 (matrículas em 2014); 9º lugar, Uniesp: 86.754 (matrículas em 2014); 10º lugar, Anima Educação - 83.059 (matrículas em 2014);

Após demonstrar em que contexto se insere a emergência do tema, seus principais autores e como o processo de mudanças afeta a esfera sócio-institucional e, conseqüentemente, a Política Pública de Educação Superior, procurou-se **conhecer a expansão da educação superior por meio dos cursos de pós-graduação**, além do **perfil dos Egressos (formados) dos cursos de Pós-graduação da UFAM**, bem como a percepção dos representantes da Pós-graduação da Ufam (coordenadores de programas e coordenador institucional). Assim, o estudo revelou-nos:

Uma tendência: em tempos de crise estrutural do capital sob o toque do projeto neoliberal promovem-se alterações na esfera dos direitos. E isso requer fincar a análise em alguns eixos, conforme nos propõe Mancebo e Vale (2013, p. 82): (1) ações do governo federal expandindo vagas, matrículas e cursos nas instituições federais de ensino superior (IFES), com apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI); (2) a expansão da pós-graduação com a redefinição de seus rumos no sentido do empresariamento do conhecimento, ou seja, produz ciência, tecnologia e inovações tecnológicas para o que o sistema capitalista possa se renovar e ampliar suas margens de lucros; e (3) um expressivo aumento das instituições de ensino superior (IES) com fins lucrativos, isto é, privado-mercantis.

Segundo o Plano Nacional de Educação (2014-2024), no que tange a pós-graduação, institui a meta 14 que pretende elevar gradualmente o número de matrículas na pós-graduação stricto sensu, de modo a atingir a titulação anual de sessenta mil mestres e vinte e cinco mil doutores. Dados esses que se encontram efetivados diante da expansão da graduação e pós-graduação.

Dados coletados no GeoCAPES (2018), o crescimento em números de mestres e doutores foi um grande avanço para a produção de conhecimento e desenvolvimento do Brasil. Em 2017, o número de mestres formados foram seiscentos e um mil, cento e quarenta e sete (61.147), isso significa que a meta de 60 mil mestres, até 2024, foi atingida em 100% e ultrapassada. É válido salientar que relativo ao número de doutores se chegou, em 2017, ao número de vinte e um mil, trezentos e noventa e três (21.393), ou seja, 86% da meta foi atingida (quantitativamente), restando apenas 24% a ser alcançado até 2024.

Os dados da GeoCAPES (2018) revelam que houve um crescimento exponencial da pós-graduação, ocorreu nos anos de 1998 a 2017 chegando a um percentual de 214%, ou seja, mais de 6.000 cursos em todo país, entre cursos de mestrados acadêmico, profissionais e doutorados.

GeoCAPES (2017) comprovou a necessidade de investimentos na Região Norte, os dados revelam apenas 236 (duzentos e trinta e seis) programas de Pós-Graduação stricto sensu nesta Região e esse fator limita a produção, compartilhamento e disseminação de conhecimentos em torno das questões relacionadas ao contexto amazônico.

É oportuno esclarecer que a Região Norte possui 2.243 (dois mil, duzentos e quarenta e três) mestres, 644 (seiscentos e quarenta e quatro) advindos de mestrado profissional e 526 doutores formados entre os anos de 2004 a 2017 (GeoCAPES, 2017), o que se nota ainda é permanente e forte concentração no Sudeste e Sul.

Verticalizando a discussão, dados extraídos da Plataforma Sucupira (2019), o número de pós-graduação do Amazonas em nível de cursos (doutorado, mestrado e mestrado profissional), com um recorte de instituições públicas e privadas são, de fato, 59 (cinquenta e nove) programas de pós-graduação distribuídos pelo Estado, que perfazem um total de 82 (oitenta e dois) cursos.

Corroborando com a discussão, a Base de Dados Sucupira (2019) que constatou que o número de títulos concedidos pelos programas de mestrado e doutorado na UFAM alcançou 2.281 (dois mil, duzentos e oitenta e um) mestres, em contrapartida 245 (duzentos e quarenta e cinco) doutores até o ano de 2019.

Dados da Revista UFAM (2017, p. 25), indicam que os avanços da pós-graduação foram surpreendentes: “O número de mestrado, por exemplo, saltou de 13 para 39, triplicando; e o número de Doutorados, de seis para 15, totalizando há 54

cursos, nos dois níveis, além disso, hoje existem mais de 3.600 matriculados nos cursos de Pós-graduação lato e stricto sensu”.

Dados da PROPESP (2019) indicam que 35 (trinta e cinco) programas que compõe a Pós-graduação da UFAM e, de acordo com o resultado da Avaliação quadrienal, os cursos obtiveram os seguintes conceitos: Mestrado - 01 curso com a nota 5 (cinco); 09 cursos com a nota 4 (quatro); 15 cursos com a nota 3 (três); 4 cursos com a nota 2 (dois), os quais foram descredenciados; 01 curso com a nota 1(um); Doutorado - 01 curso com a nota 5 (cinco), 07 cursos com a nota 4 (quatro); 2 cursos com a nota 3 (três); 01 curso com a nota 2 (dois), os mesmos foram descredenciados.

Com relação ao perfil dos 11 (onze) egressos formados pesquisados, a pesquisa constatou: a) Quanto ao sexo: 54,5% são do sexo feminino e 45,5% do masculino; b) Quanto à faixa-etária: está entre 31 a 40 anos; c) Quanto à naturalidade: 72,7% são natural da Região Norte, 18,1% são da Região Nordeste e 9,2% não identificados; d) Quanto ao estado civil: 36,4% solteiros, 9,1% divorciado, 27,3% casados e 27,3% união estável; e) Quanto à participação política: 100% dos egressos pesquisados não participam de partido político; 82% não se consideram representados por nenhuma entidade; 9% consideram-se representados por entidade sindical; 9% por entidade estudantil; f) Quanto à idade ao término de sua última Pós-graduação (mestrado e/ou doutorado): 63,6% (31 a 35 anos); 18,2% (36 a 40 anos); 9,1% (20 a 25 anos); e 9,1% (26 a 30 anos); g) Dos 11 (onze) entrevistados 08 (oito) concluíram o doutorado nas várias áreas do conhecimento: agrárias (2); biológicas (2); exatas (2); e multidisciplinar (1).

A pesquisa constatou que com a expansão da pós-graduação e a ampliação de programas de pós-graduação no Brasil, o perfil dos alunos do mestrado e doutorado vem se alterando. É importante salientar que são cada vez mais jovens os sujeitos que adentram esse universo para aumentar sua escolarização. Os coordenadores se posicionam: 67% afirmam que a mercadorização da educação promove mudanças no perfil do discente da pós-graduação, já 17% afirmam que não e 16% não souberam responder. O Coordenador pós-graduação (01) entrevistado ratifica: *“Sim, estamos registrando estudantes oriundos da graduação que não possuem experiência docente. Dois fatores podem explicar. O primeiro a integração da graduação com a pós-graduação e o segundo a redução na oferta de trabalho”*.

Todo o cenário contemporâneo exposto que contorna e permeia o recorte do presente estudo serviu para demonstrar que, de acordo com o recorte da pós-graduação na UFAM e com o suporte teórico-metodológico, pode-se **desvelar as dimensões subjetivas e objetivas do precariado a partir dos Egressos (formados)**. Nesse sentido, o estudo nos revelou:

Quanto à futuridade no quesito emprego/ocupação, os dados mostram: 50% se sentem estáveis, ou seja, estão confortáveis com relação aos seus empregos; 42% se sentem instáveis visto que, não conseguem se fixar no mercado de trabalho e 8% não conseguem opinar, por estarem desempregados ou vivendo de “bicos”, as falas são significativas: *“Devido não ter certeza do valor do salário, permanência no curso é visto como gorjetas para os profissionais (Ophelia, 2017); “Falta concursos para professor de carreira que contemplem os cursos de pós-graduação das universidades regionais e não de outros estados. (Maria, 2017)”*.

A pesquisa constatou, por meio das falas dos sujeitos, a precariedade das relações de produção desses sujeitos, que mesmo possuindo uma formação ampliada (mestre e doutores), não se têm asseguradas suas inserções no mercado de trabalho face ao contexto de crise e desemprego estrutural que vivenciamos.

A desumanização das relações, face a precarização no mundo do trabalho, leva o indivíduo a permanecer na universidade por falta de oportunidade e perda de autonomia pessoal e profissional, se submete a viver de “bolsas” em decorrência das mudanças do mundo do trabalho.

Os egressos pesquisados afirmam que no futuro almejam: a estabilidade financeira (100%), seguido de construção de carreira (63,6%), além das seguranças afiançadas pelo sistema de proteção social, bem como satisfação de suas necessidades materiais.

Concordamos com Alves (2014, p.01) que o precariado se divide em: “precariado que está empregado em ocupações precárias, se insere num complexo contraditório que possui, além dos elementos compositivos salientados acima, possui a insegurança da condição salarial devido a inserção em contratos precários. [...] o precariado que está desempregado, põe-se um complexo contraditório mais intenso, caracterizado por um lado, pelo enriquecimento pessoal e, por outro lado, pela profunda insegurança social e falta de perspectivas de vida digna, devido ao desemprego” (grifo nosso).

Quanto a inserção no mundo do trabalho, a pesquisa revelou que dos 11 pesquisados: 45,6% Concurso Público (5); 18,2% Análise de Currículo (2); 9% Indicação (1); 27,2% desempregados (3). É válido esclarecer, que os empregados (concurados) ou que ocupam empregos que são desprovidos de carreira nem sempre se sentem pertencem ao conjunto de atividades ao qual estão inseridos.

Todas as inferências realizadas com base na realidade investigada, levam-nos a ratificar que, com a atual expansão do ensino superior, verifica-se que a “ilusão do desenvolvimento” se realiza sob o signo da democratização do acesso à educação superior no Brasil. Somos cientes que esse processo de expansão é necessário diante da dívida social que se tem com os segmentos subalternizados em nosso país.

Logo, a busca incessante por qualificação, tal como ao Mito do Sísifo que se baseia no sofrimento, no fardo, condenado a repetir eternamente a tarefa de empurrar uma pedra, assim é o *precariado* que empurra a pedra da busca pela escolarização, esbarrando na crise estrutural do capital, que utiliza a educação como “um falso processo de qualificação” via inserção de trabalhadores nos cursos de pós-graduação, de forma insustentável e manipulatório.

Este mundo que insere trabalhadores, mas também os torna descartáveis para fim de produção e lucro, fragmenta a classe trabalhadora, com vistas a obliterar que os mesmos tenham uma consciência de classe, de pertencimento de classe; o que aumenta a individualização das relações de trabalho, (ANTUNES, 2011), tudo isso sob o toque da reestruturação produtiva e da chamada “acumulação flexível” (HARVEY, 1992).

A Tese intitulada “**NO OLHO DO FURACÃO**”: **a tendência do precariado entre os egressos da pós-graduação da UFAM**, vem ratificar as dimensões que são indispensáveis ao precariado, mesmo que de forma ainda incipiente dentro do contexto da pós-graduação, quais sejam: 1. Buscam por qualificação profissional; 2. Não tem expectativa de futuridade; 3. Estão em busca de ascensão social; 4. Possuem inserção precária nas relações de trabalho; 5. Ausência de um projeto de vida; 6. Desencantamento com a realidade (ALVES, 2013).

Somos cientes ao afirmar que tais dimensões/características foram identificadas nos discursos dos egressos pesquisados, em maior ou menor grau, confirmando, assim, a existência de um precariado ainda que de forma residual, pois corresponde ao estágio do desenvolvimento capitalista de nosso país. É claro que o mesmo se difere na forma que foram apresentados em estudos realizados nos países de capitalismo maduro, porém,

não de conteúdo, pois resguardam características advindas da precariedade do trabalho. O que se vê são “indivíduos” do início da modernidade em tempos sombrios ainda mais frustrados e insatisfeitos com a sua inserção na sociedade.

Para finalizar, a constatação que a expansão do ensino superior, deslocada de outros elementos que a sustentem, promove a visibilidade da camada social de precariado e serve-nos para discutir o processo de formação profissional e humano; serve-nos para mudar rotas e caminhos do projeto pedagógico nesse nível de ensino e coloca-nos atentos acerca de conhecer para enfrentar, pois, a fragmentação da classe trabalhadora por meio das “armadilhas do capital” enfraquece quaisquer projetos emancipatórios em curso.

# Referências



## Referências

ALMEIDA, N. L.T. **O Serviço Social na Educação: novas perspectivas sócio ocupacionais.** Disponível: [http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O\\_Servico\\_Social\\_na\\_Educacao\\_perspectivas\\_socio\\_ocupacionais1.pdf](http://necad.paginas.ufsc.br/files/2012/07/O_Servico_Social_na_Educacao_perspectivas_socio_ocupacionais1.pdf) Acessado em: 26 de nov. 2018.

ALVES, G. **O enigma do precariado e a nova temporalidade histórica do capital parte 1** <http://blogdaboitempo.com.br/2012/05/14/oenigmadoprecariadoeanovatemporalidahistoricadocapitalparte1>. Publicado em 14/05/2012 - acessado em 19 de agosto de 2017.

ALVES, A. FONSECA, D. **O movimento Social do Precariado, Carência de Futuridade e Necrose do Capitalismo de Bem-Estar Social em Portugal.** Projeto História, São Paulo, n. 46, pp. 91-114, Abr. 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/revph/article/view/17130/13752>. Acessado em: 03 de abril de 2019.

\_\_\_\_\_, G. **A revolta do precariado no Brasil.** [S. l.: s. n.], 2012a. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2013/06/24/a-revolta-do-precariado-no-brasil/>. Acesso em: 03 jul.2017.

\_\_\_\_\_, G. **Crise estrutural do capital e precarização do homem-que-trabalha.** Blog da Boitempo. <http://blogdaboitempo.com.br/2011/08/29/crise-estrutural-do-capital-e-precariozacao-do-homem-quetrabalha/>. Acesso 03 out. 2014.

\_\_\_\_\_, G. **Dimensões da Precarização do Trabalho: Ensaio de Sociologia do Trabalho.** Bauru: Canal 6, 2013. (Projeto Editorial Praxis).

\_\_\_\_\_, G. **Dimensões da reestruturação produtiva: Ensaio de sociologia do trabalho.** Bauru: Canal 6, 2017. (Projeto Editorial Praxis).

\_\_\_\_\_, G. ESTANQUE, Elísio (orgs.). **Trabalho, juventude e precariedade: Brasil e Portugal.** Bauru: Canal 6, 2013. (Projeto Editorial Praxis).

\_\_\_\_\_, G. **Toyotismo Como Ideologia Orgânica da Produção Capitalista.** RET Rede de Estudos do Trabalho, UNICAMP, *Ano* I, nº 1, Campinas, 2007.

\_\_\_\_\_, Giovanni. **A educação do precariado.** (2012). Disponível <https://blogdaboitempo.com.br/2012/12/17/a-educacao-do-precariado/>. Acessado em 10 de jan. de 2019.

ANDERSON, P. **“Balanço do Neoliberalismo”.** In: SADER, Emir.(org) Pós-neoliberalismo - As políticas Sociais e o Estado Democrático, São Paulo, Editora Paz e Terra, 1995.

ANDRADE, C. D. **Novo tempo.** Carlos Drummond de Andrade. Poesia e Prosa. Rio de Janeiro, Nova Aguillar, 1983.

ANDRADE, M. I.P. **ENTRE SOMBRAS E LUZENTES: o trabalho docente em tempos de intensa mercantilização do Ensino Superior.** FAGED/PPGE. UFAM.

Mimeo, Manaus/Am, 2017. Tese de doutorado, Disponível em :[https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6142/5/Tese\\_M%C3%A1rcia%20I.%20P.%20Andrade.pdf](https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6142/5/Tese_M%C3%A1rcia%20I.%20P.%20Andrade.pdf). Acessado em: 02 de agosto de 2018.

ANTUNES, A. **Os sentidos do trabalho\_ ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho.** 5 edição. São Paulo, Boitempo, 2001.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** São Paulo: Cortez. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1995.

\_\_\_\_\_, R. Trabalho numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P.; FRIGOTTO, G. **A cidadania negada: políticas de exclusão na educação e no trabalho.** São Paulo: Cortez, 2001.

ANTUNES, R.; ALVES, G. **As Mutações No Mundo do Trabalho Na Era Da Mundialização Do Capital.** Educ. Soc., Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v25n87/21460.pdf>. Acessado em: 21 de junho de 2019.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** 12. Ed.– São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2007.

ANPG. **Documento de Direitos e Deveres das Pós-Graduandas e dos Pós-Graduandos do Brasil.** Disponível em: <http://www.anpg.org.br/wp-content/uploads/2015/12/DOCUMENTO-DE-DIREITOS-finalizado.pdf>. Acessado em: 12 de setembro de 2019.

ARRIGHI, Geovanni. **A ilusão do Desenvolvimento.** Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ASSOCIAÇÃO DE COMBATE À PRECARIIDADE – **PRECÁRIOS INFLEXÍVEIS.** Disponível em: <http://www.precarios.net/>. Acessado em: 03 de abril de 2019.

AZEVEDO, M. L. N. de ; OLIVEIRA, J. F. de; e CATANI, A. M. **O Sistema Nacional de Pós-graduação (SNPG) e o Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024): regulação, avaliação e financiamento.** RBP AE - v. 32, n. 3, p. 783 - 803 set./dez. 2016.

APPAY, Beatrice. **A ditadura do sucesso. O paradoxo de autonomia controlada e casualização.** paris: L'Harmattan, 2005.

BALBACHEVSKI, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida.** In: Brock. C.; SCHWARTZMAN, S. Os desafios da educação no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2005.

BANCO MUNDIAL, **La Enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia (El Desarrollo en la práctica.** Washington, D.C.: BIRD/Banco Mundial, 1994.

BARREYRO, G. B. **Mapa do ensino superior privado**. Brasília: INEP/MEC, 2008.

BARROCO, Maria Lucia S. **Ética: fundamentos sócio-históricos**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

BATISTA, P. N. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, P. N. et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

BOBBIO, Norberto. **A Era dos direitos**; tradução Carlos Nelson Coutinho; apresentação de Celso Lafer. — Nova ed. — Rio de Janeiro: Elsevier, 1992.

BRAVERMAN, H. **Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no Século XX**. Rio de Janeiro: Editora Guanabara Koogan S.A., 1987.

BEHNING, E. R. & BOSCHETTI, I. **Política social: fundamentos e história**. 9. ed. - São Paulo: Cortez, 2011. p.94 - (Biblioteca Básica do Serviço Social; v.2)

BEHRING, E. R. **Brasil em contrarreforma(sic): desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.

BOSCHETTI, I. **Assistência Social no Brasil: um Direito entre originalidade e Conservadorismo**, Brasília, 2003.

BRAGA, R. **A política do precariado e a mercantilização do trabalho**. Entrevista especial com Ruy Braga. Porto Alegre: Portal Unisinos, 10 dez. 2012b. Disponível em: [http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4823&secao=411](http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4823&secao=411) . Acesso: em 03 out. 2017.

BRAGA, R. **Luta de classes, reestruturação produtiva e hegemonia**. In: **Novas Tecnologias. Crítica da atual reestruturação produtiva**. São Paulo: Xamã, 1995.

BRAGA, R. **Precariado e sindicalismo no Sul global** - Revista Outubro, n. 22, 2º semestre de 2014 - acessado em 19 de agosto de 2017.

BRASIL, PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (F.H. Cardoso), 1995. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado**. Brasília: Presidência da República, Câmara da Reforma do Estado. Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado.

BRASIL. CESu/CFE. **Parecer 977 de 03** de dezembro de 1965. Diário Oficial da União: 20/01/1966. Brasília, DF, 1965.

\_\_\_\_\_. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2004. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>. Acesso em 10 jan. 2006.abr.2006.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Decreto nº 67.348**, de 6 de outubro de 1970. Programa Intensivo de pós-graduação Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1970.

\_\_\_\_\_. Congresso Nacional. **Lei 5.540 de 28** de novembro de 1968. Reforma do Ensino Superior Diário Oficial da União: Brasília, DF, 1968.

- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.** Brasília, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Emenda Constitucional nº 55, de 15 de dezembro de 2016.** Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para instituir o Novo Regime Fiscal e dá outras providências.
- \_\_\_\_\_. **Evolução do ensino superior : 1980-1998 / Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais.** - Brasília : O Instituto, 1999.
- \_\_\_\_\_. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei n ° 9.394, 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o **Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior** e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 12 jul. 2001.
- \_\_\_\_\_. Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o **Programa Universidade para Todos - PROUNI regula** a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 14 jan. 2005a.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Decreto 19.851** de 11 de abril de 1931. Estatuto das Universidades Brasileiras. [S.l., s.n.].
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação e Saúde Pública. **Decreto de nº 29.741** de 11 de Julho de 1951. Conselho **Nacional de Pesquisas (CNPq)**. [S.l., s.n.].
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Comissão Especial de Acompanhamento do PNPG-2011-2020.** Brasília, fevereiro de 2017. Disponível:<http://www.capes.gov.br/images/stories/download/relatorios/231117-Relatorio-PNPG-Final-2016-CS.pdf>. Acessado em: 14 de Jan. de 2018.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020.** Brasília, DF: CAPES, 2010, 2 v. Disponível em: [https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG\\_Miolo\\_V2.pdf](https://www.capes.gov.br/images/stories/download/PNPG_Miolo_V2.pdf) . Acesso em: 14 de jan. 2019.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o **Programa de Apoio os Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais REUNI.** Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2007//decreto/d6096.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007//decreto/d6096.htm)>. Acesso em: jan.2018.
- \_\_\_\_\_. Presidência da República. **Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Reuni 2008 – Relatório de Primeiro Ano.** Executado por MEC / SESu / DIFES, 2009. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category\\_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=2069-reuni-relatorio-pdf&category_slug=dezembro-2009-pdf&Itemid=30192). Acesso: 03 de out. 2018.
- \_\_\_\_\_. **Reforma universitária do Governo Lula: reflexões para debate.** São Paulo: Xamã,

BALBACHEVSK, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida.** (2005). Disponível em: [https://portais.ufg.br/up/67/o/Pos-Graduacao\\_Brasil\\_2.pdf](https://portais.ufg.br/up/67/o/Pos-Graduacao_Brasil_2.pdf). Acessado em: 31 de maio de 2019.

BRITO, R. M. de. **100 anos de UFAM.** 1ª. Ed. Manaus: UFAM, 2009.

BALBACHEVSK, E. **A pós-graduação no Brasil: novos desafios para uma política bem sucedida.** (2005). Disponível em: [https://portais.ufg.br/up/67/o/Pos-Graduacao\\_Brasil\\_2.pdf](https://portais.ufg.br/up/67/o/Pos-Graduacao_Brasil_2.pdf). Acessado em: 31 de maio de 2019.

BRUNO, L. Reorganização econômica, Reforma do Estado e Educação. In. HIDALGO, A. M. E SILVA, L. F. **Educação e Estado: as mudanças nos sistemas de ensino do Brasil e do Paraná na década de 1990.** Londrina/PR: ed. UEL, 2001.

BULLA, L. C. **Relações Sociais e questão social na trajetória histórica do Serviço Social brasileiro.** Revista Virtual Textos & Contextos, nº. 2. Dezembro, 2003.

CARVALHO, C. A. **A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas.** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 54 jul.-set. 2013.

CARVALHO, C.H.A. **Uma análise crítica do financiamento do Prouni: instrumento de estímulo à iniciativa privada e/ou democratização do acesso à educação superior?** In: REUNIÃO ANUAL DA ANPEd, 34., 2011, Natal. Anais... Natal, 2011. Disponível em: <http://www.anped11.uerj.br/indexatual.html>. Acesso 03 out. 2018.

CARVALHO, E. C. F. de. **A crise estrutural do capital segundo o filósofo húngaro István Mészáros e seus reflexos na educação.** Revista Urutagua. Paraná, 2009. Site: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/viewFile/6652/4870>. Acessado em 10 de nov.de 2018.

Censo EAD.BR: **relatório analítico da aprendizagem a distância no Brasil 2016 =** Censo EAD.BR: analytic report of distance learning in Brazil 2016 [livro eletrônico]/[organização] ABED – Associação Brasileira de Educação a Distância; [traduzido por Maria Thereza Moss de Abreu]. Curitiba: InterSaberes, 2017.

CEOLIN, F. G. **Crise do capital, precarização do trabalho e impactos no Serviço Social.** Revista Serv. Soc. ,São Paulo, n.118, p. 239-264, abr./jun.2014.

CAPES. **CAPES congela bolsas para economizar R\$ 544 milhões.** Disponível em: <https://www.capes.gov.br/36-noticias/9796-capes-congela-bolsas-para-economizar-r-544-milhoes>. Acessado em: 04 de setembro de 2019.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis, Vozes, 1998.

CASTEL, R. **As transformações da questão social.** 1996. Palestra proferida por ocasião do Seminário Internacional "A questão social no contexto da globalização", realizado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, no período de 14 a 17 de outubro de 1996. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/franciscovargas/files/2018/09/As->

[Transforma%C3%A7%C3%B5es-da-Quest%C3%A3o-Social-Robert-Castel.pdf](#).

Acessado em: 20 de fev. de 2019.

CHAUÍ, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

CAMPOS, I. M. B. M; CARVALHO, C. H. A. **Análise do REUNI como Política Pública de Financiamento da Expansão da Educação Superior**. Disponível em: [http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/33-ICampos\\_Carvalho\\_Axpansao-no-ensino-superior.pdf](http://www.aforges.org/wp-content/uploads/2017/03/33-ICampos_Carvalho_Axpansao-no-ensino-superior.pdf). Acesso em: 03 de out. 2018.

CARCANHOLO, R. A. (org.). **Capital: essência e aparência**. - 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2011.

CARVALHO, A. M. P. **A Precarização Estrutural do Trabalho na civilização do Capital em Crise: o precariado como enigma contemporâneo**. In: Revista Políticas Públicas, São Luis, Nº especial, pág 225-239, julho de 2014.

COSTA, L. C. **Os impasses do estado capitalista: uma análise sobre a reforma do Estado no Brasil** [livro eletrônico] / Ponta Grossa, Editora UEPG; São Paulo, Cortez, 2006. 2109 Kb.; e-book.

Coletes Amarelos. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2018-12/veja-quem-sao-os-coletes-amarelos-que-protestam-na-franca>. Acessado em: 03 de abril de 2019.

CURY, C. R.J. **GRADUAÇÃO/PÓS-GRADUAÇÃO: A busca de uma relação virtuosa**. Campinas, vol. 25, n. 88, p. 777-793, Especial - Out. 2004. Disponível em: <https://www.cedes.unicamp.br/>. Acessado em: 04 de out. De 2018.

DANTAS, É.; SOUSA JÚNIOR, L. de. **Na contracorrente: a política do governo Lula para a educação superior**. In: 32a. Reunião Anual da ANPED, 2009, Caxambu/MG. Anais da 32a. Reunião Anual da ANPED, 2009. Disponível: <http://www.anped.org.br/reunioes/32ra/arquivos/trabalhos/GT11-5581--Int.pdf>. Acessado: 24 de jan. de 2019. **3.3 O precariado a “brasileira”: qual a relação com a expansão da pós-graduação do ensino superior?**

DIAS SOBRINHO, J. **Dilemas da Educação Superior no Mundo Globalizado: sociedade do conhecimento ou economia do conhecimento**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

DOURADO, L.F., **Políticas e gestão da educação superior à distância: novos marcos regulatórios?** Educação & Sociedade, 29(104), pp.891-917, 2009.

DOURADO, L. F.. **A interiorização do ensino superior e a privatização do público**. Goiânia: Ed. da UFG, 2001.

DUBET, F. Qual democratização do ensino superior? **Caderno C R H**, Salvador, v. 28, n. 74, p. 255-265, Maio/Ago. 2015.

DRUCK, G. **TRABALHO, PRECARIZAÇÃO E RESISTÊNCIAS: novos e velhos desafios?** Cad. CRH [online]. 2011, vol. 24, n.spe1, p.37-57. ISSN 0103-4979. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000400004>.

FAYOL, H. 1841 - 1925. **Administração industrial e geral: previsão, organização, comando, coordenação, controle.** [tradução para o português de Irene de Bojano e Mário de Souza]. 10. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.

FERVE-Fartas/os d'Estes Recibos Verdes. Disponível em: <http://fartosdestesrecibosverdes.blogspot.com/>. Acessado em: 03 de abril de 2019.

FORD, H. **Minha vida e minha obra.** Rio de Janeiro: Companhia Editora Nacional, 1926.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade.** 31. Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008a. p.158.

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real.** 3 ed. São Paulo: Cortez,1999.

GADOTTI, M. **Histórias das ideias pedagógicas.** São Paulo. Ática, 1999.

GRAMSCI, Antonio. Maquiavel: notas sobre o Estado e a política. In: **Cadernos do Cárcere**, volume 3, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000. (p. 11-116)

Geração à Rasca. Disponível em: [https://pt.wikipedia.org/wiki/Gera%C3%A7%C3%A3o\\_%C3%A0\\_Rasca](https://pt.wikipedia.org/wiki/Gera%C3%A7%C3%A3o_%C3%A0_Rasca). Acessado em: 03 de abril de 2019.

GODEIRO, Nazareno. **A quem serve a crise da educação brasileira? Uma análise da realidade educacional no Brasil e no RN – São Paulo/RN: ILAESE, 2015.**

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa.** 8ªed. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GODEIRO, N. **A quem serve a crise da educação brasileira? Uma análise da realidade educacional no Brasil e no RN – São Paulo/RN: ILAESE, 2015.**

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo.** São Paulo: Boitempo, 1999.

GUIA DO ESTUDANTE. **Primavera Árabe.** Disponível em: <https://guiadoestudante.abril.com.br/estudo/primavera-arabe-resumo/>. Acessado em: 04 de abril de 2019.

HIRATA,Helena. **TENDÊNCIAS RECENTES DA PRECARIZAÇÃO SOCIAL E DO TRABALHO: Brasil, França, Japão.**CADERNO CRH, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 15-22, 2011.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações.** São Paulo, Loyola, 2008.

HARVEY, D. **17 Contradições e o fim do capitalismo;** tradução Rogério Bettoni - 1ª ed.- São Paulo: Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **Condição Pós-Mordena**. São Paulo: Loyola, 1995.

HELAL, D. H; ROCHA, M. **O discurso da empregabilidade: o que pensam a academia e o mundo empresarial**. Cad. EBAPE.BR vol.9 no.1 Rio de Janeiro Mar. 2011.

KAUFMANN, Josef Nicolas. **Turbulências no mundo do trabalho. Quais são as perspectivas?** In: Serviço Social & Sociedade. Revista Quadrimestral de Serviço Social, n ° 69, março 2002.

IAMAMOTO, M. V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** - 3. ed. - São Paulo, Cortez, 2000.

ILICH, Ivan. **A convivencialidade**. Lisboa: Europa-América, 1976.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Produto Interno Bruto dos municípios 1999-2003. Rio de Janeiro: IBGE, 2005. Disponível em: <[www.ibge.org.br](http://www.ibge.org.br)>. Acesso em: 24

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (Inep). **Cadastro nacional de docentes da educação superior 2005**. Brasília, 2005. 1: Resumo técnico.

JUNIOR, W. P. da M. e MAUÉS, O. C. **O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras**. Educação & Realidade. Educ. Real. vol.39 no.4 Porto Alegre Oct./Dec. 2014. On-line version site: <http://dx.doi.org/10.1590/S2175-62362014000400010>. Acessado em 02 de nov. de 2018.

LÊNIN, V.I. **Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. 3ª Ed.. São Paulo. Global. 1985.

LESSA, S. **Para Compreender a Ontologia de Lukács**. São Paulo: Instituto Lukács, 4ª Edição, 2015.

LINHART, Danièle. **A desmedida do capital**. São Paulo: Boitempo. 2007.

LOMBARDI, J. C. **Periodização na história da educação brasileira: aspecto polêmico e sempre provisório**. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.32, p.200-209, dez.2008 - ISSN: 1676-2584. Acessado em 10 de out. 2017.

LOJKINE, J. **A revolução informacional**. São Paulo: Cortez, 1995.

LUKÁCS, G. **Ontologia do Ser Social: Os princípios ontológicos fundamentais de Marx**. São Paulo: LECH. 1979.

MACHADO, L. R. S. **Mudanças tecnológicas e a educação da classe trabalhadora.** In: Coletânea CBE. Conferência Brasileira de Educação. Trabalho e educação. Campinas, Papyrus, 1992.

MANCEBO, D; VALE, A. A. do. **Expansão da educação superior no Brasil e a hegemonia privado-mercantil: o caso da Unesa.** 2013, vol. 34, n.122, p. 81-98. Acessado em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302013000100005>. Acessado em 20 de jan. 2019.

MANDEL, E. **A Crise do Capital: Os Fatos e sua Interpretação Marxista.** Tradução: Juarez Guimarães e João Machado Borges. São Paulo: Ensaio, 1990.

MANDEL, E. **A crise do Capitalismo.** Revista Projeto História. São Paulo, n.3 out. 1984. p.7-32.

MARTINS, José de Souza. **Exclusão social e a nova desigualdade.** São Paulo: Paulus, 1997.

MARX, Karl. **O capital.** V. I, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MARX, Karl. **Crítica ao Programa de Gotha.** Tradução de Sueli T. Barros Cassal. Porto Alegre: L&M, 2002 [1875].

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã.** Tradução de José Carlos Bruni e Marco Aurélio Nogueira. 11a Edição. São Paulo: Hucitec, 1999.

MARX, Karl.. **O Capital: crítica da economia política.** 3. ed. Tradução Regis Barbosa e Flávio Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1988. 2 v. (Os economistas).

MARX, Karl. **O Dezoito Brumário de Luís Bonaparte.** In: \_\_\_\_\_; ENGELS, Friedrich. Obras Escolhidas v. 1. São Paulo: Alfa-Omega, s.d-c.

MARX, K.; ENGELS, F. **Manifesto do partido comunista.** Lisboa: Avante, 1982. (Obras Escolhidas).

MARK, Karl. **Trabalho Assalariado e Capital.** In: Textos. São Paulo: Edições Sociais/Alfa-Omega, 1977. 3 v.

MARX, Karl. **Miséria da filosofia: resposta à Filosofia da miséria, do Sr. Proudhon.** São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos.** São Paulo: Boitempo, 2004

MARTINS, Carlos B (Org.). **Para onde vai a Pós-Graduação em Ciências Sociais no Brasil.** Bauru, SP: Edusc, 2005.

MACHADO, Lucília R. S. **Mudanças tecnológicas e a educação da classe**

MARZOX, L. CORRA, M.C.S. ARAÚJO, W.P. **Educação e caraterizações, referências aplicações.** Manaus: Editora Valer, 2014.

MATTOS, V. de B. **Pós-graduação em tempos de precarização do trabalho: Alongamento da Escolaridade e Alternativa ao Desemprego.** São Paulo: Xamã, 2011.

MATTOSO, J. **A Desordem do Trabalho**. São Paulo: Scrita. 1995.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**. Trad. Paulo Sérgio Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Boitempo Editorial; Editora da UNICAMP, 2010.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

\_\_\_\_\_, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria de transição**. São Paulo, Boitempo Editorial, 2002.

MINAYO, M.C.S et al. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2010.

MEC. Ministério da Educação - **Notas Estatísticas Censo da Educação Superior - (2016)** - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2018.

MÉSZÁROS, I. DESEMPREGO E PRECARIZAÇÃO: um grande desafio para a esquerda. In: ANTUNES, R. (Org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2006. p.27.

MOTA, A. E. de. **A nova fábrica dos consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998.

MOTA, A. E.; AMARAL, A. S. do. Reestruturação do Capital, fragmentos do trabalho e Serviço Social. In: MOTA, A. E. (org.) **A nova fábrica de consensos: ensaios, sobre a reestruturação empresarial, o trabalho do assistente social e as Políticas Social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

Movimento Vem Pra Rua. Disponível em: <https://www.vemprarua.net/>. Acessado em: 03 de abril de 2019.

MONTEIRO, A. R. **História da educação: do antigo "direito de educação" ao novo "direito à educação"**. - São Paulo: Cortez, 2006.

MORAES, J.G.V. **História: geral do Brasil**. 2ª ed. São Paulo: atual, 2005. (coleção Ensino Médio Atual)

MORITZ, G. de O; MORITZ M. O.; MELO, P. A. de. **A Pós-Graduação brasileira: evolução e principais desafios no ambiente de cenários prospectivos**. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 11., 2011. Anais eletrônico. Florianópolis:IGLU, 2011. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/26136/5.30.pdf>. Acesso em: 21 jan. 2019.

MOTA, A. E. [et al.], (orgs). **Serviço Social e Saúde: Formação e trabalho profissional**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2009.

MULS, Nair Costa. **Texto escrito para o Diretório Nacional do FOPROP e apresentado no Sudeste**. São Paulo. 14 de mar. de 2003.

NETTO, J.P.; BRAZ, M. **Economia Política**: uma introdução crítica. São Paulo: Cortez, 2006. (Biblioteca básica de serviço social, 1).

NETTO, J.P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009

NEVES, L. M. W. **PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO NOS ANOS 90**. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-1/Educacao-MII/Texto%205.pdf>. Acessado em: 01 de Agosto de 2019.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990**. São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, R. A Cepal e a Educação. In: **Agências multinacionais e a educação profissional brasileira**. In: OLIVEIRA, R. Campinas, SP: Editora Alínea, 2006.

PATRUS, R.; DANTAS, D. C.; SHIGAKI, H. B. **O produtivismo acadêmico e seus impactos na pós-graduação stricto sensu: uma ameaça à solidariedade entre pares?**. Cadernos EBAPE.BR, v. 13, n. 1, p. 1-18, 2015.

PNAD CONTÍNUA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/empregos-e-carreiras/noticias/redacao/2019/05/16/desemprego-no-pais-nad-ibge.htm?cmpid=copiaecola>. Acessado em: 04 de setembro de 2019.

PDI - **Plano de Desenvolvimento Institucional 2016 - 2025**. Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Disponível em: [http://www.sic.ufam.edu.br/SIC/arquivos\\_sic/pdi\\_2016-2025.pdf](http://www.sic.ufam.edu.br/SIC/arquivos_sic/pdi_2016-2025.pdf). Acessado em: 09 de out. 2018.

PERONI, V.M.V. **Redefinições no papel do estado: parcerias público/privadas e a gestão da educação**. Artigo acessado dia 31 de julho de 2018. site: <http://www.anpae.org.br/iberolusobrasileiro2010/cdrom/123.pdf>. Acessado em: 20 de dez. 2018.

PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO: 21 Especialistas analisam as metas para 2024 / Organização Canal Futura, Instituto Ayrton Senna. — São Paulo : Fundação Santillana: Moderna, 2015.

POCHMANN, M. **Situação do jovem no mercado de trabalho no Brasil: um balanço dos últimos 10 anos**. São Paulo, 2007.

POLANYI, K. **A grande transformação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Compus, 2000.

RAICHELIS, Raquel. O trabalho do assistente social na esfera estatal. In: CFESS/ABEPSS (Orgs.). **Direitos sociais e competências profissionais**, Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

REVISTA DA UFAM. **UFAM 2009 - 2017: Excelência Acadêmica com compromisso Social**. 1ª Ed. Manaus: Edua; 2017.

RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. São Paulo: Autores Associados, 2007.

RODRIGUEZ, M. V.; MARTINS, L. G. A. **As Políticas de Privatização e Interiorização do Ensino Superior: Massificação ou Democratização da Educação Brasileira**. *Revista de Educação* (Itatiba), Campinas, v. VIII, n.8, p. 41-52, 2005.

ROMÃO, L. M. S. **Tramas do discurso, luzes da memória**. In: *Organon* 35, v. 17, *Revista do Instituto de Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul*, Porto Alegre, 2003.

ROMERO, D. **Marx e a técnica: um estudo dos manuscritos de 1861-1863**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

ROSSI, E.R; RODRIGUES, E; NEVES, F. M. **Fundamentos históricos da educação no Brasil** - organizadoras. 2. ed. rev. e ampl. Maringá: Eduem, 2009.

ROUSSEAU, J. **O contrato social e outros escritos**. Trad. Rolando Roque da Silva. São Paulo: Cultrix, 2009.

ROTHEN, J. C.; SILVA, E. P. [et al.]. **Políticas pública para educação superior**. São Paulo: Xamã, 2014.

SHIROMA, E. O. **O “modelo japonês” e a educação do trabalhador**. (1991). *Proposições*, 2(2), 61-67. Recuperado de <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8644456>. acessado em 01 de agosto de 2019.

SCHWARTZMAN, Simon. **Universidades e instituições científicas no Rio de Janeiro**. Brasília: 2010. Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

SAMPAIO, H. **O setor privado de ensino superior no Brasil: continuidades e transformações**: in: *Revista Ensino Superior*, São Paulo, 2011.

SANTOS, A. L. F. dos; AZEVEDO, J. M. L. de. **A PÓS-GRADUAÇÃO NO BRASIL, A PESQUISA EM EDUCAÇÃO E OS ESTUDOS SOBRE A POLÍTICA EDUCACIONAL**: os contornos da constituição de um campo acadêmico. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 42 set./dez. 2009. Disponível: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v14n42/v14n42a10.pdf>. Acessado em: 03 de out. 2018.

SAVELI, E. L.; TENREIRO, M. O. **A EDUCAÇÃO ENQUANTO DIREITO SOCIAL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONSTITUCIONAIS**. *Teoria e Prática da Educação*. v. 15, p. 51-57, 2012.

SAVIANI, D. (2005). **A política educacional no Brasil**. In: CÂMARA BASTOS, Maria Helena, STEPHANOU, Maria (Orgs.). *Histórias e memórias da educação no Brasil – v. III, séc. XX*. Petrópolis: Vozes, p. 30-39.

SAVIANI, D. **O legado educacional do Regime Militar**. *Cadernos Cedes*. Campinas, SP, vol.28, n.76, set./dez.2008.

SERVIÇO SOCIAL: **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. v.1. Brasília: CFESS/ABEPSS,2009.

SERRANO, Francisco Perujo. **Pesquisar no labirinto: a tese, um desafio possível**. Trad. Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

SEVERINO, A, J... [et. al]; Sá, J. L. M. de. SERVIÇO SOCIAL E INTERDISCIPLINARIDADE: dos fundamentos filosóficos à prática interdisciplinar no ensino, pesquisa e extensão. IN: Sá, J. L. M. de. **ESPECIALIZAÇÃO VERSUS INTEDISCIPLINARIDADE UMA PROPOSTA ALTERNATIVA: um estudo sobre os cursos de Pós-graduação no Brasil enfocando a especialização em Serviço Social**. 8. ed. São Paulo: Cortez; 2010.

SGUISSARDI, V. **Reforma universitária no Brasil – 1995-2006: precária trajetória e incerto futuro**. Campinas, Educ. & Soc., v. 27, n. 96 - Especial, p. 1021-1056, out., 2006.

SILVA JR., J. dos R.; SGUISSARDI, V. **As novas faces da educação superior no Brasil: reforma do Estado e mudanças na produção**. São Paulo: Cortez/CDAPHIFAN, 2001.

SILVA, I. A. da; FERRO, O. M. dos R. & ARRUDA, E. E. **O trabalho do professor em face da organização do curso de pedagogia no centro universitário de Campo Grande/MS: as possibilidades e os limites da utilização dos textos clássicos no ensino superior**. In: 33a. Reunião Anual da ANPED, 2010, Caxambu/MG.Disponível:<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/GT11-6332--Int%20novo.pdf>. Acessado: 24 de jan. de 2019.

SILVA, T. C.; BARDAGI, M. P. **O aluno de pós-graduação stricto sensu no Brasil: revisão da literatura dos últimos 20 anos**. RBPG, Brasília, v. 12, n. 29, p. 683 - 714, dezembro de 2015.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

TANJI, T. **O que você precisa saber sobre a pós-graduação no Brasil. (2017)**. Disponível:<https://revistagalileu.globo.com/Revista/noticia/2017/08/o-que-voce-precisa-saber-sobre-pos-graduacao-no-brasil.html>. Acessado em: 10 de jan. de 2019.

Tom Dwyer ... [et al.].Org. **Jovens universitários em um mundo em transformação: uma pesquisa sino-brasileira**. In: Martins. ENSINO SUPERIOR NO BRASIL: uma visão abrangente. Brasília: Ipea; Pequim:SSAP, 2016.

VALENCIA, A. S. **Dependência Estrutural e Precariedade Laboral na América**. Vol. 11 Número 23 Jul./Dez. 2016.Ahead of Print.

VASAPOLLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade: elemento estratégico determinante do capital no paradigma pós-fordista**. In: ANTUNES, Ricardo (Org.). Riqueza e miséria do trabalho no Brasil, São Paulo: Boitempo, 2006.

TORRES, R. M. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: TOMMASI, L. De; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.) **O Banco**

**Mundial e as políticas educacionais.** São Paulo: Cortez Ed./Ação Educativa/PUC-SP, 1996.

TRINDADE, H. **Crise do capital, exército de reserva e precariado no Brasil contemporâneo.** In: Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo, nº129. Maio/Agosto,2017. - Doutorando em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (URFJ).

TRINDADE, H. **Crise do capital, exército industrial de reserva e precariado no Brasil contemporâneo.** Serviço Social e Sociedade, São Paulo, n. 129, p. 225-244, maio/ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.106>. Acessado em 23 de jan. de 2019.

Universidade Federal do Amazonas - UFAM. **Relatório de Gestão Consolidado - 20092017.** Disponível: [http://www.proplan.ufam.edu.br/Arquivos\\_DPE/Relatorio\\_20092017.pdf](http://www.proplan.ufam.edu.br/Arquivos_DPE/Relatorio_20092017.pdf). Acessado em: 15 de out. de 2018.

VÁZQUEZ, Adolfo S. **Ética e Política.** In: BORON, Atílio A. (org.). **Filosofia Política Contemporânea: controvérsias sobre civilização, império e cidadania.** São Paulo, CLACSO, 2006.

VALENCIA, A. S. **Latina Durante o Neoliberalismo Selvagem.** Rev. *Educar Et Educare*. Vol. II nº 23 jul./Dez. 2016.

SANCHEZ VAZQUEZ, Adolfo. **Ética.** - 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2006.

VELLOSO, Jacques. Introdução. In: VELLOSO, Jacques (Org.). **A pós-graduação no Brasil: formação e trabalho de mestres e doutores no país.** Brasília: CAPES/UNESCO, 2002.

WASELFISZ, J. **Mapa da Violência 2017.** Disponível: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-39672513/>. Acesso 04 out. 2014.

WOOD, S. J. **“Toyotismo e/ou Japonização”** In: HIRATA, Helena. **Sobre o “Modelo” Japonês - Automatização, Novas Formas de Organização e Relações de Trabalho,** São Paulo, EdUSP, 1993.

#15M: Greve Nacional da Educação. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/15m-greve-nacional-da-educacao-devera-ser-a-maior-de-todos-os-tempos-44e7>. Acessado em: 04 de junho de 2019.

#EleNão:Mulheres unidas contra Bolsonaro(2018). Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013>. Acessado em: 03 de abril de 2019.

14M: Greve Geral Contra a Perda de Direitos dos Trabalhadores Brasileiros (2019). Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/31/greve-geral-apos-atos-pela-educacao-ideia-e-parar-tudo-em-14-de-junho/>. Acessado em: 03 de abril de 2019. 2004.

## Apêndices

### (APÊNDICE A) INSTRUMENTAIS DE PESQUISA

#### QUESTIONÁRIO COORDENADORES DOS PPG'S

##### I. Identificação:

- Gênero: ( ) Feminino ( ) Masculino
- Naturalidade: \_\_\_\_\_
- Formação: \_\_\_\_\_
- Curso de Pós-graduação que está coordenando: \_\_\_\_\_
- Tempo de Coordenação: \_\_\_\_\_
- Tempo e atuação da Pós-graduação: \_\_\_\_\_

##### II. Questões de pesquisa:

###### 1. Na opinião o que leva o aluno a fazer pós-graduação na atualidade?

- ( ) Aprimoramento
- ( ) Ser pesquisador
- ( ) Opção pela docência no ensino superior
- ( ) Dificil inserção no mercado de trabalho

Justifique:

---

---

###### 2. Majoritariamente os alunos da pós-graduação estão inseridos no mercado de trabalho? Justifique

- ( ) sim ( ) não

Justifique:

---

---

###### 3. O aluno que faz pós-graduação tem melhor possibilidade de inserção no mercado de trabalho formal com estabilidade e direitos? Justifique.

---

---

###### 4. Percebe alguma mudança de caráter pedagógico na pós-graduação, na atualidade?

---

---

###### 5. Na sua opinião, tem percebido alteração no perfil do aluno de pós-graduação? Justifique.

---

---

###### 6. Sobre a saúde mental do pós-graduando, quais as suas percepções acerca desta questão?

---

---

###### 7. Quais os principais desafios para pós-graduação na atualidade?

---

---

8. Você concorda ou discorda da seguinte afirmação: “A constituição de um sistema universitário de graduação e pós-graduação que se ampliou exponencialmente nas últimas décadas produz na atualidade um imerso contingente de jovens/adultos altamente escolarizados, imersos em sonhos, expectativas, anseios de carreira e realização profissional”. Justifique.

---

---

###### 9. Na sua opinião, qual a função da pós-graduação na atualidade, num contexto de crise estrutural do capital e de capitalismo flexível?

---

---

**10. A expansão do ensino superior promoveu ou promove modificações na pós-graduação?**

---

---

**11. Na sua percepção, o perfil dos discentes dos cursos de pós-graduação apresentam as seguintes características: (marcar até 3 opções)**

- buscam por qualificação
- Não tem expectativa de futuridade
- Estão em busca de ascensão social
- Possuem capacidade de mobilização coletivamente
- Possuem inserção precária nas relações de trabalho;
- ausência de uma projeto de vida
- desencantamento com a realidade
- Incipiente formação política
- Outras características: \_\_\_\_\_

**12. Na sua opinião, a mercadorização da educação promoveu uma mudança no perfil do pos-graduando? Justifique:**

---

---

---

**13. Considera que ao aumentar a escolarização por meio da pós-graduação permite a ascensão social? Justifique:**

---

---

---

**14. Elenque cinco pontos frágeis e cinco ponto do fortes do programa o qual você coordena.**

Pontos Frágeis	Prontos Fortes

**15. Espaço livre para complementar com informação pertinente sobre o seu PPG.**

---

---

(APÊNDICE B)  
INSTRUMENTAIS DE PESQUISA

QUESTIONÁRIO - EGRESSOS DOS PPG's

I. Identificação:

• Gênero:

- Feminino  
 Masculino

• Qual é a sua nacionalidade?

- Brasileira.  
 Estrangeira.

• Qual é sua cor ou raça?

- Amarela.  
 Parda.  
 Branca.  
 Preta.  
 Estrangeira.  
 Sem declaração.  
 Indígena.

• Idade: \_\_\_\_\_

• Naturalidade: \_\_\_\_\_

• Você domina (fala e escreve) alguma língua estrangeira?

- Sim  
 Não

Qual: \_\_\_\_\_

• Qual é o seu estado civil?

- Solteiro(a).  
 Casado(a)/união estável.  
 Casado(a)/Mora com um(a) companheiro(a).  
 Separado(a)/divorciado(a)/desquitado(a).  
 Viúvo(a).

• Titulação:

Graduação - Qual: \_\_\_\_\_ Ano de ingresso: \_\_\_\_\_ Ano de formação: \_\_\_\_\_

Mestrado - Qual: \_\_\_\_\_ Ano de ingresso: \_\_\_\_\_

Ano de formação: \_\_\_\_\_

Doutorado - Qual: \_\_\_\_\_ Ano de ingresso: \_\_\_\_\_ Ano de formação: \_\_\_\_\_

Foi bolsista durante:

- graduação  
 mestrado  
 doutorado

• Idade ao término de sua última Pós-graduação (mestrado e/ou doutorado) :

- de 20 - 25 anos  
 de 26 - 30 anos  
 de 31 - 35 anos  
 de 36 - 40 anos  
 de 41 a 45 anos  
 de 46 a 50  
 acima de 50

• Se está empregado, qual a personalidade jurídica da instituição onde trabalha:

- privada;  
 pública;  
 OSCIP;  
 ONG;  
 movimento social;  
 Não se aplica  
 Outros. Qual? \_\_\_\_\_

• Qual o regime jurídico você se enquadra?

- Celetista  
 Concursado  
 Contrato (esfera pública ou privada)  
 Avulso  
 Desempregado  
 Micro-empendedor (MEI)  
 outros: \_\_\_\_\_

Qual é a renda mensal de sua família?

- Até R\$ 954,00 (um salário mínimo)  
 Entre R\$ 955,00 e R\$ 2.862,00 (mais do que um e até três salários mínimos)  
 Entre R\$ 2.863,00 e R\$ 4.770,00 (mais do que três e até cinco salários mínimos)  
 Entre R\$ 4.771,00 e R\$ 6.678,00 (mais do que cinco e até sete salários mínimos)  
 Entre R\$ 6.679,00 e R\$ 9.540,00 (mais do que sete e até dez salários mínimos)  
 Entre R\$ 9.541,00 e 14.310,00 (mais do que dez e até quinze salários mínimos)  
 Entre R\$ 14.311,00 e R\$ 19.080,00 (mais do que quinze e até vinte salários mínimos)  
 Entre R\$ 19.081,00 e R\$ 28.620,00 (mais do que vinte e até trinta salários mínimos)  
 Acima de R\$ 28.621,00 (acima de 30 salários mínimos)  
 Não declarado

• Qual carga horária de Jornada de trabalho:

- 20 horas  
 40 horas  
 acima de 40 horas

• Há quanto tempo você trabalha na empresa/instituição/orgão?

- Menos de 01 ano  
 1 a 2 anos  
 3 a 4 anos  
 5 a 7 anos  
 7 a 10 acima de 10  
 não se aplica

Está trabalhando na área de formação de seu curso de graduação e pós-graduação?  Sim

Não

se não, em qual profissão que está atuando?

\_\_\_\_\_

• Escolaridade de seus pai:

- Não alfabetizado Ensino Fundamental Incompleto  
 Ensino Fundamental Completo

- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo Superior
- Incompleto Superior completo
- Especialização Mestrado
- Mestrado em curso Doutorado
- Doutorado em curso

• **Escolaridade de seus mãe:**

- Não alfabetizado Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo Superior
- Incompleto Superior completo
- Especialização Mestrado
- Mestrado em curso Doutorado
- Doutorado em curso

**II. Questões de pesquisa:**

**1. Você permaneceu no emprego depois de ter concluído a pós-graduação?**

- Sim
  - Não
- Se positivo, qual? \_\_\_\_\_
- Se negativo, justifique: \_\_\_\_\_

**2. Como você se sente em termos de segurança em relação ao seu emprego/ocupação?**

- Muito inseguro
  - Inseguro
  - Muito seguro
  - Seguro
- Justifique: \_\_\_\_\_
- \_\_\_\_\_

**3. Como você considera o salário que recebe em relação ao trabalho que executa?**

- meu salário é injusto e baixo pelo que faço
- meu salário é baixo mas está compatível ao que faço
- meu salário está abaixo da média do mercado
- meu salário é justo e adequado a minha função

**4. Você considera o salário que recebe em relação ao seu nível de escolarização**

- meu salário é injusto e baixo pelo que faço
- meu salário é baixo mas está compatível ao que faço
- meu salário está abaixo da média do mercado
- meu salário é justo e adequado a minha função

**5. Você considera que teria facilidade em conseguir em outras ocupações/trabalho o mesmo salário que recebe atualmente:**

- Sim
- Não
- As chances são poucas
- Seria muito fácil
- Não sei responder

**6. Em termos de realização profissional como você se sente?**

- Muito realizado
- Realizado
- Mais ou menos realizado
- Pouco realizado

- Não realizado
  - Não sabe
- justifique:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**7. você se sente reconhecido pelo trabalho que você executa?**

- Muito reconhecido(a)
- Reconhecido(a)
- Pouco reconhecido(a)
- Muito pouco reconhecido(a)
- Nada reconhecido(a)
- Não sei

**8. Dos itens abaixo relacionados, marque até 3 opções que você considera, hoje, como os principais fatores que te motivam a adentrar ao mercado de trabalho formal:**

- Instalações Físicas
- Treinamento oferecido
- Oportunidade de Crescimento
- Integração da equipe de Trabalho
- Autonomia
- Estabilidade no emprego
- Gostar do que faz
- Salário somado a benefícios
- Imagem da empresa
- Participação das decisões
- Ser valorizado e reconhecido pelo trabalho que executa
- Ser ouvido
- Nada
- Outro: \_\_\_\_\_

**9. Participa em algum partido político?**

- Sim  Não
- Se positivo, qual? \_\_\_\_\_
- Se negativo, justifique: \_\_\_\_\_

**10. Participação de algum movimento social?**

- Sim  Não
- Se positivo, qual? \_\_\_\_\_
- Se negativo, justifique: \_\_\_\_\_

**11. Quais suas expectativas para o futuro:**

- Estabilidade financeira
- Segurança
- Direitos previdenciários e Trabalhistas
- Salários indiretos como benefícios e incorporação na aposentadoria
- Construção de carreira
- Satisfaça suas necessidades materiais
- Outros \_\_\_\_\_

**12. A partir da sua percepção sobre futuridade, responda: Sua inserção no mercado de trabalho após a realização da pós-graduação comporta características listadas por você na questão anterior?**

- Totalmente
- Parcialmente
- Raramente

**13. Ao ingressar na pós-graduação quais era sua expectativa?**

---

---

---

**14. Suas expectativas após a formação na pós-graduação foram atendidas? Justifique:**

---

---

---

**15. Seu projeto de vida está relacionado a um projeto de carreira profissional?**

sim  não **Justifique:**

---

---

---

**19. Enquanto estudante, trabalhador considera-se representado por:**

- representação sindical
- representação política
- representação estudantil
- outras formas de representação: \_\_\_\_\_

**20. Quanto à sua remuneração, o que você tem a dizer?**

- Satisfaz apenas as necessidades básicas
- Está razoavelmente satisfeito
- Ganha abaixo da média do mercado
- Tem espaço para discutir e melhorar devido a especificidade de sua formação

**21. Como você acha que anda a sua empregabilidade?**

- Sente que está preparado para enfrentar o mercado
- Não tem a menor ideia do que irá fazer se perder o emprego ou se não conseguir adentrar ao mercado formal com seguridade e direitos
- Sente que está defasado em relação aos demais profissionais do mercado
- Tem tido oportunidade de atualizar seus conhecimentos e isso já me satisfaz

**22. Qual a sua possibilidade de ascensão profissional?**

- Sente que no futuro pode melhorar
- A tendência é ficar cada vez pior
- Estão contratando gente mais nova e mais barata, pois atualmente existe uma intensa precarização social do trabalho
- O mercado do está favorável para os que se qualificam

**23. Quando você reflete sobre a situação dos trabalhadores no Brasil:**

- Você tem razões para se preocupar
- Acha que está no caminho certo ao fazer uma pós-graduação
- Percebe que pode se dar melhor do que as pessoas que não te escolaridade
- Você sente que só o tempo dirá, pois vivemos tempos de incertezas

**(APÊNDICE C)**  
**INSTRUMENTAIS DE PESQUISA**

**QUESTIONÁRIO - REPRESENTANTE DA DIRETORIA DE AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO - DAV**

1. Quais as estratégias institucionais para elevar os conceitos dos programas de pós-graduação?

---

---

---

2. A pro-reitoria estabeleceu quais áreas estratégicas para a expansão dos cursos de pós-graduação da Ufam?

---

---

---

3. Quais são as principais diretrizes da política de pesquisa da Ufam?

---

---

---

4. Quais são as formas de apoio e incentivos para potencializar o aumento de captação de recursos de pesquisas na UFAM?

---

---

---

5. Quais são as principais estratégias para estimular a internacionalização da pesquisa na UFAM?

---

---

---

6. Quais são as metas ou indicadores qualitativos acerca da expansão da pós-graduação na UFAM?

---

---

---

**(APÊNDICE D)**  
**TERMO DE COMPROMISSO LIVRE ESCLARECIDO (TCLE)**

Convidamos o (a) Sr. (a) para participar da Pesquisa " **NO OLHO DO FURACÃO**": a **tendência do precariado entre os egressos da pós-graduação da UFAM**, desenvolvida pela doutoranda **Hellen Bastos Gomes**, endereço: Rua 02 nº31 Comunidade Ouro Verde, Alvorada I, Cep: 69043-326, telefone: 3658-4589/ 99151-7445 e-mail: hellenbastosgomes@hotmail.com. Sob orientação da professora Doutora **Selma Suely Baçal de Oliveira**, endereço institucional: Av. General Rodrigo Octávio, 6200, Coroado I, CEP: 69077-000, telefone: 3305-1181/99420-8030/e-mail: selmabacal@ufam.edu.br. A pesquisa em tela tem como objetivos: **Geral**: Analisar as dimensões da camada social do precariado no bojo da expansão do ensino superior, a partir dos cursos de pós-graduação da Universidade Federal do Amazonas - UFAM. **Específicos**: 1. Problematizar acerca do conceito precariado, face às alterações no mundo do trabalho e a expansão do ensino superior num contexto de crise estrutural do capital e de neoliberalismo; 2. Discutir a expansão da educação superior por meio dos cursos de pós-graduação, além do perfil dos Egressos (formados) dos cursos de Pós-graduação da UFAM; 3. Desvelar as dimensões subjetivas e objetivas do precariado a partir dos Egressos (formados) dos cursos de pós-graduação da UFAM e a relação entre a expansão do ensino superior e a precarização do trabalho. Sua participação é voluntária e você tem plena autonomia para decidir se quer ou não participar, bem como retirar sua participação a qualquer momento. Será garantida a confidencialidade e a privacidade das informações por você prestadas. O (a) Sr. (a) não terá nenhuma despesa, assim como, não receberá nenhuma remuneração. **O local, horário e data da pesquisa ocorrerá na UFAM/Manaus na sala de reunião do Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGÉ, o mesmo será combinados com antecedência entre pesquisador e entrevistado.** Informamos que a presente pesquisa aplicará um formulário estruturado. Vale destacar, que toda pesquisa com seres humanos envolve riscos, e que na **existência de riscos** seja de ordem emocional, psicológica ou moral, prestaremos assistência ao participante da pesquisa de acordo com a resolução 466 de dezembro de 2012: II.3.1 - assistência imediata – é aquela experiencial e sem ônus de qualquer espécie ao participante da pesquisa, em situações em que este dela necessite; e II.3.2 - assistência integral – é aquela restada para atender complicações e danos. E se comprovado que o participantes da pesquisa sofreu qualquer tipo de dano resultante de sua participação na pesquisa a instituições envolvidas nas diferentes fases da pesquisa, terá **direito à indenização**, por parte do pesquisador, do patrocinador e das decorrentes, direta ou indiretamente, da pesquisa, ou seja, os participantes estão assegurados o **direito a indenizações** e cobertura material para reparação a dano, causado pela pesquisa ao participante da pesquisa.” (Resolução CNS nº 466 de 2012, IV.3.h, IV.4.c e V.7). Vale destacar, ainda que existem garantia de Ressarcimento e o modo como deverá ser realizado o Ressarcimento das despesas do participante da pesquisa e de seu acompanhante, quando necessário. Salienta-se que os itens ressarcidos não são apenas aqueles relacionados a "transporte" e "alimentação", mas a tudo o que for necessário ao estudo (Item IV.3.g, da Resolução CNS nº. 446 de 2012). Para tanto, o principal benefício da pesquisa é produzir conhecimento que se relacione coma expansão da educação superior e o mundo do trabalho, dando visibilidade a categoria precariado na região. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados, mas sua identidade não será divulgada, sendo guardados em sigilo. Os resultados deste trabalho poderão ser apresentados em encontros ou revistas científicas, entretanto, ele mostrará apenas os resultados obtidos como um todo, sem revelar seu nome, instituição a qual pertence ou qualquer informação que esteja relacionada com sua privacidade. Para quaisquer esclarecimentos segui endereço do Comitê de Ética: Rua Terezina, 495 Adrianópolis, CEP: 69057-070 – Manaus/Am telefone fixo 3305-1181, ramal 2004, e celular 99171-2496, e o email cep.ufam@gmail.com.

Consentimento pós-informação: Eu \_\_\_\_\_, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável para esclarecer todas as minhas dúvidas. Estou ciente dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar. Diante do exposto, apresento minha concordância de livre e espontânea vontade em participar desta pesquisa como informante.

data: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

\_\_\_\_\_  
Assinatura do participante

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pesquisador

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Orientador

Impressão Polegar

**(APÊNDICE E)**  
**INSTRUMENTAIS DE PESQUISA**

**QUESTIONÁRIO - ESTRUTURADO - EGRESSOS DOS PPG'S (SUJEITOS PONTECIAIS)**

**1. Identificação**

Sexo: ( ) feminino ( ) masculino

Data de Nascimento: \_\_\_\_\_

Naturalidade Cidade/UF: \_\_\_\_\_

**2. Pré-seleção para participação em pesquisa**

2.1. Graduação ( ) Qual: \_\_\_\_\_ Ano de ingresso: \_\_\_\_\_ Ano de formação: \_\_\_\_\_

2.2 Qual sua ocupação (emprego) antes de sua formação a nível de mestrado e doutorado?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

2.3 Mestrado ( ) Qual: \_\_\_\_\_ Ano de titulação: \_\_\_\_\_ Ano de formação: \_\_\_\_\_

2.4 Doutorado ( ) Qual: \_\_\_\_\_ Ano de titulação: \_\_\_\_\_ Ano de formação: \_\_\_\_\_

Em andamento ( ) Não cursou ( ) Concluiu ( )

No caso de você ter cursado ou estar cursando responda qual programa: \_\_\_\_\_

2.5 Qual a sua ocupação (emprego) depois de se qualificar a nível de mestrado e doutorado?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Essa ocupação era na sua área de formação? ( ) sim ( ) não

2.6 Está empregado (a) no momento? ( ) sim ( ) não

2.7 Qual o vínculo empregatício que você se enquadra:

( ) Celetista ( ) Concursado ( ) Contrato (esfera pública ou privada ( ) Avulso ( ) Desemprega

2.8 Qual a sua faixa salarial:

( ) 1 a 3 salários mínimos

( ) 04 a 06 salários mínimos

( ) 07 a 10 salários mínimos

( ) 10 a 15 salários mínimos

( ) Acima de 15 salários mínimos

2.9 Se você NÃO se encontra com vínculo empregatício, especifique a ocupação/atividade: \_\_\_\_\_

2.10 Qual sua renda:

( ) 1 a 3 salários mínimos

( ) 04 a 06 salários mínimos

( ) 07 a 10 salários mínimos

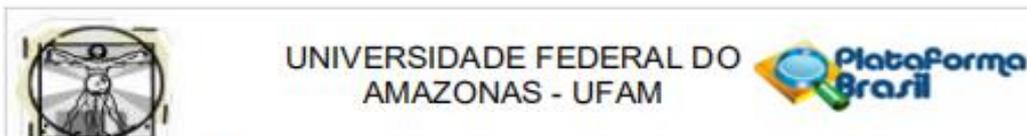
( ) 10 a 15 salários mínimos

( ) Acima de 15 salários mínimos

2.11 Ao se qualificar (mestrado/doutorado) suas expectativas para o futuro foram atendidas de que forma?  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_

Anexo

(ANEXO A)  
PARECER APROVADO DO COMITÊ DE ÉTICA



Continuação do Parecer: 1.680.597

15. TCLE: ADEQUADO

16. LOCAL DA PESQUISA: Informado

Em razão do exposto somos de parecer favorável para que o projeto seja APROVADO, já que atendeu as determinações da Res. 466/2012.

É o parecer.

**Considerações Finais a critério do CEP:**

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_730720.pdf	21/07/2016 13:50:21		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	PROJETODOUTORADOHELLENBASTOS.pdf	21/07/2016 13:49:25	HELLEN BASTOS GOMES	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TERMO DE COMPROMISSO LIVRE E ESCLARECIDO.pdf	21/07/2016 13:46:14	HELLEN BASTOS GOMES	Aceito
Outros	INSTRUMENTAL DE PESQUISA.doc	07/06/2016 18:06:44	HELLEN BASTOS GOMES	Aceito
Outros	TERMO DE ANUÊNCIA.pdf	07/06/2016 16:43:45	HELLEN BASTOS GOMES	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTO.pdf	07/06/2016 16:43:16	HELLEN BASTOS GOMES	Aceito

**Situação do Parecer:**

Aprovado

**Necessita Apreciação da CONEP:**

Não

MANAUS, 03 de Agosto de 2016

Assinado por:  
Eliana Maria Pereira da Fonseca  
(Coordenador)

Endereço: Rua Teresina, 4950  
Bairro: Adrianópolis CEP: 69.057-070  
UF: AM Município: MANAUS  
Telefone: (92)3305-5130 Fax: (92)3305-5130 E-mail: cep@ufam.edu.br